

Centro de Estudos Geográficos
da Universidade de Lisboa

SABERES GEOGRÁFICOS E GEOGRAFIA INSTITUCIONAL

Francisco Roque de Oliveira
Daniel Paiva
(organização)

**Relações
luso-brasileiras
no século XX**



SABERES GEOGRÁFICOS
E GEOGRAFIA INSTITUCIONAL

Organização de
Francisco Roque de Oliveira
Daniel Paiva

SABERES GEOGRÁFICOS E GEOGRAFIA INSTITUCIONAL

Relações luso-brasileiras no século XX

Lisboa, 2019

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX

Organizadores

Francisco Roque de Oliveira e Daniel Paiva

Editor

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Capa

João Rodrigues

Design

EuropressLab

Impressão e acabamento

Europress – Indústria Gráfica

© Autores, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

ISBN

978-972-636-284-5

Depósito legal

462718/19

Tiragem

250 exemplares

Outubro de 2019

Índice

Saberes geográficos e Geografia institucional. Apresentação	7
FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA, DANIEL PAIVA	

I. A PRÁTICA DA GEOGRAFIA

Sessão inaugural do I Colóquio Luso-Brasileiro de Teoria e História da Geografia (Lisboa, 2017)	19
---	----

Apresentação da sessão	21
JORGE MALHEIROS	

Reflexões sobre o relacionamento entre as Geografias portuguesa e brasileira das décadas de 1960-80	25
SUZANNE DAVEAU	

De De Martonne a Deleuze e Guattari	39
PEDRO GEIGER	

Debate	49
--------	----

II. RELAÇÕES RECÍPROCAS

As Sociedades de Geografia no Brasil e a anatomia pátria (1878-1945)	65
CRISTINA PESSANHA MARY, LUCIENE CARRIS CARDOSO	

«Por mares nunca dantes navegados...» <i>O Mediterrâneo</i> de Braudel e a orientação atlântica de Jaime Cortesão: um estudo das relações entre Geografia e História na primeira metade do século XX	79
EDUARDO HOLDERLE PERUZZO	

O Brasil e a Geografia brasileira nas revistas académicas portuguesas do século XX: produção, temas e redes	93
DANIEL PAIVA, JONATHAN FELIX RIBEIRO LOPES, FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA	

Portugal na obra do brasileiro Josué de Castro	107
GLEYDSON GONZAGA DE LUCENA	

A metáfora orgânica na Geografia Urbana de Aroldo de Azevedo e Orlando Ribeiro	125
---	------------

DANIEL PAIVA, FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA

À procura de Milton Santos: notas sobre o intercâmbio e a influência na Escola de Geografia de Lisboa	141
--	------------

THIAGO MACHADO, ANDRÉ CARMO, JORGE MALHEIROS

Leituras, interpretações e percursos da obra <i>O Mito da Desterritorialização</i> (de Rogério Haesbaert) na Escola Geográfica de Coimbra	165
--	------------

JOÃO LUÍS J. FERNANDES

Aquilino Ribeiro no Brasil. Narrativas literárias e a rede de influência dos itinerários intelectuais	191
--	------------

AQUILINO MACHADO

Fontes para a Geografia Histórica no Brasil e em Portugal	219
--	------------

PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS

III. TEMAS GERAIS, CAMINHOS SINGULARES

O papel do ensino da Geografia no contexto da afirmação da ciência geográfica em Portugal: o contributo de Manuel António Ferreira-Deusdado	235
--	------------

RICARDO COSCURÃO

A Geografia Tropical portuguesa e o Ensino Superior em África: o percurso de três jovens geógrafas em Moçambique nos anos 70 do século XX	253
--	------------

JOÃO SARMENTO

O território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo	271
---	------------

ANA CRISTINA DA SILVA

Vulnerabilidades socioespaciais: formas e conteúdos da urbanização recente	289
---	------------

NELBA AZEVEDO PENNA

Governança climática e a floresta amazônica: analisando o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira sob o olhar da geógrafa Bertha Becker	301
---	------------

FRONIKA DE WIT

Apresentação

Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX

Francisco Roque de Oliveira

Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa
f.oliveira@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0002-5854-8971

Daniel Paiva

Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa
daniel.paiva@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0001-9701-4705

Este livro oferece um conjunto de ensaios sobre as relações científicas e institucionais entre Portugal e o Brasil no domínio da Geografia desenvolvidas ao longo do século XX. A versão original da generalidade dos trabalhos aqui reunidos foi apresentada no *I Colóquio Luso-Brasileiro de Teoria e História da Geografia*, que decorreu no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa nos dias 2 e 3 de Novembro de 2017, organizado no âmbito do Projecto de cooperação transnacional «Saberes geográficos e Geografia institucional: influência e relações recíprocas entre Portugal e o Brasil no século XX». Este Projecto foi financiado pelo Convénio FCT/CAPES e congregou investigadores do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-IGOT-ULisboa), do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO-UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO-UFF). A realização do *I Colóquio Luso-Brasileiro de Teoria e História da Geografia* teve como propósito principal a apresentação dos primeiros resultados deste mesmo Projecto de investigação, mas esteve igualmente aberta à submissão de propostas de comunicação que ampliassem o respectivo quadro de pesquisas para além do estudo sobre o trânsito de agentes de ciência entre Portugal e o Brasil ou a coincidência mais ou menos manifesta dos seus percursos e ideias. Como resultado do diálogo que então se gerou, reúnem-se

também aqui alguns trabalhos sobre práticas particulares das Geografias portuguesa e brasileira, os quais ajudam à compreensão de vários aspectos do relacionamento que as duas comunidades científicas mantiveram no período considerado – e, em particular, no pós-Segunda Guerra Mundial, quando ambos os países consolidaram a rede de cursos universitários e de centros de investigação de Geografia.

O crescente intercâmbio académico e científico entre Portugal e o Brasil no domínio da Geografia tem chamado a atenção para a ausência de estudos sistemáticos e de uma reflexão alargada sobre a história dos contactos entre as duas comunidades científicas e, de um modo mais geral, sobre a circulação dos saberes que têm por objecto a dimensão espacial dos territórios. Por outro lado, o domínio especializado dos conceitos, dos métodos e das práticas geográficas por parte dos geógrafos recomenda que, à semelhança do que ocorre nas demais disciplinas científicas, a História da Geografia constitua uma incumbência específica da própria disciplina. Nesse sentido, quando tivemos de justificar de antemão o interesse científico e a actualidade do Projecto FCT/CAPES «Saberes geográficos e Geografia institucional» que está na origem deste livro, observámos que este se colocava na intersecção entre aquela que constitui uma tarefa essencial da Geografia – a reflexão sobre as suas práticas, os conhecimentos que mobiliza, a pertinência do seu objecto de análise e a transmissão do saber – e a constatação de uma importante lacuna no conhecimento sobre as influências recíprocas entre a Geografia e os saberes geográficos portugueses e brasileiros ao longo do século que consagrou a Geografia como disciplina universitária (Oliveira & Machado, 2014).

A ausência de trabalhos gerais sobre o tema das relações luso-brasileiras no domínio da Geografia parece traduzir um aparente paradoxo: apesar da profunda proximidade histórica e cultural entre Portugal e o Brasil, uma disciplina fundamental no edifício científico que os dois países construíram ao longo do século XX terá conhecido um relacionamento que ficou muito aquém do que as condições de partida fariam perspectivar (Machado, 2013). Importava, assim, começar por confirmar esta ideia a partir do estudo da circulação do saber e dos agentes directamente vinculados ao meio académico universitário. Em qualquer caso, a tardia institucionalização da Geografia, tanto em Portugal como no Brasil, recomendava que se observasse também a importância conseguida pela circulação de saberes geográficos em outros contextos (Jöns, Heffernan & Meusburger, 2017). Foi com esta dupla preocupação que não apenas sempre perspectivámos a necessidade de atender a percursos representativos de todo o século XX, como tivemos presente a importância de analisar algumas das mais importantes relações estabelecidas entre a Geografia e outros domínios disciplinares próximos, como a História, a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política, de onde proveio um importante

fluxo de ideias que ajudou a afirmar a especificidade dos contactos realizados pelos académicos e intelectuais portugueses e brasileiros em torno dos temas geográficos.

É sabido que a Geografia constituiu um saber pragmático por excelência, o que a torna num objecto de estudo particularmente interessante para executar o exercício que transfere o questionamento sobre a racionalidade dos enunciados científicos para a organização social e o contexto geral que enquadra os seus produtores (Clerc, 2013). Também por este motivo, o objecto de estudo escolhido para este Projecto revelou a sua pertinência, dadas a extrema importância que adquirem para a própria História da Geografia os contextos que enquadraram a evolução e a afirmação da disciplina em cada um dos dois países. Neste sentido, estivemos particularmente atentos àquelas que parecem ter sido duas condicionantes principais: por um lado, a estreita relação existente entre a modernização do saber geográfico brasileiro e a afirmação do Estado nacional, mormente a partir da segunda metade da década de 1930; por outro lado, a duradoura marca deixada pela política científica portuguesa empenhada no projecto de «ocupação científica» do Ultramar, a partir de 1945 (Rollo, Queiroz, Brandão & Salgueiro, 2012; Castelo, 2012). Um dos aspectos mais aliantes desta pesquisa reside, precisamente, na possibilidade de avaliar o contributo relativo destas condicionantes específicas para a intensidade e a qualidade do diálogo que os geógrafos portugueses e brasileiros mantiveram entre si durante boa parte do século XX.

A realização do Projecto que este livro e o Colóquio que esteve na sua origem imediata resumem acontece num momento em que a comunidade científica geográfica internacional vem renovando a leitura em perspectiva dos saberes geográficos, tanto institucionalizados como externos à profissionalização disciplinar e académica, tendo em vista uma compreensão mais abrangente sobre a epistemologia e a história da disciplina e os relacionamentos interdisciplinares que promoveu e propõe. Em concreto, a afirmação contemporânea de um paradigma pós-colonial tem permitido desbloquear um projecto epistemológico de descen-tração, que abre novas vias para a articulação entre os saberes espaciais e a produção dos espaços e dos territórios (Blunt & McEwan, 2002).

Como começávamos por expor, o conteúdo deste livro corresponde a uma selecção dos contributos apresentados no *I Colóquio Luso-Brasileiro de Teoria e História da Geografia* em Novembro de 2017, cuja componente principal decorreu da investigação realizada até então pelas equipas portuguesa e brasileira do Projecto FCT/CAPES «Saberes geográficos e Geografia institucional», acrescida de uma série de comunicações propostas por investigadores de proveniência muito diversa, que aceitaram o repto definido no título do próprio Colóquio: «Relações

científicas e institucionais no século XX: circulação do saber, agentes e contextos». Propositadamente, deixámos de fora desta publicação os textos entretanto publicados ou aceites para publicação na forma de artigos ou capítulos de livro correspondentes ao desenvolvimento de algumas linhas de pesquisa projectadas no plano de trabalhos do Projecto, mas que foram sobretudo aprofundadas na sequência deste evento. Tal é o caso dos ensaios sobre História da Cartografia e a formação territorial do Brasil devidos a Jaime Cortesão (Oliveira, 2017, 2018a), bem assim como aqueles que os prolongam para a figura de Armando Cortesão (Oliveira, 2019) ou para aquela outra de Bernardino José de Sousa (Oliveira & Paiva, no prelo). Enquanto este último caso será particularmente relevante para compreender a convergência luso-brasileira em tempo de Estados Novos de Salazar e Getúlio Vargas, os dois primeiros permitiram aprofundar as condições do exercício da actividade científica em contexto de exílio político no Brasil e na Europa entre as décadas de 1920 e 1960 (Oliveira, 2018b).

Seguindo a mesma ordem de ideias, remetemos os leitores interessados para os resultados alargados da investigação entretanto realizada a propósito de dois geógrafos em torno dos quais se articulou uma parte muito significativa das pesquisas realizadas pelas equipas portuguesa e brasileira do Projecto: Orlando Ribeiro e Milton Santos. No primeiro caso, foi explorado o «diálogo» mantido com o seu colega brasileiro Aroldo de Azevedo a propósito de temáticas específicas da Geografia Urbana (Paiva & Oliveira, 2019), enquanto se realizou um exercício até certo ponto paralelo que articula o pensamento de Milton Santos com o de Ruy Mauro Marini (Machado, 2017). A análise das principais redes de sociabilidade científica que ligam a figura e a obra de Orlando Ribeiro e a Geografia brasileira sua contemporânea foi também concretizada a propósito do trabalho de campo que este geógrafo português realizou em diferentes territórios latino-americanos, em particular aquele que incidiu sobre a fisionomia das paisagens agrícolas, as cidades e o urbanismo (Oliveira, no prelo).

A primeira parte do livro que têm nas mãos regista a sessão inaugural do Colóquio de 2017, anunciada com a mesma designação consagrada que aqui se retoma: «A prática da Geografia». Tratou-se de uma sessão especial, pensada para a leitura de testemunhos de marcado cunho autobiográfico, os quais ficaram a cargo de Suzanne Daveau e Pedro Pinchas Geiger. A relevância destes testemunhos e da circunstância em que foram produzidos aconselhou a individualizá-los como peça autónoma no interior do livro, tendo-se também conservado o essencial do debate mantido com a assistência no decurso da mesma sessão e anotado todas as passagens que avalíamos carecerem de contextualização. No caso da intervenção de Suzanne Daveau, foi transcrita a gravação da respectiva comunicação, a qual foi

posteriormente validada pela própria, a quem reiteramos o nosso agradecimento. O mesmo é válido para as intervenções de Jorge Malheiros, que moderou esta sessão e teve a seu cargo elaborar as conclusões concernentes.

Na segunda parte do livro, reúne-se um conjunto de oito ensaios que exploram explicitamente as relações recíprocas entre as Geografias portuguesa e brasileira, destacando itinerários intelectuais e académicos, o papel de instituições e a difusão de obras que marcaram o intercâmbio de saberes geográficos no espaço luso-brasileiro. No primeiro ensaio, Cristina Pessanha Mary e Luciene Carris Cardoso centram-se no papel desempenhado pela Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, contextualizando as circunstâncias da criação destes organismos emblemáticos do período anterior à institucionalização da Geografia académica-universitária no Brasil e ao aparecimento dos corpos que enquadrariam a prática da Geografia brasileira do século XX em contexto extra-universitário, como o Conselho Nacional de Geografia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Associação dos Geógrafos Brasileiros. De modo particular, é explorada aqui a relevância das suas iniciativas para o projecto político de construção da nacionalidade brasileira e o modo como esse desiderato se harmonizou – ou não – com a lógica própria da Sociedade de Geografia de Lisboa e o projecto colonial português em África que estava na sua matriz.

Estabelecendo a ponte entre a História e a Geografia, Eduardo Holderle Peruzzo desenvolve uma análise simultânea às obras de Jaime Cortesão e Fernand Braudel articulada em torno da presença de conceitos manifestamente decorrentes das leituras geográficas destes dois historiadores. Em particular, é lido o modo como quer Cortesão quer Braudel incorporaram o pensamento vidaliano nas suas obras, assim como de que forma a circunstância do exílio brasileiro de Cortesão acabou por propiciar uma sonora divergência com Braudel a propósito do entendimento dos preceitos do *possibilismo* e do *determinismo* geográficos.

No terceiro ensaio, Daniel Paiva, Jonathan Felix Ribeiro Lopes e Francisco Roque de Oliveira tratam de reflectir sobre o papel desempenhado pelas publicações científicas periódicas na circulação internacional de conhecimento. No seu estudo, analisam a presença de temas e geógrafos brasileiros num conjunto de 12 revistas académicas portuguesas publicadas durante o século XX. A partir do levantamento bibliográfico realizado, identificam os períodos mais significativos de colaboração entre as duas comunidades científicas, fixam um primeiro retrato das redes de colaboração então estabelecidas entre os geógrafos brasileiros e portugueses e ensaiam um conjunto de explicações que visam responder às diferenças de intensidade que este relacionamento conheceu ao longo do período estudado.

O quarto estudo apresentado nesta segunda parte do livro é assinado por Gleydson Gonzaga de Lucena, que examina a difusão da obra de Josué de Castro em Portugal. A partir da identificação dos mais importantes livros, artigos e entrevistas que Josué de Castro publicou ou concedeu em Portugal, oferece-se aqui um complemento útil para a definição da biografia e do pensamento geográfico do autor de *Geografia da fome*, assim como se analisa a coincidência entre os momentos de maior difusão da obra deste geógrafo brasileiro em Portugal e o período do seu exílio em França.

Nos três ensaios seguintes abordam-se circunstâncias específicas da influência exercida por geógrafos portugueses e brasileiros junto dos seus pares do outro país. Daniel Paiva e Francisco Roque de Oliveira debruçam-se sobre os estudos urbanos de Aroldo de Azevedo e Orlando Ribeiro, figuras cimeiras da Geografia paulista e lisboeta da segunda metade do século XX. Através da análise da linguagem comum desenvolvida por estes dois geógrafos, nomeadamente o uso de metáforas organicistas que comparam a cidade a um corpo biológico – destacando-se aqui aquelas que descobrem nas cidades uma «fisionomia», um «ciclo de vida» e a pertença a uma «família» –, o tema é aproveitado para uma leitura sobre o contributo deste diálogo para o debate alargado sobre a história do urbanismo hispânico que já então envolvia historiadores de arte, arquitectos e outros geógrafos a partir da síntese proposta por Sérgio Buarque de Holanda na 2.^a edição de *Raízes do Brasil*, em 1947, debate esse fortemente condicionado por visões nacionalistas.

Por seu turno, Thiago Machado, André Carmo e Jorge Malheiros investigam a mobilização das ideias de Milton Santos nos trabalhos da designada «Escola de Geografia de Lisboa», cujo núcleo central foi constituído em torno do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, fundado por Orlando Ribeiro em 1943. A partir da análise de alguns eventos geográficos ocorridos em Portugal e no Brasil que contaram com a presença de Milton Santos, assim como do levantamento de referências bibliográficas dos artigos publicados na revista *Finisterra* entre a década de 1960 e o final do século XX, estes autores registam a existência de um diálogo irregular com a obra de Milton Santos em Portugal e ensaiam a respectiva explicação à luz das especificidades das trajectórias epistemológicas da Geografia no Brasil e em Portugal nesse mesmo período. Já João Luís Fernandes investiga a presença da obra do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert nos trabalhos da «Escola Geográfica de Coimbra». A partir de uma narrativa que também encerra uma forte componente autobiográfica, Fernandes enumera os diversos trabalhos realizados no Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra que aplicaram os principais conceitos trabalhados por Rogério Haesbaert desde a publicação de *O Mito da Desterritorialização*, em 2004.

No oitavo ensaio incluído na segunda parte do livro, Aquilino Machado articula Geografia e Literatura ao estudar a importância dos itinerários geográficos na obra de Aquilino Ribeiro. A sua pesquisa incide na viagem que Aquilino Ribeiro realizou ao Brasil em 1952, descrevendo a experiência do escritor a bordo do paquete *Vera Cruz*, os contactos que manteve no Rio de Janeiro com intelectuais brasileiros e portugueses, assim como as subsequentes viagens que realizou na mesma ocasião a outras partes do Brasil, para depois avaliar o modo como esta viagem, incluindo os registos escritos fragmentários que dela resultaram, se traduziu numa maior presença do Brasil nas subsequentes obras literárias do autor.

O último ensaio desta série volta a articular expressamente temáticas próprias da Geografia e da História. Aqui, Pedro de Almeida Vasconcelos oferece-nos um levantamento e uma descrição de algumas das mais importantes fontes necessárias para a realização de trabalhos no domínio da Geografia Histórica disponíveis no Brasil e em Portugal, seja em arquivo, seja em versão impressa e entretanto publicadas por diversos organismos. Este levantamento e análise de fontes toma por base a sua própria investigação sobre a Geografia Histórica da cidade de Salvador.

A terceira parte deste livro – «Temas gerais, caminhos singulares» – inclui cinco estudos que incidem sobre contributos específicos para a afirmação ou a consolidação do pensamento geográfico e da trajectória da Geografia institucional de Portugal e do Brasil, incluindo a discussão contextualizada de alguns conceitos-chave da disciplina.

No primeiro destes ensaios, Ricardo Coscurão aborda o contributo de Manuel António Ferreira-Deusdado para o ensino da Geografia em Portugal na transição do século XIX para o século XX. Coscurão sintetiza o percurso biográfico e a principal bibliografia geográfica de Ferreira-Deusdado, sublinhando, simultaneamente, o seu contributo para as temáticas associadas ao ensino da Geografia e a interferência que o projecto colonial português da transição do século XIX para o século XX exerceu na sua obra.

No segundo destes estudos, João Sarmento investiga o percurso de três geógrafas portuguesas activas em Moçambique entre o final do período colonial e os primeiros anos da democracia em Portugal e de Moçambique independente. Trata-se de um contributo para o estudo da afirmação e declínio da «Geografia Tropical» portuguesa e da forma como este projecto científico se desenvolveu na «Escola de Geografia de Lisboa» e se articulou com o colonialismo português tardio. Trata-se também de uma pesquisa que permite situar as condições associadas ao tardio estabelecimento do Ensino Superior da Geografia na África lusófona e as vicissitudes da transição para as independências.

Os três últimos ensaios da terceira parte do livro centram-se em alguns aspectos mais notórios da discussão conceptual em Geografia trazida pela experiência brasileira mais recente. Ana Cristina da Silva discute as diferentes formulações do conceito de território na Geografia brasileira, centrando-se no período posterior a 1980. Para o seu exercício de epistemologia endógena, Silva mostra que este conceito ganhou considerável popularidade neste período, não obstante o significado polissémico que a noção de território adquiriu mercê dos distintos referenciais teóricos simultaneamente mobilizados. Por sua vez, Nelba Azevedo Penna questiona a aplicação do conceito de vulnerabilidade social e espacial às políticas públicas de habitação em cidades, mobilizando o Plano Piloto de Brasília como exemplo paradigmático da importância da segregação espacial para a produção de vulnerabilidades sócio-espaciais. No último ensaio desta série, Fronika de Wit ajuda-nos a perceber a contínua relevância do pensamento de Bertha Becker – geógrafa brasileira que trabalhou durante mais de 30 anos nos conceitos de território e poder na Amazônia brasileira – para o urgente estudo da governança climática e do desenvolvimento sustentável no espaço amazónico.

Resta-nos agradecer a todos os autores pela generosidade dos seus contributos e a disponibilidade que tiveram durante o longo processo de edição do livro. O nosso agradecimento é extensivo a Jorge Malheiros e Herculano Cachinho, coordenadores do núcleo de investigação ZOE – Dinâmicas e Políticas Regionais e Urbanas do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, que assumiu a edição deste livro. Devemos a Margarida Ferreira, no Departamento de Relações Internacionais da FCT, o acompanhamento sempre atento que permitiu a boa execução do Projecto «Saberes geográficos e Geografia institucional» (2016-2019) que está na origem deste livro. Agradecemos também a Fernando Dias Benedito, Rute Vieira e João Ribeiro o apoio prestado no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa às diferentes tarefas de edição. A João Rodrigues o nosso reiterado reconhecimento pela disponibilidade e bom gosto que colocou no desenho da capa do livro. No Rio de Janeiro, Susana Mara Miranda Pacheco garantiu sempre que entre o princípio e a conclusão deste trabalho o trânsito continuasse a ser tão fluído como aquele que vem mantendo connosco ao longo de mais de 20 anos de estreita colaboração académica e sincera amizade.

Bibliografia

- BLUNT, A., & McEWAN, C. (Eds.) (2002). *Postcolonial Geographies*. Nova Iorque: Continuum.
- CASTELO, C. (2012). Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, 19(2), 391-408.
- CLERC, P. (Ed.) (2013). *Géographie. Épistémologie et histoire des savoirs sur l'espace*. Paris: SEDES/CNED.
- JÖNS, H., HEFFERNAN, M., & MEUSBURGER, P. (2017). Mobilities of Knowledge: An Introduction. In J. Jöns, P. Meusbürger, & M. Heffernan (Eds.), *Mobilities of Knowledge* (pp. 1-19). Londres: Springer.
- MACHADO, E. V. (2013). Entrevista com o professor Jorge Gaspar. *Geosul*, 28(56), 211-253.
- MACHADO, T. A. (2017). Geografia e Dependência: o diálogo entre Milton Santos e Ruy Mauro Marini a partir da teoria do subimperialismo. *GEOgraphia*, 19(40), 185-190.
- OLIVEIRA, F. R., & MACHADO, M. S. (2014). *Saberes geográficos e Geografia institucional: influência e relações recíprocas entre Portugal e o Brasil no século XX. Concurso de Acordos Bilaterais – Projecto Convénio FCT/CAPES*. Texto inédito.
- OLIVEIRA, F. R. (2017). A «Ilha Brasil» de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, 22(1191). Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1191.pdf>.
- OLIVEIRA, F. R. (2018a). O cartógrafo no seu labirinto: Jaime Cortesão e o «mito da Ilha-Brasil». In A. C. Canas, J. C. Domingues & L. Saraiva (Eds.), *Actas/Anais do 7º Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática* (Vol. 2, pp. 91-122). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Matemática.
- OLIVEIRA, F. R. (2018b). Jaime Cortesão: escritos e geografias do exílio. *GeocritiQ*, 391. Disponível em: <http://www.geocritiq.com/2018/05/jaime-cortesao-escritos-e-geografias-do-exilio>
- OLIVEIRA, F. R. (2019). Armando Zuzarte Cortesão (1891-1977): vida, exílio e mapas. In A. T. Matos (Ed.), *Homenagem aos Fundadores da Academia de Marinha* (pp. 70-105). Lisboa: Academia de Marinha.
- OLIVEIRA, F. R. (no prelo). El México de Orlando Ribeiro: cuaderno de campo, fotografías y textos a la Conferencia Regional Latinoamericana de la Unión Geográfica Internacional de 1966. *Investigaciones Geográficas. Boletín del Instituto de Geografía de la Universidad Nacional Autónoma de México*, 100.
- OLIVEIRA, F. R., & PAIVA, D. (no prelo). «Na dor ou na alegria»: Bernardino José de Sousa e a convergência luso-brasileira em tempo de Estados Novos de Salazar e Vargas. In A. N. Sousa & C. B. N. Vaz (Eds.), *A Geografia no Alvorecer da República: Contribuições à História da Ciência Geográfica no Brasil*. Bahia: Edufba – Editora da Universidade Federal da Bahia.

- PAIVA, D., & OLIVEIRA, F. R. (2019). The organic metaphor in twentieth-century Lusophone urban geography: cities and their history in the work of Aroldo de Azevedo and Orlando Ribeiro. *Journal of Historical Geography*, 63, 73-81.
- ROLLO, M. F., QUEIROZ, M. I., BRANDÃO, T., & SALGUEIRO, A. (2012). *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX – Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

I. A prática da Geografia

Comunicações apresentadas na sessão inaugural do
I Colóquio Luso-Brasileiro de Teoria e História da Geografia
Centro de Estudos Geográficos-IGOT, Lisboa, 2 de Novembro de 2017

Reflexões sobre o relacionamento entre as Geografias portuguesa e brasileira das décadas de 1960-80

Suzanne Daveau
Universidade de Lisboa

De De Martonne a Deleuze e Guattari

Pedro Geiger
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Moderação da sessão

Jorge Malheiros

Transcrição, revisão e notas

Francisco Roque de Oliveira

Apresentação

Jorge Malheiros
Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa

Se é um prazer estar neste Colóquio, é uma honra estar ladeado – e não me levem a mal por o dizer assim – por dois «monstros da Geografia» lusófona – enfim, luso-francesa, num caso, e brasileira no outro. Nós, quando organizámos este colóquio – mais por iniciativa do meu colega Francisco Roque de Oliveira – achámos que, havendo uma questão de história e teoria da Geografia, tinha de haver aqui algo sobre «contar a história». E «contar a história», com um conhecimento da história maior do que aquele que nós temos, do que aquele que procuramos nos documentos, que procuramos reconstruir entrevistando pessoas, lendo artigos, percebendo o que está escrito nas cartas, vendo as circunstâncias em que as instituições são fundadas, vendo o pensamento que está nas instituições, vendo a base do ensino que aparece nos programas. Para nós, era importante que o início do Colóquio tivesse algo associado ao «contar a história» por dentro. Mas, mais do que «contar a história» por dentro – e é por isso que nós temos aqui muitas, muitas décadas juntas das Geografias de Portugal e do Brasil –, mais do que «contar essa história», dizia, era importante ter pessoas que conseguissem reflectir sobre essa história e, portanto, que não só contassem, mas que também trouxessem as suas reflexões sobre o que aconteceu.

A Professora Suzanne Daveau, que fez toda a sua formação em França – desde a base até ao doutoramento –, tem também tantos anos de Portugal como eu desde que nasci – e, portanto, é tão portuguesa como eu sou, e já tenho pouco mais de meio século... Por isso, tem um conhecimento muito profundo da Geografia portuguesa e consegue fazer essa ponte que é colocá-la em contraponto, por exemplo, com a Geografia francesa. Se é conhecida nos últimos anos – eu diria, ao longo do último quarto de século – pelo esforço que tem dedicado a divulgar as obras do Professor Orlando Ribeiro (a Professora Suzanne Daveau foi esposa do Professor Orlando Ribeiro), também é muito conhecida em Portugal pelos trabalhos na área da Geografia Física e do ambiente. Há um pequeno livro

seu sobre o ambiente de que vínhamos a falar ainda há pouco – *O Ambiente Geográfico Natural*¹ –, que é uma literatura muito didáctica e que nós ainda utilizamos nas aulas, apesar de ter sido escrito – também ele – há mais de um quarto de século. Mas a Professora Suzanne Daveau não trabalhou apenas Geografia Física: ela própria pode contar esta história, mas começou por trabalhar na área da Geografia como um todo – Geografia Física e Geografia Humana – e até podemos situar a sua tese de doutoramento na área da Geopolítica. É uma tese sobre a fronteira que separa a França da Suíça, através das montanhas do Jura, que existe na nossa Biblioteca [do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa] e que mostra como o trabalho dos geógrafos era mais eclético e menos especializado do que aquele que fazemos hoje².



Figura 1. Mesa da sessão inaugural do I Colóquio Luso-Brasileiro de Teoria e História da Geografia: Suzanne Daveau, Jorge Malheiros e Pedro Geiger. Centro de Estudos Geográficos-IGOT, Lisboa, 2 de Novembro de 2017. Fotografia: Francisco Roque de Oliveira.

¹ Referência ao livro de síntese da Geografia Física *O Ambiente Geográfico Natural* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976). Originalmente catalogado na colecção «Manuais escolares» da Imprensa Nacional, esta obra conheceu uma 2.ª edição revista em 1990, integrada na colecção «Humanismo e Ciência» das Edições João Sá da Costa (Lisboa), e entretanto foi reeditada quatro vezes, a última das quais com o título *Geografia e geógrafos: o ambiente geográfico natural* (Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos, 2019). Ver Ferreira & Daveau (1997, p. 52).

² Suzanne Daveau doutorou-se em Letras pela Universidade de Paris (Sorbonne) em 1957 com uma tese principal em Geografia Humana sobre a fronteira franco-suíça do Jura: *Les régions frontalières de la montagne jurassienne. Étude de géographie humaine*. Orientada por Georges Chabot, então director do Institut de Géographie de Paris, é considerada a primeira tese apresentada em França sobre a temática de uma fronteira. Ver Chabot (1960, pp. 516-518) e Lebeau (1961, p. 83).

Falando de Geopolítica, o Professor Pedro Geiger, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no contexto da Geografia brasileira tem um impacto equivalente àquele que a Professora Suzanne Daveau tem no contexto da Geografia portuguesa. Tem muitos trabalhos nas várias áreas da Geografia Humana. Curiosamente, coincidem os dois no interesse pela Geopolítica porque ambos trabalharam esta área da Geografia. O Professor Pedro Geiger manteve-se sempre na área da Geografia Humana e, além disso, teve um papel importante ao nível da intervenção social, e não apenas ao nível do trabalho exclusivamente académico.

Posto isto, eu creio que estamos em óptimas condições para perceber melhor o que é que foi a Geografia brasileira e o que é que foi a Geografia portuguesa na perspectiva de ambos – eu diria, dos anos 60 até à actualidade. Assim, vamos começar pela Professora Suzanne. Passo-lhe a palavra – e depois passarei ao Professor Pedro Geiger. Muito obrigado a ambos: é uma honra tê-los a abrir o Colóquio.

Reflexões sobre o relacionamento entre as Geografias portuguesa e brasileira das décadas de 1960-80*

Suzanne Daveau
Universidade de Lisboa

Bom dia a todos. Tenho muito prazer em vos tentar apresentar o que o Jorge Malheiros me pediu, insistindo muito para que eu participasse no vosso Colóquio. Deixei-me levar, e assim vou-vos falar um pouco sobre o início das relações entre a Geografia em Portugal e a Geografia no Brasil. O Jorge pediu-me para evocar, em especial, o período durante o qual eu trabalhei no Centro de Estudos Geográficos, que corresponde *grosso modo* às décadas de 1960, 1970 e 1980. Mas, ao reflectir sobre o que vos ia dizer, pareceu-me que tinha de recuar um pouco mais no tempo, para evocar como é que as relações entre Portugal e o Brasil se criaram no domínio da Geografia. Para isso, eu tenho de contar certos acontecimentos da vida do meu marido, Orlando Ribeiro, porque foi através dele que essas relações se estabeleceram. Assim – e rapidamente –, vou começar por recuar mais no tempo, e evocar os primeiros tempos da Geografia em Portugal.

A Geografia em Portugal – estou a falar da chamada Geografia universitária, académica – começou no início do século XX, quando se instituiu o ensino da Geografia em Lisboa. Quem foi encarregado de ensinar a Geografia foi um médico (não havia geógrafos na altura), [Francisco Xavier da] Silva Teles. Em 1904, Silva Teles foi encarregado de ensinar a Geografia no então designado Curso Superior de Letras³.

* Transcrição da comunicação apresentada ao I Colóquio Luso-Brasileiro de Teoria e História da Geografia | Centro de Estudos Geográficos-IGOT, Lisboa, 2 de Novembro de 2017. Transcrição da gravação áudio, revisão e notas: Francisco Roque de Oliveira. Revisão final das respectivas intervenções por Suzanne Daveau e Jorge Malheiros. Agradecemos a Aldo Paviani, Suzanne Daveau e Teresa Barata Salgueiro o esclarecimento de diversos aspectos referidos nas notas e legendas acrescentadas a esta comunicação, assim como a João Ribeiro a ajuda concedida na identificação dos documentos pertinentes do Arquivo Antigo do Centro de Estudos Geográficos.

³ Em 1901, a cadeira de Geografia foi incluída no Curso Superior de Letras, que tinha sido instituído em Lisboa em 1858. Em 1904, o médico naval Francisco Xavier da Silva Teles (1860-1930) concorreu à sua docência, para o que apresentou a tese intitulada *A concepção das unidades geográficas. Introdução*

Depois apareceu outro Professor, [Luís] Schwalbach⁴, que não deixou uma memória muito grande, não criou realmente geógrafos – ensinava Geografia, mas não trouxe novidades. Pelo contrário, Silva Teles, que era um médico da Marinha, conhecia o mundo e, por isso, trouxe consigo uma visão do mundo já interessante. No último ano da vida de Silva Teles, Orlando Ribeiro – jovem, muito jovem na altura – foi seu aluno. Mas entretanto Silva Teles morreu, de modo que Orlando Ribeiro acabou por tirar o curso, mas sem grande entusiasmo. Por meios próprios, fez uma tese de doutoramento sobre a Arrábida⁵, lugar acessível desde Lisboa, onde morava e onde o pai dele era droguista. Depois disso – e como ele tinha revelado bom nível –, foi-lhe oferecido o lugar de *leitor* de português em Paris, que ele aceitou com entusiasmo, porque era a oportunidade de completar a sua formação no Instituto de Geografia de Paris, que era um dos grandes centros de ensino de Geografia, dirigido na altura pelo Professor Emmanuel de Martonne⁶. Aliás, mais ou menos nesta altura o Professor De Martonne viajava no Brasil e começava a fazer observações de geomorfologia no Brasil⁷.

Assim, entre 1937 e 1940 Orlando Ribeiro está em Paris. Possivelmente encontrou já ali brasileiros, mas não tenho a certeza. Agora, o que é interessante é que ele era *leitor* de português – quer dizer, tinha de ensinar a História, a «civilização» portuguesa – e, curiosamente, há um trabalho dele dedicado ao Brasil que, com certeza, terá proferido desde 1939, primeiro no quadro do seu leitorado em Paris, a seguir no *Curso de Férias* da Faculdade de Letras de Coimbra, mas que apenas será publicado em 1942, na revista *Brasília* do Instituto de Estudos Brasileiros da Univer-

à *Antropogeografia*, tornando-se então o primeiro responsável pela regência da cadeira de Geografia. Ver Medeiros (2013, pp. 956-960).

⁴ Luís Schwalbach (1888-1956) sucedeu a Silva Teles, tendo sido o principal responsável pelo curso de Geografia na Faculdade de Letras de Lisboa entre 1930 e 1955, quando passou a ser dirigido por Orlando Ribeiro. Ver Mesquita (2018, pp. 81-89).

⁵ Referência à tese de doutoramento de Orlando Ribeiro em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, intitulada *A Arrábida. Esboço geográfico* (1935).

⁶ Aluno – e depois genro – de Paul Vidal de La Blache, Emmanuel de Martonne (1873-1955) era professor de Geografia na Universidade de Paris desde 1909, no mesmo ano em que publicou o *Traité de géographie physique*, sucessivamente reeditado até 1954. Reconhecido especialista em Geomorfologia, criou os Institutos de Geografia de Rennes (1889), Lyon (1905) e da Sorbonne (1923), e ainda a Associação de geógrafos franceses (1920). Organizou o Congresso Internacional de Geografia de Paris (1931) e foi presidente da União Geográfica Internacional entre 1935 e 1952. Ver Ribeiro (1973, pp. 163-264), e Nardy (2011, pp. 112-113).

⁷ Emmanuel de Martonne estanciou duas vezes no Brasil entre 1933 e 1938, tendo leccionado na Universidade de São Paulo e realizado levantamentos morfológicos, que sintetizou num estudo considerado pioneiro na área de Geomorfologia climática: De Martonne (1943, 1944). Ver também Valverde (1980/1983-1984, p. 6).

cidade de Coimbra⁸. Este texto é muito interessante por mostrar o que ele sabia do Brasil na altura. Em particular, tinha já acesso aos trabalhos do sociólogo Gilberto Freyre, que mostravam a importância da influência portuguesa no Nordeste do Brasil⁹.

Em 1943, durante a Guerra, Orlando Ribeiro recebeu em Lisboa um geógrafo francês que já tinha trabalhado muito no Brasil, Pierre Deffontaines¹⁰. Nos anos 30 – como provavelmente o nosso colega Pedro Geiger vos vai contar – Deffontaines tinha tido um papel importante nos primeiros passos da Geografia no Brasil¹¹. Nesta altura, Orlando Ribeiro não era só Professor na Universidade: também já tinha criado um pequeno centro de investigação – o famoso Centro de Estudos Geográficos que funcionará sobretudo aqui, em Lisboa, mas que ele tinha criado em Coimbra, desde 1943. Mas era um centro ainda quase simbólico: Orlando Ribeiro tinha conseguido agrupar à sua volta três jovens, alugar um quarto pequeno e contratar um desenhador. Um dos seus ajudantes era um engenheiro que se tinha formado na Alemanha, Mariano Feio, e que mais tarde veio a criar a Geografia em Évora¹². Conseguiu também ter a ajuda de um jovem sociólogo, Francisco Tenreiro, um mestiço da ilha de São Tomé, que se formou em Geografia com ele¹³. Por último, houve uma aluna de Geografia – entre várias outras, mas que

⁸ Referência a Ribeiro (1942). Este texto correspondeu a uma conferência proferida no 15.º Curso de Férias da Faculdade de Letras de Coimbra, em Agosto de 1939. A revista *Brasília* foi publicada com uma cadência irregular entre 1942 e 1968 pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra. Constituiu um dos resultados, no plano da edição, do Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941. Ver Oliveira & Paiva (no prelo).

⁹ Sobre a leitura que Orlando Ribeiro fez das obras de Gilberto Freyre, ver Ribeiro (2017, pp. 560-562, 682-685).

¹⁰ Sobre os contactos entre Orlando Ribeiro e Pierre Deffontaines, ver Ribeiro (2017, pp. 554-555, 625-628).

¹¹ Discípulo de Jean Brunhes, Pierre Deffontaines (1894-1978) esteve no Brasil entre 1934 e 1939, tendo participado na fundação dos cursos superiores de Geografia da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, para além de ter sido um dos co-fundadores da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1934, e de ter estado associado à criação do Conselho Nacional de Geografia, em 1937. Ver Lecocq-Müller (1961, pp. 43-46), e Seabra (2008, pp. 38-45).

¹² Depois de se ter licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior (1936), Mariano Feio (1914-2001) estudara até 1942 Geologia, Paleontologia e Geomorfologia em Berlim e em Munique. Em 1944, foi convidado por Orlando Ribeiro para Assistente de Geografia na Universidade de Lisboa. Em 1952-54 ensinará Geografia na Universidade Federal de Paraíba e, mais tarde, fundará os estudos de Geografia na Universidade de Évora (1975). A sua tese de doutoramento em Ciências Geográficas, intitulada *A evolução do relevo do Baixo Alentejo e algarve. Estudo de Geomorfologia* (1952), é considerada um marco na Geomorfologia portuguesa. Ver Daveau (2002).

¹³ Poeta e geógrafo nascido em São Tomé e diplomado pela Escola Superior Colonial de Lisboa, Francisco Tenreiro (1921-1963) doutorou-se em Geografia com a tese *A ilha de São Tomé: estudo geográfico* (1961). Ver Daveau (1962).

apenas se formavam ali para poder ensinar no Liceu – uma delas, Raquel Soeiro de Brito – hoje Professora jubilada da Universidade Nova de Lisboa –, que também se formou nesta altura, no minúsculo Centro de Estudos Geográficos¹⁴.

Entretanto, tendo acabado a II Guerra Mundial, o Professor De Martonne – que era um dos mais conhecidos geógrafos do mundo e o Presidente da União Geográfica Internacional – conseguiu que o Congresso seguinte ao que tinha decorrido em 1938 em Amesterdão, e o primeiro a realizar-se depois da Guerra, decorresse em Lisboa. Isto foi uma manobra para que o Congresso não decorresse na América, dado que os norte-americanos queriam organizar já o seguinte Congresso. Mas De Martonne, que tinha ainda muita autoridade na União Geográfica Internacional, conseguiu que o Governo português aceitasse acolher o Congresso. Deste modo, em 1949, foi em Lisboa que decorreu o primeiro Congresso Internacional de Geografia do pós-Guerra¹⁵.

Entre outros, vieram muitos Brasileiros a este Congresso de 1949. Com base nas Actas do Congresso, calculei que participaram 108 Brasileiros¹⁶. Nesta lista enorme, eu anotei o nome de pessoas que eu viria a conhecer mais tarde. Por exemplo, Aziz Ab'Saber, com quem fizemos – Orlando Ribeiro e eu – uma grande excursão na Serra da Estrela¹⁷; Aroldo de Azevedo¹⁸, de cujas obras o Orlando fez duas grandes

¹⁴ Licenciada em 1945, colaboradora do Centro de Estudos Geográficos entre 1948 e 1960 e docente da Faculdade de Letras de Lisboa a partir de 1952, Raquel Soeiro de Brito (n. 1925) defendeu em 1955 a tese de doutoramento *A ilha de São Miguel: estudo geográfico*, tendo sido a primeira mulher a doutorar-se em Geografia em Portugal. Professora no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina a partir de 1959, veio a fundar os departamentos de Antropologia (1977) e Geografia e Planeamento Regional (1980) da Universidade Nova de Lisboa, da qual se jubilou como Professora Catedrática em 1996. Ver Brito (2017, pp. 15-41). o

¹⁵ Referência ao XVI Congresso da União Geográfica Internacional, que decorreu em Lisboa, organizado por Orlando Ribeiro, com o apoio próximo de Mariano Feio, Francisco Tenreiro, Raquel Soeiro de Brito e Alfredo Fernandes Martins. Ver UGI (1950-1952), e Brito (1966).

¹⁶ Para a listagem completa dos membros brasileiros do Congresso de Lisboa, ver UGI, 1950, I, pp. 31-35.

¹⁷ Aziz Ab'Saber (1924-2012) foi Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade de São Paulo (USP), tendo sido director do Instituto de Geografia da USP entre 1969 e 1982. Especializado em Geomorfologia e activista das questões ambientais, foi agraciado em 2001 com o Prémio Ciência e Meio Ambiente da UNESCO. Ver Ribeiro (2011, pp. 544-546).

¹⁸ Aroldo de Azevedo (1910-1974), Professor na USP, doutorou-se com a tese *Os subúrbios orientais da cidade de São Paulo* (1945), tendo sido o primeiro catedrático de Geografia da USP. Foi um dos sócios fundadores da AGB, além de director do *Boletim Paulista de Geografia*, entre 1949 e 1961. Realizou um extenso trabalho de divulgação didáctica da Geografia e incursões relevantes no domínio da Geografia Política, de que é exemplo «O Império Colonial Português e o Brasil», apresentado no IX Congresso Brasileiro de Geografia (Florianópolis, 1940). Ver Ribeiro (2011, pp. 323-366).

recensões nossa revista *Finisterra*¹⁹; Nilo [Bernardes]²⁰ e Lysia Bernardes²¹; Nice Lecocq-Müller, que conheci mais tarde no Brasil²²; Antonio Penteadado, que também nos visitou aqui mais tarde²³; Hilgard O'Reilly Sternberg, que eu conheci primeiro no México, quando fomos conhecer as terras dos Maias com ele, e muitas vezes em Portugal – ele vinha aqui muitas vezes, era um grande amigo do meu marido²⁴; Orlando Valverde, que, como vou dizer, foi convidado pouco tempo depois para o Primeiro Seminário Internacional de Geografia, que se realizou aqui, em Lisboa, em 1967²⁵.

¹⁹ Referência a: Ribeiro (1966, 1978, 2014, pp. 773-784).

²⁰ Nilo Bernardes (1922-1991) desenvolveu extensa obra no domínio da Geografia Agrária, tendo trabalhado durante mais de três décadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de ter sido docente do Colégio Pedro II e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) Ver Alves (2016).

²¹ Lysia Maria Cavalcanti Bernardes (1924-1991) trabalhou no IBGE entre 1944 e 1968 e foi docente nos cursos de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Eleita Presidente da AGB em 1965, coube-lhe organizar nesse ano o II Congresso de Geógrafos Brasileiros. Ver Nacif (2014, pp. 85-87).

²² À data do Congresso de Lisboa, Nice Lecocq-Müller (1921-2008) era assistente de Geografia Humana da USP, onde se doutorara em 1946, em Ciências (Geografia), com a tese *Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo*, orientada por Pierre Monbeig. Em 1969, defendeu na USP a tese de livre-docência *O fato urbano no vale do Paraíba*, pela qual recebeu o Prémio Almirante Gago Coutinho da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1970, tendo sido representada nessa cerimónia por Raquel Soeiro de Brito. Ver Casares (1970, pp. 229-238), Lecocq-Müller (1974, p. 864), Vasconcelos (2012, p. 487), Silva (2012, p. 72).

²³ Antonio Rocha Penteadado (n. 1924) doutorou-se em Geografia na USP com uma tese intitulada *Problemas de colonização e de uso da terra na Região de Brigantina do estado do Pará* (1967), orientada por Aroldo de Azevedo. Este estudo foi distinguido com o Prémio Almirante Gago Coutinho da Sociedade de Geografia de Lisboa e publicado em Lisboa pela Junta de Investigações do Ultramar, em 1968. A sua obra *Belém - Estudo de Geografia Urbana* (1968) constitui a tese apresentada em 1966 ao concurso de livre-docência na cadeira de Geografia do Brasil na USP, na qual leccionou. À data do Congresso de Lisboa, Rocha Penteadado era assistente de Geografia na USP e Professor na Universidade Católica de S. Paulo. Ver UGI (1950, I, p. 34), Casares (1965, pp. 291-306), e Penteadado (1968, pp. 1-3).

²⁴ Aquando do Congresso de Lisboa, Hilgard O'Reilly Sternberg (1917-2011) era catedrático de Geografia do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia e Geografia Económica da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro). Em 1965, foi o secretário-executivo da Comissão Organizadora do Congresso Internacional de Geografia do Rio de Janeiro, altura em que foi eleito primeiro vice-presidente da União Geográfica Internacional, sucedendo no cargo a Orlando Ribeiro. A partir de 1964, fixa-se nos Estados Unidos, leccionando em Berkeley, Califórnia. Em 1966, Hilgard O'Reilly Sternberg e a sua mulher, a geógrafa Carolina da Silveira Lobo Sternberg, realizam uma excursão no México maia na companhia de Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau, que haviam participado na Conferência Regional Latino-Americana da UGI que decorreria na Cidade do México. Ver Lacorte, Mirando, Brito, e Machado (2011), Oliveira (no prelo).

²⁵ Este Seminário decorreu entre 13 e 26 de Março de 1967, organizado pelo Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa – Instituto de Alta Cultura, sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian. O número 3 da revista *Finisterra* (1967) é-lhe integralmente consagrado. Ver também *I Seminário Internacional de Geografia* (1968).

Apesar de tudo isto, Orlando Ribeiro ainda não tinha conseguido ir ao Brasil. Mas, em 1952, Portugal adquiriu um grande navio transatlântico, o *Vera Cruz* – um paquete de luxo –, que fez uma viagem inaugural muito brilhante, para mostrar que «Portugal não era um país pequeno», como se dizia na altura²⁶... Esta viagem levou, entre outras pessoas, um grupo de «sábios», que iam representar a *intelligentsia* portuguesa. O Orlando conseguiu fazer parte do grupo e chegou, assim, ao Rio [de Janeiro], em 1952, nesta viagem inaugural do *Vera Cruz*²⁷. Houve umas reuniões, com discursos, etc., e depois a maior parte das pessoas regressaram a Lisboa. O Orlando ficou e conseguiu ser convidado pelos colegas brasileiros que já conhecia ou que acharam interessante conhecê-lo melhor. Deste modo, ele viajou durante cerca de um mês através do Brasil, convidado em toda a parte a fazer excursões, a proferir conferências²⁸. Como ele diz no que escreveu sobre isso, ele andou «de Santa Catarina até ao Amapá». Dali – e como era vice-presidente da União Geográfica Internacional –, ele seguiu para o Congresso da UGI, que decorria em Washington²⁹, depois de ter visitado rapidamente o Peru. Teve, assim, uma visão, de Sul para Norte desta América que ainda não conhecia.

Isso ocorreu em 1952. Em 1956, ele conseguiu voltar ao Brasil, para participar num novo Congresso Internacional da UGI, que se organizava no Rio de Janeiro. Depois desse Congresso, ocorreu também um Curso de Altos Estudos Geográficos, que foi ocasião para reunir, digamos assim, alguns dos melhores geógrafos do mundo³⁰. O Orlando guardava uma lembrança ótima destes encontros e ficou

²⁶ Referência ao mapa «Portugal não é um país pequeno: superfície do império colonial português comparada com a dos principais países da Europa», peça de propaganda do Estado Novo concebida por Henrique Galvão para a I Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto em 1934.

²⁷ Orlando Ribeiro recebe o convite formal para integrar a «Missão Intelectual do Brasil», organizada pelo Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), através de carta endereçada pelo respectivo secretário nacional, José Manuel da Costa, datada de 4 de Fevereiro de 1952. Além de Orlando Ribeiro, integram esta «Missão» António Ferrer Correia, Bernardo Xavier Coutinho, Daniel Vieira Barbosa, José Osório de Oliveira, Luís Forjaz Trigueiros, Vitorino Nemédio e Luís Ribeiro Soares. Ver carta de José Manuel de Costa a Orlando Ribeiro, 4 de Fevereiro de 1952; carta de José Manuel de Costa a Orlando Ribeiro, 25 de Fevereiro de 1952; e Ribeiro (2013, pp. 148-150).

²⁸ No Arquivo Antigo do Centro de Estudos Geográficos existem cópias de diversas missivas enviadas por Orlando Ribeiro aos seus colegas brasileiros através das quais se propõe aproveitar a sua participação na viagem inaugural do *Vera Cruz*, com início marcado para 20 de Março desse ano, para estabelecer contactos, realizar conferências, realizar excursões e discutir problemas e métodos de pesquisa. Ver p. ex. carta de Orlando Ribeiro a Aroldo de Azevedo, 13 de Fevereiro de 1952; carta de Orlando Ribeiro a Hilgard O'Reilly Sternberg, 13 de Fevereiro de 1952; carta de Orlando Ribeiro a Josué de Castro, 4 de Março de 1952; carta de Orlando Ribeiro a Victor Ribeiro Leuzinger, 4 de Março de 1952.

²⁹ Referência ao XXVII Congresso Internacional de Geografia da UGI, que decorreu em Washington em 1952.

³⁰ Referência ao XVIII Congresso Internacional de Geografia da UGI, realizado no Rio de Janeiro em 1956 e o primeiro destes encontros que decorreu no hemisfério Sul (ver *supra* nota 24). Na sequência

muito amigo de todos os colegas que conheceu na altura. Estes Congressos internacionais, realizados – em princípio – de quatro em quatro anos, eram a única ocasião que as pessoas tinham então para se conhecerem. O Congresso seguinte foi o de Estocolmo, em 1960³¹ e vou aqui mudar de capítulo, porque vou entrar também em cena...

Na altura, eu era Professora na Universidade de Dakar, no Senegal. Como o Jorge Malheiros já disse, eu tinha feito um doutoramento tratando da fronteira franco-suíça – um trabalho de Geografia Política, pode-se dizer: a influência de uma fronteira sobre a organização do espaço próximo³². Na altura, era preciso apresentar dois trabalhos, uma tese principal e uma tese complementar. Para realizar a segunda, obtive uma bolsa para a África ocidental, onde fiz um trabalho de Geomorfologia³³. Entretanto, a França – que vivia uma fase de descolonização das suas possessões da África – acabava de criar uma Universidade em Dakar. Como eu tinha gostado muito de trabalhar em África, candidatei-me e fui imediatamente contratada. Na altura, ser doutor abria portas – não é como hoje, em que há muitos doutores que estão em grande dificuldade para arranjar emprego. Éramos tão poucos, que era fácil conseguir trabalho, de forma que eu fui logo nomeada professora da Universidade de Dakar, onde ia passar alguns anos³⁴.

Como disse, em 1960, realizou-se um Congresso da UGI em Estocolmo. Fui ao Congresso e encontrei ali uma pessoa da qual já tinha ouvido falar em África pelos meus colegas, mas que nunca tinha encontrado e que era o Professor Orlando Ribeiro. A partir deste momento, a minha vida tomou uma orientação diferente – ainda que foram precisos mais cinco anos para nos conseguirmos reunir, porque foi apenas em 1965 que casámos e que me instalei em Lisboa. Desde então, sou tão portuguesa como francesa. Ora, até essa altura, o pequeno Centro de Estudos Geográficos funcionava ainda fechado num quartinho, com um desenhador e um jovem que tinham recrutado – o António Machado Guerreiro – para fazer as escritas³⁵, e que pagavam com muita dificuldade. Mas foi nesta mesma altura que

deste Congresso, o Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil (CPGB) – pela mão de Hilgard Sternberg – organizou um Curso de Altos Estudos Geográficos, no qual participaram Carl Troll, Irwin Raisz, Pierre Deffontaine, André Cailleux, Pierre Birot, Pierre Monbeig, além de Orlando Ribeiro. Ver Evangelista (2004).

³¹ Referência ao XIX Congresso Internacional de Geografia da UGI, que decorreu em Estocolmo, em 1960.

³² Ver *supra* nota 2.

³³ Referência à *thèse complémentaire* de Suzanne Daveau em Geografia Física sobre la região de Bandiagara, no actual Mali, orientada por Jean Dresch (Daveau, 1959). Ver Pinchemel (2011, p. 153), Firmino & Nunes (2016, pp. 179-180).

³⁴ Suzanne Daveau foi Professora da Universidade de Dakar (Senegal) entre 1957 e 1964.

³⁵ Referência a António Machado Guerreiro (1919-2007), que assessorou o Centro de Estudos Geográficos desde a sua fundação, em 1945, até 1990. Ver Daveau & Medeiros (2008) e Amaral (2008).

construíram os novos edifícios da Cidade Universitária – entre outros, o edifício da Faculdade de Letras, onde o Centro conseguiu um espaço magnífico, onde funcionou até há apenas cinco anos. Estão aqui presentes pessoas que trabalharam nesse espaço da Faculdade de Letras e que sabem quanto ele se tornou pouco a pouco apertado. Mas para nós, nos anos 60, era maravilhoso. Havia gabinetes quase individuais, havia uma biblioteca privativa, uma cartoteca, uma sala de desenho, um laboratório de Geomorfologia, estávamos muito bem instalados. Além disso, éramos – entre investigadores e técnicos – cerca de 20 pessoas. E como é que tudo isto funcionava? Funcionava porque, entretanto, tinha aparecido a Fundação Calouste Gulbenkian, que financiou eficazmente e pela primeira vez a ciência em Portugal. Dinheiro, apenas tinha havido antes durante o curto período do Congresso de 1949. Depois viera o período a que o Orlando chamou o das «vacas magras». Mas, graças à Gulbenkian, iniciou-se um novo período, de «vacas gordas»: foi possível mandar os jovens formarem-se no estrangeiro com bolsas; foi possível comprar material, comprar até um *jeep* – enfim, uma maravilha de condições de trabalho.

Neste contexto, Orlando Ribeiro propôs a realização do que chamou um *Primeiro Seminário Internacional de Geografia* – um *Primeiro Seminário* que ficou, aliás, o único! Mas esta reunião foi extremamente interessante, tendo sido muito bem concebida por ele. Não havia uma quantidade de pessoas que não se conheciam e que mal teriam tido tempo para se falarem. Além dele, participaram apenas mais quatro pessoas, das quais duas eram francesas – Jean Demangeot e Étienne Julliard – e, se posso assim dizer, havia dois «brasileiros»: um «verdadeiro», que era Orlando Valverde³⁶, e um brasileiro de «adoção», o botânico Pierre Dansereau, um canadiano que tinha trabalhado muito no Brasil – ao ponto de, muito mais tarde, em 1998, os brasileiros lhe terem feito uma homenagem muito amiga e muito completa em Belo Horizonte, na qual tive o prazer de participar³⁷.

³⁶ Orlando Valverde (1917-2006) esteve vinculado ao IBGE entre 1938 e 1982 e foi presidente da AGB entre 1984 e 1986. Aluno de Leo Waibel na Universidade de Wisconsin-Madison no imediato pós-Guerra, nas décadas de 1960 e 1970 foi Professor visitante na Universidade de Califórnia em Los Angeles (UCLA) e nas Universidades de Heidelberg e Bordéus, onde ministrou matérias de Geografia Agrária tropical. Leccionou também na PUC-Rio e distinguiu-se nas matérias relativas à gestão florestal da Amazônia. Ver Valverde (1991-1992, 2002), Adas (2006), e Suertegaray, Paula, Pires e Silva (2017).

³⁷ Formado em Agronomia, no momento da sua vinda ao Seminário de Lisboa, o canadiano Pierre Dansereau (1911-2011) chefiava o Departamento de Ecologia do New York Botanical Garden e era professor titular de Ecologia na Universidade de Montreal. Tendo também leccionado nas Universidades de Michigan e Columbia, iniciou as suas pesquisas no Brasil nos domínios da Biogeografia e Ecologia no decorrer da década de 1940, no âmbito da cooperação científica estabelecida entre o Brasil e a França, tendo nessa altura leccionado na Universidade do Brasil e na USP. Em Setembro de 1998, foi homenageado em Belo Horizonte no âmbito do *Simpósio Ética Ecológica e Educação para o Desenvolvimento: A Mensagem de Pierre Dansereau*. Ver Vieira & Ribeiro (1999), Sá, Sá e Palmer (2017).

Como havia então dinheiro no Centro de Estudos Geográficos, foi também nesta altura que se começou a publicar a revista *Finisterra*, e um dos seus primeiros fascículos, o número 6, foi consagrado às comunicações do Primeiro Seminário Internacional de Geografia³⁸. Estivemos uma semana a ouvir comunicações aqui em Lisboa, e uma outra semana a realizar trabalho de campo todos juntos, de maneira que passámos a conhecer-nos muito bem³⁹.

Tanto o Orlando como eu éramos muito interessados pelas regiões tropicais, e foi também nesta altura que tivemos uma proposta dos nossos colegas de Paris – que lançavam uma colecção de livros didácticos de Geografia –, para escrevemos, ele e eu, uma espécie de manual de ensino de alto nível sobre *La zone intertropicale humide*, onde tanto a África como o Brasil têm largo desenvolvimento⁴⁰.

Começou então uma fase nova, que se pode chamar o «período dos estagiários». Como o Centro se estava a desenvolver e como tinha espaço suficiente, podíamos receber jovens vindos de fora. Entre outros, vieram muitos estagiários do Brasil, que começavam a tirar o curso no Brasil e que acabavam a sua formação na Europa. A partir deste momento, parte deles vieram para Portugal. Ficavam dois a três anos em Portugal, ou ficavam um ano em Portugal e depois iam muitas vezes a França – na altura todos eles falavam francês –, especialmente para Estrasburgo, às vezes para Paris ou outras universidades – Bordéus, por exemplo. Entre os numerosos jovens brasileiros que vieram viver connosco, formar-se aqui, eu vou evocar alguns que tiveram percursos diferentes, para ilustrar um pouco o que foi o convívio muito interessante que tivemos na altura.

Vou falar primeiro de uma senhora que infelizmente morreu muito nova, que para o Orlando e para mim era quase a nossa «filha» brasileira, Maria Regina Mousinho de Meis⁴¹. Ela tinha ido a Paris com Antônia Déa Erdens⁴² fazer um estágio

³⁸ Ver *supra* nota 25.

³⁹ A excursão principal do Seminário realizou-se à Extremadura e Portugal Central e decorreu entre 18 e 25 de Março de 1967. Ver Ribeiro (1968).

⁴⁰ Referência a Daveau & Ribeiro (1973).

⁴¹ Maria Regina Mousinho de Meis (1939-1985) licenciara-se em Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e possuía o curso de Metodologia da Geografia pela mesma Universidade quando se apresentou às provas de doutoramento em Geografia pela Universidade de Lisboa, em Novembro de 1976 (ver *infra* nota 48). Era nessa altura Professora auxiliar do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante a sua formação, frequentara as Universidades de Paris e Heidelberg e realizara um estágio de especialização em Geomorfologia no Centro de Estudos Geográficos, orientada por Orlando Ribeiro. Ver Informação de Orlando Ribeiro, 28 de Novembro de 1963; Certificado de Orlando Ribeiro, 4 de Abril de 1974; *Diário da República – II Série*, n.º 175, 28 de Julho de 1976, p. 4944; Santos (2016, pp. 251-257).

⁴² Antônia Déa Erdens integrou a equipa fundadora do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, em 1959, e doutorou-se pela Universidade de Paris-Sorbonne em

com o Professor Pierre Birot⁴³: as duas jovens queriam formar-se em Geomorfologia e tinham ido frequentar as aulas de Pierre Birot que, aliás, era um grande amigo do Orlando⁴⁴. No regresso, elas quiseram passar por Lisboa, para conhecer Portugal, e vieram-se apresentar ao Professor de Geografia. Não foram muito bem recebidas, não sei bem porquê: creio que tinha havido antes uma brasileira, ou um brasileiro, que tinha deixado a impressão de não trabalhar muito ou de estar apenas a passear, de maneira que o primeiro contacto foi um pouco seco da parte do Orlando⁴⁵. Mas muito rapidamente as duas raparigas conseguiram convencê-lo de que queriam mesmo trabalhar, e o contacto tornou-se logo excelente. Orlando, sempre que encontrava pessoas interessadas, levava-as logo para o campo – o trabalho de campo era para ele fundamental: mostrar a paisagem, interpretar a paisagem, tanto da cidade como do campo. De maneira que, muito rapidamente, Orlando Ribeiro, Regina Mousinho e Déa Erdens estabeleceram contactos amigos.

Por essa altura – em 1965 – decorreu um Congresso no Rio. O Orlando foi lá, eu também fui (Figura 2)⁴⁶. Viajámos primeiro na região do Rio, depois fizemos uma larga excursão nos arredores da Baía, dali fomos até Fortaleza, e fizemos também uma grande viagem através do Ceará. Mais tarde, Regina Mousinho começou a preparar uma tese em Geomorfologia. Deste modo, Orlando e eu estivemos a dirigir um pouco à distância o trabalho que ela fazia, vindo várias vezes a Portugal

1973. Em parceria com Milton Santos – então seu colega na Universidade de Bahia –, assinou um estudo pioneiro da geografia urbana brasileira. Em conjunto com Maria Auxiliadora da Silva, Déa Erdens assinaria também as traduções portuguesas de *Por uma Geografia Nova* (1978), *A urbanização desigual* (1980) e *Manual de Geografia urbana* (1981) de Milton Santos. Ver Silva (2002), Silva (2014, pp. 222-225), e Dantas e Silva (2018).

⁴³ Pierre Birot (1909-1984), Professor na Universidade de Paris-IV Sorbonne e especialista em Geomorfologia, foi autor do influente manual *Les méthodes de la morphologie* (1955), no qual desenvolve a matéria de cursos ministrados anos antes na Faculdade de Ciências do Porto e na Faculdade de Letras de Lisboa e reunidos em *Essai sur les problèmes de morphologie générale* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1949). *Précis de géographie physique* (1959), *Les formations végétales du globe* (1965) e *Régions naturelles du globe* (1970) constituíram outras das suas obras de referência, associando também o seu nome aos domínios da Climatologia e da Biogeografia. Ver Rebelo & Cunha (1985, pp. 146-149), e Lhénaff (1984, p. 137).

⁴⁴ Ver Ribeiro (1985, pp. 183-194).

⁴⁵ Uma «Nota geral» sobre as candidaturas regulares a bolsas de estudo em Geografia recebidas no Centro de Estudos Geográficos, que inclui um parecer abonatório para os casos de Aldo Paviani (Universidade de Brasília), Pedro Agostinho da Silva (Universidade da Bahia) e Maria Regina Mousinho (Universidade do Rio), pode ler-se em Informação de Orlando Ribeiro, 20 de Setembro de 1973, pp. 2-3. Ver também: *Relatório* (1966, pp. 5-6).

⁴⁶ Referência ao II Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado no Rio de Janeiro em Julho de 1965, organizado pela AGB, presidida por Lysia Bernardes. Ver *supra* nota 21; II Congresso Brasileiro de Geógrafos (1965, p. 528).

para discutirmos o trabalho que tinha entretanto feito. Depois, ela passou um mês comigo na Mauritânia em trabalho de campo, conhecendo ali um deserto como não há no Brasil – porque a aridez do Nordeste brasileiro não é nada comparável à que impera na Mauritânia⁴⁷. Durante um mês andámos lá no «verdadeiro» deserto, e Regina Mousinho acabou por decidir defender a tese aqui em Lisboa – uma honra que fez ao nosso Centro (Figura 3)⁴⁸. O Orlando publicou uma resensão desta tese na *Finisterra*, em 1979⁴⁹. Infelizmente, poucos anos depois, em 1985, a Regina morreu de repente de colapso cardíaco. Foi uma perda muito grande.



Figura 2. Orlando Ribeiro, Antônia Déa Erdens, Suzanne Daveau e Maria Regina Mousinho de Meis em Salvador (Bahia, Brasil), Agosto de 1965. Fonte: Ribeiro (2003, p. 121).

⁴⁷ Esta estada para trabalho de campo na Mauritânia decorreu no inverno de 1965/66, enquadrada pelo projecto «Recherche Coopérative sur Programme» (RCP, n.º 72 «le Quaternaire du Sahel mauritanien»), financiado pelo Centre Nationale de la Recherche Scientifique (CNRS) e dirigido por Suzanne Daveau. Ver Daveau (1970, pp. 20-38) e Alegria (2015, p. 60 e p. 73).

⁴⁸ Referência à tese de doutoramento em Letras (Geografia Física) de Maria Regina Mousinho de Meis, intitulada *Contribuição ao Estudo do Terciário Superior e Quaternário da Baixada de Guanabara*, defendida na Faculdade de Letras de Lisboa em 1976. Ver carta de Maria Regina Mousinho de Meis a Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau, 19 de Agosto de 1974; carta de Maria Regina Mousinho de Meis ao Director Geral dos Serviços Culturais – Ministério da Educação Nacional, 22 de Abril de 1974.

⁴⁹ Referência a Ribeiro (1979).



Figura 3. Doutoramento de Maria Regina Mousinho de Meis na Universidade de Lisboa, Novembro de 1976. Da esquerda para a direita: António Galopim de Carvalho (Faculdade de Ciências de Lisboa), Suzanne Daveau, Orlando Ribeiro, Maria Regina Mousinho de Meis, Henrique João de Barahona Fernandes (Reitor da Universidade de Lisboa), Ilídio do Amaral (Faculdade de Letras de Lisboa) e Mariano Feio (Instituto Universitário de Évora).

Fonte: Arquivo particular de Suzanne Daveau.

Outro exemplo destes jovens que vinham estagiar aqui é o de Aldo Paviani (Figura 4)⁵⁰. Teve um percurso diferente. Tinha-se já formado no Brasil e veio completar a sua formação aqui, o que fez com tanta seriedade, que o seu estudo – uma monografia de uma pequena vila, Alenquer, um excelente trabalho – publicou-se também num dos primeiros números da *Finisterra*⁵¹. Depois ele foi para Brasília – enfim, eu resumo muito o percurso dele –, onde o encontrei quando estive pela última vez no Brasil, em 1998, onde ele me organizou toda uma série de visitas muito interessantes, tanto em Brasília como nos arredores.

⁵⁰ Professor Emérito da Universidade de Brasília (2004) e especialista em estudos urbanos e ambientais, Aldo Paviani desenvolveu uma extensa obra sobre Brasília. Entre Janeiro de 1967 e Janeiro de 1968, quando era docente na Universidade Federal de Santa Catarina (Rio Grande do Sul), Paviani realizou um estágio de aperfeiçoamento no Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, beneficiando de uma bolsa atribuída pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. No CEG, trabalhou directamente com Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau, Ilídio do Amaral e Maria Alfreda Cruz. Ver Paviani (1968), Vasconcelos (2012, pp. 486-488), Paviani e Rogeiro (2014).

⁵¹ Referência a Paviani (1968).



Figura 4. Aldo Paviani (primeiro à direita) com outros colegas brasileiros na Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa, 1967. Fonte: Paviani & Rogeiro (2014).

Outro exemplo – entre muito mais –, é o de Maria Auxiliadora da Silva⁵². Tenho a lembrança de uma rapariga muito simpática, que na altura era muito novinha, muito inocente e que ficou um ano aqui. Depois foi estagiar em Estrasburgo, formou-se, etc., e tem ainda hoje em dia um papel importante na Geografia brasileira.

Ainda outro exemplo da circulação destes jovens que vieram estagiar aqui, desta vez trata-se de um geógrafo francês chamado Jan Bitoun. Trabalhava com Teresa Barata Salgueiro e praticava a Geografia Urbana, tendo feito um estudo sobre um bairro de Lisboa⁵³. Foi depois para o Brasil, e eu tive também o prazer de o reencontrar nesta minha última viagem [ao Brasil], no Recife, onde me mostrou a cidade e me levou até Olinda.

⁵² Licenciada em História pela Universidade Federal da Bahia (1964) e Doutorada em Geografia pela Universidade de Estrasburgo (1972), Maria Auxiliadora da Silva é Professora associada do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Durante o ano de 1966, estagiou no Centro de Estudos Geográficos como bolsista do Instituto de Alta Cultura, tendo realizado pesquisa na área da Geografia Rural, em Coruche. Nessa ocasião, privou de perto com Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau, assim como Francisco Tenreiro, Jorge Gaspar e Maria Alfreda Cruz. Ver *supra* nota 42; carta de Orlando Ribeiro ao director da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, 21 de Dezembro de 1966; Silva (2014, pp. 212-218).

⁵³ Referência ao estudo «La Baixa: centre traditionnel des affaires de Lisbonne», que Jan Bitoun (n. 1950) realizou entre 1967 e 1971 no âmbito da graduação em Geografia (Maitrise), orientado por Jean Bastié e apresentado na Université de Paris X – Nanterre. Para a preparação deste trabalho, Jan Bitoun permaneceu durante cerca de nove meses no Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, onde trabalhou com Teresa Barata Salgueiro e Jorge Gaspar. Doutorado em Geografia Humana e Organização do Espaço pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (1981), Jan Bitoun foi Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) entre 1979 e 2018, quando se aposentou. Ver Bitoun, Pereira, Machado, Furtado, e Buss (2008, pp. 224-225), e Sposito e Silva (2012, p. 106).

Como estão a ver, esta circulação acontecia entre três pólos, o Brasil, Portugal e a França. Na altura, era a circulação mais habitual dos geógrafos lusófonos e francófonos e criámos assim muitas relações científicas, que se tornavam muito facilmente também de amizade – era sempre um prazer reencontrarmo-nos anos depois, neste ou naquele lugar. Como estava a dizer, a minha última viagem ao Brasil foi em 1998. Eu fui lá a pedido de Pierre Dansereau, esse canadiano botânico, ecologista, que trabalhou tanto no Brasil e a quem os colegas de Belo Horizonte fizeram uma magnífica homenagem com a publicação de um livro muito interessante⁵⁴. Ele tinha-me dito na altura: – «Ah, gostava muito que viesse, para participar nesta cerimónia e representar assim Portugal». Ele gostava com efeito muito de Portugal – a dada altura até tinha pensado comprar cá uma casa, para passar os invernos em Lisboa em vez de os passar nas neves do Canadá. E foi assim que acabei por dar uma grande volta no Brasil: Belo Horizonte – de onde Nice Lecocq-Müller me levou até Ouro Preto; depois fui a Brasília, onde encontrei o Paviani; depois o Recife, Olinda, e voltei.

Tentei assim dar uma pequena ideia, forçosamente incompleta, do que foram estes contactos muito proveitosos, muito agradáveis que existiram durante aquelas décadas entre Portugal, a França e o Brasil.⁵⁵

⁵⁴ Referência a Vieira & Ribeiro (1999). Ver *supra* nota 37.

⁵⁵ De modo a incluírem as anotações ao debate, as referências bibliográficas da comunicação de Suzanne Daveau são indicadas no final desta secção.

De De Martonne a Deleuze e Guattari^{**}

Pedro Geiger

Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1. Entrei na antiga Universidade do Brasil em 1940, num momento mundial crítico, com a Segunda Grande Guerra iniciada em primeiro de setembro de 1939.

Existem acontecimentos que respondem a uma necessidade, expressando uma relação *causal*, como no caso do feto que necessita sair e provoca o nascimento. À ausência de uma necessidade, o acontecimento pode ocorrer, ou não ocorrer, como quando o tempo fecha e não chove, sendo *contingente*.

A Segunda Grande Guerra foi um evento contingente, que expôs os desencontros entre os interesses do capital financeiro, de natureza mais internacional, e os do capital industrial, de natureza mais nacional. A Alemanha já havia se recuperado dos efeitos da derrota na Primeira Guerra e uma nova Guerra não respondia a uma necessidade. Ela havia retomado o Sarre e se remilitarizado, quebrando imposições do Tratado de Versalhes. Ela anexara a Áustria e ocupara a Boêmia, retomado o poderio econômico, militar e político, e a guerra não se apresentava mais como uma *necessidade* premente. Neville Chamberlain, o primeiro ministro inglês, representando o então país sede do capital financeiro, fez de tudo para evitar a luta armada, deflagrada por uma decisão ideológica nazista do *führer* Hitler. Outros exemplos do jogo *causalidade/contingência* são dados pela história luso-brasileira. A revolta republicana pernambucana de 1817 expressou necessidades e contingências criadas num ambiente americano já marcado pela revolução norte-americana. Uma das contingências provinha da permanência da família real portuguesa no Rio de Janeiro, desde 1808, o que certamente facilitou a derrota dos rebeldes. A necessidade brasileira por maior liberdade em medidas econômicas e de decisões autônomas na articulação internacional acabaria fazendo a independência ocorrer a um dado momento, e Dom João, ao retornar a Portugal em 1821, sugere ao príncipe Pedro «colocar a coroa antes que algum aventureiro lance mão nela».

^{**} Texto da comunicação lida no I Colóquio Luso-Brasileiro de Teoria e História da Geografia | Centro de Estudos Geográficos-IGOT, Lisboa, 2 de Novembro de 2017.

O nascimento se realiza com dores de parto e a Segunda Grande Guerra pode ser considerada como o nascimento da atual globalização. Nela os combates se deram desde todos os oceanos a quase todos os países. (A Argentina, sem ter a tradição Suíça, se manteve neutra durante toda a Guerra e se tornou um refúgio de nazistas ao seu fim. Quando do ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, todos os países americanos se reuniram no Rio de Janeiro, e sob a presidência de Oswaldo Aranha, decidiram pelo rompimento diplomático com os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão –, medida ignorada pela Argentina. Em represália, a Argentina foi excluída de ser fundadora das Nações Unidas, e é o Brasil, na época o primeiro dos fundadores por ordem alfabética, quem abre, anualmente, as sessões daquele órgão). O conflito promovera avanços tecnológicos impressionantes por parte dos beligerantes, como no caso da informática, dos motores a jato, da balística, e que iriam se constituir em suportes da globalização.

Qualquer acontecimento, seja ele devido a uma relação de causa e efeito, ou seja ele o resultado de uma contingência, é sempre acionado por um gatilho. As contrações são o gatilho do nascimento e sua ausência provoca a cesariana; ações elétricas acionam as tempestades. No caso do «grito do Ipiranga», em 1822, o gatilho foi a carta de Lisboa ordenando o retorno do príncipe Pedro a Portugal.

2. A modernidade capitalista, instalada desde a segunda metade do século 19, vinha compreendendo novas divisões do trabalho, inclusive no campo do conhecimento, afetando a postura clássica, unitária, da Filosofia, frente ao conhecimento. A modernidade passou a valorizar as ciências da natureza e as de aplicação econômica, Geografia e História passando a perder primazias. Elas passaram a ter prestígio como guardiãs de manifestações de viés nacionalista. Nos países centrais, por exemplo, justificando o *colonialismo*.

A área institucional da Geografia e da História viu a criação, no século 19, dos *Institutos de Geografia e História* e das *Sociedades de Geografia*, que passavam a reunir diplomatas, militares, advogados, funcionários públicos e outros, além de professores de Geografia e História.

Nas primeiras décadas do século 20, os horrores da Primeira Grande Guerra e as crises econômicas passaram a incrementar as críticas ao estado das coisas criado pelo capitalismo e pela dominância do utilitarismo econômico. No campo do ensino universitário começam a se ampliar as vistas para as letras e para a filosofia. No Brasil, Geografia e História só passaram a figurar nos currículos universitários a partir dos anos 30, com a criação das Faculdades de Filosofia, tendo sido acoplados os dois cursos, na antiga tradição. Eu me formei nas duas.

A continuidade da atuação corporativista do capitalismo e da sua divisão do trabalho, contudo, conduziu à divisão, no Brasil, nos anos 50, do antigo Curso de Geografia e História. Em todos os países do Centro, e no Brasil, passaram a ser criadas as *Associações*, exclusivas, que à diferença das *Sociedades*, exigem de seus membros a posse de diplomas universitários das respectivas disciplinas, ou de disciplinas afins.

A História havia recebido um impulso positivo provocado pelo *marxismo*, que surge nos meados do século 19, e que passara a defini-la como ciência. Em contrapartida, este impulso recebeu fortes barreiras, dada a reação que o marxismo provocou nas sociedades capitalistas. Às motivações políticas da rejeição ao marxismo se somaram equívocos teóricos, como os de considerá-la como defensora de *determinismos*. Na verdade, como mostrado por Badiou e Althusser (1979), o marxismo considera *níveis de instâncias*, atuando em conjunto, o do econômico agindo como um motor, *determinante*, mas os outros, como o da ideologia, ou da política, atuando como *dominantes*. Comparando a um automóvel, é o motor o que determina a sua movimentação, mas o motor só funciona através de uma ligação com a chave de ignição, um ato dominante. «É o homem quem faz a história», declarou Marx.

Após a Segunda Guerra, com as novas críticas ao capitalismo e os maiores avanços do socialismo, enquanto a questão do bem estar humano vai ganhando maior valoração, se observa o retorno do maior de interesse pelo marxismo, pela História, e por toda a Filosofia.

Marx dera pouca atenção à Geografia. Além do que, ao contrário das suas previsões, que o socialismo se instalaria primeiro num país capitalista central, onde este *modo de produção* já teria esgotado suas capacidades de reprodução, ele foi tentado inicialmente na Rússia, na periferia. Num primeiro momento, a Geografia não acompanhava os novos avanços políticos da História.

O socialismo, porém, trouxera a prática do planejamento estatal, e que passou a ser exercido também pelos regimes liberais e pelas ditaduras de direita, seja como instrumento para sair de crises, seja como instrumento de minimizar a oferta socialista. O planejamento valoriza a abordagem espacial e um exemplo marcante foi o *New Deal* de Franklin Roosevelt, nos anos 30, como reação à grande crise internacional dos anos 20 e 30. Inspirado nas idéias *keynesianas*, promoveu o sistema de seguridade social, o *Social Security* e o planejamento regional para o vale do Tennessee, o *Tennessee Valley Authority*. As ditaduras de direita instaladas no bojo daquela crise, como a de Portugal, com Salazar, e do Brasil, com Getúlio Vargas, também ofereciam a seu favor, como alternativa à ameaça comunista, a prática do planejamento estatal. O auge desta captura se deu com Hitler, que incluiu o termo *socialismo* na sigla do seu partido, o *nazionalsocialismus*, *nacional socialismo*, ou *nazismo*.

Note-se que nos anos 30 cada país procurou a sua saída da crise, Roosevelt criando a seguridade social, o Brasil queimando estoques de café para segurar preços e instalando a *Consolidação das Leis Trabalhistas, CLT*, e a Alemanha se rearmando como forma de incentivar a produção industrial. Um quadro diverso do observado com a crise de 2008/12, na globalização atual, com os países cooperando para uma solução coletiva.

O planejamento passou a trazer maior interesse pelo espaço geográfico, uma vez que o direcionamento dos investimentos deveria ser orientado não apenas por setores econômicos, mas também, segundo as regiões e os lugares. Abria-se a perspectiva de uma retomada da Geografia. Particularmente em países de dimensão continental, como o Brasil, fazia-se necessário aprimorar o conhecimento do território para a governança e para o planejamento. Na década de 30, foi criado no Brasil o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*, ao tempo em que as disciplinas de História e de Geografia passaram a fazer parte do ensino universitário, na criada *Faculdade Nacional de Filosofia e Letras*.

No entanto, o tema do espaço geográfico no planejamento foi também abraçado pelos economistas, que donos de maior cabedal de linguagem matemática e de uma tradição em matéria do capitalismo e de suas lógicas, assumiram a liderança junto ao Estado. Os economistas criaram novos setores acadêmicos, como o de *economia regional* e o de *economia urbana*, repetindo fenômeno, quando, no Brasil, os arquitetos, valendo-se de seus escritórios profissionais voltados para a construção imobiliária, se apoderaram do tema do urbanismo, concorrendo com a Geografia.

Durante a modernidade e a contemporaneidade os geógrafos não deixaram de lutar para manter o seu conhecimento em alta. Se o capitalismo estimulava cientificismo e corporativismo, eles passaram a introduzir formas próprias de cientificismo e de defesas corporativas.

No aspecto do cientificismo cita-se a introdução de *trabalhos de campo*; a introdução de princípios, como os postulados por De Martonne (1925-1927) e Camille Vallaux (1925) na primeira metade do século 20, o primeiro apresentando cinco princípios, os da *localização*, da *extensão*, da *distribuição*, da *conexão* e da *causalidade*; o segundo caracterizando a Geografia como área de estudos de fenômenos de massa, que se ocupa, não com uma gota de água, ou com uma folha, mas, com os rios e as florestas. Cita-se, também, a participação na *revolução quantitativa* dos meados do século 20. No entanto, os princípios definem qualidades, não a essência do espaço geográfico.

Quanto ao corporativismo, os geógrafos brasileiros conseguiram, além da separação dos cursos universitários da Geografia e da História, a formalização profis-

sional de geógrafo. Pessoalmente, eu não entendia o princípio da causalidade como sendo específico da geografia, uma vez que ele vale para qualquer ciência, e era contrário à formalização da profissão. Entendo o registro profissional válido apenas para àquelas atividades que compreendem responsabilidades jurídicas no seu exercício, como as de médico, engenheiro ou arquiteto.

3. A *globalização*, que envolve todas as atividades em todos os lugares, é que viria oferecer novas oportunidades ao desenvolvimento da Geografia e da filosofia do espaço, criando uma *reiteração do espaço*, na expressão de Edward Soja (1993). Compreendendo uma circulação de enormes volumes de capital sobre a Terra, em dimensões nunca antes observadas, a globalização revaloriza os princípios enunciados por de Martonne, ante as perguntas de, onde? Em que extensão? Em que conexões?

Por outro lado, a aceleração e expansão do conhecimento contemporâneo, acompanhando o desenrolar multiplicador de acontecimentos tiveram dois efeitos: um de fazer a cultura se tornar a *estratégia do capital tardio*, na expressão de Eric Jameson (1996); outra, a de demonstrar a *intangibilidade do real*, as novas descobertas criando novas perguntas e uma complexidade crescente do conhecimento. Ambas as tendências convidaram ao retorno da filosofia e da cultura em geral, conectadas ao progresso científico. *Pós-modernidade* é um termo criado para caracterizar este quadro cultural atual, bastante criticado, sob a alegação de que comeria o período que lhe seguiria? Pós-pós?

Creio que, assim como, num dado momento, a introdução do trabalho de campo e de princípios científicos foi uma inflexão necessária para o desenvolvimento da pesquisa geográfica, atualmente ela solicita o recurso amplo da cultura, que além da ciência e da filosofia compreende as *artes*. Três áreas, com suas linguagens, e que foram tratadas por Paul Valery, em *O Método de Leonardo da Vinci*, por Gilles Deleuze em *A Lógica do Sentido* (1974) e por Gilles Deleuze e Félix Guattari em *O que é a filosofia?* (1992).

Por outro lado, com a globalização e com a crítica à mesma, o espaço passou reas e de suas linguagens que trataram Paul Balery a ser um objeto científico do marxismo contemporâneo. *Geofilosofia* e *Geohistória*, dois termos que figuram na obra citada de Deleuze e Guattari, expressam este desenvolvimento. Um desenvolvimento que, de um lado, mostra filósofos trazendo novas formas de abordagem do espaço e do tempo, re-valorizando a geografia através do conceito de «meio», e de outro lado, os geógrafos retornando às origens filosóficas de sua disciplina.

A geofilosofia trata do «fio estendido» entre a natureza e a vivência do espaço geográfico, ou seja, entre a *terra* e seus *territórios*, e o ato de pensar. Como o que

estou fazendo, ao contar a relação entre o desenvolvimento do meu pensamento e a minha inserção na terra e nos seus territórios. Os autores citados dão como exemplo as relações entre o desenvolvimento de pensamentos filosóficos e a Filosofia com os ambientes da Ásia Menor e da Grécia. Neste meio, no qual surgira a prática da amizade e a prática da conversação entre amigos, é que dera institucionalizada a Filosofia. A relação da Economia Política com a Inglaterra, desde Adam Smith, também poderia ser dada como exemplo da relação de um dado meio com o ato de pensar.

Husserl exige um solo para o pensamento, que seria como a terra, na medida em que não se move nem está em repouso, como intuição originária. Vimos todavia que a terra não cessa de operar um movimento de desterritorialização *in loco*, pelo qual ultrapassa todo território: ela é desterritorializante e desterritorializada. Ela se confunde com o movimento daqueles que deixam em massa seu território [...] que cavalgam numa linha de fuga celeste. A terra não é um elemento entre os outros, ela reúne todos os elementos num mesmo abraço, mas se serve de um ou de outro para desterritorializar o território [...] Os movimentos de desterritorialização não são separados dos territórios que se abrem sobre um alhures, e os processos de reterritorialização não são separados da terra que restitui territórios. São dois componentes, o território e a terra, com duas zonas de indiscernibilidade, a desterritorialização (do território à terra) e a reterritorialização (da terra ao território). Não se pode dizer qual é o primeiro. Pergunta-se em que sentido a Grécia é o território do filósofo, ou a terra da filosofia (Deleuze & Guattari, 1992, p. 113).

A terra e os seus territórios oferecem os quadros elaborados historicamente, «meios», ou *ambientes*. Citando Braudel, os autores conceituam uma *geohistória*, produtora destes «meios» através de processos de imanências e de transcendências. O termo geohistória expressa a união inseparável de história e de geografia. Assim como na geofilosofia se apresentou o pensamento fundado na terra e nos territórios, agora se relaciona os acontecimentos aos «meios», a ambientes. Esta idéia é exposta tratando-se da história do capitalismo, sua origem se relacionando a um dado «meio», este expressando um quadro geográfico e histórico. Escrevem os autores:

Marx constrói exatamente um conceito de capitalismo, determinando os dois componentes principais, trabalho nu e riqueza pura, com sua zona de indiscernibilidade, quando a riqueza compra o trabalho. Porque o capitalismo no Ocidente não na China do século III, ou mesmo século VIII? É que o Ocidente monta e ajusta lexicamente estes componentes, ao passo que o Oriente os impede de vir a termo. *Só o Ocidente estende e propaga seus focos*

de imanência. O campo social não remete mais, como nos impérios, a um limite exterior que o limita de cima, mas a limites interiores imanentes, que não cessam de se deslocar, alargando o sistema e que se reconstituem deslocando-se (Deleuze & Guattari, 1992, pp. 126-127).

Portanto, ao longo do movimento produtor do espaço-tempo, criam-se os *ambientes*, focos de *necessidades* demandantes de soluções, a origem de *acontecimentos* carregados de relações de causas e efeitos, e focos de condições *contingentes*, originárias de situações nas quais os acontecimentos podem ocorrer, ou não ocorrer.

A geografia não se contenta em fornecer uma matéria e lugares variáveis para a forma histórica. Ela não é somente física e humana, mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irredutibilidade da contingência. Ela a arranca do culto das origens, para afirmar a potência de um “meio” [...]. Enfim, ela arranca a história de si mesma, para descobrir os devires. [...] O “devir” não é história: hoje ainda a história designa somente o conjunto das condições por mais recentes que sejam, das quais nos desviamos para um devir, isto é, para criarmos algo de novo (Deleuze & Guattari, 1992, p. 125).

4. *Des-territorialização e re-territorialização*. Deleuze e Guattari comparam o surgimento do capitalismo e sua expansão «até os confins da terra» a uma retomada, numa outra escala, do movimento da antiga civilização grega, de «imperialismo democrático» de «democracia colonizadora», e que produzirá o Europeu. Partindo de vilas e cidades, como mostra Braudel, o capitalismo passou a desterritorializar e a se reterritorializar sobre o Estado nacional moderno, que «culmina na democracia, nova sociedade de «irmãos», versão capitalista da sociedade dos amigos». Estes Estados passaram então a moderar o capitalismo e operar novas reterritorializações. O homem do capitalismo será o proletário ou o imigrante das grandes cidades, a manter o movimento, em suas duas formas, o da «uni vós», dos migrantes, por um novo capitalismo, na América, ou o da «uni vós» dos autóctones russos e chineses pelo socialismo.

«A conexão da filosofia antiga grega com a cidade antiga, a conexão da filosofia moderna com o capitalismo não são ideológicas». Se de certo modo a filosofia serve ao capital, de outro modo, com a desterritorialização levada ao infinito, ela nos traz a *utopia*, elevando «ao mais alto ponto a crítica de sua época». No entanto, «é preciso distinguir as utopias autoritárias, ou de transcendência e as utopias libertárias, revolucionárias, imanentes».

A construção do Europeu não impediu a identificação de diversidades territoriais, com populações *singulares*, cada uma de comportamentos próprios. O capitalismo começou na Flandres, mas passou a ter o seu maior florescimento na Inglaterra. A toda ação corresponde uma reação e talvez isto explique um apego de Albion a costumes, *ao chá das cinco*, a manutenção de uma realeza que reina, mas, não governa, a par com o seu pragmatismo. Separada do continente europeu pelo mar, a Inglaterra se voltará para outros continentes, seu pragmatismo florescerá nos Estados Unidos, sua tradição, no Canadá. Os Estados Unidos se tornarão, porém, o rumo de milhões de imigrantes e se tornarão o símbolo do «eu me fiz», da troca de classe, onde se inventou o termo «milionário».

Já a França, concorrendo com a Inglaterra para ser ela o centro europeu, desenvolveu a ideologia da revolução, e com ela tentou dominar o continente. Quanto à Alemanha, sua unificação tardia atrasou a sua entrada nesta competição, e quando a fez, passou a se valer de agressividade invocando antigos mitos germânicos e valores, o da filosofia, da Grécia, e o de «povo eleito» de Israel, a ponto de negar a existência deste último e praticar o Holocausto.

Portugal não possuía poder para entrar nas disputas européias e se colocou à sombra da Inglaterra. Mais do que outros países europeus, o país dispunha de grande população de judeus, que na época dos descobrimentos ultrapassavam dez por cento do total. A maioria dos judeus, desterritorializados, foi reterritorializada por transcendência como cristã nova, com seu comportamento de ajuste e de cordialidade (Holanda, 1969) Portugal voltou-se mais para as colônias tropicais, Dom João permanecendo no Rio de Janeiro de 1808 a 1921, por 13 anos, criando o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, diferenciando-se ainda mais da Espanha.

O português Europeu foi à América do Sul e lá encontrou o passado mais remoto, sendo vivido pelos índios de Pindorama, e tudo passou a ser permissivo ao sul do trópico de Capricórnio. Em que país da terra se encontra pessoas em trajes de banho de mar caminhando nas ruas de uma metrópole moderna, como em Copacabana, no Rio de Janeiro? A singularidade do Brasil, indicativa de uma infantilidade associada ao indígena, é descrita por Ancelmo Góis, em *O Globo*, como sendo onde a puta se apaixona, traficante se vicia e ministro da Fazenda (Guido Mantega) sonega.

5. *Conclusão.* A europeização se constituiu num capítulo da terra em sua história de capitalismo, um capítulo que se está esmacendo. A Europa foi um meio no qual um porvir passou a povoar as mentes, porém, a Europa se tornaria o centro da Segunda Grande Guerra. Depois da Guerra, as democracias pareciam se impor, ao se tornar maioria, e deram continuidade a um movimento de globalização, que

muitos julgaram como sendo a forma de um *devoir*. «As democracias são maiorias, mas um *devoir* é por natureza o que se subtrai sempre à maioria». O atual não é o *devoir* que se encontra sempre à frente e que não faz parte da história. O atual transcende o presente e faz parte da história. O atual de hoje, o novo, no presente, está mostrando fraturas aparecendo no edifício da globalização, à exemplo do *Brexit*, ou de discursos e atos de Donald Trump.

Cada um de nós vive um presente, um atual e tem um *devoir* à frente, enquanto sobrevive. Fui politizado desde os anos 40, em meio à Guerra, por influência de colega mais velho, Newton de Almeida Rodrigues, tendo me tornado marxista. Considero-me marxista no presente, não visualizando um melhor sistema de análise lógica da história, e pretendo ser deleuziano na atualidade, assumindo a geofilosofia e a geohistória.⁵⁶

⁵⁶ De modo a incluírem as anotações ao debate, as referências bibliográficas da comunicação de Pedro Geiger são indicadas no final desta secção.

Debate

JORGE MALHEIROS: Muito obrigado, Professor Pedro Geiger. Muito obrigado, Professora Suzanne Daveau. As duas intervenções foram muito diferentes, mas têm alguns pontos em comum que são bem interessantes. O primeiro é um diálogo entre o micro e o macro: uma visão centrada especificamente nas relações Portugal-Brasil com uma certa mediação francesa, por um lado, e um posicionamento da Geografia no quadro do pensamento que se liga à Filosofia e à História, por outro. Eu penso que este diálogo micro-macro é muito relevante. Em segundo lugar, há um termo que os dois usam – além de «Geografia», claro – que é «meio geográfico»: ambos referem o termo. E o terceiro aspecto comum aos dois casos é a importância dos geógrafos e dos pensadores franceses: quer no campo mais específico da Geografia brasileira e portuguesa, sublinhado pela Professora Suzanne Daveau, quer no campo mais geral do pensamento filosófico e histórico, que foi utilizado como apoio pelo Professor Pedro Geiger. Estes três pontos são interessantes, e abrem-se aqui uma série de questões em que vale a pena pensar.



Figura 5. Mesa da sessão inaugural do I Colóquio Luso-Brasileiro de Teoria e História da Geografia: Suzanne Daveau, Jorge Malheiros e Pedro Geiger. Centro de Estudos Geográficos-IGOT, Lisboa, 2 de Novembro de 2017. Fotografia: Alfredo Rodrigues Bastos.

Por exemplo, no quadro específico da relação Portugal-Brasil, a mesma parece ter tido mais vezes presença do Brasil em Portugal do que de Portugal no Brasil – em termos de estudantes, de investigadores, etc. Pode ser uma função da dimensão:

o Brasil é maior. Mas talvez não seja apenas isso. Por outro lado, é muito interessante ver este papel que a França assume (e que os investigadores e geógrafos franceses assumem) neste diálogo e na própria Geografia – e que também desafia um pouco as visões mais anglófonas que temos hoje. Depois, há esta proposta do Professor Pedro Geiger de retomar a relação da Geografia com a História, fazendo quase com que a formação seja histórico-geográfica. É também algo para discutir. E, finalmente, a última questão é saber se há mesmo uma recuperação da Geografia nos últimos anos? É um aspecto interessante, porque a verdade é que nos anos 90 o [Francis] Fukuyama falou-nos no «fim da história», mas o [Bertrand] Badie falou-nos no «fim dos territórios» – portanto, também nos lembramos disso e não foi assim há tanto tempo.

Dito isto, o espaço é vosso – as perguntas, venham elas.

AUREANICE DE MELLO CORRÊA: - Bom dia, meu nome é Aureanice de Mello Corrêa, sou Professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É um prazer cumprimentar a Professora Daveau e o Professor Geiger. Quero agradecer a palestra da Professora Daveau, que me fez lembrar Professores que tive, como Lysia Bernardes, [Maria Regina] Mousinho [de Meis], Jan Bitoun – com quem vou estar agora no SIMPURB⁵⁷ – e o Professor Pedro Vasconcelos, [que está] também ali, respeito. Mas a minha pergunta vai para o Professor Pedro Geiger. Professor, só num ponto eu vou discordar do senhor: eu não gostei da citação do Anselmo Góis, que também acho que precisa ser contextualizada. Aquele Brasil que Anselmo Góis descreve é o Brasil que está acontecendo agora, na crise pós-«golpe» – e em que a minha Universidade está envolvida, quase sendo destruída. O senhor esteve lá e viu. Esse não é o Brasil que eu conheci e que nós estávamos caminhando, dentro de um processo democrático, pós-ditadura. Eu tenho 64 anos e passei pela ditadura.

A outra questão é quando [Félix] Guattari e [Gilles] Deleuze trabalham a questão geohistórica e não querem dissociar tempo do espaço. Quando Guattari fala no movimento de territorialização, quando cria essa ideia, ele cria-a enquanto psicanalista. Guattari vai pensar junto com Deleuze uma nova forma do ser – que é o que o Professor [Geiger] coloca [na Geografia] e é um grande caminho para nós, geógrafos, entendermos. O «meio» de Guararu vai estar vivenciado a partir dos múltiplos agenciamentos. É por isso que é um movimento de eterno devir – ele nunca se vai concretizar, ele vai estar sempre em crise e sempre se agenciando: por

⁵⁷ Referência o XV SIMPURB - Simpósio Nacional de Geografia Urbana, realizado na Bahia entre 20 e 23 de Novembro de 2017.

isso é que é sempre novo, [e] por isso é que ele vai criar a esquizo-análise. Então eu queria que o Professor aprofundasse um pouco mais esta questão em relação à Geografia.

PEDRO GEIGER: Primeiro, a extracção que eu fiz de Ancelmo Góis é dele. Se você discorda, é com ele, não é comigo. Na verdade, Ancelmo Góis é um jornalista, mas não foi ele quem fez essa expressão: ele cita apenas⁵⁸. Mas eu estou apenas mostrando como piada, como graça, não é? Quer dizer, achei graça convocar. Na verdade, não tem maior importância.

Agora, a segunda pergunta, sobre o «devir». Justamente, a ideia é de que na história aparecem necessidades; na história aparecem situações em que há uma necessidade. Por exemplo, o escravo de se libertar: é uma necessidade. Então, na Geografia, aparece mais a contingência: é um quadro que possibilita diversas coisas, e pode acontecer ou não acontecer. Então, o que ele diz é que a geografia arranca o processo – a história se si mesma – da necessidade; introduz o processo das coisas poderem acontecer ou não acontecer, não é isso? Então, o «devir», nesse sentido, é colocado com algo importante que vai ser histórico, mas que tem dentro dele o «meio geográfico», que é uma coisa contingente: o «devir» é uma coisa que não está prevista – ela virá – e essa vinda de uma coisa nova, ela pode ser uma contingência, não atende a uma necessidade, não é? Assim como a criação de uma obra de arte não é atender a uma necessidade específica: ela vai surgir de uma nova criação, da criatividade. Então o «devir» tem algo de criação: o «devir» é criador. A história é uma coisa que conta as relações de causa e efeito e [conta] acontecimentos que estão ligados a contingências – o «meio geográfico» também. Mas para a minha interpretação de Deleuze e Guattari, o «devir» é um facto mais ligado à geografia porque o «devir» é uma coisa contingente.

THIAGO MACHADO: Bom dia, eu sou Thiago Machado, doutorando pela UFF e estou participando temporariamente aqui no Centro de Estudos Geográficos [no projecto FCT/CAPEs «Saberes geográficos e Geografia institucional»]. Minha pergunta se dirige principalmente à Professora Suzanne. Penso que deu para perceber que, apesar da matriz da Geografia tradicional francesa que nós – Brasil e Portugal – temos em comum, em algum momento houve um certo afastamento, uma trajectória epistemológica diferente. No Brasil, a partir dos anos 70, houve uma virada chamada da «renovação» da Geografia, com um viés marxista

⁵⁸ Referência a uma frase original do cantor e compositor Tim Maia (1942-1998).

maior, enquanto em Portugal houve um ambiente, digamos, mais eclético, e pensou-se também a ciência geográfica a partir de outros paradigmas. Pergunto, portanto, à Professora Suzanne como é que ela faz a leitura dessas trajectórias epistemológicas distintas do Brasil e Portugal, reflectindo se não está aí um caminho para a gente pensar as presenças e ausências das relações entre a Geografia brasileira e portuguesa?

SUZANNE DAVEAU: É talvez difícil responder porque, na realidade, sei pouco da evolução da Geografia brasileira depois dos anos 70. Conheço melhor a evolução da Geografia francesa, por um lado, e da Geografia portuguesa, por outro. Realmente, depois dos anos 70 perdi um pouco o contacto com a Geografia brasileira. Aliás, eu referi a presença de muitos estagiários brasileiros em Lisboa, mas penso que é mais ou menos nessa altura que deixaram praticamente de vir estagiar aqui. Por outro lado, a partir dessa altura, estive mais presa aqui, porque a saúde do meu marido me obrigou a viajar muito menos. Portanto, reconheço que conheço mal a evolução mais recente da Geografia brasileira. Sei que ela foi muito influenciada por visões teóricas da História, da evolução social, etc., mas conheço mal a sua evolução. Por isso, comparar com o que se passou aqui, em Portugal, é-me um pouco difícil.

Talvez lhes possa dizer algo sobre a influência marxista que, pessoalmente, tinha conhecido muito cedo, em Paris, nos anos em que eu era ali estudante – quer dizer, logo a seguir à Guerra, nos anos 50. Nessa altura, a influência marxista era muito grande em França: entre os meus colegas, havia os «marxistas» e os «não marxistas». Entre os professores que tive havia também as duas tendências. O Pierre George, por exemplo, era o Professor que nos iniciava à visão marxista do mundo. Coexistiam estas duas tendências, mas, ao mesmo tempo, isso era relativamente pacífico: cada um tinha a sua visão mas, humanamente, as pessoas entendiam-se. Isto para dizer o que sei da evolução na França quando eu era estudante.

Em Portugal, não me parece que tenha sido a partir do marxismo que a nova geração se criou. A influência do meu marido foi muito grande, porque durante muito tempo ele era praticamente o único professor de Geografia, de forma que era difícil que surgissem outras influências. Depois, já a partir do fim dos anos 60/ começo dos anos 70 – e, sobretudo, depois da revolução do 25 de Abril de 1974, ainda que já tivesse começado antes – apareceu uma nova geração, a dos primeiros discípulos do Orlando. Entre eles, talvez a pessoa mais activa fosse o Jorge Gaspar, que trouxe uma visão nova da Geografia, mas que não era marxista. Para simplificar, podemos dizer que ele pensava existir uma explicação teórica dos fenómenos geográficos. De maneira que, relativamente à influência marxista em Portugal –

posso estar enganada, mas talvez o Jorge Malheiros possa corrigir-me ou completar-me –, não me parece que tenha realmente havido nunca uma verdadeira escola marxista na Geografia em Portugal...

JORGE MALHEIROS: Escola marxista, não. Na segunda metade dos anos 70/inícios dos anos 80, há um pensamento marxista, que aparece em alguns artigos da *Finisterra* e em algumas teses. A tese da Professora Teresa Barata Salgueiro sobre o mercado de habitação, por exemplo⁵⁹, tem uma componente de explicação de índole marxista, e metade da tese do Professor João Ferrão – a metade teórica – é também estruturada com base marxista⁶⁰. Depois o estudo empírico já não o será bem. Aliás, esta tese – como muitas – tem um «degrau» entre a teoria e a prática, e nota-se bem. E há ainda alguns artigos na *Finisterra* que expressam também estas preocupações nas áreas da Geografia Política, do estudo das classes sociais, da indústria, mas não há propriamente uma escola. Creio é que há algum pensamento crítico de base marxista.

SUZANNE DAVEAU: Pois, não houve uma escola, e mesmo com as preocupações da Teresa Barata Salgueiro ou do João Ferrão, nenhum deles era propriamente marxista, não é? Houve uma influência de todas as teorias sociais que vigoravam na época, é claro, mas parece-me que nunca houve uma escola marxista de Geografia em Portugal.

CRISTINA PESSANHA MARY: Nessa linha [da pergunta] do Thiago [Machado] sobre a cooperação entre a Geografia do Brasil e a Geografia portuguesa, eu queria perguntar à Professora Suzanne se existiu ou não aqui em Portugal algo semelhante ao IBGE – o Instituto Brasileiro de Geografia [e Estatística] –, que estruturou a Geografia brasileira a partir do Estado?

SUZANNE DAVEAU: Não, nunca houve em Portugal algo semelhante ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Posso talvez dizer que foi o Centro de Estudos Geográficos que teve, na prática, esse papel. Durante muito tempo, só duas Universidades em Portugal tiveram cursos de Geografia, Coimbra e Lisboa⁶¹. Nos anos 20,

⁵⁹ Referência a Barata-Salgueiro (1983).

⁶⁰ Referência a Ferrão (1987).

⁶¹ Em 1919, começara ser ministrado o ensino universitário da Geografia no Porto, mas a Ditadura Militar (1926-1933) encerrou a Universidade do Porto em 1928. A formação graduada em Geografia no Porto apenas seria retomada em 1972. Ver Silva, 1988, pp. 5-6; Mesquita, 2018, p. 20.

Coimbra já tinha um Professor especializado em Geografia – o Professor Amorim Girão⁶², uma personalidade notável, mas que concentrou a sua actividade e a formação dos seus raros discípulos na Geografia de Portugal. Nunca saiu do País. Os seus discípulos, Alfredo Fernandes Martins⁶³ e José Manuel Pereira de Oliveira⁶⁴, não tiveram também a oportunidade de estagiar fora do país, enquanto eram jovens. Mesmo os que se formavam mais tarde, também fizeram os seus primeiros estágios em Lisboa, de tal modo que se pode dizer que a organização geral da Geografia portuguesa veio principalmente, durante muito tempo, do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa ou, até, da própria personalidade de Orlando Ribeiro. Só mais tarde, alguns dos seus discípulos, como Jorge Gaspar ou João Ferrão, criaram pequenos grupos activos à sua volta, mas ainda centrados no CEG. Uma entidade estatal, encarregada de gerir a investigação geográfica e semelhante ao IBGE, isto nunca houve em Portugal.

JORGE MALHEIROS: Creio que tivemos uma sessão muito rica, que correspondeu às expectativas – ou as superou mesmo. Cabe agora agradecer à Professora Suzanne Daveau e ao Professor Pedro Geiger quer as palestras, quer a resposta às perguntas que fizeram.

⁶² Doutorado em Ciências Geográficas pela Universidade de Coimbra em 1922 – e primeiro doutorado em Geografia em Portugal, com uma tese sobre a Bacia do Vouga –, Amorim Girão (1895-1960), foi a principal figura da Geografia coimbrã da primeira metade do século XX, tendo-se distinguido pelos trabalhos de Geografia Regional e Geografia Humana. Fundou o Centro de Estudos Geográficos de Coimbra (1949) e o *Boletim do Centro de Estudos Geográficos* (1950), correspondente à primeira revista universitária de Geografia em Portugal. Ver Oliveira, 2003, 27-35.

⁶³ Alfredo Fernandes Martins (1916-1982) licenciou-se em Geografia na Universidade de Coimbra em 1940, apresentando a dissertação *O Esforço do Homem na Bacia do Mondego: Estudo Geográfico*, orientada por Amorim Girão. Em 1942, iniciou a sua docência na Universidade de Coimbra, onde defendeu, em 1949, a tese de doutoramento *O Maciço Calcário Estremenho. Contribuições para um Estudo de Geografia Física*, que o notabilizou como especialista do relevo cársico. Ver Ribeiro, 1982; Oliveira, 2003, p. 38; Almeida et al., 2006; Rebelo, 2008, pp. 51-73; Cravidão, 2016.

⁶⁴ José Manuel Pereira de Oliveira (1928-2006) licenciou-se em Ciências Geográficas na Universidade de Coimbra em 1955, onde foi docente de Geografia Humana, Geografia Regional e Geografia Aplicada a partir de 1961. Em 1973, obteve o seu doutoramento com a tese *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento*, editada no mesmo ano pelo Instituto de Alta Cultura. Em conjunto com *A Área de Influência de Évora* (1972) de Jorge Gaspar, esta tese assinalou a afirmação dos tópicos urbanos na Geografia portuguesa. Ver Rebelo, 1998; Gama, 2005-2006; Rebelo, 2008, pp. 75-96; Ribeiro, 2017, pp. 584-585.



Figura 6. Mesa da sessão inaugural do I Colóquio Luso-Brasileiro de Teoria e História da Geografia: Suzanne Daveau, Jorge Malheiros e Pedro Geiger. Centro de Estudos Geográficos-IGOT, Lisboa, 2 de Novembro de 2017. Fotografia: Alfredo Rodrigues Bastos.

Fontes

Arquivo Antigo do Centro de Estudos Geográficos – IGOT, Universidade de Lisboa

JOSÉ MANUEL DE COSTA / Presidência do Conselho – Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, Carta a Orlando Ribeiro – ref. n.º 51-E [Lisboa], 4 de Fevereiro de 1952 – 2 p. dact. (original)

JOSÉ MANUEL DE COSTA / Presidência do Conselho - Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, Carta a Orlando Ribeiro – ref. n.º 85-E, [Lisboa], 25 de Fevereiro de 1952 – 1 p. dact. (original)

MARIA REGINA MOUSINHO DE MEIS, Carta ao Director Geral dos Serviços Culturais – Ministério da Educação Nacional, Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1974 – 3 pp. dact. (original)

MARIA REGINA MOUSINHO DE MEIS, Carta [a Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau], Rio de Janeiro, 19 de Agosto de 1974 – 3 p. dact. (original)

ORLANDO RIBEIRO, Carta a Aroldo de Azevedo, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1952 – 1 p. dact. (cópia)

ORLANDO RIBEIRO, Carta a Hilgard O'Reilly Sternberg, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1952 – 1 p. dact. (cópia)

ORLANDO RIBEIRO, Carta [a Josué de Castro], Lisboa, 4 de Março de 1952 – 1 p. dact. (cópia)

ORLANDO RIBEIRO, Carta [a Victor Ribeiro Leuzinger], Lisboa, 4 de Março de 1952 – 1 p. dact (cópia)

ORLANDO RIBEIRO, Carta ao director da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia de Lisboa [sobre as actividades de Maria Auxiliadora da Silva no CEG], Lisboa, 21 de Dezembro de 1966 – 1 p. dact. (cópia)

ORLANDO RIBEIRO, Informação [sobre um breve estágio de Maria Regina Moura Mousinho realizado no CEG como bolseira do Instituto de Alta Cultura], Lisboa, 28 de Novembro de 1963 – 1 p. dact. (original)

ORLANDO RIBEIRO / Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos Geográficos, Informação sobre candidaturas a bolsas de estudo em Geografia (Brasil), Lisboa, 20 de Setembro de 1973 – 3 pp. ms. (cópia)

ORLANDO RIBEIRO, Certificado [sobre as actividades de Maria Regina Mousinho de Meis no Centro de Estudos Geográficos], Lisboa, 4 de Abril de 1974 – 2 p. dact. (original)

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS DE LISBOA. 1961 a 1966, [Lisboa], Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos Geográficos, [1966] – 15 pp. dact.

Bibliografia

ADAS, S. (2006). *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Aroldo de Azevedo (1917-1964)* (Vols. 1-2) (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04062007-152940/publico/TESE_SERGIO_ADAS_VOLUME_1.pdf (Vol. 1), http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04062007-152940/publico/TESE_SERGIO_ADAS_VOLUME_2_NOTAS.pdf (Vol. 2)

ALEGRIA, M. F. (2015). *Geografias de Suzanne Daveau*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

ALMEIDA, A. C., GAMA, A., CRAVIDÃO, F., CUNHA, L., MARTINS, P., & JACINTO, R. (Coords.) (2006). *Alfredo Fernandes Martins: Geógrafo de Coimbra, Cidadão do Mundo*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos e Centro de Estudos Geográficos.

ALVES, F. D. (2016). História da Geografia Agrária brasileira: Nilo Bernardes. *Ra'e ga – O Espaço Geográfico em Análise*, 36, 69-91.

BADIOU, A., & ALTHUSSER, L. (1979). *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora.

BARATA-SALGUEIRO, T. (1983). *Mercado de habitação e estrutura urbana na área suburbana de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

BITOUN, J., PEREIRA, É., MACHADO, E., FURTADO, S., & BUSS, M. (2008). Entrevista com o professor Jan Bitoun. *Geosul*, 23 (46), 243-256.

BRITO, R. S. (1966). Francisco Tenreiro. *Estudos Políticos e Sociais*, 4(1), 5-11.

- BRITO, R. S. (2017). *Geografia e geógrafos. Episódios de uma vida de geógrafa*. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos.
- CRAVIDÃO, F. (2016). Homenagem a Alfredo Fernandes Martins no centenário do seu nascimento (19 janeiro de 1916 – 29 dezembro de 1982): Academia das Ciências de Lisboa 7 de junho 2916. *Cadernos de Geografia*, 35, 115-117.
- CASARES, C. C. (1965). Semana do Ultramar. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 85 (7-9), 291-306.
- CASARES, C. C. (1970). Semana do Ultramar (4 a 9 de Maio). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 88 (10-12), 229-238.
- CHABOT, G. (1960). Les régions frontalières de la montagne jurassienne. Étude de géographie humaine de Suzanne Daveau. *Annales de Géographie*, 69 (375), 516-518.
- DANTAS, E. W. C., & SILVA, J. B. (2018). A geografia urbana brasileira: de uma análise diacrônica às obras mais citadas no último decênio. *Confins*, 38. Disponível em <http://journals.openedition.org/confins/16331>
- DAVEAU, S. (1959). *Recherches morphologiques sur la région de Bandiagara*. Dakar: IFAN.
- DAVEAU, S. (1962). L'île de São Tomé: les modes de vie d'une société complexe. *Les Cahiers d'Outre-Mer*, 15 (57), 92-95.
- DAVEAU, S. (1979). L'évolution géomorphologique quaternaire au sud-ouest du Sahara (Mauritanie). *Annales de Géographie*, 79 (431), 20-38.
- DAVEAU, S. (2002). A obra geográfica de Mariano Feio. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 37 (73), 101-107.
- DAVEAU, S., & RIBEIRO, O. (1973). *La zone intertropicale humide*. Paris: Armand Colin.
- DE MARTONNE, E. (1925-1927). *Traité de Géographie physique* (4^a ed.). Paris: Librairie Armand Colin, 3 vols.
- DE MARTONNE, E. (1943). Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico. *Revista Brasileira de Geografia*, 5 (4), 523-550.
- DE MARTONNE, E. (1944). Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico (2.^a parte). *Revista Brasileira de Geografia*, 6 (2), 155-178.
- DELEUZE, G. (1974). *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva.
- DELEUZE, G., & GUATTARI, F. (1992). *O que é a Filosofia?* São Paulo: Editora 34.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA (1976, 28 de Julho), Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica – Despacho 20 de Julho. *Diário da República – II Série*, 175, p. 4944.
- EVANGELISTA, H. A. (2004). O XVIII Congresso Internacional da União Geográfica Internacional – UGI (Rio de Janeiro, 1956). *Revista Geo-Paisagem*, 3 (5). Disponível em <http://www.feth.ggf.br/Congresso1956.htm>
- FERRÃO, J. (1987). *Indústria e valorização do capital: uma análise geográfica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

- FERREIRA, A. B., & DAVEAU, S. (1997). Cinquenta anos de actividade científica e académica. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 32 (63), 47-53.
- FIRMINO, A., & NUNES, E. E. (2016). Suzanne Daveau. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 35, 177-184.
- GAMA, R. (2005-2006). Prof. Doutor José Manuel Pereira de Oliveira (1928-2006). *Cadernos de Geografia*, 24/25, 1-2. Disponível em https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo24_25/Rui_Gama
- HOLANDA, S. B. (1969). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA. (1968). Lisboa: CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS.
- II CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. (1965). *Revista Brasileira de Geografia*, 27 (3), 528.
- JAMESON, F. (1996). *Pós Modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- LEBEAU, R. (1961). Suzanne Daveau, *Les régions frontalières de la montagne jurassienne, étude de géographie humaine*. *Revue de Géographie de Lyon*, 36 (1), 83-89.
- LACORTE, M., MIRANDA, M., BRITO, M., & MACHADO, L. (2011). Hilgard O'Reilly Sternberg (Rio de Janeiro, 1917 - Fremont, 2011). *Espaço Aberto*, 1 (1), 189-192.
- LECOCQ-MÜLLER, N. (1961). Aspectos da vida da Associação dos Geógrafos Brasileiros. *Boletim Paulista de Geografia*, 38, 43-56.
- LECOCQ-MÜLLER, N. (1974). Aroldo de Azevedo (1910-1974). *Revista de História*, 50 (100), 863-864.
- LHÉNAFF, R. (1984). Pierre Birot (1904-1984). *Hommes et Terres du Nord*, 3(1), 137-138.
- MEDIROS, C. A. (2013). Geografia. In S. C. Matos & J. R. do Ó (Coord.), *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX e XX* (Vol. 2, pp. 956-981). Lisboa: Tinta-da-china.
- MESQUITA, B. (2018). *Luís Schwalbach (1888-1956): contributos para a história da Geografia portuguesa* (Dissertação de mestrado não publicada). Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- NACIF, C. L. (2014). Os anos de aprendizagem com Lysia Bernardes. In M. S. Machado & A. R. Martin (Org.), *Dicionário dos geógrafos brasileiros*, (Vol. 1, pp. 85-100). Rio de Janeiro: 7Letras.
- NARDY, J.-P. (2011). Emmanuel de Martonne (1873-1955). In M.-C. Robic, J.L. Tissier & P. Pinchemel, *Deux siècles de géographie française. Une anthologie* (pp. 112-113). Paris: CTHS.
- OLIVEIRA, F. R. (no prelo). El México de Orlando Ribeiro: cuaderno de campo, fotografías y textos relativos a la Conferencia Regional Latinoamericana de la Unión Geográfica Internacional de 1966. *Investigaciones Geográficas. Boletín del Instituto de Geografía de la Universidad Nacional Autónoma de México*, 100.
- OLIVEIRA, F. R., & PAIVA, D. (no prelo). «Na dor ou na alegria»: Bernardino José de Sousa e a convergência luso-brasileira em tempo de Estados Novos de Salazar e Vargas». In A.

- N. Sousa & C. B. Vaz (Eds.), *A Geografia no Alvorecer da República: Contribuições à História da Ciência Geográfica no Brasil*. Bahia: EDUFBA.
- OLIVEIRA, J. M. P. (2003). Da evolução dos estudos geográficos na Universidade de Coimbra. In A. C. de Almeida Almeida, J. M. Oliveira, L. Ferreira & A. Massano (coord.), *Fragmentos de um retrato inacabado. A Geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país* (pp. 23-90). Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos - Centro de Estudos Geográficos.
- PAVIANI, A. (1968). Alenquer, aspectos geográficos de uma vila portuguesa. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 3 (5), 32-68.
- PAVIANI, A., & ROGEIRO, F. (2014, 15 de Abril). Entrevista a Aldo Paviani, geógrafo urbano. *Plano de Reordenamento da Baixa de Alenquer*. Disponível em <http://planoalenquer.blogspot.com/2014/04/paviani.htmlbh>
- PENTEADO, A. R. (1968). *Problemas de colonização e de uso da terra na Região de Brígantina do estado do Pará*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- PINCHEMEL, P. (2011). Georges Chabot (1890-1975). In M.-C. Robic, J.L. Tissier & P. Pinchemel (Eds.) *Deux siècles de géographie française. Une anthologie* (p. 153). Paris: CTHS.
- REBELO, F. (1998). Alguns aspectos da sensibilidade para a Geografia Física reveladas pelo Prof. Pereira de Oliveira. *Cadernos de Geografia*, 17, 7-10.
- REBELO, F. (2008). *A Geografia Física em Portugal na vida e obra de quatro professores universitários. Amorim Girão, Orlando Ribeiro, Fernandes Martins, Pereira de Oliveira*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- REBELO, F., & CUNHA, L. (1985). Recordando Pierre Birot. *Cadernos de Geografia*, 4, 146-149.
- RIBEIRO, O. (1942). O Brasil, a Terra e o Homem. *Brasília*, 1, 377-397.
- RIBEIRO, O. (1966). Geografia do Brasil, *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 1 (1), 119-125.
- RIBEIRO, O. (1968). Excursão à Estremadura e Portugal Central. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 3 (6), 274-299.
- RIBEIRO, O. (1973). Um mestre da Geografia do nosso século: Emmanuel de Martonne (1873-1955). *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 8 (16), 163-264.
- RIBEIRO, O. (1978). Aroldo de Azevedo. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 13 (25), 102-104.
- RIBEIRO, O. (1979). Uma dissertação sobre o relevo da Baixada da Guanabara (Rio de Janeiro). *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 14 (27), 76-81.
- RIBEIRO, O. (1982). Alfredo Fernandes Martins (1916-1982). *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 17 (34), 349-352.
- RIBEIRO, O. (1985). La personnalité scientifique et humaine de Pierre Birot. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 20 (40), 183-194.
- RIBEIRO, O. (2003). *Memórias de um geógrafo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

- RIBEIRO, O. (2013). *Universidade, Ciência, Cidadania*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2014). *Opúsculos Geográficos* (Vol. 1). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2017). *Mestres, Colegas, Discípulos* (Vol. 2). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RIBEIRO, R. C. (2011). *Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos Séculos XIX e XX*. Jundiaí: Paco Editorial.
- SÁ, D. M., SÁ, M. R., & PALMER, S. (2017). Ecologia, cooperação internacional e configuração biogeográfica do Brasil: Pierre Dansereau e o acordo científico Brasil-Canadá nos anos 1940. *Varia Historia*, 33 (63), 745-777.
- SANTOS, J. P. P. (2016). Maria Regina Mousinho de Meis: Geografia e Geomorfologia e os Estudos do Quaternário no Brasil. *Espaço Aberto*, 6 (1), 251-257.
- SEABRA, M. (2008). Caio Prado Jr. e os primeiros anos da AGB. In P. Iumatti, M. Seabra & H. D. Heidemann (Eds.), *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros* (pp. 13-125). São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros, Instituto de Estudos Brasileiros e Editora da Universidade de São Paulo.
- SILVA, J. B. (2012). *França e a escola brasileira de geografia: verso e reverso*. Fortaleza: Edições UFC.
- SILVA, M. A. (2002). Milton Santos: a trajetória de um mestre. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, 6 (124). Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124f.htm>
- SILVA, M. A. (2014). Entrevista com a professora Maria Auxiliadora da Silva. *Geosul*, 29 (58), 205-242.
- SILVA, R. F. M. (1988). Curso de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – 1972/88. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, 4, 5-13.
- SOJA, E. (1993). *Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SPOSITO, E. S., Silva, P. F. J. (2012). A Geografia e Jan Bitoun. *Geografia em Atos*, 12 (2), 105-115.
- SUERTEGARAY, D. M. A., PAULA, C. Q., PIRES, C. L. Z., & SILVA, C. A. (Orgs.) (2017). *Orlando Valverde: o geógrafo e a sua obra*. Porto Alegre: IGEO/IFRGS.
- UGI - UNION GÉOGRAPHIQUE INTERNATIONALE (1950-1952). *COMPTES RENDUS DU CONGRÈS INTERNATIONAL DE GÉOGRAPHIE LISBONNE 1949* (Vols. 1-4). LISBOA: UNION GÉOGRAPHIQUE INTERNATIONALE.
- VALLAUX, C. (1925). *Les Sciences géographiques*. Paris: Alcan.
- VALVERDE, O. (1991-1992). Entrevista com Orlando Valverde. *Geosul*, 6 (12-13), 224-247.
- VALVERDE, O. (2002). A Escola de Geografia Agrária de Leo Waibel. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 28 (1), 11-14.

- VALVERDE, O. (1983-1984). Evolução da Geografia brasileira no após-Guerra (carta aberta de Orlando a Orlando). *Boletim Paulista de Geografia*, 60, 5-20. (Originalmente redigida em 1980)
- VASCONCELOS, P. A. (2012). *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*. Salvador: EDUFBA e EDITUS.
- VIEIRA, P. F., & RIBEIRO, M. A. (Orgs.) (1999). *Ecologia humana, ética e educação. A mensagem de Pierre Dansereau*. Porto Alegre, Florianópolis: Editora Pallotti e APED – Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento.

II. Relações recíprocas

As Sociedades de Geografia no Brasil e a anatomia pátria (1878-1945)

Cristina Pessanha Mary
Universidade Federal Fluminense
cristinapessanhmary@id.uff.br
ORCID: 0000-0002-9475-2523

Luciene Carris Cardoso
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio
lucienecarris2016@gmail.com
ORCID: 0000-0002-1706-3425

Introdução

Este ensaio busca compreender o papel da Geografia no Brasil, no período compreendido entre a década de 1870 até o final da Segunda Guerra. Se neste período coexistiram múltiplas tradições do conhecimento geográfico, distinguiu-se um sentido que permeou essa longa fase, que, grosso modo, se estendeu dos estertores do Império ao primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Para compreender o significado desse conhecimento optou-se por conhecer de perto dois espaços institucionais voltados aos trabalhos geográficos correspondentes às duas Sociedades de Geografia instaladas na Corte, a saber, a Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, criada em 1878, e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, instituída em 1883.

No Brasil, o entendimento relativo à Geografia do século XIX por parte dos estudiosos do tema limitou-se durante um largo período a transplantar algumas análises da historiografia européia. Tradicionalmente, a recuperação do passado da Geografia, tanto a reconstrução proveniente da história das ciências quanto as abordagens realizadas por geógrafos, relacionou o termo a um leque variado de concepções. Enquanto a primeira estabelecia cronologias largas, associando a Geografia à Cosmografia no período referente à cultura clássica, tal como à arte de navegar, à história natural e aos descobrimentos no período da Renascença, a segunda tendeu para cronologias curtas, considerando, em geral, meados do século XIX como marco inicial da Geografia encarada como ciência. Nesta linha,

predominante nos fins do Oitocentos e no início do século XX, as reconstruções historiográficas estiveram marcadas por um sentido pedagógico e pela finalidade de se estabelecer uma tradição intelectual no âmbito científico. Tais reconstruções estiveram também perpassadas pela questão da afirmação perante especialidades concorrentes, o que, muitas vezes, desembocou em uma verdadeira guerra entre as ciências.

Contudo, em meio a tantos desencontros, algumas definições predominaram durante todo o século XIX e parte do seguinte. Frequentemente, vinculou-se a ideia de Geografia à narração dos progressos das técnicas cartográficas, mesmo porque, cabe lembrar, até fins dos setecentos, o termo «geógrafo» se referia aos geógrafos do rei, incluindo-se neste rol os engenheiros geógrafos, encarregados de levantamentos topográficos, especialistas na confecção de globos e cartas, cabendo aos mesmos desenhar, traçar e comentar mapas (Urteaga, 1987). Uma outra associação comum, verdadeiro arquétipo da ideia de Geografia, tomou aquele conhecimento como descrição da Terra.

A partir de meados do século XX, a reconstrução do passado da Geografia tomou outros rumos, importando salientar os trabalhos do geógrafo espanhol Horacio Capel, desenvolvidos na década de 1980 e calcados em exemplos específicos, como os da Espanha, Alemanha, Inglaterra. Este autor se destacou por assinalar o papel da nascente comunidade científica de geógrafos em fins do século XIX na luta em prol do reconhecimento da Geografia como disciplina científica, bem como da profissionalização do geógrafo (Capel, 1981).

No bojo desta linha de investigação, tanto Horacio Capel (1977) como outros autores europeus sublinharam a relevância das Sociedades de Geografia como entidades capazes de reunir os interessados no desenvolvimento e divulgação da então ciência moderna, na medida em que se conectavam com outras instituições científicas, editando boletins e organizando congressos científicos, instituições funcionais na formação de um corpo de conhecimentos úteis à expansão colonial.

Tal linha de raciocínio, embora explicasse o vertiginoso crescimento do número de Sociedades de Geografia naquele período na Europa, não abarcou as antigas áreas coloniais, como o Brasil.

Grosso modo, detectam-se duas tendências quanto à percepção do sentido da Geografia. Em uma ponta, encontram-se os referidos estudos que tomaram a Geografia como sinônimo de descrição da Terra, considerando a sua existência desde as primeiras incursões portuguesas, incluindo os trabalhos topográficos, ordenados pela metrópole, e as descrições dos viajantes no século XIX, a exemplo

do príncipe de Wied-Neuwied¹, Augusto de Saint-Hilaire², Ferdinand Denis³, sem esquecer a *Corografia Brasileira* do padre Manuel Aires de Casal⁴.

Na outra vertente, concentram-se as pesquisas marcadas pela convicção de que a Geografia só se realizou de fato na década de 1930. Convicção informada pelo processo de centralização do poder ocorrido *pari passu* a aceleração da institucionalização da Geografia como disciplina científica, um processo que se distinguiu «não apenas pela implementação dos primeiros cursos universitários no Rio de Janeiro e São Paulo, mas também pela criação do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Associação dos Geógrafos Brasileiros» (Machado, 2009, p. 57).

Nesse contexto, as análises historiográficas estiveram moldadas por novos parâmetros da ciência: tomando a parte como o todo, terminaram por desconsiderar as tradições do conhecimento que não estivessem afinadas com os novos cânones ditos científicos. Nessa perspectiva, a Geografia foi percebida como diletante e pré-científica (Pereira, 1994).

Usualmente, a desqualificação da Geografia realizada no período anterior a 1930, ligava-se à idéia, largamente aceita entre os estudiosos, de que a ciência praticada no Brasil não tinha autonomia em relação aos centros estrangeiros. Com relação a este ponto, contudo, estudos mais recentes relativos à implantação de uma rede de institutos e comissões voltados para o desenvolvimento da pesquisa e do trabalho científico, como a Escola de Minas, criada em 1876 (Carvalho, 2002), e a Comissão Geológica do Brasil, fundada no ano anterior (Figueirôa, 1995), terminaram demonstrando a existência de bolsões científicos nacionais durante a vigência do Império, isto é, desenvolvidos por instituições e pesquisadores nacionais.⁵

¹ Segundo Vainfas (2002), Maximilian von Wied-Neuwied (1782-1867), nobre prussiano, abandonou a carreira militar para desenvolver atividades como naturalista. Provavelmente inspirado em Alexander von Humboldt, a quem conheceu, fez inúmeras viagens, uma delas ao Brasil, a partir de 1815, terminando por publicar dois livros com os resultados de suas investigações: *Viagem ao Brasil* e *Brasil, suplementos, retificações e aditamentos à descrição de minha viagem no leste brasileiro*.

² Auguste François César Provençal de Saint-Hilaire, nobre francês, educado na Alemanha, teve seu interesse científico despertado por um dos colaboradores de A. Humboldt. Integrou a missão francesa que chegou ao Brasil em 1816, percorrendo diversas regiões do país. Sua contribuição resultou em publicações como *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (Vainfas, 2002).

³ O francês Jean Ferdinand Denis esteve no Brasil entre os anos de 1816 a 1820. De volta à Europa, dedicou algumas obras à história e à cultura luso-brasileira, dentre eles o mais importante, *Brésil* publicado em 1837 (Vainfas, 2002).

⁴ O padre Manuel Aires de Casal publicou em 1817 a *Corografia Brasileira*, destinada a descrição dos espaços sob domínio português.

⁵ Em 1883, o geólogo americano Orville Derby, estando no Brasil, escreveu sobre o despertar da ciência nos últimos anos do Império.

Com relação à história da Geografia no Brasil do Oitocentos, cabe mencionar outros veios importantes de pesquisas que representaram um ponto de inflexão em relação ao que antes se realizava. O primeiro deles estruturou-se a partir da noção de «pensamento geográfico», considerando a Geografia como discurso sobre o espaço e um elemento estratégico nas políticas de modernização do Estado Nacional⁶. Uma outra vertente, levando em conta as especificidades do conhecimento geográfico realizado no Brasil do século XIX e na primeira parte do século XX, procurou captar o significado da Geografia a partir de sua articulação com o processo maior de construção da nacionalidade. Em 1988, com Manoel Luiz Salgado Guimarães, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destacou-se precisamente ao pensar a Geografia em torno da questão nacional. Para tanto, reconstituiu o papel que lhe coube na inventariação de recursos, medição, localização e representação em cartas das bacias hidrográficas; em última análise, coube à Geografia a feição territorial brasileira e seu contorno físico.

Este vínculo foi destacado por estudiosos que se debruçaram sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Schwarcz, 1989; Guimarães, 1995), bem como por pesquisadores da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (Cardoso, 2013) e da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa (Mary, 2010). Neste estudo, comunicando com esta última linha historiográfica mencionada, espera-se compreender melhor a Geografia do período.

A Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro e seu contexto

Em 1878, um grupo da elite fluminense e lusa fundou a Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) no Brasil e, em 1883, parte dele instalou um instituto congênere, de colorido nacional, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Ambas figuraram ao lado de outras associações de cunho científico e cultural, como o Instituto Histórico e Geográfico, o Observatório Nacional e o Museu Nacional. Todas essas instituições funcionaram como vasos comunicantes de homens e ideias.

A filial lusa teve vida efêmera. Com a dissolução do Império, em 1889, foi esvaziada de sentido e deixou de existir. Já a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) manteve-se como tal até o ano de 1945.

⁶ Cabe aqui assinalar os programas de pesquisa e os trabalhos de Moraes (1989; 1991; 1999; 2000; 2002) e ainda o de Machado (1995).

A criação dessas Sociedades de Geografia seguiu de perto a tendência mundial. Até a primeira metade do Oitocentos, existiam cerca de trinta associações do gênero espalhadas pelo mundo, incluindo a de Paris, Berlim, Londres, Nova York e São Petersburgo. A Sociedade de Geografia de Lisboa foi criada em 1875. Quinze anos depois, como uma febre, o montante delas superou a casa dos oitenta.

Todas elas constituíram-se como estabelecimentos privados em grande sintonia com os governos nacionais. Tratando-se de instituições privadas, seus rendimentos advinham principalmente da classe dos sócios efetivos.

Na Europa, esses institutos estiveram alinhavados pelos fios das políticas coloniais, incluíram membros da elite política, econômica e cultural. Na Sociedade de Geografia de Paris figuraram personalidades como Júlio Verne e Ferdinand de Lesseps, o construtor do Canal de Suez. No plano do interesse científico, não foram poucas as trocas de informações por intermédio da permuta de boletins, palestras e as homenagens aos exploradores das áreas coloniais.

As duas Sociedades de Geografia da Corte brasileira reproduziram o formato e à composição das congêneres europeias. Esses grêmios foram freqüentados por membros da elite fluminense e lusa; havia advogados, engenheiros, militares e médicos, na sua maioria formados no Brasil. A Seção possuiu um número significativo de associados provenientes da colônia portuguesa no Brasil, como era de se esperar de uma filial da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Um instituto repetia o outro em quase tudo, a começar pela proteção do Imperador àqueles estabelecimentos, também privados. O quadro social das duas Sociedades contou com personalidades em comum ligadas à ciência. Tanto uma quanto a outra abrigaram largo espectro de representantes, dos mais diversos matizes da ideologia e da política do país: republicanos, maçons, católicos fervorosos, bem como representantes da família literária, como o Visconde de Taunay, autor do romance *Inocência*. Na vertente científica, destacou-se o astrônomo belga Louis Cruls, diretor do Observatório do Rio de Janeiro, representante do Brasil na Conferência Internacional realizada em Washington em 1885 para adoção de um meridiano único, enquanto entre os exploradores desfilaron nomes como Antônio Luiz von Hoonholtz, o barão de Tefé, desbravador do rio Javari, o «Nilo brasileiro». Ambas publicaram periódicos que se revelaram preciosas fontes de informação sobre a Geografia do período.

A filial lusa – seguindo de perto o movimento geográfico europeu, como foi denominado o processo de expansão dos países centrais em direção aos territórios coloniais – empenhou-se na campanha por fundos que lhe permitissem contribuir com a empreitada de explorações na África patrocinada pela matriz em Lisboa. No discurso proferido durante a reunião de criação da Seção da Socie-

dade de Geografia de Lisboa no Brasil, o Visconde de São Januário, fundador da filial, arrolou os motivos pelos quais aquela agremiação decidira criar seções nas localidades com mais de vinte sócios correspondentes. Em prol da ciência, que apagaria as diferenças entre portugueses e brasileiros, o Visconde convoca a ampla participação na política colonial portuguesa de manutenção dos territórios africanos.⁷

Nos seus primórdios, os trabalhos da filial lusa se limitaram às comunicações do Senador Cândido Mendes de Almeida sobre o movimento civilizador das expedições geográficas e às conferências pronunciadas pelo Barão de Teffé acerca de seu trabalho como demarcador da fronteira norte do país. O quarto ano, 1881, foi, todavia, marcante: se, por um lado se realizou a visita do festejado explorador português Alexandre Serpa Pinto e o lançamento da revista da filial, por outro houve a cisão entre o setor daqueles que sonharam com um grêmio nacional e, por outro lado, o setor daqueles que permaneceram fiéis à proposta inicial, mantendo a Seção apenas como filial de Lisboa.

Em 1883, apesar da divisão que deu origem ao grêmio nacional de Geografia – a SGRJ –, a Seção retomou o seu curso. Esta sobrevida estendeu-se até 1886, e, desde então, a filial de Lisboa foi, gradativamente, perdendo fôlego. Os últimos registros sobre suas atividades datam do início de 1889, durante a Exposição Geográfica Sul-Americana, realizada na Corte, organizada pela sua coirmã, a SGRJ, quando a Seção enviou representantes para o evento.

O projeto da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

O sonho de conhecer novos territórios foi mantido na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, resultado direto da cisão mencionada e fundada por iniciativa do Senador Manuel Francisco Correia, em fevereiro de 1883. Diferentemente da Seção, que funcionou como um imenso *stand* de propaganda do colonialismo luso no continente africano, de cunho eminentemente literário, a SGRJ, em um país onde se dizia que estrangeiros conheciam melhor do que os nacionais suas gentes e terras, empenhou-se em conhecer o território brasileiro de fato.

⁷ Ao lado da Comissão de Geografia e outras, existia uma, a «Do fundo africano», destinada a fornecer parecer sobre os meios de obter fundos para o desenvolvimento das explorações intentadas pela Sociedade, em Lisboa. Esta comissão traduzia fielmente as intenções dos portugueses, empenhados na luta para arregimentar apoio para as incursões em solo africano, consideradas prioridade na corrida colonialista então empreendida entre as potências europeias.

A SGRJ explicitou a ideia de escrever uma Geografia centrada nos territórios do Império e da República e realizada por brasileiros. Com o objetivo de justificar a sua criação e legitimar o novo espaço de saber, os fundadores da instituição destacavam as diferenças entre a SGRJ e as demais, sustentando que o conhecimento geográfico ali produzido estaria atrelado a um projeto nacional, a uma ideia de nação. A temática dos seus boletins refletiu tal ânimo, pois aí predominaram publicações sobre a demarcação de fronteiras entre o Brasil e os países vizinhos, e a fixação das linhas divisórias entre as províncias no Império e os estados durante a República.

A SGRJ tomou várias iniciativas de peso no sentido de inventariar o território brasileiro e suas gentes. Em 1884, a entidade auxiliou a edição do *Dicionário Geográfico do Brasil*, de autoria de Alfredo Moreira Pinto, o qual defendia a uniformidade dos termos geográficos e a substituição de denominações de cidades e vilas homônimas. A obra foi publicada em três volumes, sob o título *Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil*; e seria considerada a melhor produzida até aquele momento, dado o seu caráter informativo (Pereira, 1994).

Em 1885, os engenheiros Júlio Pinkas e Herbert Smith apresentaram na Sociedade o seu projeto de criação da estrada ferro Madeira-Mamoré. Defenderam a importância da via de comunicação do ponto de vista estratégico, político e comercial com objetivo de integrar a região do Amazonas ao restante do Brasil. Outro empreendimento da SGRJ que obteve grande repercussão em vários periódicos nacionais e internacionais foi o transporte do meteorito de Bendegó do interior da Bahia para a Corte.

Seguindo o melhor da tradição dos grêmios europeus, a SGRJ também tomou parte do movimento das explorações geográficas. Em 1888, patrocinou uma expedição às áreas desconhecidas do Mato Grosso, formada pelos militares Oscar de Oliveira Miranda, José Carlos da Silva Telles, Antonio Lourenço da Silva Telles Pires e Augusto Ximeno de Villeroy. É importante lembrar que aquela província era alvo das preocupações do governo de d. Pedro II, pois lá se concentravam uma armada e uma estação de pesquisa, além de diversas fortificações, algumas construídas no tempo colonial. Após a Guerra do Paraguai, ocorrida na segunda metade do século XIX, o Império redobrou seus cuidados com a região. Apesar disso, as informações continuavam escassas e pouco confiáveis. Os melhores dados ainda estavam nos relatos de viajantes estrangeiros, como o explorador alemão Carl von den Steinen, cujas narrativas serviram como apoio às missões do grupo.

A SGRJ também serviu de palco para discussões sobre problemas de limites interprovinciais, bem como de demarcação de fronteiras com países vizinhos. Aliás, estes acontecimentos alcançavam grande repercussão na imprensa e em outras

instituições científicas ou culturais. No âmbito nacional, em 1885, os associados discutiram a questão dos limites entre Goiás e Mato Grosso, afirmando o direito de Goiás de pleitear a divisa pelo Rio das Mortes e, ainda, a demarcação dos limites da província de Santa Catarina com o Paraná.

A SGRJ e a República no Brasil

A proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, viria afetar o funcionamento das Sociedades de Geografia existentes no Rio de forma geral. Afinal, tanto a SGRJ, quanto a Seção e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, integraram o conjunto de redutos acadêmicos patrocinados pelo ex-Imperador. Os novos donos do poder encaravam essas instituições com desconfiança, tendo em vista as relações mantidas com a monarquia (Guimarães, 2007).

No entanto, diferentemente da desarticulação sofrida pela Seção em razão do seu atrelamento as prioridades impostas por Lisboa, a SGRJ manteve-se ativa, continuando a desfrutar de reconhecimento acadêmico. É certo que as referências recorrentes ao ex-imperador trouxeram algumas dificuldades para a entidade. Do ponto de vista institucional, o grêmio enfrentou problemas financeiros e de ordem política. Entretanto, isto não abalou a intenção de seus associados de contribuir para ampliar os conhecimentos geográficos sobre a nação debaixo da bandeira republicana.

Assim, em 1891, Antonio de Paula Freitas realizou um exame crítico dos estudos do geógrafo francês Henri Coudreau (Pereira, 1994), relativos aos limites do Brasil com a Guiana Francesa, publicados na *Revista da Sociedade de Geografia de Paris*, com o título *Le conteste franco-brésilien*. Por sinal, os litígios a respeito da demarcação de fronteiras também serviam para estimular os sentimentos patrióticos.

Tal qual ocorria no período imperial, após o advento da República a Sociedade continuou a abrir suas portas para ilustres viajantes. Em sessão de 18 de julho de 1893, recebeu o geógrafo francês Jean-Jacques Élisée Réclus, autor da conhecida obra *Nouvelle géographie universelle* em 18 volumes. Patrocinado pela Editora Hachette, ele veio ao Brasil coletar informações para o 19.º volume, que deveria tratar da América Latina. Contribuição, aliás, que foi traduzida posteriormente pelo barão de Ramiz Galvão, com o título *Estados Unidos do Brasil*, publicada em 1900, acompanhada de algumas anotações do barão do Rio Branco a respeito do território contestado entre o Brasil e a França.

Personalidades femininas também começaram a se fazer presentes na instituição, que entre outras, recebeu a visita da educadora e médica de origem belga

Marie Rennote Robinson Wright (1852-1942)⁸. Em 1903, ela que doou pessoalmente sua obra *The New Brazil*, com várias ilustrações e fotografias da cidade de São Paulo da virada do século (SGRJ, 1903/1912, p. 40). A visitante se destacou no cenário cultural e científico paulistano, sendo considerada por muitos estudiosos como personalidade que revolucionou a educação do país com as seus ideais (Luca & Luca, 2003).

Em 1905, a SGRJ enviou representantes ao 8.º Congresso Internacional de Geografia realizado na cidade norte-americana de Saint Louis, junto com a Exposição Universal, «com direito a assistir as sessões, sem voto, e a gozar da biblioteca e sala de mapas» (SGRJ, 1905/1915, p. 61). Naquele ano, realizou-se no Rio de Janeiro a 3.ª Reunião do Congresso Científico Latino Americano.⁹ O evento recebeu a colaboração de diversas instituições nacionais e estrangeiras, abrangendo cerca de treze países da América Latina. A convocação do Congresso revelava a preocupação de se instaurar um fórum de discussão permanente no continente, semelhante ao que já acontecia na Europa (Freitas, 1906, p. 169). Apesar dos percalços, a Sociedade continuou a manter correspondência com mais de 150 associações congêneres na América e na Europa.

Se, por um lado, a vasta extensão territorial foi motivo de ufanismo, por outro o isolamento de algumas regiões, afastadas dos grandes centros e situadas em faixas de fronteira, daria ensejo a diversos projetos de integração do território, a exemplo do da Comissão de Construção das Linhas Telegráficas, formada por militares, que interligou as comunicações entre Rio de Janeiro, São Paulo e Triângulo Mineiro à Amazônia (Junior, 2001). Paralelamente, o governo passou a conferir maior importância à atuação de entidades como a SGRJ, reconhecida como órgão de utilidade pública, por decreto assinado pelo presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes em 1917.

A entidade envolveu-se, ainda, nas comemorações do centenário da independência, em 1922. Idealizou um projeto de natureza enciclopédica, a *Geografia do Centenário*, planejado para alcançar dez volumes. Dirigida ao grande público, a coleção pretendia, didaticamente, descortinar o Brasil aos brasileiros. Seguiram-se outros projetos de cunho pedagógico, como o *Curso Superior Livre de Geografia*,

⁸ Professora formada aos quarenta anos de idade completou o curso de Medicina na prestigiada Woman's Medical College of Pennsylvania, especializada na área de Ginecologia e Obstetrícia. Em 1895, conseguiu validar o seu diploma de médica no Brasil, defendendo a tese *Influência da educação da mulher sobre a medicina social*, perante uma banca organizada pela cadeira de Higiene e Mesologia da Faculdade de Medicina e de Farmácia do Rio de Janeiro, chefiada por Benjamin Antônio da Rocha Faria.

⁹ O 1.º Congresso Científico Latino-Americano foi realizado na Argentina em 1898 e o 2.º Congresso no Uruguai em 1901.

que funcionou entre os anos de 1926 e 1927, destinado à atualização de professores primários, organizado por um corpo de especialistas de escol. Além disso, a SGRJ empenhou-se na realização de atividades acadêmicas, na divulgação de trabalhos e na publicação de textos inéditos, que lançavam luz sobre aspectos ainda não revelados do território e da população brasileira.

A partir dos anos 1930, significativas transformações afetaram a vida política, econômica, social e cultural do Brasil. Tais mudanças já se prenunciavam na década anterior, marcada pela crise do sistema oligárquico. Ao mesmo tempo, as consequências da Primeira Guerra Mundial indicavam que o nacionalismo exacerbado caminhava a passos largos. A busca pelas raízes brasileiras, já tão cara aos associados da SGRJ, passou a constituir, assim, uma das principais preocupações dos homens públicos e letrados da época (Velloso, 2003, p. 148).

O golpe de Estado que pôs fim à Primeira República, em 1930, e levou Getúlio Vargas ao poder, não afetou o funcionamento da SGRJ, bem pelo contrário. Desde o primeiro momento, a Sociedade mostrou-se favorável ao movimento que deu início à chamada Era Vargas, pesando para tanto as reiteradas manifestações de seus filiados sobre a neutralidade da ciência – o reduto científico revelou-se simpático ao movimento que pôs fim a Primeira República (Pimentel, 1935). Entre outros temas que mais tarde seriam objeto da atenção do governo, a associação carioca empenhou-se então em examinar a questão do reordenamento geopolítico do território brasileiro sobre o qual debruçou-se o governo Vargas.

Entre 1909 e 1944, a SGRJ assumiu a vanguarda da convocação de congressos de Geografia. Neste período foram realizados dez congressos. Os certames realizados durante a Era Vargas reforçaram a imagem daquela instituição, e constituem um bom exemplo do funcionamento do sistema geográfico oficial instituído a partir de 1938, início da fase conhecida como Estado Novo, caracterizada pelo forte processo de centralização do Estado, ocorrido, principalmente, via fortalecimento da Administração Pública e das instituições voltadas para o planejamento (Penha, 1993).

Essa nova fase, de predominância de um saber geográfico de caráter pragmático e utilitário, direcionado para o reconhecimento do espaço nacional e para subsidiar a ação do governo, se manifestou através da incorporação de novos associados à SGRJ, na maior parte funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de professores que atuavam nas recém criadas Faculdades de Filosofia, além de militares e de políticos, categorias que frequentavam a instituição desde a sua criação em 1883.

Assim, no final de 1944, uma nova diretoria foi eleita para o biênio seguinte, encabeçada pelo ex-chanceler José Carlos de Macedo Soares. Com os quadros

administrativos revigorados, em 1945 Macedo Soares reformou os estatutos daquela Sociedade, transformando-a na Sociedade Brasileira de Geografia. A SGRJ enquanto tal deixou de existir.

Conclusões

Em um breve golpe de vista retrospectivo sobre a trajetória das Sociedades de Geografia em contextos tão diferentes quanto o Império, a Primeira República, a Era Vargas, e também entre o Rio de Janeiro e Lisboa, percebe-se um fio de continuidade entre o papel exercido por essas instituições nas diferentes conjunturas. Independentemente de abrigarem tradições diferentes do conhecimento geográfico, no interior dos grêmios estudados é nítida a ânsia por se conhecer e inventariar territórios. Tanto nos últimos anos do Império, passando pela primeira República, momentos em que a Geografia não estava institucionalizada, até o período Vargas, quando a institucionalização desse saber se fez de forma acelerada, acompanhando o processo de centralização do próprio Estado, as Sociedades de Geografia possuíram esse *animus* de conhecer e descrever os horizontes pátrios.

Por esse motivo, quando da escolha do título desse artigo, voltamos nossa atenção para os escritos de Antonio Zeferino Cândido da Piedade, redator chefe da Revista da Seção em 1885, verdadeira eminência parda daquele grêmio.

Português de nascimento, Doutor em Matemática e bacharel em Filosofia por Coimbra, positivista, professor do ensino primário e secundário em Portugal, Zeferino Cândido chegou ao Brasil com o intuito de divulgar método de leitura. Aqui dirigiu o Colégio São Pedro de Alcântara e manteve ativa participação em instituições culturais lusas, como a Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio, e nacionais, como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Zeferino Cândido. Publicou também um livro dedicado às comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil (Cândido, 1900), além de escrever em periódicos como *O País*, *Cruzeiro* e, ainda, *A Época*, do qual foi proprietário. No início do século XX, Zeferino Cândido retornou para Portugal e, de lá, quando da instauração da República (1910) exilou-se na Espanha.

Para esse autor, a Geografia jogava um papel importante de registro e observação dos fenômenos do clima, medição de montanhas. Zeferino Cândido comparava o esforço das Sociedades de Geografia com o dos teatros anatômicos. Se desses últimos saíam os elementos para o conhecimento das doenças, das Sociedades de Geografia vinham todos os elementos para o conhecimento fisiológico e

patológico deste organismo gigante, a Terra, a que se acha fatalmente subordinada a vida e o progresso das sociedades humanas (Cândido, 1885).

Zeferino Cândido, como os letrados do seu tempo, incorporou as influências decorrentes dos avanços da biologia de meados do século XIX, quando da generalização do conceito de organismo. Para ele, o próprio planeta Terra foi considerado enquanto tal, isto é, um todo maior, dotado de vida própria, composto por várias partes, com funções diferentes e complementares.

Se nos dias de hoje as Sociedades de Geografia no Brasil não mais existem, é inegável o seu lugar na história do país. Ao dissecarem o corpo pátrio, afirmaram a nacionalidade.

Bibliografia

- CAPEL, H. (1977). Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos (II). *Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*, 1 (9). Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/geo9.htm>
- CAPEL, H. (1981). *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea. Una introducción a la Geografía*. Barcelona: Barcanova.
- CÂNDIDO, A. Z. (1885). Discurso D. Zeferino Candido. *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 3, 43- 45.
- CÂNDIDO, A. Z. (1900). *Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- CARDOSO, L. P. C. (2013). *O lugar da geografia brasileira: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945*. São Paulo: Annablume.
- CARVALHO, J. M. (2002). *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- FIGUEIRÔA, S. F. M. (1995). *As ciências no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec.
- FREITAS, A. P. (Org.) (1906). *Relatório Geral da Terceira Reunião do Congresso Científico Latino-Americano: Trabalhos preliminares e inauguração do Congresso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- GUIMARÃES, L. M. P. (1995). Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 156 (388), 459-613.
- GUIMARÃES, L. M. P. (2007). *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República.
- GUIMARÃES, M. L. L. S. (1988). Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, 1, 5-27.

- JUNIOR, C. M. (2001). *Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. (Dissertação de doutoramento não publicada). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História.
- LUCA, L., & LUCA, J. B. A. (2003). Marie Renotte, pedagoga e médica: subsídios para um estudo histórico-biográfico e médico-social. *Revista Manguinhos: História, Ciências e Saúde*, 10(2), 703-725.
- MACHADO, L. O. (1995). Origens do pensamento geográfico no Brasil. Meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In I. Castro, R. L. Correa & P. C. Gomes (Orgs.), *Geografia: Conceitos e Temas* (pp. 309-352). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MACHADO, M. S. (2009). *A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri.
- MARY, C. P. (2010). *Geografias pátrias: Brasil e Portugal, 1878-1889*. Niterói: Eduff.
- MORAES, A. C. R. (1989). *Geografia Moderna*. São Paulo: Editora Hucitec Editora da Universidade de São Paulo.
- MORAES, A. C. R. (1991). Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, 4(8), 166-176.
- MORAES, A. C. R. (1999). História Social da Geografia no Brasil: elementos para uma agenda de pesquisa. In *Anais do I Encontro de História do Pensamento Geográfico* (pp. 17-23). Rio Claro: UNESP.
- MORAES, A. C. R. (2000). Geografia, História e História da Geografia. *Revista Terra Brasilis*, 2. Disponível em <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/319?lang=es>
- MORAES, A. C. R. (2002). *Território e história do Brasil*. São Paulo: Hucitec; Annablume.
- PENHA, E. A (1993). *A Criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- PEREIRA, J. V. C. (1994). A geografia no Brasil. In F. Azevedo (Ed.), *As ciências no Brasil* (pp. 349-460). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PIMENTEL, W. (1935). Comentários sobre os projetos da redivisão territorial política do Brasil. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, 40, 59-76.
- SCHWARCZ, L. M. (1989). *Os guardiões de nossa história oficial, os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP.
- SGRJ [SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO] (1903). ATA DA SESSÃO DE 05 DE DEZEMBRO DE 1903. *REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO*, 16, 38-40. (Originalmente redigido em 1903)
- SGRJ [SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO] (1915). ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE SETEMBRO DE 1905. *REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO*, 18, 60-64. (Originalmente redigido em 1905)

- URTEAGA, L (1987). Descubrimientos, exploraciones e historia de la geografia, *Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*, 71. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/geo71.pdf>
- VAINFAS, R. (2002). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- VELLOSO, M. P. (2003). Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In J. Ferreira & L. A. N. Delgado (Eds.), *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado* (pp. 351-386). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

«Por mares nunca dantes navegados...» *O Mediterrâneo* de Braudel e a orientação atlântica de Jaime Cortesão: um estudo das relações entre Geografia e História na primeira metade do século XX

Eduardo Holderle Peruzzo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo
ehperuzzo@usp.br

ORCID: 0000-0002-1841-0986

Geografia e História em Jaime Cortesão

Parte de uma investigação que vem procurando compreender elementos da trajetória intelectual e obra de Jaime Cortesão (1884-1960)¹, a comunicação em tela visa traçar um breve paralelo entre trabalhos deste historiador com os de Fernand Braudel (1902-1985), considerando o interesse que ambos tiveram pela incorporação da Geografia em seus projetos e práticas historiográficas. Aspecto que, por sua vez, reflete a abertura e desenvolvimento do campo disciplinar da História naquele momento de aproximação e diálogo intenso com a Geografia Física e Humana e demais Ciências Sociais na primeira metade do século XX.

Há muito se costuma dizer que geografia e cronologia são os dois «olhos» da História e que um dos grandes pontos de inflexão desse olhar fora, justamente, o das grandes viagens oceânicas e dos chamados «Descobrimentos» (Brotton, 2014, p. XIX). O encontro com novos mundos certamente é um dos marcos do início da Era Moderna e do alastramento do território reconhecido pelo Ocidente cristão.

¹ Projeto de pesquisa de doutoramento direto no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, que intitula-se «Jaime Cortesão, trajetória intelectual e projeto historiográfico (1910-1960)», orientado pelo Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda e com bolsa de auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo número 2015/11819-6. Além do Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE-FAPESP) realizado entre novembro de 2016 e julho de 2017, em Portugal, sob supervisão do Prof. Dr. Joaquim Romero Magalhães (FEUC), processo número 2016/14786-4.

Mapas e descrições constituíram o primeiro produto do estranhamento e da experiência daqueles que se lançaram ao «desconhecido». E, assim, a geografia, cartografia e relatos de viagem (sobretudo os fantásticos) passam a se incorporar vivamente no repertório das mentalidades europeias. A exemplo disso temos muitas crônicas, como a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, publicada postumamente, em 1614, (trinta anos após a morte do autor), que Cortesão (1960/1990, p. 11-13) procura reabilitar séculos mais tarde da simples pecha de mentirosos. Eram fantasiosos, admite Cortesão, mas a criação de mitos demonstrou-se sempre uma das primeiras tentativas de se domar o desconhecido, e muitas das descrições e narrativas codificadas em criaturas monstruosas – como o gigante Adamastor de *Os Lusíadas* – coincidiam com os acidentes geográficos reais, criando verdadeiros roteiros e cartografias mentais do espaço, que mais tarde se sistematizariam na racionalidade de um método geográfico-náutico.

É desta predileção de Jaime Cortesão pelo imaginário em torno dos Descobrimentos e da ciência cartográfica que parece vir sua apreciação pela Geografia, que será uma das bases de sua proposta metodológica de leitura dos processos históricos. Em realidade, sua ênfase nos aspectos geográficos e econômicos na compreensão da História seriam, provavelmente, a primeira manifestação consciente na historiografia portuguesa daquilo que mais tarde Vitorino de Magalhães Godinho (1971) – em seu seminal verbete para o *Dicionário de História de Portugal* – chamaria de «complexo histórico-geográfico», mas que já nas décadas de 1940-50 se apresentava ao mundo sob a ideia de «Geo-história», proposta por Fernand Braudel.

Distinto de experiências mais conhecidas pelos historiadores da historiografia, como o caso dos *Annales* na França (que se inicia praticamente no mesmo período, 1929), não surge em Portugal algum movimento acadêmico coeso em torno das Ciências Sociais tendo a História como elemento central². Tal não significa que não tenha existido no contexto português – como em vários outros desde os finais do XIX – uma afirmação da História enquanto ciência e uma aproximação com áreas vizinhas na tentativa de consolidar estes novos parâmetros. De modo abrangente, uma disciplina que não mais considerasse apenas os adventos políticos e a chamada história événementielle, esforçara-se por incorporar em seus estudos os aspectos sociais, econômicos, os quadros mentais da sociedade e, de uma forma nem sempre orgânica, a questão do meio natural. Autores como Jaime Cortesão, António Sérgio, Arnold J. Toynbee, Henri Pirenne – e, posteriormente, Fernand

² Salvaguardando-se o excepcional caso da *Revista de História* (Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos) dirigida por Fidelino de Figueiredo entre 1912-1928, mas que nunca teve alcance semelhante a revista do grupo francês. Ver Moreira (2012).

Braudel, Pierre Vilar, Henri Lefebvre, Caio Prado Jr., entre tantos outros –, procuraram considerar o ambiente não somente como a descrição de um cenário estático onde a história transcorria, mas como agente integrante, ou até mesmo como «metanarrativa» do processo histórico nos mais diversos contextos.

Boa parte da inspiração certamente vinha de geógrafos importantes como Paul Vidal de La Blache (1845-1918) que em 1903 publicara o seu *Tableau de la géographie de la France* (La Blache, 1903/2009) – primeiro tomo da monumental *Histoire de la France* dirigida por Ernest Lavisse – que Braudel (1969/1992, p. 50) considera não somente uma das maiores contribuições da escola geográfica, mas também da escola histórica francesa. Nela, La Blache (2009) tomava o caso do território francês, questionando-se como fora possível um fragmento de superfície que não constitui uma unidade geográfica com limites naturais, ter se tornado uma pátria e um Estado, rompendo, portanto, com pressupostos de um determinismo físico bastante hegemônicos até então. Como afirma Luís Corrêa Lima (2005, pp. 6-7), Vidal e outros precursores da Geografia Humana anteciparam os historiadores, colocando problemas mais pertinentes a partir do ponto de vista da ciência social, como o da relação entre as sociedades e o meio físico e biológico em que se situam. A Geografia teria então aberto um grande campo para os estudos de economias e sociedades, recortando o seu objeto de estudo pela definição de um espaço.

Nas décadas de 1920-30, Jaime Cortesão já se havia estabelecido como historiador dos Descobrimentos, e portanto, como um historiador dos mares, dedicando-se a estudar o Atlântico com o mesmo apreço que Braudel irá despender mais tarde ao «Mar Interior». É um dos primeiros historiadores portugueses a pensar as dimensões do Império Português de forma integrada, privilegiando sobretudo as dimensões atlânticas do ultramar; em contrapartida, a corrente predominante da historiografia portuguesa vigente, que além de pautar uma tese decadentista, havia-se voltado mais para os estudos das possessões orientais do império.

Joaquim Romero Magalhães (s.d.) informa-nos acerca do importante papel que a geografia desempenhou em todo o transcurso da obra de Cortesão. Já em 1922, Cortesão lança a tese de que Portugal se formara e se consolidara pela atividade comercial e portuária decorrente de sua posição geográfica e sua participação nas Cruzadas e que, portanto, a Revolução de 1383 e a expansão marítima se deveram basicamente à ascensão de uma burguesia comercial e marítima. Três anos mais tarde profere em Lisboa, na Universidade Livre, uma conferência que, significativamente, se intitulava *As relações entre a geografia e a história de Portugal*. Desde então, o conhecimento do espaço e a sua importância para o estudo das sociedades no tempo seguiram como um marco forte em seus trabalhos.

No ano de 1928, exilado em Paris, Cortesão publica na revista *Seara Nova* o artigo «Notas de história pátria: a formação democrática de Portugal», que prenunciava algumas das ideias expostas em *Os factores democráticos na formação de Portugal*, de 1930³. Inicia com uma passagem do geógrafo Jean Brunhes⁴ e, nas algumas páginas seguintes, deixa claro a nova identidade à qual pretendia filiar sua abordagem:

As palavras de Brunhes, que servem de prólogo a este trabalho, podiam quase dispensar-nos de mais explícita declaração sobre o método das nossas investigações. Como, não obstante, não escrevemos numa revista de especialidade nem para um público de especialistas, do qual se não pode supor que esteja em dia com as questões de metodologia histórica, entendemos conveniente acrescentar que o método geográfico, a interpretação económica e o ponto de vista sociológico remodelaram nos últimos anos profundamente a História; e historiador algum, “contemporâneo do seu tempo”, pode escusar-se de os utilizar. A História Social domina hoje toda a História. E caminhando a par com a geografia humana e a sociologia, sem se confundir com elas, assenta de um lado sobre o económico e, do outro, sobre as variações e as modalidades da distribuição do povoamento humano, ou, na frase de Durkheim, as variações de volume e da densidade dinâmica das sociedades (Cortesão, 1928, pp. 343-344).

Três ensaios da década de 1940 – *Teoria geral dos descobrimentos portugueses, A geografia e a economia da Restauração* e *A cartografia o açúcar e o seu significado histórico*, hoje publicados em um mesmo volume (Cortesão, 1940/1984) – condensam vários de seus postulados essenciais, onde os espaços ibérico, ameríndio e africano conectados pelo Atlântico passam a desempenhar papel definidor dos rumos do Portugal saído da Idade Média que conquistará os mares e, mais tarde, com o açúcar proveniente do Brasil, irá financiar a Restauração de sua monarquia frente ao jugo castelhano, em 1640.

Considerando os Descobrimentos portugueses como o «zênite da história nacional, a base do nosso carácter de Nação, o fundamento e a afirmação mais terminante da sua independência», Cortesão bosqueja uma visão de conjunto, ou um «quadro geral das causas, do processo de desenvolvimento [e] das consequên-

³ Que abria o primeiro volume da obra monumental *História do Regímen Republicano em Portugal*, dirigida por Luís de Montalvor (1930).

⁴ «Podemos afirmar com certeza que toda a história das civilizações deve ser refeita sobre uma base geográfica mais solidamente aprofundada; e que um dos maiores interesses do nosso tempo está nesse incremento cada vez maior da orientação juntamente geográfica e social das investigações históricas» (Brunhes citado em Cortesão, 1928, p. 343).

cias da expansão portuguesa» (Cortesão, 1949/1984, p. 11). Aplica no seu estudo um método específico, «que pode resumir-se em duas teorias: uma econômica (a teoria do segredo), e outra geográfica, completadas por uma concepção geral da história» (Cortesão, 1940/1984, p. 13).

Cortesão estava atento a autores que, juntamente com La Blache, inauguram o que conhecemos hoje como Geografia Humana, servindo-se repetidas vezes de Jean Brunhes e Camille Vallaux, sobretudo da obra de ambos *La géographie de l'histoire. Géographie de la paix et de la guerre*, de 1921. Mas, para além de seu interesse pelos aspectos sociais da relação entre os homens e o meio, interessou-se também pelo meio natural em si, ou seja, pelo estudo das cartas dos ventos, das correntes marítimas, embrenhando-se no complexo estudo das navegações. Dos tratados de Alexander von Humboldt e do *Traité de géographie physique* (1.ª edição, 1909) de Emmanuel de Martonne, Cortesão herdou o conhecimento teórico, sobretudo acerca do Novo Continente.

Somando-se à vasta investigação documental dos relatos de viajantes, Jaime Cortesão procurou reconstituir as expedições, suas rotas em meio às *estradas marítimas*, as condições que viabilizaram os empreendimentos lusitanos na América e os obstáculos que tantas vezes abateram as frotas. Em sua síntese sobre o Brasil Colonial – publicada somente em espanhol como parte de uma coletânea –, inicia com o capítulo «Relação entre a geografia e a história do Brasil», afirmando destarte que «Em poucas histórias nacionais aparece tão palpável, por assim dizer, a influência do fator geográfico como na do Brasil». E negando a tese de que o Brasil havia sido descoberto por acaso, assevera: «Ao nosso ver, a aparição do Brasil na História se relaciona mais concretamente com sua posição no Atlântico e com a série de explorações realizadas neste oceano» (Cortesão, 1956, pp. 3-7). Perspectiva que segue latente em um de seus últimos trabalhos, *Os Descobrimentos portugueses*, publicados entre 1958-60, onde Cortesão critica as Histórias dos Descobrimentos que não levavam em conta os fatores naturais, como bem destacou Fernando Rebelo (1985, p. 103).

Embora a preferência de Jaime Cortesão pelo fator geográfico-histórico se possa considerar uma constante de sua obra, cabe lembrar, como salienta Jorge Borges de Macedo (1984, p. 63), que ele é o ponto de suporte – e de partida – para perceber o problema da unidade de um determinado corpo social e o desfecho de alguns processos, mas não os garante. Se a pressão do condicionamento geográfico cerceia as margens de um percurso histórico, ela só pode tornar-se funcional quando se depara com a ação dos sujeitos humanos. Sendo um processo lento, carregado de contingências onde atuam as mais diversas necessidades e faculdades humanas, a única forma de consolidar-se em pulsão histórica seria tomando

consciência dele: «a cultura tem de recorrer constantemente à geografia e à geopolítica, que ajuda a compreender o nexa que as liga ao meio geográfico» (Cortesão citado em Macedo, 1984, p. 63).

Porque ainda que atinente à toda ação humana, o meio e os fenômenos naturais não deveriam para Cortesão ser elevados a categorias absolutas, numa espécie de determinismo naturalista-geográfico, que outrora pautara o estudo sobre o homem e as civilizações, e que o mesmo combatia desde a mocidade. Por outras palavras, os fatores geográficos jamais poderiam ser tomados como um *deus ex machina*, uma explicação para tudo. Tal como queria Vidal de La Bache, o meio condiciona, mas não determina, mesmo porque toda a História é uma história dos homens.

Em suma, uma História pensada geograficamente deve ser, antes de mais nada, um campo de estudo interdisciplinar, destacando-se o enfoque de uma história econômica (o «materialismo histórico» como se refere muitas vezes) que busque evidenciar como o homem interage com o ambiente e é por ele influenciado, mas sempre do ponto de vista do primeiro; uma história política, que perceba como as comunidades humanas se organizaram em torno de espaços, e como seus governos responderam as demandas que aquele ambiente lhes impôs; uma história das mentalidades, que vise conhecer como as sociedades confrontam a natureza em sua percepção do mundo natural, que representações e mitos criaram a partir dele e como essas passaram a ser parte integrante fundamental de sua cultura.

Isto tudo fica muito claro no pensamento de Cortesão, quando pauta naquele mesmo artigo de 1928 a superação de uma historiografia tradicional, que a renovação nos estudos históricos viera sobrepôr à narrativa vã dos «meneios políticos dos príncipes». Aí explica:

a lenta adaptação do homem às virtualidades do meio físico, multiplicando as formas da riqueza; a sua condensação nos centros urbanos, provocando a invasão e a liberdade do trabalho, a formação das classes, a solidariedade econômica, as lutas pela igualdade política e por fim o sentimento nacional – constituem hoje os factos dominantes da História e correspondem a uma concepção nova do homem e das suas relações com o Globo (Cortesão, 1928, p. 343).

A Geo-história de Fernand Braudel

Com itinerário de propostas muito semelhantes às de Cortesão, duas décadas mais tarde desponta o nome de Fernand Braudel. Submerso àquele mesmo circuito de influências da Geografia Humana (mormente La Blache), seria o próprio Braudel

quem mais tarde consideraria Cortesão como um dos maiores expoentes da historiografia portuguesa (cf. Godinho, 1966, p. xxiv). Provavelmente por partilhar desse interesse pelo enfoque geográfico, quando Braudel publica *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, em 1949, descreve seu objeto como «uma personagem complexa, embaraçosa, excepcional, que escapa as nossas medidas e definições. Inútil é pretender escrever dele a história simples, no gênero “nasceu a...”». Tal como seria inútil «tentar escrever com simplicidade a seu respeito, contar singelamente como as coisas se passaram» (Braudel, 1949/1983, v. 1, p. 21).

Para compreender seu objeto não bastaria uma visão fragmentária, convencional, que «não têm em vista todo o vasto mar, mas um específico e minúsculo pedaço de mosaico [...] antes se concentrando nos gostos dos príncipes e dos ricos, numa nuvem de futilidades que pouco tem de comum com a história, lenta e poderosa» (Braudel, 1949/1983, v. 1, p. 22). O que se propunha era um olhar estrutural, devendo-se então considerar o objeto em sua «problemática fundamental – a dialética espaço-tempo (história-geografia)» (Braudel, 1949/1983, v. 1, p. 28), correspondente à proposta global de uma «Geo-história».

Tratava-se de uma visão que considerasse não somente a vastidão espacial do objeto, mas sua temporalidade específica. Como referia o próprio Braudel, «delimitar é definir», e um objeto como o Mediterrâneo (ainda que o recorte original buscasse tratar do período de 1550 a 1600) transborda seu espaço e tempo, enquadrando-se em um tempo geográfico, uma história quase imóvel, a chamada «longa duração»; que estando quase fora do tempo – ênfase para o *quase* – é assim distinta do tempo dos homens e dos eventos (Braudel, 1949/1983, v. 1, p. 25). Era a lenta adaptação do homem às virtualidades do meio físico, de que também falava Cortesão.

Conforme destaca Stuart Schwartz (2007, pp. 30-31), em *La Méditerranée* – que considera ser provavelmente o livro de História mais importante do século XX –, Braudel rompe com o enfoque habitual, político e regional, concebendo uma visão mais global na qual as estruturas, os padrões de vida e o próprio meio ambiente (o clima) foram atores dos processos transcorridos naquele mar quase fechado e repleto de ilhas, onde várias culturas se desenvolveram.

Captar o meio em sua permanência não significa, sem embargo, tratar a Geografia como mera descrição minuciosa do ambiente físico enquanto um meio estático, imutável e inerte (como tantas vezes era retratado nos capítulos iniciais dos livros de História), mas antes reconhecê-la enquanto realidade estrutural e estruturante do processo histórico. Desta forma, Braudel escreve logo no início da primeira parte de *La Méditerranée* (que se intitula, justamente: «O Meio») à seguinte observação:

Daí que as circunstâncias tenham concorrido para fazer surgir, através do espaço e do tempo, uma história ao retardador, reveladora de valores permanentes. Neste jogo, a geografia deixa de ser um valor em si mesma para se tornar um meio, ajudando a reencontrar as mais lentas das realidades estruturais, e a organizar uma perspectivação segundo uma linha do mais longo prazo. A geografia (à qual, como à história, podemos pedir tudo) passa assim a privilegiar uma história quase imóvel, desde que, evidentemente, aceite seguir as suas lições e aceite as suas divisões e categorias (Braudel, 1949/1983, v. 1, p. 33).

Semelhanças entre Cortesão e Braudel também são percebidas na questão econômica. Não obstante, Cortesão afirma, por exemplo, que «os factores económicos estão fundamentalmente na base de todas as formas que tomou a política do segredo em relação com os descobrimentos» (Cortesão, 1960, p. 10). Noutro passo, ele reforça essa dimensão, sem ceder ao determinismo económico:

Embora para nós o passado não se explique apenas pelos factores económicos, pois damos lugar de importância e relevo as causas espirituais, reconhecemos que aqueles são o primeiro móbil e fundamento das acções humanas. Não obstante, seria ilusório esperar uma linha sempre recta de conduta na política de segredo, pois podiam e puderam desviá-la de seu curso, quer as oscilações do poder pessoal, quer por vezes razões mais fortes de interesse religioso e científico (Cortesão, 1960, p. 8).

Esse trecho remete-nos a uma série de considerações que estarão presentes no terceiro tomo de *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, de 1979, obra em que Braudel de certa forma também se volta para o Atlântico dos séculos XV a XVIII, procurando situá-lo na escala do mundo, algo que Cortesão, de modo bem menos ambicioso, tentara realizar décadas antes.

A história económica do mundo é, portanto, toda história do mundo, mas vista de um certo observatório, o da economia. Ora, escolher esse observatório e não outro é privilegiar de antemão uma forma de explicação unilateral (e também por isso mesmo, perigosa), da qual sei de antemão que não me libertarei inteiramente. Não se privilegia impunemente a série dos fatos chamados económicos. Por mais que nos empenhemos em dominá-los, reordená-los e, sobretudo, superá-los, poderemos evitar um “economismo” insinuante e o problema do materialismo histórico? É o mesmo que atravessar areias movediças (Braudel, 1979/1995, v. 3, p. 9).

Posteriormente em *L'identité de la France*, de 1986, Braudel confirma seu apreço pela base geográfica como meio de partida de análise do processo histórico. O

primeiro dos três tomos da obra se chamaria exatamente *Espace et Histoire*, e o seu autor considerava um exercício de «geografia retrospectiva» (Braudel, 1986/1989, v. 1, p. 314). Teria partido da questão semelhante à de Vidal de la Blache, quando se interrogara sobre se seria a França um ser geográfico? Ou, como ele mesmo preferiu dizer, teria a geografia inventado a França? Segundo Braudel, esta pergunta reintroduzia o «problema ambíguo» do determinismo em história, mas diga-se o que se disser a respeito, a querela suscitada por si ainda precisava ser resolvida. Braudel afirma que há muito os geógrafos haviam abandonado essa questão, estando mais preocupados com os homens e não em tomar a terra como um elemento decisivo na marcha da história (Braudel, 1986/1989, v. 1, pp. 221-222). Pessoalmente, confessa que sempre esteve convencido – e assustado – com o peso enorme que estas origens, ainda que distantes, exercem sob os indivíduos. «Elas nos esmagam» – como também sugeria Marx. Mas logo acrescentava que isso não significava que se devesse atribuir tudo ao passado: «A França surgiu de uma prodigiosa acumulação de história, mas esta acumulação ocorreu num local determinado, e não em outro» (Braudel, 1986/1989, v. 1, p. 221).

O «diálogo» Cortesão-Braudel

Quase quatro décadas antes, Braudel e Cortesão haviam chegado de fato a encontrar-se no Brasil, onde debateram justamente acerca do *determinismo* geográfico, como narra este último em *O Homem e a Terra*, publicado no *Estado de São Paulo* em 12 de outubro de 1947⁵. Dias atrás, Braudel havia estado no Rio de Janeiro, em residência oficial da Embaixada francesa proferindo uma comunicação onde expunha seu conceito de «Geo-história». Cortesão, admitindo o maior interesse e proximidade com as ideias levantadas, concorda com a apreciação do termo para designar-se «os factos pré-históricos de morosa adaptação do homem ao planeta». Mas ao fim da palestra indaga o historiador francês acerca de sua validade e aplicação para os grandes momentos da história humana, onde a despeito dos fatores físicos e seus derivados, prevalecia para ele «a liberdade criadora do homem e a possibilidade da intervenção individual na história» (Cortesão, 1964, v. 1, pp. 91-93).

Provocação a qual Braudel teria tergiversado, manifestando – segundo Cortesão – pouco desejo de responder, dizendo que àquela matéria fazia menos concessão

⁵ Posteriormente publicado em Cortesão (1964, v. 1., pp. 90-101).

que os demais historiadores e sugerindo que o homem poderia intervir na história em algo entre 20 e 30 por cento dos acontecimentos. Confirmando-se numa conversa ao final do evento aquilo que Cortesão vê como uma inclinação de Braudel à fatalidade do determinismo físico, mais próximo da Geografia alemã do que da francesa – a qual ele mesmo preferia –, é, de fato, pouco usual ver o historiador francês mais reconhecido por seu «imperialismo» historiográfico francófono ser acusado de ceder aos geógrafos germânicos. Cortesão se excede neste ponto se pensarmos a obra de Braudel (e de seu mestre Lucien Febvre) como uma das grandes expressões na historiografia das propostas de Vidal de La Blache.

Cortesão (1964, v. 1, pp. 94-99) prossegue seu artigo pautando que na velha luta entre o Homem e a Terra «sobre que se levantam os mais fundos alicerces da história» concede progressivamente mais importância ao homem como fator histórico. «Progressivamente», porque se dá ao passo que ele se afasta dos estágios primitivos da cultura: «Nas primeiras idades culturais o homem obedece estritamente às condições impostas pela Natureza. Depois, e pouco a pouco, submete à sua vontade a Terra, e elabora ou pode elaborar sobre ela, com livre esforço, as mais audaciosas construções humanas e políticas» (Cortesão, 1964, v. 1, p. 94). Cita como exemplo o caso das *Bandeiras* na formação territorial brasileira, recorrendo novamente ao «mito da Ilha-Brasil» (Oliveira, 2017). Justifica que a narrativa daquele processo permaneceria «um caos de factos incoerentes, se não admitirmos que à intuição e logo ao conhecimento daquela unidade correspondeu, quer da parte da metrópole, quer dos luso-brasileiros, uma política unitária». Se era certo que a História do Brasil se moldara sobre a realidade física e pré-histórica, foi «na imaginação divinatória duns, e na vontade inquebrantável de outros» e no heroísmo de poucos que aquele «mito» se fez realidade:

Por nossa parte, recusamo-nos a considerar escravos do imperialismo físico ou económico homens como Fernão Dias Pais, que imolaram bens, família, a própria vida, à realização dum sonho, com que abriram as portas à realidade. Não fosse essa estirpe de gigantes livres, e hoje a Ilha-Brasil não passaria dum engelhado aborto conservado em álcool no museu da história, para escárnio dum pequeno povo fantasioso – ele próprio relegado à condição duma vaga província a Ocidente da Ibéria (Cortesão, 1964, v. 1, pp. 100-101).

Novamente, sua forte inclinação pelo entendimento dos condicionalismos geográficos seria obliterada por uma presença ainda mais forte em sua filosofia pessoal e que se projetava em toda sua visão da História, que era justamente a

ideia da excedência e do papel destes indivíduos superdotados. Cortesão (1959/1966, p. 251) torna a tratar do assunto no final da vida, na série de artigos intitulada «Causas da independência de Portugal e da formação portuguesa do Brasil», publicada simultaneamente nos jornais *a Província de Angola*, *Notícias de Lourenço Marques* e *Diário de Lisboa* em 1959 (Águas, 1985, pp. 148-150). Chega mesmo a reivindicar o neologismo braudeliano da «Geo-história», mas apenas para os primeiros passos da marcha dos homens, isto é, no período primitivo. Talvez por críticas deste tipo e receio do estigma de determinista, Braudel tenha decidido suprimir o capítulo sobre *Geo-história e determinismo* a partir da segunda edição de *O Mediterrâneo*, em 1963.

Concluindo, quer no entendimento da «Geo-história» proposta por Braudel, quer segundo o método histórico-geográfico de Cortesão – cada um à sua maneira, mas comungando de uma mesma sintonia – reflete-se a história que o meio impõe aos homens, mas também a capacidade dos homens resistirem e transcenderem em intensidade diversa essas circunstâncias geográficas. Em ambos os casos, escreve-se a História em que a duração dos processos humanos encontra o atrito do espaço e a resistência do meio geográfico, obrigando-os a perceber o quanto são localizados, limitados e condicionados por estruturas objetivas (e subjetivas), circunstâncias econômicas, sociais e as forças políticas; tratando-se, portanto, de uma história estrutural que buscava vislumbrar as diversas dimensões de seu objeto: os homens. É, ainda, a história de como os homens se situaram no meio físico, aprenderam a compreendê-lo, manipulá-lo e desvencilhar-se dos mais diversos percalços por ele impostos; ou seja, uma história na qual a dialética entre os sujeitos e o meio tende a pautar os ritmos dos processos históricos.

A apreensão deste quadro, por sua vez, só pode ser feita a partir de uma perspectiva que considere uma «história total», nos moldes daquela propostas pelos *Annales* – ainda que não completamente exequível, permanente no horizonte do historiador. Pois, como disse Braudel, «a história não está irremediavelmente condenada a ter de se remeter ao estudo de jardins encerrados entre muros»; até porque assim «ela não cumpriria uma das tarefas que atualmente se lhe põem, qual seja a de responder aos angustiantes problemas atuais, ligando-se às ciências do homem». E conclui, citando o medievalista francês Edmond Faral: «Foi o medo da grande história que matou a grande história, que ela possa reviver» (Braudel, 1949/1983, v. 1, p. 26). O que aproxima Cortesão e Braudel – não obstante suas várias divergências – foi justamente terem se disposto a lançar nestes mares da Geografia, até então muito pouco navegados pelos historiadores.

Bibliografia

- ÁGUAS, N. (1985). *Bibliografia de Jaime Cortesão*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- BRAUDEL, F. (1983). *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* (Vols. 1-2). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1949)
- BRAUDEL, F. (1989). *A identidade da França* (Vols. 1-3). São Paulo: Globo. (Originalmente publicado em 1986)
- BRAUDEL, F. (1992). *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva. (Originalmente publicado em 1969)
- BRAUDEL, F. (1995). *Civilização material economia e capitalismo, séculos XV-XVIII* (Vols. 1-3). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1979)
- BROTTON, J. (2014). *Uma história do mundo em doze mapas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BRUNHES, J., & VALLAUX, C. (1921). *La géographie de l'histoire. Géographie de la paix et de la guerre*. Paris: Librairie Félix Alcan.
- CORTESÃO, J. (1928). Notas de história pátria. A formação democrática de Portugal. *Seara Nova*, 138, 343-345.
- CORTESÃO, J. (1930). Os factores democráticos na formação de Portugal. In L. de Montalvor, *História do Regimen Republicano em Portugal* (Vol. 1, pp. 11-96). Lisboa: Empresa Editorial Ática.
- CORTESÃO, J. (1956). Brasil: de los comienzos a 1799. In A. Ballesteros (Ed.), P. Calmón, & J. Cortesão, *Historia de America: Brasil* (pp. 3-540). Barcelona, Buenos Aires: Salvat.
- CORTESÃO, J. (1960). *A política de sigilo nos descobrimentos*. Lisboa: CECQCMIDH.
- CORTESÃO, J. (1964). *Introdução à história das bandeiras* (Vols. 1-2). Lisboa: Portugalíia.
- CORTESÃO, J. (1966). Causas da independência de Portugal e da formação portuguesa do Brasil. In J. Cortesão, *Os factores democráticos na formação de Portugal* (pp. 247-265). Lisboa: Portugalíia. (Originalmente publicado em 1959)
- CORTESÃO, J. (1984). *Teoria geral dos descobrimentos e outros ensaios*. Lisboa: Livros Horizonte. (Originalmente publicado em 1940)
- CORTESÃO, J. (1990). *Os Descobrimentos Portugueses* (Vols. 1-3). Lisboa: INCM. (Originalmente publicado em 1960)
- GODINHO, V. M. (1966). A presença de Jaime Cortesão na Historiografia Portuguesa. In J. Cortesão, *Os factores democráticos na formação de Portugal* (pp. IX-XLVII). Lisboa: Portugalíia.
- DE MARTONNE, E. (1909). *Traité de géographie physique*. Paris: Librairie Armand Colin.
- GODINHO, V. M. (1971). Complexo Histórico-Geográfico. In J. Serrão (Ed.), *Dicionário de história de Portugal* (vol. 1, pp. 644-649). Porto: Figueirinhas.
- LA BLACHE, P. V. (2009). *Tableau de la géographie de la France*. Paris: Éditions des Équateurs. (Originalmente publicado em 1903)

- LIMA, L. C. (2005). História, meio ambiente e cultura: a contribuição teórica de Fernand Braudel. *Em Debate*, 2. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7695/7695.PDF>
- MACEDO, J. B. (1984). A teoria da História de Jaime Cortesão. *Prelo*, Número especial dedicado a Jaime Cortesão, 57-66.
- MAGALHÃES, J. R. (s.d.). Cortesão, Jaime Zuzarte. In *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal). Disponível em http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_cortesao.htm
- MONTALVOR, L. de (dir.) (1930). *História do Regímen Republicano em Portugal*, vol. 1. Lisboa: Empresa Editorial Ática.
- MOREIRA, N. B. (2012). *A Revista de História (1912-1928): uma proposta de análise histórico-histórica* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade do Porto, Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67315?locale=pt>
- OLIVEIRA, F. R. (2017). A “Ilha Brasil” de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico. *Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, 22 (1.191). Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1191.pdf>
- REBELO, F. (1985). História e geografia física, reflexões em torno da interdisciplinaridade desenvolvido por Jaime Cortesão. *Cadernos da revista de história econômica e Social*, 6/7, 103-110.
- SCHWARTZ, S. (2007). Os furacões e a formação das sociedades caribenhas. *Revista USP*, 72, 28-43.

O Brasil e a Geografia Brasileira nas revistas académicas portuguesas do século XX: produção, temas e redes¹

Daniel Paiva

Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa
daniel.paiva@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0001-9701-4705

Jonathan Felix Ribeiro Lopes

Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa
jonhgeocs@gmail.com
ORCID: 0000-0001-9757-8500

Francisco Roque de Oliveira

Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa
f.oliveira@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0002-5854-8971

Introdução

Nas últimas décadas, as Geografias portuguesa e brasileira desenvolveram estudos importantes sobre as respectivas histórias disciplinares (Valverde, 1984; Gaspar, 1985; Machado, 2009; Pimenta, Sarmiento & Azevedo, 2011; Silva, 2012). Não obstante, persiste uma lacuna relativa ao diálogo entre as duas comunidades científicas, lacuna essa que apenas alguns estudos têm tentado corrigir (Rebelo, 2006; Cunha & Jacinto, 2012). Esta falha é particularmente relevante no caso da Geografia académica-universitária de Portugal e do Brasil porquanto sabemos que

¹ Investigação realizada no âmbito do Projecto «Saberes geográficos e Geografia institucional: influência e relações recíprocas entre Portugal e o Brasil no século XX» – FCT/CAPES (Proc. 44.1.00 CAPES/8513/14-7).

a generalidade das disciplinas vizinhas – História, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, para além dos Estudos Literários e Culturais e da própria História da Ciência – encetaram há muito o estudo crítico dos diálogos recíprocos realizados durante o século XX, com especial ênfase para aqueles que relevam do contexto colonial e da ditadura (Castelo, 1999; Paulo, 2000; Lemos & Leite, 2002; Gobbi, Fernandes & Junqueira, 2002; Bastos, Almeida & Feldman-Bianco, 2002; Sarmento & Guimarães, 2010, 2012, 2015; Fiolhais, Simões & Martins, 2011; Nunes & Freire, 2013; Silva, Frangella, Aboim & Viegas, 2015; Cardão, 2014; Castelo & Cardão, 2015; Martuscelli, 2016; Menezes & Sousa, 2017).

Pretendemos contribuir para mitigar esta lacuna abordando a presença dos temas e da Geografia brasileira na produção geográfica portuguesa. Em concreto, seleccionámos como objecto de análise os estudos de geógrafos brasileiros e os trabalhos relativos a temáticas de geografia do Brasil nas revistas de Geografia portuguesas do século XX. Centrámos a nossa atenção no levantamento de publicações, na identificação dos respectivos temas e na análise das redes de conhecimento indicadas por estes mesmos textos. Análises bibliométricas como a que aqui apresentamos têm-se tornado comuns no estudo da produção científica no campo da Geografia, sendo salientada a sua utilidade tanto para o entendimento da evolução da investigação científica, como das próprias geografias e mobilidades dos meios de difusão científica (Garcia Ramon, Nogué i Font, & Albet i Mas, 1992; Albet i Mas, Garcia Ramon, & Nogué i Font, 1992; Alcoforado, Alegria, Queirós, Garcia, Morgado, & Vieira, 2015; Biljecki, 2016).

Este estudo divide-se em duas partes. Em primeiro lugar, apresentaremos a metodologia do trabalho desenvolvido e as informações que a base de dados que criámos contém. De seguida, abordaremos as principais tendências da produção nas revistas de Geografia portuguesa no que respeita ao Brasil, incidindo a nossa análise na distribuição temporal desta produção e nos principais temas abordados, assim como nas redes de conhecimento e nos níveis de difusão das revistas que podemos inferir a partir dos dados recolhidos.

Metodologia

O nosso estudo incide sobre as revistas portuguesas do século XX centradas em temáticas geográficas ou que constituíram repositórios importantes de trabalhos de geógrafos. Para o efeito, seleccionámos 12 revistas, que podem ser visualizadas na Tabela 1. Quase todas constituem revistas de Geografia, ou que fizeram da divulgação do conhecimento geográfico a sua missão principal. Ocorrem apenas duas

excepções a este quadro. Em primeiro lugar, a revista de estudos brasileiros *Brasília*, da Universidade de Coimbra, que considerámos relevante tratar tanto por incluir importantes textos assinados por geógrafos, como por ter sido publicada num período em que poucas revistas especializadas em Geografia estavam disponíveis. O segundo caso corresponde à série original da revista *Garcia de Orta*, contemplada pelos mesmos motivos, assim como pelas afinidades que tem com a sucedânea *Garcia de Orta – Série de Geografia*, que também trabalhamos.

Tabela 1 – Levantamento de textos sobre o Brasil nas revistas portuguesas de Geografia.

Revista	Intervalo de publicação considerado	Total de Textos	Total de textos sobre o Brasil	% de textos sobre o Brasil
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa	1900-2000	5356	143	2,67
Brasília	1949-1968	161	5	3,11
Boletim do Centro de Estudos Geográficos	1950-1967	238	11	4,62
Garcia de Orta – Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar	1953-1972	914	5	0,55
Geographica	1965-1973	187	22	11,76
Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia	1966-2000	799	27	3,38
Garcia de Orta – Série de Geografia	1973-2000	64	10	15,63
Cadernos de Geografia	1983-2000	297	6	2,02
Revista da Faculdade de Letras – Geografia	1985-2000	118	1	0,85
Revista da Universidade de Aveiro – Geociências	1986-1987	22	0	0,00
Inforgo	1990-2000	194	1	0,52
Territorium	1994-2000	78	0	0,00
Total		8428	231	2,74

Fonte: autores.

Entre as restantes revistas, quatro são revistas universitárias de Geografia: *Boletim do Centro de Estudos Geográficos* (Universidade de Coimbra), *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia* (Universidade de Lisboa), *Cadernos de Geografia* (Universidade de Coimbra), e *Revista da Faculdade de Letras – Geografia* (Universidade do Porto). Duas revistas pertencem à Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL): o centenário *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* e a efémera revista *Geographica*. O primeiro destes dois casos constitui o paradigma das publicações

correspondentes à fase anterior à institucionalização universitária da Geografia, em que os saberes geográficos são matéria tratada por não-geógrafos, mas que encerra um interesse particular seja pela visibilidade pública que conseguiu para os temas geográficos, seja pelo próprio conceito de Geografia explorado no âmbito geral das ciências. Em todo o caso, para que a análise dos respectivos conteúdos fosse minimamente compatível com as restantes revistas, analisámos apenas os números do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* correspondentes ao século XX. Com isto, procurámos salvaguardar uma cronologia comum, que tem início num momento próximo da institucionalização da Geografia universitária em Portugal.

Como dissemos, seleccionámos também as duas edições pertinentes da revista *Garcia de Orta*: a edição publicada pela Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar (JMGIU) entre 1953 e 1972, e a *Garcia de Orta – Série de Geografia*, correspondente a uma das séries específicas nas quais se subdividiu a matriz original desta publicação, coincidindo com a transformação da JMGIU em Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JICU), em 1973. Esta designação manteve-se quando a JICU deu lugar ao Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), em 1979. Quer a *Garcia de Orta – Série de Geografia*, quer a antes mencionada *Geographica* foram fundadas por geógrafos vinculados a instituições universitárias. Por último, considerámos a revista *Inforgeo*, pertencente à Associação Portuguesa de Geógrafos. Pesquisámos ainda duas revistas universitárias de Geografia Física: a *Revista da Universidade de Aveiro – Geociências* e a *Territorium* (Universidade de Coimbra), mas para o período considerado nenhuma destas publicações incluiu artigos elegíveis para o nosso tema de análise.

Nestas revistas, começámos por contabilizar o número total de textos, tendo efectuado em seguida o levantamento de textos escritos por geógrafos brasileiros ou cuja temática de investigação se relacionasse com o Brasil. Destes textos, recolhemos a seguinte informação: tipologia documental (artigo, notícia, recensão), título, autor(es), afiliação institucional do(s) autor(es), país e cidade da afiliação, género do(s) autor(es), secção da revista que enquadra o artigo, número de páginas, tema e subtema abordados. Para o caso das recensões, particularizou-se na matriz construída o título e a autoria da obra recenseada. A nossa pesquisa foi conduzida na Biblioteca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, na Biblioteca Nacional de Portugal e nos Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. Uma vez que a grande maioria das séries de revistas analisadas não se encontra disponível em versão digital, a consulta directa dos espécimes bibliográficos preencheu a parte fundamental da etapa de recolha de dados.

Num plano geral, textos de autores brasileiros ou sobre o Brasil são residuais na produção geográfica portuguesa, com algumas excepções. A primeira é a revista *Geographica* da SGL, na qual 11,76% dos textos são de autores brasileiros ou sobre o Brasil. A segunda é a revista *Garcia de Orta – Série de Geografia*, na qual 15,63% dos textos são de autores brasileiros ou sobre o Brasil. O maior foco no Brasil detectado nestas duas revistas justifica-se pela missão das instituições às quais estão vinculadas, missão essa que, tanto no caso da SGL como no caso da JICU (e posteriormente do IICT) está ligada à investigação sobre ambientes tropicais, com especial incidência naqueles que eram – ou tinham sido – colónias portuguesas.

Não obstante, identificámos 231 textos, o que constitui de um *corpus* de investigação com alguma relevância. É também necessário ter em conta que onze das doze revistas que analisámos existem apenas na segunda metade do século XX, e nove delas durante menos de duas décadas. Tal constituiu um indício claro da relativa fragilidade da Geografia como disciplina científica no meio académico português até ao fim do século XX, circunstância essa que decorreu em boa medida da sua tardia institucionalização (Claval, 2011).

Resultados

Ritmos de produção

A análise temporal das publicações de autores brasileiros ou sobre o Brasil em revistas geográficas portuguesas revela aspetos interessantes acerca da relação entre as comunidades académicas dos dois países (Figura 1).

Em primeiro lugar, é de notar a diferença que se verifica entre o número de publicações e de revistas da primeira e da segunda metade do século XX, facto que, como referimos, resulta da tardia institucionalização da Geografia portuguesa. Na primeira metade do século, encontramos, essencialmente, textos do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Embora tenham sido publicados artigos de investigação, é de notar que estas publicações correspondem sobretudo a recensões bibliográficas e a notícias acerca de eventos relacionados com a colaboração entre a academia portuguesa e brasileira. Na década de 1950, ocorre um aumento muito significativo do número de publicações. Este resulta da publicação de artigos sobre o Brasil nas novas revistas *Brasília* e *Boletim do Centro de Estudos Geográficos* assinados por geógrafos portugueses de relevância como Amorim Girão, José de Oliveira Boléo, Luís Schwalbach e Orlando Ribeiro, e também da duplicação de

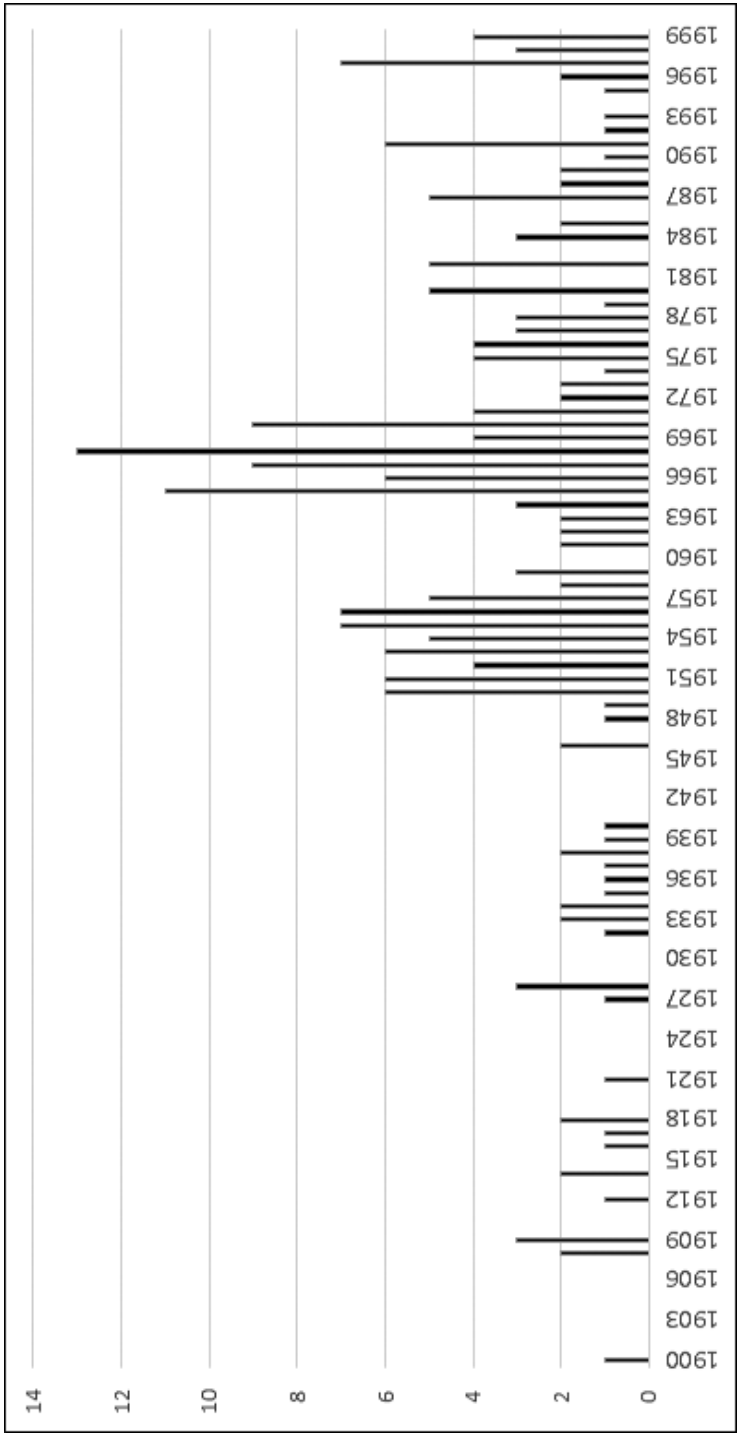


Figura 1. Número de publicações de artigos de autores brasileiros ou sobre o Brasil em revistas portuguesas de Geografia por ano. Fonte: autores.

textos sobre o Brasil no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, entre os quais se destacam as recensões a publicações de importantes geógrafos brasileiros ou cujo trabalho incide sobre o Brasil – caso de Aroldo de Azevedo, Aziz Ab'Saber, Josué de Castro, Pierre Monbeig e Preston James, por exemplo.

Embora o ritmo de publicações decresça entre 1960 e 1964, a partir de 1965 verifica-se o mais importante acréscimo de produção de textos de autores brasileiros e sobre o Brasil de toda a série considerada. Para este crescimento contribuiu significativamente a emergência da revista *Geographica* da SGL, mas também as revistas *Garcia de Orta – Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar* e *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*. O que há a salientar neste pico de publicações, que se estende até 1972, é a autoria de geógrafos brasileiros nos artigos. Embora os geógrafos adstritos a instituições universitárias portuguesas se continuem a preocupar em publicar textos sobre temáticas brasileiras, nomeadamente Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau, Raquel Soeiro de Brito e Jorge Gaspar, destacam-se neste período artigos de geógrafos brasileiros, como Aldo Paviani, António Christofolletti, António Rocha Penteado, José Ribeiro de Araújo Filho, Azize Drumond, Judith de la Corte, Margarida Maria Penteado, Maria Therezinha de Segadas Soares e Orlando Valverde. É de notar que alguns destes geógrafos, como Aldo Paviani e Azize Drumond, publicaram estudos sobre cidades portuguesas. Finalmente, entre 1973 e o final do século XX temos um evidente abrandamento das publicações de autores brasileiros ou sobre o Brasil.

Numa primeira análise, parece claro que o período de maior colaboração entre as comunidades geográficas brasileira e portuguesa coincide com uma fase em que ambos os países enfrentavam problemas particulares de inserção no sistema político internacional decorrentes dos contextos políticos internos, nomeadamente a ditadura militar de 1964 a 1985, no Brasil, e o Estado Novo de 1933 a 1974 em Portugal – neste caso, o isolamento internacional acentuou-se a partir de 1961, com o início da guerra colonial em África.

Após a Revolução dos Cravos em 1974, em Portugal, e a progressiva abertura política durante o Governo de Ernesto Geisel (1974-1979), no Brasil, as relações entre as duas comunidades geográficas diminuíram de modo significativo, um aspecto que carece de maior reflexão. Seja como for, esta circunstância é desde logo enquadrada pelo processo de descolonização e pela opção europeia do Portugal democrático, com as consequências que daí decorreram em termos de escolhas e oportunidades de pesquisa. Um outro aspecto de teor aparentemente distinto, mas que nem por isso deverá ser negligenciado em análises futuras, prende-se com a importância dos contactos e das relações pessoais – que por regra são também geracionais e de «escola» geográfica – entre alguns dos principais protagonistas deste

intercâmbio científico, desde logo ao nível da presença em encontros científicos partilhados e da estada de estudantes brasileiros em Portugal ou de geógrafos portugueses no Brasil. Em vários casos, a maior ou menor vitalidade dos contactos estabelecidos tanto parece traduzir a pujança ou do esgotamento de círculos de afinidade deste teor entretanto constituídos como as flutuações do contexto externo mais geral a que aludimos antes (ver Daveau, este volume).

A partir de 1973, as publicações de autores brasileiros ou sobre o Brasil são sobretudo feitas no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* e na revista *Garcia de Orta – Série de Geografia*. Como referimos, este facto explica-se pela missão específica das instituições às quais estas revistas estão vinculadas, total ou largamente orientada para a pesquisa sobre espaços tropicais. Na revista *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, destacam-se ainda publicações de Orlando Ribeiro. Tanto nesta revista, como na *Garcia de Orta – Série de Geografia*, uma parte significativa dos textos é assinada por Ilídio do Amaral, geógrafo especializado em Geomorfologia e na Geografia urbana de regiões tropicais.

Nos últimos anos do século XX, verificamos um ligeiro aumento no número de publicações e uma maior diversidade de revistas que publicam textos de autores brasileiros ou sobre o Brasil. As revistas *Cadernos de Geografia*, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia* e *Inforgeo*, que surgiram já no período democrático em Portugal, bem como a revista *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, publicam textos de uma nova geração de geógrafos brasileiros, como António Thomaz Júnior, Lia Osório Machado, Manoel Correia de Andrade, Messias Modesto dos Passos, Mauricio de Almeida Abreu e Sergio Luiz Thomaz. Parece emergir aqui um novo importante período de colaboração, que se terá vindo a acentuar até à atualidade, apesar de não termos analisado dados posteriores ao ano 2000 que o corroborem empiricamente.

Análise temática e redes de colaboração

Olhando para a diversidade de subáreas disciplinares em que se inscrevem os textos que foram publicados, é notório que algumas revistas fomentaram e marcaram determinados programas de investigação (Figura 2). Apesar de se notar o domínio do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* na maior parte das subáreas disciplinares, circunstância que resulta de lhe caber o maior período de publicação do conjunto, é de assinalar que esta revista é particularmente dominante em alguns campos, desde logo em Geografia Económica, Geografia Política e Geopolítica e em Geografia Histórica. Este facto relaciona-se com a

linha editorial do *Boletim* da SGL, que durante o século XX privilegiou estudos sobre a história dos descobrimentos portugueses e sobre relações internacionais e diplomáticas, particularmente aquelas que importavam aos esforços portugueses de colonização em África.

Outro aspeto a salientar é a contribuição das revistas *Geographica* e *Finisterra* – *Revista Portuguesa de Geografia* para a publicação de matérias relativas à Geografia Urbana e à Geografia Rural. Durante os anos 60, estas revistas tiveram uma responsabilidade especial em divulgar a investigação de geógrafos brasileiros e portugueses nestas duas áreas. Vale lembrar que os estudos de Geografia Rural representam um domínio particularmente acarinhado pela Geografia «clássica» francesa de inspiração vidaliana, cujo paradigma prevaleceu na universidade portuguesa até à década de 1970, assim como marcou as primeiras décadas da geografia universitária brasileira. Por sua vez, o terreno dos estudos urbanos cedo se constituiu como uma ponte privilegiada para o cruzamento de perspectivas entre os mais destacados geógrafos brasileiros e portugueses (Paiva & Oliveira, 2019; ver Paiva & Oliveira, este volume). Apesar de não se registarem aqui casos de co-autoria bi-nacional, é assinalável que tanto se publicam artigos de geógrafos brasileiros sobre Portugal como de geógrafos portugueses sobre Brasil, o que demonstra algum entrosamento entre as duas comunidades.

No plano geral, persiste um claro domínio da Geografia Humana sobre a Geografia Física, sendo que a Geomorfologia retém a produção mais expressiva neste segundo campo. É ainda de notar o peso relativo aos textos institucionais, nos quais se divulgam eventos, conferências e acordos institucionais entre o Brasil e Portugal, e que tem especial importância para a difusão da produção científica dos dois países.

Uma abordagem às afiliações dos autores revela alguma consistência nas redes de produção científica na Geografia que nos permite chegar a conclusões interessantes. A figura 2 mostra a rede social entre revistas de Geografia e afiliações institucionais dos respectivos autores, sendo que as revistas estão representadas com losangos e as universidades de afiliação estão representadas com círculos. A figura foi produzida com o software SocNet versão 2.1. A dimensão tamanho dos círculos e losangos é proporcional ao número de publicações de autores brasileiros ou sobre o Brasil que cada revista e universidade produz. De igual modo, a espessura das linhas é proporcional ao número de publicações de autores brasileiros ou sobre o Brasil com que cada universidade contribui para cada revista. Esta diferença é pouco notória porque na maior parte dos casos só existe uma publicação que liga os dois elementos. Para a análise destes dados, excluimos o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* porque em boa parte das suas publicações a afiliação do autor não é dada, em especial no caso de recensões bibliográficas e notícias institucionais.

Tabela 2 – Número de publicações de artigos de autores brasileiros ou sobre o Brasil em revistas portuguesas de Geografia por subárea disciplinar. Fonte: autores.

	Boletim do Centro de Estudos Geográficos	Brasília	BSGL	Cadernos de Geografia	Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia	Garcia de Orta. Revista da JMGIU	Garcia de Orta. Série de Geografia.	Geographica	Inforgéo	Revista da Faculdade de Letras – Geografia	Total
Biogeografia	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	4
Climatologia	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0	4
Geomorfologia	0	0	7	0	3	1	2	3	0	0	16
Hidrologia	0	0	3	1	1	0	0	0	0	0	5
Geografia Cultural	1	0	0	3	0	0	0	1	0	0	5
Geografia Económica	0	0	16	3	3	0	0	1	0	0	23
Geografia Histórica	0	0	28	0	0	1	1	1	0	1	32
Geografia Regional	3	1	14	0	5	0	1	0	0	0	24
Geografia Rural	0	0	4	0	4	1	1	8	0	0	18
Geografia Social e da População	0	1	3	1	0	0	1	1	0	0	7
Geografia Tropical	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Geografia Urbana	1	1	12	1	4	0	1	6	0	0	26
Geografia Política/Geopolítica	0	1	17	0	0	0	1	1	0	0	20
História da Geografia	0	1	11	0	2	0	1	0	0	0	15
Ensino da Geografia	1	0	2	0	1	0	0	0	0	0	4
Cartografia	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	3
Ordenamento do Território	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2
Institucional	4	0	15	0	1	1	0	0	0	0	21
Total	11	5	140	9	27	5	10	22	1	1	231

É imediatamente visível na figura 2 o peso da *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, da *Geographica* e da *Garcia de Orta – Série Geografia* no que respeita a revistas, e da Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Federal do Rio de Janeiro, no que respeita a afiliações.

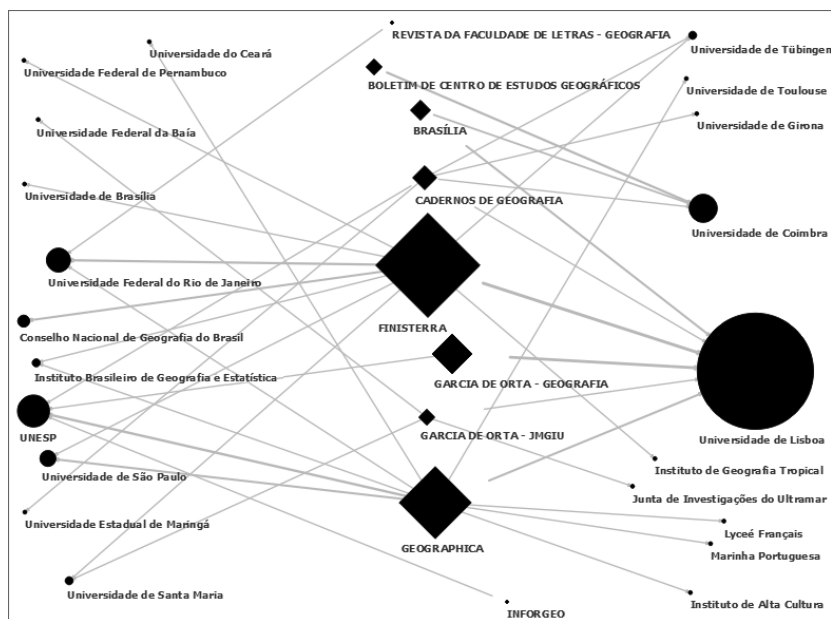


Figura 2. Rede social entre revistas de Geografia e afiliações institucionais dos autores.
Fonte: autores.

É também de salientar que as afiliações de autores estão praticamente circunscritas ao Brasil e Portugal, com a excepção das universidades de Girona (Espanha), Toulouse (França), e Tübingen (Alemanha). No caso de Portugal, com a excepção da Universidade de Coimbra, todas as instituições de afiliação pertencem a Lisboa. No caso do Brasil, embora exista um domínio de instituições do Rio de Janeiro e São Paulo, encontramos uma maior diversidade geográfica.

É interessante verificar que existem ligações específicas de algumas revistas portuguesas com instituições de determinadas cidades brasileiras. É o caso dos vínculos entre a *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia* e as publicações de autores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Conselho Nacional de Geografia do Brasil e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, todos sediados no Rio de Janeiro. É igualmente o caso do número assinalável de artigos publicados por autores da Universidade de São Paulo e da UNESP na revista *Geographica*.

É também interessante verificar que algumas das revistas mais recentes publicam artigos de autores vinculados às mesmas universidades às quais já estavam vinculados aqueles que publicavam em revistas em meados do século XX, como é o caso da articulação detectada entre a *Inforgeo* e a UNESP e daquela que se regista entre a *Revista da Faculdade de Letras – Geografia* e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pelo contrário, no caso das revistas de Coimbra, verificamos uma maior diversidade de afiliações entre os autores da *Cadernos de Geografia* do que encontrávamos no *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*.

Conclusão

O nosso estudo bibliométrico sobre a presença de textos de geógrafos brasileiros e de temáticas da Geografia do Brasil nas revistas de Geografia portuguesas do século XX revelou tendências importantes nas relações entre estas duas comunidades científicas. Desde logo, a análise reflecte o facto já anteriormente apontado da tardia institucionalização e estabelecimento tanto da Geografia brasileira como da Geografia portuguesa, ao mesmo tempo que indicia o condicionalismo sobre a produção científica decorrente do contexto político e das respectivas prioridades (Claval, 2011).

Mas, acima disso, o nosso estudo mostra que as relações entre o Brasil e Portugal no campo da Geografia, apesar de marginais, são constantes durante o século XX. Identificámos um primeiro período em que a produção geográfica brasileira foi lida e divulgada em Portugal, *grosso modo* correspondente à primeira metade do século XX, e um segundo período entre 1965 e 1974, durante o qual se verificou um aumento exponencial das relações entre as duas academias. Este incremento foi particularmente estimulado pelas redes que se estabeleceram entre várias escolas daquela que é hoje a Universidade de Lisboa, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo e também aquela que é hoje a UNESP. Neste segundo período, salienta-se a centralidade da Geografia Urbana e da Geografias Rural. Depois deste período, coincidindo com o fim das ditaduras e as novas agendas de pesquisa que se lhe sobrepõem, as duas comunidades académicas divergem. Este afastamento recíproco vai manter-se até ao final do século XX, quando já se pressente o início do actual período de forte colaboração (antecipado, mas não medido aqui).

Este estudo, constituindo a primeira abordagem sistemática que se faz a este tema, abre várias vias para investigação futura. Desde logo, importa compreender melhor o que marca todas estas diferentes fases de colaboração entre geógrafos

brasileiros e portugueses, bem como os factores que levaram aos frequentes hiatos ou, mesmo, à interrupção prolongada nos contactos consequentes e produtivos entretanto desenvolvidos e que parece acontecer em outras fases. Por outro lado, importa perceber também qual foi a presença da Geografia portuguesa nas revistas de Geografia do Brasil, indicador complementar fundamental sem o qual se ficará sempre com um retrato forçosamente incompleto desta matéria.

Bibliografia

- ALBET I MAS, A, GARCIA RAMON, M., & NOGUÉ I FONT, J. (1992). Cincuenta años de Geografía en España: una aproximación a partir de las revistas universitarias de Geografía. In *La Geografía en España (1970-1990). Aportación Española al XXVIIº Congreso de la Unión Geográfica Internacional – Washington 1992* (pp. 49-57). Madrid: Real Sociedad Geográfica; Asociación de Geógrafos Españoles.
- ALCOFORADO, M., ALEGRIA, M., QUEIRÓS, M., GARCIA, R., MORGADO, P., & VIEIRA, R. (2015). Finisterra. Biografia de uma revista de geografia (1966-2015). *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 100(50), 9-33.
- BASTOS, C., ALMEIDA, M. V. DE, & FELDMAN-BIANCO, B. (Eds.) (2002). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- BILJECKI, F. (2016). A scientometric analysis of selected GIScience journals. *International Journal of Geographical Information Science*, 30 (7), 1302-1335.
- CARDÃO, M. (2014). *Fado Tropical. O Luso-Tropicalismo na Cultura de Massas (1960-1974)*. Lisboa: Unipop.
- CASTELO, C. (1999). «O modo português de estar no mundo». O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento.
- CASTELO, C., CARDÃO, M. (Eds.) (2015). *Gilberto Freyre: novas leituras do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Edusp.
- CLAVAL, P. (2011). *Histoire de la Géographie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- CUNHA, L., & JACINTO, R. (2012). O Brasil na Universidade de Coimbra. Um diálogo de Geografias. In José Paiva, José Bernardes (Coord.) *A Universidade de Coimbra e o Brasil. Percurso iconobibliográfico*. (pp. 63-69) Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Fiolhais, C., Simões, C., & Martins, D. (2011). *História da Ciência Luso-Brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GARCIA RAMON, M., NOGUÉ I FONT, J., & ALBET I MAS, A. (1992). *La Práctica de la Geografía en España (1940-1990). Innovación metodológica y trayectorias individuales en la geografía académica española*. Barcelona: Oikos-tau.
- GASPAR, J. (1985). Portuguese Human Geography: From Origins to Recent Developments. *Progress in Human Geography*, 9 (3), 315-330.

- GOBBI, M. V. Z., FERNANDES, M. L. O., & JUNQUEIRA, R. S. (Eds.) (2002). *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira. Depoimentos e estudos*. São Paulo: UNESP; Bauru, São Paulo: EDUSC.
- LEMOIS, F., & LEITE, R. M. (Eds.) (2002). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: UNESP; Bauru, São Paulo: EDUSC.
- MACHADO, M. (2009). *A Construção da Geografia Universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri.
- MARTUSCELLI, T. A. (2016). *(Des)Conexões entre Portugal e o Brasil: Séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri.
- MENEZES, L., SOUSA, F. de (Eds.) (2017). *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- NUNES, J., & FREIRE, A. (2013). *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados*. Coimbra; Rio de Janeiro: Imprensa da Universidade de Coimbra; Editora FGV.
- PAIVA, D., & OLIVEIRA, F. R. (2019). The organic metaphor in twentieth-century Lusophone urban geography: cities and their history in the work of Aroldo de Azevedo and Orlando Ribeiro. *Journal of Historical Geography*, 63, 73-81.
- PIMENTA, J., SARMENTO, J., AZEVEDO, A. (2011). Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926–1974. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 32 (2), 220-235.
- REBELO, F. (2006). *Viagens pelo Brasil: impressões de um geógrafo, memórias de um reitor*. Coimbra: Minerva.
- SARMENTO, C., GUIMARÃES, L. (Eds.) (2010). *Culturas cruzadas em português. Redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, Séc. XIX e XX). Vol. 1, Instituições, Diplomatas, Intelectuais e Movimentos*. Coimbra: Almedina.
- SARMENTO, C., & GUIMARÃES, L. (Eds.) (2012). *Culturas cruzadas em português. Redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, Séc. XIX e XX). Vol. 2, Influências, Ideários, Periodismo e Ocorrências*. Coimbra: Almedina.
- SARMENTO, C., & GUIMARÃES, L. (Eds.) (2015). *Culturas cruzadas em português. Redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, Séc. XIX e XX). Vol. 3, Arte, Educação e Sociedade*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, I., FRANGELLA, S., ABOIM, S., & VIEGAS, S. (Eds.) (2015). *Ciências Sociais Cruzadas entre Portugal e o Brasil. Trajetos e Investigações no ICS*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- SILVA, J. B. (2012). *França e a Escola Brasileira de Geografia: verso e reverso*. Fortaleza: Edições UFC.
- VALVERDE, O. (1984). Evolução da Geografia Brasileira no pós-guerra: carta aberta de Orlando a Orlando. *Boletim Paulista de Geografia*, 60, 5-20.

Portugal na obra do brasileiro Josué de Castro

Gleydson Gonzaga de Lucena

Universidade de Brasília

Secretaria de Educação do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal

gleydson_lucena@hotmail.com

ORCID: 0000-0002-9232-2044

Introdução

O presente trabalho de pesquisa se propõe a apresentar de maneira sucinta a obra do geógrafo brasileiro Josué de Castro para a comunidade de pesquisadores lusitanos na área de Geografia e, particularmente, seus escritos publicados em Portugal e o que ele escreveu sobre Portugal. Dessa forma, presume-se que tal pesquisa poderá contribuir não só para uma maior compreensão da obra de Josué de Castro, mas também, numa visão mais ampla, para o estudo das relações Brasil-Portugal no tocante às suas influências recíprocas no campo da ciência geográfica. Para isso, este artigo está dividido em três pontos principais: no primeiro, apresenta-se a biografia genérica de Josué de Castro; no segundo, se traz uma abordagem geral do pensamento de Castro; no terceiro se procura apontar o que o referido geógrafo escreveu, publicou e refletiu sobre Portugal. Parte-se da hipótese de que Castro teve uma maior interação com os geógrafos portugueses no período que vai entre o golpe militar no Brasil, em 1964, até a sua morte em 1973, pois foi quando ele esteve residindo e lecionando na França e não retornou mais definitivamente para o Brasil.

A metodologia adotada neste trabalho foi essencialmente qualitativa. Partiu-se da seleção de textos do próprio autor e de outros autores que tratavam de seus principais temas, mas em especial livros e artigos publicados em Portugal, assim como entrevistas de Castro em solo português. Por fim, procedeu-se a análise do material coletado.

Durante a pesquisa, utilizaram-se os textos equivalentes que foram publicados no Brasil e em periódicos portugueses, designadamente a revista *Seara Nova*. Alguns dos textos citados neste artigo estão reunidos no livro *Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro*, que foi organizado pela filha de Josué de Castro, a socióloga Anna Maria de Castro (A. Castro, 1984/2003).

A trajetória de vida de Josué de Castro

Josué Apolônio de Castro nasceu em Recife, capital do estado de Pernambuco, na região Nordeste do Brasil, em 1908. Filho de uma família tradicional de seu Estado foi estudar Medicina na Bahia e, posteriormente, no Rio de Janeiro, onde se formou em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), em 1929.

Ao retornar a Recife, iniciou em 1932 a sua carreira como professor universitário. Fez sua especialização em Nutrição no Instituto de Nutrição na Argentina e foi professor de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife. No ano seguinte, tornou-se Professor Catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife.

Josué de Castro retorna ao Rio de Janeiro em 1935 para lecionar Antropologia na antiga Universidade do Distrito Federal, lecionando a referida disciplina até 1938. A essa altura de sua carreira, já reconhecido com especialista da área de nutrição e da problemática da fome, o geógrafo pernambucano é convidado pelo governo da Itália, em 1939, para realizar um ciclo de conferências nas Universidades de Roma e Nápoles sobre «Os Problemas de Aclimação Humana nos Trópicos» (Lucena, 2009).

Posteriormente, segundo relato da geógrafa Mônica Sampaio Machado (2000), passa a ser professor de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, permanecendo no cargo entre 1940 e 1964. Na década de 1940, Josué de Castro, como convidado oficial, participou de pesquisas e conferências a respeito dos problemas de alimentação e nutrição em diversos países: Argentina (1942), Estados Unidos (1943), República Dominicana (1945), México (1945), França (1947), por exemplo (A. Castro, 1984/2003).

Mas paralelamente a sua carreira de docente universitário e conferencista, Josué de Castro trabalhou em várias áreas. Como médico especializado em nutrição se dedicou a atender pessoas com doenças no sistema digestivo. Em 1933, foi chefe da Clínica das Doenças do Aparelho Digestivo e da Nutrição da Brigada Militar do Estado de Pernambuco. Essa bagagem como médico o levou a entender profundamente como a fome pode afetar o organismo humano (A. Castro, 1984/2003, p. 186).

Assim, Josué de Castro atuou em diversos órgãos no Brasil que tratavam da questão da fome. Entre eles, a Comissão sobre as Condições de Vida das Classes Operárias do Recife (primeiro inquérito desta natureza levado a efeito no país), em 1933; a Comissão para Estudos da Alimentação do Povo Brasileiro, constituída pelo Departamento Nacional de Saúde, em 1936; e entre 1939 e 1941 foi diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) (A. Castro, 1984/2003, p. 187).

Josué de Castro foi também um político. De orientação mais à esquerda do espectro político, foi eleito pela primeira vez em 1954, como Deputado Federal por Pernambuco, estando filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Seria reeleito em 1958, mas, desta vez, como o Deputado Federal mais votado da região Nordeste. Na Câmara Federal, foi presidente da Comissão de Saúde e defendeu, entre outras teses corajosas e progressistas, o direito de voto aos analfabetos, a criação da Universidade de Brasília e o reatamento das relações diplomáticas com a então União soviética, rompidas desde 1947 (A. Castro, 1984/2003, p. 193).

No cenário internacional, Josué de Castro se notabilizou pela sua atuação na área do combate à fome e ao subdesenvolvimento. Em 1948, representou o Brasil na Primeira Conferência Latino-americana de Nutrição, promovida pela Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) da Organização das Nações Unidas (ONU). No referido evento, Castro foi nomeado membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da FAO.

Desse modo, passou a participar ativamente das atividades internacionais da FAO, chegando a ser o presidente do Conselho Executivo dessa organização entre 1952 a 1956. Após deixar a FAO, Josué de Castro ajudou a fundar, e passou a presidir a Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM). Por meio dessa organização, procurou estimular o debate acerca do problema da fome no mundo (A. Castro, 1984/2003, pp. 191-193).

Em 1962, foi nomeado, pelo então presidente João Goulart, como embaixador-chefe da Delegação Brasileira junto à ONU, em Genebra. Contudo, no auge de sua carreira acadêmica e profissional, teve seus direitos políticos cassados pelo Regime Militar, após o golpe de Estado de 1964. Sendo obrigado a deixar o país, Josué de Castro recebeu vários convites de diferentes nações. Acabou exilando-se na França. Em Paris, passou a lecionar Geografia Humana na Sorbonne.

Merece destaque, ainda, a sua profícua participação na Conferência sobre Meio Ambiente de 1972, organizada pela ONU, quando defendeu o combate à pobreza mundial como o principal meio de diminuir o problema da poluição ambiental do mundo. Em 1973, veio a falecer em Paris. O seu falecimento teve repercussão internacional e foi notícia em importantes jornais da época.

A contribuição de Josué de Castro para a ciência geográfica

No Brasil, Josué de Castro é considerado por geógrafos como Mario Correa de Andrade (1999), Mônica Sampaio Machado (2000) e Gleydson Gonzaga de Lucena (2009), um dos pioneiros no desenvolvimento da geografia no cenário acadêmico

nacional. Com a criação das Universidades de São Paulo e do Distrito Federal (no Rio de Janeiro), a Geografia começou a ser renovada por um grupo de pioneiros dedicados à área, e Castro fazia parte deste grupo.

Na sua formação dentro da Geografia, foi grandemente influenciado pela Escola Francesa, assim como a maioria dos geógrafos brasileiros (Andrade, 1999). Contudo, Castro sempre criticou o modo como os estudos geográficos estavam sendo desenvolvidos ao longo do século XX: uma geografia excessivamente descritiva e pouco crítica das questões sociais. Esse fato fica claro quando se analisa textos de autores como Paul Vidal de La Blache. Castro afirma no prefácio da 1ª edição da obra *Geopolítica da fome*, que:

A chamada Geografia Humana – ciência dos nossos dias – encarrega-se de apresentar os brilhantes resultados da epopéia do trabalho do homem e escrita na superfície da Terra. De registrar tudo o que o homem fez, alterando o meio natural, como um verdadeiro agente geográfico. Já nossa geografia tratava de outros aspectos das relações do homem com o meio: tratava, exatamente, daquilo que o homem não fez, não soube ou não quis fazer. [...] Não era, pois, uma geografia das grandezas humanas, mas uma geografia de suas misérias (Castro, 1951/1968, p. 25).

A principal contribuição de Josué de Castro está, segundo Antônio Alfredo Carvalho, «na instituição de uma geografia social crítica no país [...]. Outros autores a exemplo de Santos e de Moraes [...] o vêem como referência ao entendimento das metamorfoses efetuadas no contexto geográfico brasileiro» (Carvalho, 2001, p. 126). Já Mônica Sampaio Machado, define a contribuição do autor para o desenvolvimento acadêmico da Geografia da seguinte forma:

[...] Josué de Castro desempenhou também significativa colaboração à modernização e difusão da ciência geográfica brasileira. Em 1945, defendia para a Geografia um ensino universitário moderno, o que implicava ir além da pura descrição e enumeração dos fenômenos naturais e culturais presentes na superfície terrestre. Era necessário capacitar os estudantes à classificação científica dos fenômenos, objetivando a construção de explicações das diferenças espaciais existentes no território nacional. Para tanto, o ensino teórico e as atividades práticas eram fundamentais. A aspiração de Josué de Castro centrava-se na formação de dois grupos de geógrafos brasileiros: um identificado com métodos pedagógicos e outro mais familiarizado com os métodos de indagação científica (Machado, 2000, pp. 135-136).

Portanto, ele pode ser considerado um dos precursores da moderna ciência geográfica brasileira, sendo a sua leitura bastante recomendável àqueles que se

propõem a estudar os «pais» do pensamento geográfico brasileiro moderno. Para autores como Djalma Agripino de Melo Filho, Josué de Castro deveria ser colocado juntamente com outros grandes intelectuais que «pensaram» o Brasil e tentaram explicá-lo durante o século XX:

Publicada pela primeira vez em 1946, durante o pós-guerra, e traduzida para mais de 20 idiomas, a *Geografia da Fome* constitui um epigono da geração que concebeu o Brasil como um concreto-pensado cujo pioneirismo coube à *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre (1900-1987); *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr. (1907-1990) (Melo Filho, 2008, p. 2698).

Josué de Castro se especializou na Geografia Humana, sendo que o problema da fome era a sua principal temática, embora não o único. Na década de 1930, lançou, em meio a outros, os livros *Alimentação e Raça* (Castro, 1936) e *A alimentação à luz da Geografia Humana* (Castro, 1937). Eles inovaram e se tornaram algumas das suas principais obras no campo geográfico. Neles, Castro aprofundou o conceito de «aclimação», abordando a adaptação do homem ao meio natural, em especial as diversas formas como os europeus tentaram colonizar as suas colônias nas regiões tropicais (Castro, 1936).

Os clássicos *Geografia da fome* (Castro, 1946/1984) e *Geopolítica da fome* (Castro, 1951/1968) constituem marcos teóricos quando se fala na questão da fome, tendo dado a Josué de Castro o reconhecimento internacional. Ele defendia, pioneiramente, que o problema da fome estava ligado à questão do subdesenvolvimento e das desigualdades socioeconômicas, ou seja, que este problema deveria ser resolvido a partir da política e não da agronomia (Andrade, 2003).

Geografia da fome é o livro mais conhecido, lido e comentado de Josué de Castro. Fruto de suas pesquisas acadêmicas e práticas profissionais, o trabalho trata principalmente da questão da fome no Brasil. Em linhas gerais, em *Geografia da fome* Castro regionalizou o país em cinco regiões (Figura 1), de acordo com as carências alimentares, características naturais e problemas específicos: Amazônia, Nordeste açucareiro, Sertão do Nordeste, Centro-Oeste e Extremo Sul. Segundo a pesquisa feita pelo autor, as três primeiras regiões citadas sofriam de fome e as duas últimas não, embora apresentassem problemas quanto à qualidade da alimentação de sua população (Castro, 1946/1984, pp. 59-60). Assim, o autor apontou como cada região – e o Brasil como um todo – poderia combater a pobreza e a fome, levando-se em consideração o que cada região poderia oferecer.



Figura 1. Mapa das Áreas alimentares do Brasil. Fonte: Castro (1984, p. 40).

Em *Geopolítica da fome*, por sua vez, Josué de Castro tratou do problema da fome a nível mundial. Seu objetivo era «estudar o terrível fenômeno que a erosão da fome está provocando no homem e na civilização» (Castro, 1951/1968, p. 74). Castro apresentou a questão da fome como um problema que sempre existiu na história da humanidade, em todas as regiões do planeta, mas que sempre foi encarada como tabu, pois o estudo de suas causas reais poderia afetar o poder das elites dominantes. No entanto, era necessário superar esse tabu e tratar o assunto com a devida importância e sinceridade. Nesse sentido, no prefácio da edição francesa de *Geopolítica da fome*, o geógrafo e grande expoente da Geografia Humana do século XX, Max Sorre, reconheceu tal fato:

Realmente, a importância de tais problemas não era desconhecida dos entendidos do assunto. Existe muito de humanidade profunda na obra de um E. Réclus ou de um Vidal de La Blache, para que não se tivesse deles uma clara consciência. Na verdade nossos antigos mestres não estavam enganados a respeito dos tabus que Josué de Castro denuncia. Todavia, ele tem muita razão quando afirmava que o comum dos geógrafos e, principalmente, o comum dos homens, preferiria nada dizer a propósito desse assunto (Sorre citado em Castro, 1951/1968, p. 19).

Castro abordou a questão por continentes: América, Ásia, África e Europa; e explicou como se deu historicamente o fenômeno da fome em cada um desses continentes, apontando que uma das principais causas da situação atual dos países periféricos foi o processo de colonização no passado e o «neocolonismo» econômico do atual momento.

Outro campo de estudo que merece destaque na obra de Castro foi a Geografia Política. Nos tempos da Guerra Fria, segundo Lucena (2016), ele ousou questionar o conceito de Geopolítica, tentando desgarrá-lo da *Geopolitik* nazista alemã e do militarismo autoritário latino-americano. Para Castro, a Geopolítica não se resumia a «uma arte de ação política na luta entre os Estados, nem tão pouco uma fórmula de prever a História», acrescentando que ela era um «método de interpretação da dinâmica dos fenômenos políticos em sua realidade espacial» (Castro, 1951/1968, p. 27).

Em 2014, publicou-se o primeiro volume da obra coletiva *Dicionário dos geógrafos brasileiros*, organizada por Mônica Machado e André Martin. Tal obra foi fruto de um esforço para sistematizar o pensamento dos principais pesquisadores da geografia brasileira, ao longo de sua história. O trabalho de Josué de Castro foi abordada pelo geógrafo Gustavo Ferreira de Azevedo, que classificou a produção intelectual de Josué de Castro em três grandes fases. Cada fase apresenta eixos diferenciados com relação à temática de seus estudos, sua atuação profissional e política e a escala espacial de suas interpretações, aspectos estes que também foram influenciados pela vida particular do autor e pela conjuntura política e econômica brasileira e mundial.

Segundo Azevedo, a primeira fase, de 1932 a 1939, teria sido caracterizada pelo «Josué médico, fisiologista, literato e regionalista» e as temáticas de suas obras estariam relacionadas com a sua recente formação na área da Medicina e com a região de sua origem, o Nordeste (2014, p. 78). A segunda fase, de 1946 a 1957, seria caracterizada por um «Josué geógrafo, político e cosmopolita, denunciando a fome no Brasil e no mundo» (Azevedo, 2014, p. 78). Nesta fase, Josué de Castro já lecionava Geografia, tinha cargos políticos relacionados com a questão da fome e residia no Rio de Janeiro. A terceira fase, de 1960 a 1971, refletiria o «Josué exilado, pensando e discutindo o Brasil e a América Latina, lutando contra o subdesenvolvimento e o autoritarismo da ditadura» (Azevedo, 2014, p. 78). Os assuntos abordados por Josué de Castro neste período mostram o intelectual exilado, com representatividade internacional, que não pensava só o Brasil, mas a América Latina.

Azevedo confeccionou um gráfico (Figura 2) em que apresenta as obras de Josué de Castro a partir dos países em que publicou, relacionando-as com as fases classificadas em seu trabalho. Observa-se que nas fases 1 e 2 as obras de Castro

foram muito concentradas no Brasil. Já na fase 3, predominam as obras publicadas em outros países (com destaque para Portugal). Neste período, de 1960 a 1971, Castro encontra-se exilado do país, devido ao Regime Militar instaurado em 1964.

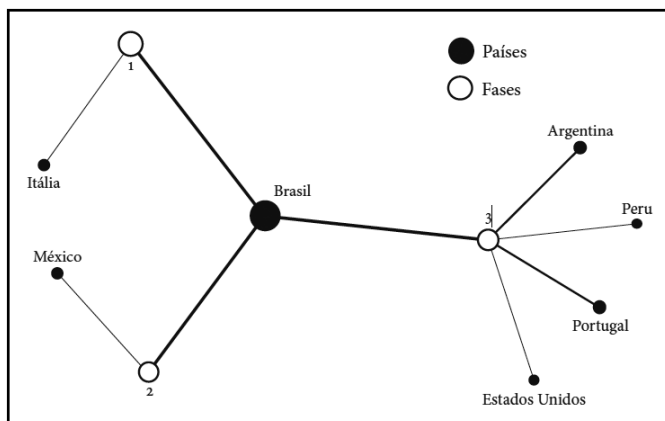


Figura 2. Locais de publicação das obras de Josué de Castro por fases e países.¹

Fonte: Azevedo (2014, p. 80).

Portugal na obra de Josué de Castro

Como lembra Azevedo (2014), na última fase de sua vida, Josué de Castro trabalhou em universidades em diversos países, como França (onde esteve por maior tempo), Espanha, Bélgica, Estados Unidos, Chile, Argentina, Peru e Venezuela. Ressalte-se, ainda, que desde 1952 Castro já apresentava uma articulação internacional, em consequência do cargo de presidente do Conselho Executivo da FAO, o qual ocupou até o final de 1956. É nesta última fase da vida de Josué de Castro que se percebe um maior contato com Portugal, principalmente quando se observam as publicações de sua autoria em terras lusitanas. Josué de Castro ministrou palestras na tradicional Sociedade de Geografia de Lisboa e publicou livros e artigos e concedeu entrevistas, em sua maioria em periódicos portugueses como a revista *Seara Nova*, principalmente entre 1965 e 1973. Na Tabela 1 apresentam-se essas obras, destacando-se o ano de publicação, a editora ou o periódico responsável pela publicação e o tipo de obra. A seguir, discorreremos brevemente sobre alguns destes textos.

¹ Segundo o autor, o tamanho dos círculos está relacionado com a proporção de quantidades de obras nos países.

Tabela 1 – Principais obras de Josué de Castro publicadas em Portugal.

Título	Ano	Editores/Periódico responsável	Tipo de obra
<i>A alimentação e a saúde</i>	1960	<i>Seara Nova</i>	Artigo
<i>Os Estados Unidos na América Latina</i>	1965	<i>Seara Nova</i>	Excerto de livro
<i>Sete palmas de terra e um caixão</i>	1965	<i>Seara Nova</i>	Livro
<i>Inédito de Josué de Castro – Prefácio um tanto gordo a um romance um tanto magro</i>	1965	<i>Seara Nova</i>	Prefácio de livro
<i>Ensaio de geografia humana</i>	1966	Brasília Editora (Porto)	Livro
<i>O ciclo do caranguejo</i>	1966	Brasília Editora (Porto)	Livro
<i>Geopolítica da fome</i>	1966	Brasília Editora (Porto)	Livro
<i>O livro negro da fome</i>	1966	Brasília Editora (Porto)	Livro
<i>Ensaio de biologia social</i>	1967	Brasília Editora (Porto)	Livro
<i>A Explosão Demográfica e a Fome no Mundo</i>	1968	Itaú	Livro
<i>Josué de Castro – Cidadão do Mundo.</i>	1969	<i>Vida Mundial</i>	Entrevista de Gonçalves Araújo.
<i>Josué de Castro fala ao S.I.</i>	1970	<i>Século Ilustrado</i>	Entrevista de Afonso Cautela.
<i>Josué de Castro (Um Animal Pré Atômico), depois de uma catástrofe só escaparam os caranguejos</i>	1970	<i>Vida Mundial</i>	Resumo de palestra por F. Dil
<i>A Fome nos Estados Unidos</i>	1971	<i>Seara Nova</i>	Excerto de livro
<i>A Estratégia do Desenvolvimento.</i>	1971	<i>Seara Nova</i>	Livro
<i>Entrevista com Josué de Castro.</i>	1972	<i>Seara Nova</i>	Entrevista
<i>Subdesenvolvimento e Poluição.</i>	1973	<i>Seara Nova</i>	Artigo
<i>Geografia da fome</i>	2001	Instituto Superior de Psicologia Aplicada (IPSA)	Livro

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Andrade (2003), A. Castro (2003), Silva (2009) e Fenske (2012).

Josué de Castro destinou muito tempo de sua vasta obra aos estudos sobre nutrição e Geografia. No artigo *A Alimentação e a Saúde* (Castro, 1960), primeiro texto do autor publicado em Portugal pela *Seara Nova*, ele aborda a relação das questões de saúde e alimentação com o meio geográfico. Segundo ele, é possível verificar indícios de que o meio geográfico constitui um fator fundamental, embora não determinante, no entendimento de certas características alimentares dos grupos humanos. Em suas palavras: «É sobre o aspecto da nutrição que, possivelmente, o meio – solo e clima – mesmo indirectamente, exerce a sua influência mais significativa sobre a energia física, capacidade de produção e resistência à doença dos agregados humanos» (Castro, 1960, p. 168). E, posteriormente, conclui:

[...] tornou-se patente que a influência de uma dada região geográfica sobre as condições de vida do homem – arrastando toda uma série de desequilí-

brios, deficiências e alterações de saúde – se faz sentir mais acentuadamente pelas carências e desproporções alimentares que pela acção directa do clima sobre os homens (Castro, 1960, p. 168).

Em *O livro negro da fome*² (Castro, 1966), Castro defende que a fome se apresenta como o problema mais grave do que a ameaça da bomba atômica ou da guerra, e que um dos fatores mais constantes das terríveis tensões sociais reinantes é o desequilíbrio econômico do mundo, com as resultantes desigualdades sociais entre os países economicamente bem desenvolvidos de um lado, e os países insuficientemente desenvolvidos de outro.

Também publicada em Portugal em 1968, mas pela editora Itaú, a obra intitulada *A explosão demográfica e a fome no mundo* apresenta uma crítica severa da teoria neomalthusiana segundo a qual o crescimento populacional era a causa primeira da fome:

A fome é, regra geral, o produto das estruturas econômicas defeituosas e não de condições naturais insuperáveis. Querer justificar a fome do mundo como um fenómeno natural e inevitável não passa de uma técnica de mistificação para ocultar as suas verdadeiras causas que foram, no passado, o tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo, e, no presente, o neocolonialismo econômico a estão submetidos os países de economia primária, dependentes, subdesenvolvidos, que são também países de fome (J. Castro, 2003a, p. 51).

E, como pondera Castro, mesmo em países como os Estados Unidos havia problemas relacionados à fome. No texto *A fome nos Estados Unidos*³, o autor brasileiro denuncia a realidade da nação mais rica do mundo: apesar de toda riqueza econômica, também apresentava graves deficiências quanto à qualidade da alimentação de sua população, principalmente na região Sul do país (Castro, 1971).

Já em *A Estratégia do Desenvolvimento*, publicado pela Seara Nova em 1971, Josué de Castro faz uma crítica ao pensamento liberal herdado de Adam Smith, que defendia que apenas as forças do mercado trariam, naturalmente, o desenvolvimento às nações subdesenvolvidas. Castro conclui dizendo que o subdesenvolvimento é produto de um tipo universal de desenvolvimento mal conduzido, fruto

² Este livro foi publicado no Brasil em 1960 pela editora Brasil. Em Portugal, por sua vez, ele teria tido, além da edição de 1966, outra publicação no formato de artigo em 1968 (A. Castro, 1984/2003, p. 183).

³ No Brasil este texto foi publicado como o título de *A miséria na Abundância: a fome nos Estados Unidos* (A. Castro, 1984/2003).

do processo histórico do colonialismo e do neocolonialismo capitalista (J. Castro, 2003b). Aqui ele não poupa críticas a Portugal, pela exploração colonial feita sobre o Brasil. Ele argumenta que:

[...] o subdesenvolvimento não é a ausência de desenvolvimento, mas o produto de um tipo universal de desenvolvimento mal conduzido. É a concentração abusiva de riqueza – sobretudo neste período histórico dominado pelo neocolonialismo capitalista que foi o fator determinante do subdesenvolvimento de uma grande parte do mundo (J. Castro, 2003b, p. 104).

Ainda sobre essa problemática do subdesenvolvimento, merece destaque o texto *Os Estados Unidos na América Latina* (Castro, 1965), no qual Castro descreve a brutal dependência econômica dos países da América Latina em relação à economia norte-americana. Segundo ele, «o maior dano aos países latino americanos residido no facto de 75% das importações serem feitas pelos Estados Unidos» (Castro, 1965, p. 9), sendo que estes utilizavam desse privilégio para determinar ganhos contínuos no comércio regional.

No artigo *Subdesenvolvimento e Poluição* (Castro, 1973)⁴, publicado também na revista Seara Nova, no contexto da conferência sobre o Meio Ambiente de 1972, Castro defende que a situação ambiental do planeta é derivada, principalmente, do tipo de desenvolvimento econômico vigente. Defende também que os países subdesenvolvidos não poderiam ser responsabilizados por estes problemas pois a maior parte da poluição mundial estava concentrada nos países ricos. Nos dias atuais, ao se constatar que os Estados Unidos e a China, as duas maiores economias mundiais, são os maiores poluidores do planeta, percebe-se que Castro tinha razão.

O texto *Josué de Castro (um Animal Pré-Atômico): Depois de uma Catástrofe só Escaparão os Caranguejos* (Dil, 1970)⁵, publicado em Lisboa, na Revista *Vida Mundial* em 1970, foi escrito pelo jornalista Fernando Dil e constitui um resumo de uma palestra de Castro na Sociedade de Geografia de Lisboa. Nele, Dil apresenta várias ideias do pensamento de Castro; entre elas, a noção de «Prospectiva», que consistiria em pensar a ciência em geral, e a Geografia em particular, tendo como objetivo a construção de um mundo mais justo e sustentável. Dil cita a advertência de Josué de Castro:

⁴ No Brasil, esse artigo foi publicado com o título de *Subdesenvolvimento: causa primeira de poluição* (A. Castro, 1984/2003).

⁵ As citações diretas desse texto foram extraídas de sua versão eletrônica, disponível no endereço eletrônico citado na bibliografia e não da publicação original portuguesa da revista *Vida Mundial* (nº 1612, 1970, pp. 33-37) (Dil, 1970).

O jogo possível do homem de amanhã é baseado mais nas mutações do que na evolução. Usando o método da prospectiva, devendo ter a prudência de admitir que a característica da nossa era não é a da evolução. **As paisagens de todo o mundo mudaram pela influência da tecnologia. Ou o homem muda de pensar ou desaparece.** Daí, a necessidade de que haja uma transmutação humana à altura da transmutação geral que se está a passar no mundo, sob a forma de civilização (Dil, 1970, p. 1, grifo nosso).

Em seguida, Dil cita a explicação de Castro sobre a noção de Prospectiva, conforme a mesma palestra proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa:

[A prospetiva] é uma ciência que tem metodologia própria. Usa a análise dos fatos, promove a projeção das tendências constatadas no passado e no presente. Hoje, os fatos estão carregados de futuro. A noção de base da prospectiva é a noção das probabilidades. É talvez a única ciência ou a mais essencial das ciências para os países subdesenvolvidos. Ela é, por excelência, uma ciência que usa os conhecimentos de múltiplas ciências, imbricadas umas sobre as outras (Louis Armand chama a esse fenômeno “a encruzilhada das ciências”) (Castro citado em Dil, 1970, p. 1).

Em síntese, é possível afirmar que os principais temas abordados pelo autor em estudo nessas obras publicadas em solo lusitano foram: a problemática da fome; os dilemas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento; as questões demográficas associadas ao crescimento populacional e à pobreza; as relações entre desenvolvimento e poluição ambiental; e, por fim, a preocupação com a prospectiva, ou as perspectivas futuras para sociedade humana. Em entrevista publicada na *Seara Nova* em 1972, Castro comenta e discute estes temas (Castro, 1972).

Ao tratar diretamente de Portugal em sua obra de obra, pode-se perceber que o geógrafo brasileiro se refere à Portugal, pode-se perceber que Portugal aparece como «vilão», a potência colonial que explorou a nação brasileira e determinou algumas mazelas como o latifúndio e a monocultura da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro, o que determinou a condição de país subdesenvolvido ao Brasil.

Por outro lado, talvez como poucos autores, ele ressaltou a habilidade do homem português em se adaptar às condições do meio geográfico tropical, tão diferente do continente europeu. No livro *Alimentação e Raça* (1936), ao tratar do conceito de «aclimação», Castro resalta que há quatro fatores essenciais na aclimação técnica: a habitação, o vestuário, a alimentação e o regime de trabalho. Segundo o geógrafo brasileiro, os portugueses se adaptaram melhor às regiões tropicais do que outros povos europeus. Uma das razões apontadas para essa melhor adaptação dos lusitanos foi se vestir parecidos com os índios. Semelhante-

mente, em relação à moradia, o «colonizador ibérico quando construiu nos trópicos amplas habitações cercadas de frescas varandas, montou uma máquina de luta contra o calor muito mais racional do que os bangalôs que os ingleses construíam na Índia» (Castro, 1936, pp. 115-116).

No livro clássico *Geografia da fome*, Josué de Castro reafirma a tese acima, procurando dar uma profunda explicação sobre as implicações decorrentes do clima das áreas tropicais, inclusive os efeitos dos raios solares sobre o ser humano. Historicamente, o geógrafo brasileiro percebeu que a alimentação dos portugueses era pobre em vitamina D, algo que no Brasil foi compensado justamente pela maior exposição à energia solar. Nas palavras de Castro:

Os únicos colonos europeus que se aclimataram realmente nos trópicos, portugueses. E a primeira coisa que fizeram foi desvencilhar-se das roupas, ficando nus da cintura para cima, como os negros dos engenhos com os quais se misturaram. Os colonos de outras raças, franceses, ingleses ou holandeses, querendo não só manter nos trópicos os seus vestuários, mas impor seu uso aos nativos, procediam de maneira a mais errada possível. E com este lamentável erro, não só dificultavam a sua aclimação nestas terras mas também provocavam ou apressavam a decadência e, em certos casos, o extermínio dos nativos [...] (Castro, 1946/1984, p. 90).

De acordo com Castro, essas diferenças de adaptação ao meio tropical foram determinantes para o fracasso da tentativa de colonização holandesa no Nordeste brasileiro no século XVII e sua consequente expulsão pelos portugueses (Castro, 1946/1984).

Interessante sublinhar, ainda, que Josué de Castro, na obra *Geopolítica da fome*, ao abordar a questão da fome no continente europeu, não colocou Portugal entre as nações que tenham apresentado sérios problemas na referida área. Ele cita vários países europeus, inclusive a vizinha Espanha, que, segundo ele, teriam sérios problemas em termos alimentares no passado e no presente (início da década de 1950).

Por fim, vale assinalar que há indícios de contatos entre os geógrafos portugueses e intelectuais de outras áreas com Josué de Castro, principalmente no interregno de 1960 a 1973. Ao se exilar na França, geograficamente mais próxima de Portugal, parece que esses intercâmbios aumentaram, fato confirmado pelas várias publicações e entrevistas publicadas em Portugal pelo autor no referido período. Merece destaque o papel desempenhado por dois órgãos de divulgação: a revista *Seara Nova*, que, como vimos, publicou vários trabalhos – principalmente artigos – de Castro, sendo que este que era tratado pela revista como

«nosso amigo e colaborador» (Castro, 1972, p. 8); e a editora Brasília Editora, que se concentrou na publicação de seus livros.



Figura 3. Josué de Castro em reunião em Lisboa, em 1971.
Fonte: Andrade (2003, p. 173).

A referida palestra na Sociedade de Geografia de Lisboa (Dil, 1970) constitui um exemplo dessa aproximação. Analisando o texto de Dil, infere-se que já havia um conhecimento razoável do pensamento de Castro entre os portugueses. No entanto, faltam maiores registros sobre esse assunto. Talvez uma das causas para não ter havido um maior intercâmbio do autor brasileiro com os colegas geógrafos portugueses fosse o regime autoritário vigente em Portugal, que só acabou em 1974, um ano após a morte de Josué de Castro. Ele foi professor visitante em universidades de vários países, mas não em Portugal. Neste contexto, a França apresentava melhores condições para Josué de Castro trabalhar.

Em relação aos profissionais não-geógrafos, Josué de Castro sempre foi conhecido por militar em diversas áreas acadêmicas (Medicina, Sociologia, Economia, entre outras), o que explica o interesse por suas obras para além da Geografia. Além disso, como funcionário da ONU Castro mantinha contato com representantes políticos e acadêmicos de diversos países (Figura 3). Isso explica a sua proximidade com o médico português Almerindo Lessa (1908-1995), que, como Castro, também se interessava em estudar os problemas de saúde nas regiões tropicais (Figura 4). Neste sentido, observa-se que a revista *Seara Nova*, por exemplo, geralmente não o apresentava como geógrafo, mas como sociólogo, diplomata ou escritor, por exemplo.



Figura 4. Josué de Castro e o conceituado médico português Almerindo Lessa.
Fonte: Fenske, 2012.

Considerações finais

A presente pesquisa procurou explorar as proximidades entre a obra e o pensamento de Josué de Castro e Portugal. Notou-se que Castro teve uma presença considerável em temas de publicações no território lusitano na década de 1960 e início da de 1970. Entre as principais preocupações identificadas em seus escritos foram as questões relacionadas ao subdesenvolvimento, à degradação do meio ambiente, ao combate à pobreza e as reflexões sobre o futuro da humanidade.

A principal conclusão é que há uma quantidade considerável de material a disposição sobre o tema e, em consequência, também são vastas as possibilidades de investigação. A obra e o pensamento de Josué de Castro podem ser pesquisados dentro de um contexto mais amplo da aproximação luso-brasileira no campo acadêmico da Geografia. Destarte, fica em aberto uma grande janela de oportunidade para se aprofundar o estudo que ora se desenvolve, e os geógrafos portugueses também podem contribuir, em especial dando a sua opinião sobre os temas abordados por um geógrafo formado na ex-colônia portuguesa da América. Cabe deixar algumas questões a serem debatidas. Por exemplo, até que ponto as ideias de Castro foram absorvidas pelos intelectuais portugueses? Como os portugueses veem a obra de Castro nos dias atuais? Ela ainda seria válida?

Agradecimentos

A participação do autor deste artigo no referido evento só foi possível devido ao auxílio financeiro do governo do Distrito Federal por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do DF (FAP-DF). Por isso, um agradecimento especial ao referido órgão.

Bibliografia

- ANDRADE, M. C. (1999). A Construção da Geografia Brasileira. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXXIV (67/68), 21-30.
- ANDRADE, M. C. (2003). Uma releitura crítica da obra de Josué de Castro. In M. C. Andrade (Ed.), *Josué de Castro e o Brasil* (pp. 73-82). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- AZEVEDO, G. F. (2014). Josué de Castro e sua obra: uma interpretação. In M. S. Machado & A. R. Martin (Eds.), *Dicionário dos geógrafos brasileiros* (Vol. 1, pp. 67-84). Rio de Janeiro: Letras.
- CARVALHO, A. A. (2001). *Josué de Castro na Perspectiva da Geografia Brasileira – 1934/1956: uma contribuição à historiografia geográfica nacional* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- CASTRO, A. M. (Ed.) (2003). *Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Originalmente publicado em 1984)
- CASTRO, J. (1936). *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTRO, J. (1937). *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*. Porto Alegre: Livraria do Globo.
- CASTRO, J. (1960). A alimentação e a saúde. *Seara Nova*, 1376-1377, 68-172.
- CASTRO, J. (1965). Estados Unidos na América Latina. *Seara Nova*, 1431, 8-9.
- CASTRO, J. (1966). *O livro negro da fome*. Porto: Brasília Editora.
- CASTRO, J. (1968). *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. São Paulo: Brasiliense. (Originalmente publicado em 1951)
- CASTRO, J. (1971). A fome nos Estados Unidos. *Seara Nova*, 1505, contracapa.
- CASTRO, J. (1972). Entrevista com Josué de Castro, *Seara Nova*. 1521, 8-10.
- CASTRO, J. (1973). Subdesenvolvimento e Poluição. *Seara Nova*, 1538, contracapa.
- CASTRO, J. (1984). *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. Rio de Janeiro: Antares. (Originalmente publicado em 1946)
- CASTRO, J. (2003a). A explosão demográfica e a fome no mundo. In A. M. Castro (Ed.), *Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro* (pp. 39-71). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- CASTRO, J. (2003b). Estratégia do desenvolvimento. In A. M. Castro (Ed.), *Fome: um tema Proibido – últimos escritos de Josué de Castro* (pp. 101-121). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DIL, F. (1970). Josué de Castro (um Animal Pré-Atômico): Depois de uma Catástrofe só Escaparam os Caranguejos. *Vida Mundial*, 1612, 33-37.
- FENSKE, E. (2012, 6 de Agosto). Josué de Castro – e a geografia da fome. Disponível em <http://www.elfikurten.com.br/2012/06/josue-de-castro-e-geografia-da-fome.html>
- LUCENA, G. G. (2009). *A obra de Josué de Castro e sua importância para o Ensino Médio de Geografia* (Monografia de Especialização não publicada). Universidade de Brasília, Brasília.
- LUCENA, G. G. (2016, outubro). *A contribuição de Josué de Castro para a Geografia Política e a Geopolítica: uma visão alternativa para o pensamento geopolítico tradicional*. Comunicação apresentada no II Congresso de Geografia Política e Geopolítica – II CONGEO, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/iicongeo/ANAIS-2-CONGEO-EIXO-TEMATICO-1.pdf>
- MACHADO, M. S. (2000). A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 69 (5), 123-140.
- MELO FILHO, D. A. (2008). Geografia da Fome: clínica de paisagens ou epidemiologia crítica? *Cadernos de Saúde Pública*, 24, 2698-2703.
- SILVA, T. E. (2009). Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil. *Cronos*, 10 (1), 51-77.

A metáfora orgânica na geografia urbana de Aroldo de Azevedo e Orlando Ribeiro¹

Daniel Paiva

Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa
daniel.paiva@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0001-9701-4705

Francisco Roque de Oliveira

Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa
f.oliveira@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0002-5854-8971

Introdução

Aroldo de Azevedo e Orlando Ribeiro foram figuras proeminentes da Geografia lusófona. Aroldo de Azevedo foi professor de Geografia na Universidade de São Paulo entre 1945 e 1967, tendo sido o primeiro professor catedrático de Geografia no Brasil (Müller, 1974). Orlando Ribeiro foi professor de Geografia na Universidade de Lisboa entre 1943 e 1981, onde criou o Centro de Estudos Geográficos em 1943 e lançou a *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia* em 1966 (Garcia, 1998; Paiva, 2013). Tanto Azevedo como Ribeiro foram fortemente influenciados por conceitos e categorias próprios da epistemologia de Vidal de la Blache, «pai fundador» da Escola francesa de Geografia. Durante as respectivas carreiras, foram figuras centrais no estabelecimento do pensamento vidaliano nas academias brasileira e portuguesa, tendo influenciado uma geração de geógrafos lusófonos. Pese embora o ecletismo das obras que legaram, a Geografia Urbana constitui um campo de estudos privilegiado na carreira de ambos, contando-se mais de trinta publicações

¹ Este capítulo retoma e desenvolve temáticas já exploradas em Paiva e Oliveira (2019). Investigação realizada no âmbito do Projecto «Saberes geográficos e Geografia institucional: influência e relações recíprocas entre Portugal e o Brasil no século XX» – FCT/CAPES (Proc. 44.1.00 CAPES / 8513/14 -7).

neste campo assinadas por cada um dos autores. Apesar das muitas diferenças existentes entre a realidade das cidades brasileiras e portuguesas, é interessante notar que Ribeiro e Azevedo partilhavam uma linguagem e conceitos comuns, em certos sentidos trabalhada e adaptada pelos dois geógrafos de modo semelhante e até original, circunstância que a adopção de uma matriz teórica francesa comum explica no essencial.

Neste estudo, pretendemos traçar as geografias urbanas de Aroldo de Azevedo e Orlando Ribeiro, e compreender as suas convergências através de uma abordagem às metáforas orgânicas comuns a estes dois autores. Embora existam compilações úteis da bibliografia de Geografia Urbana de ambos (Azevedo, 1964; Ribeiro, 2014), é de assinalar que não foi elaborada até à data nenhuma síntese desse mesmo capítulo das suas obras. Por esse motivo, antes de abordarmos as referidas confluências em torno do emprego recorrente da ideia de organismo, iremos mapear e descrever a evolução temporal dos estudos de Geografia Urbana de Azevedo e Ribeiro.

Esta abordagem à linguagem científica dos autores decorre da maior atenção que vem sendo dada ao papel da linguagem na construção do conhecimento científico, e, em particular, no campo dos estudos urbanos. A complexidade das cidades – as quais, atendendo pela natureza interdisciplinar da sua investigação, têm carecido de um corpo de conhecimento coeso –, tem levado vários autores de referências a recorrer a metáforas para o seu estudo (Lynch, 1981; Mehmood, 2010; Solesbury, 2013; Gerber & Patterson, 2014). Estas advêm frequentemente de corpos de conhecimento mais estabelecidos em outras disciplinas: metáforas orgânicas provenientes da biologia e medicina, metáforas mecânicas provenientes da engenharia, metáforas políticas provenientes da ciência política, entre outras (Nientied, 2016). Estas metáforas são mais do que meros adornos da escrita científica, antes constituem instrumentos de reflexão, que moldam o modo como se pensa a realidade urbana e, conseqüentemente, têm um peso significativo nas conclusões da investigação (Lynch, 1981; Gerber & Patterson, 2014; Nientied, 2016).

A Geografia Urbana de Azevedo e Ribeiro ancora-se sobretudo em metáforas orgânicas. De facto, as metáforas comumente usadas em estudos urbanos têm sido as metáforas orgânicas, sendo a abordagem metabólica da Escola de Chicago aquela que deixou um maior legado (Gandy, 2004; Swyngedouw, 2006; Schilders, 2010). No entanto, as metáforas orgânicas de Azevedo e Ribeiro revelam uma linhagem diferente, tendo essencialmente raiz na concepção de organismo adoptada pela epistemologia vidaliana, que equiparava o espaço geográfico da cidade a um corpo humano, acentuando assim o carácter natural das combinações observadas nesse mesmo espaço (Blanchard, 1911; Lavedan, 1936). A alusão ao orga-

nismo constituiu um tópico recorrente na literatura geográfica da viragem do século – de Friedrich Ratzel a Elisée Reclus, de Raoul Blanchard a Jules Sion –, mas teve no estudo sobre Grenoble de Blanchard a formulação aplicada à cidade que seria replicada pela Geografia Urbana «clássica» francesa subsequente (Costa Gomez, 1993; Deneux, 2000).

Nas secções seguintes, abordaremos a evolução temporal dos estudos de Geografia Urbana de Azevedo e Ribeiro. Na sequência disso, evidenciaremos os traços comuns relativos ao uso de metáforas por parte destes dois autores. Seguir-se-á uma breve reflexão tanto sobre a significado destas metáforas para a Geografia Urbana «lusófona» de matriz vidaliana, como para a aparente especificidade de algumas das suas propostas.

A Geografia Urbana de Aroldo de Azevedo

O campo da Geografia Urbana constituiu um dos principais interesses de Aroldo de Azevedo ao longo da sua carreira (Figura 1). Antes de ter defendido a sua tese de doutoramento sobre os subúrbios ocidentais de São Paulo (Azevedo, 1945), Azevedo já publicara uma série de artigos sobre cidades brasileiras, nomeadamente Salvador (Azevedo, 1942, 1944a), São Paulo (Azevedo, 1943, 1944b) e Goiânia (Azevedo, 1941).

Se Azevedo encontrou em Salvador uma cidade histórica fundada pelos portugueses durante o período colonial, nos casos de São Paulo e Goiânia lidou principalmente com os projetos urbanos de larga escala do século XX. Como veremos, esta diferenciação de processos de desenvolvimento urbano permanecerá um aspecto central do trabalho que realizou ao longo da sua carreira. Após o doutoramento, Azevedo mantém-se prolífico no campo da Geografia Urbana. O geógrafo continua a trabalhar sobre Salvador (Azevedo, 1950a, 1951a, 1954a) e São Paulo (Azevedo, 1951b, 1953a), mas também aborda outras cidades. É o caso de São Luís do Maranhão (1951c), a única cidade brasileira fundada pelos franceses; Lorena (1954b), a cidade natal de Azevedo, no Estado de São Paulo, e também Juazeiro e Petrolina, duas cidades separadas pelo rio São Francisco, que ele considera serem «cidades gémeas» (Azevedo, 1946a, 1946b, 1950b). Também publica uma série de artigos fotográficos sobre cidades brasileiras na revista *Boletim Paulista de Geografia*, designadamente sobre São Paulo, Teresina e Cuiabá – todas estas capitais de estados brasileiros (Florençano & Azevedo, 1950; Azevedo, 1951d, 1953b).

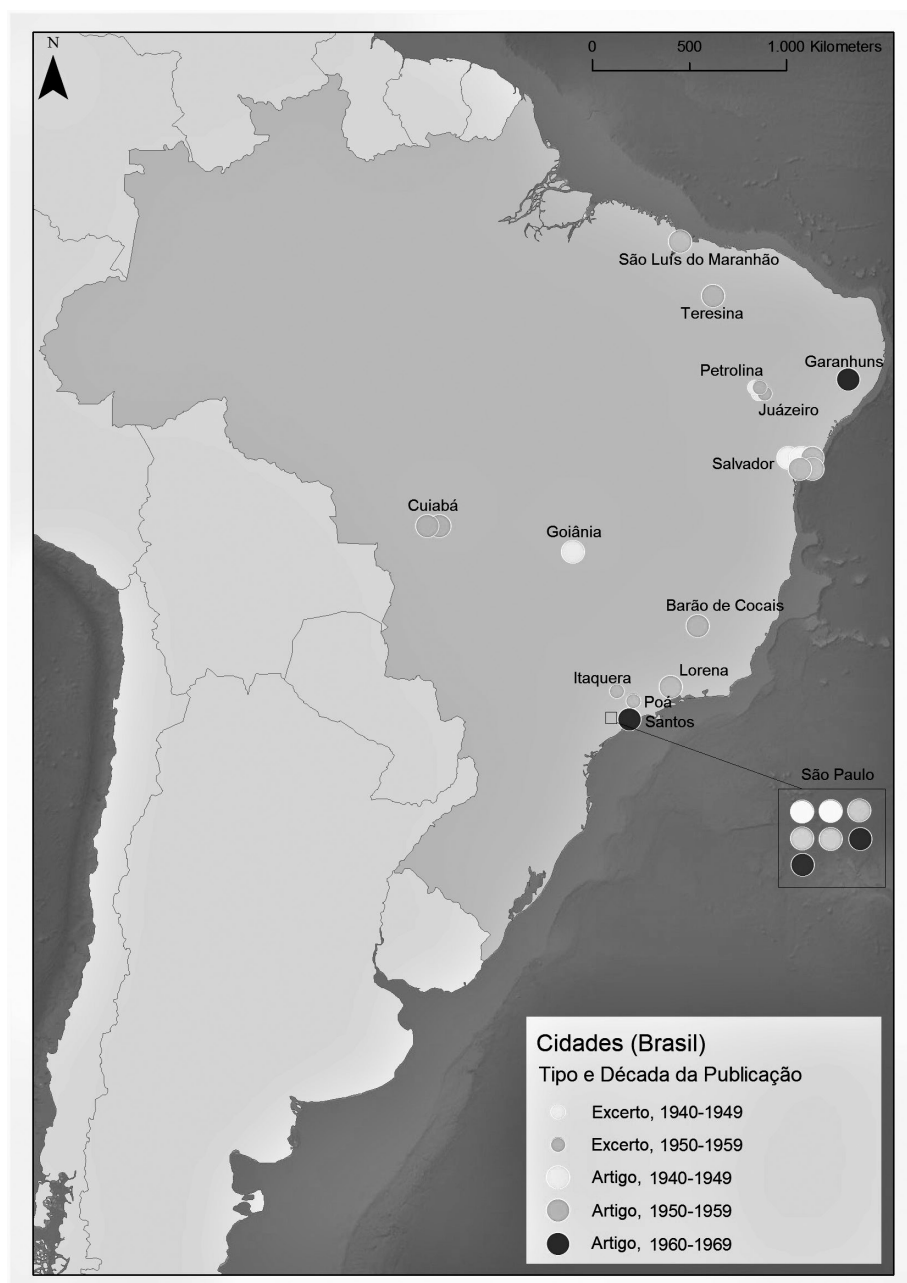


Figura 1. As cidades estudadas por Aroldo de Azevedo. Fonte: autores.

Em 1956, Azevedo publica as suas duas principais obras de Geografia Urbana: um trabalho sobre as cidades e vilas do Brasil colonial (1956a), e uma obra colectiva em quatro volumes sobre a cidade de São Paulo (1956b). Na primeira, Azevedo (1956a) refere-se ao seu trabalho como uma «geografia urbana retrospectiva», argumentando que a história das cidades brasileiras não fora devidamente explorada pelos historiadores, e que os geógrafos deviam abordar o assunto, mas sem seguir metodologias historiográficas que não estavam preparados para utilizar. A «geografia urbana retrospectiva» de Azevedo consistia na reconstituição da evolução das cidades brasileiras através da análise das respectivas datas de fundação e de dados estatísticos sobre a população em vários períodos históricos. A obra em quatro volumes sobre São Paulo também incluía um primeiro volume focado na análise da evolução histórica da população de São Paulo (Vascelos, 2012).

Depois de 1956, Azevedo continuou a publicar artigos de estilo monográfico sobre cidades brasileiras, mas o seu foco principal passou então a ser teorizar a génese das cidades brasileiras. Numa série de artigos, Azevedo (1957a, 1957b, 1959) abordou os estágios iniciais do desenvolvimento urbano no Brasil colonial, referindo-se às formas iniciais das cidades como «embriões de cidades». O material destes artigos foi mais tarde revisto e compilado num capítulo sobre cidades integrado numa das mais importantes obras colectivas que dirigiu, *Brasil, a Terra e o Homem* (Azevedo, 1964). Neste período, Azevedo não apenas continuou a escrever sobre São Paulo (Azevedo, 1960, 1961a), mas também estudou a pequena cidade mineira Barão de Cocais (Azevedo, 1956c), a capital do Estado de Minas Gerais, Cuiabá (Azevedo, 1957c), as vilas suburbanas Itaquera e Poá, em São Paulo (Azevedo, 1958), a cidade média Garanhuns (1961b), e Santos, a maior cidade portuária do Brasil (Azevedo, 1965).

A Geografia Urbana de Orlando Ribeiro

O interesse de Orlando Ribeiro pela Geografia Urbana regista-se desde o início da sua carreira, nos anos 30 do século passado (Daveau, 2014). Conforme o raciocínio especulativo do pensamento vidaliano, que assentava na articulação fundamental de «factos naturais» e de «factos culturais» (Deneux, 2000), já nesse momento Ribeiro assume uma analogia entre a cidade e a natureza, argumentando que, tal como «algumas substâncias da Natureza, também há cidades que se formaram e desenvolveram em torno de um *núcleo*» (Ribeiro, 1935/2014, p. 15.). No entanto, até aos anos 50, este interesse não constitui uma preocupação central nos seus estudos.

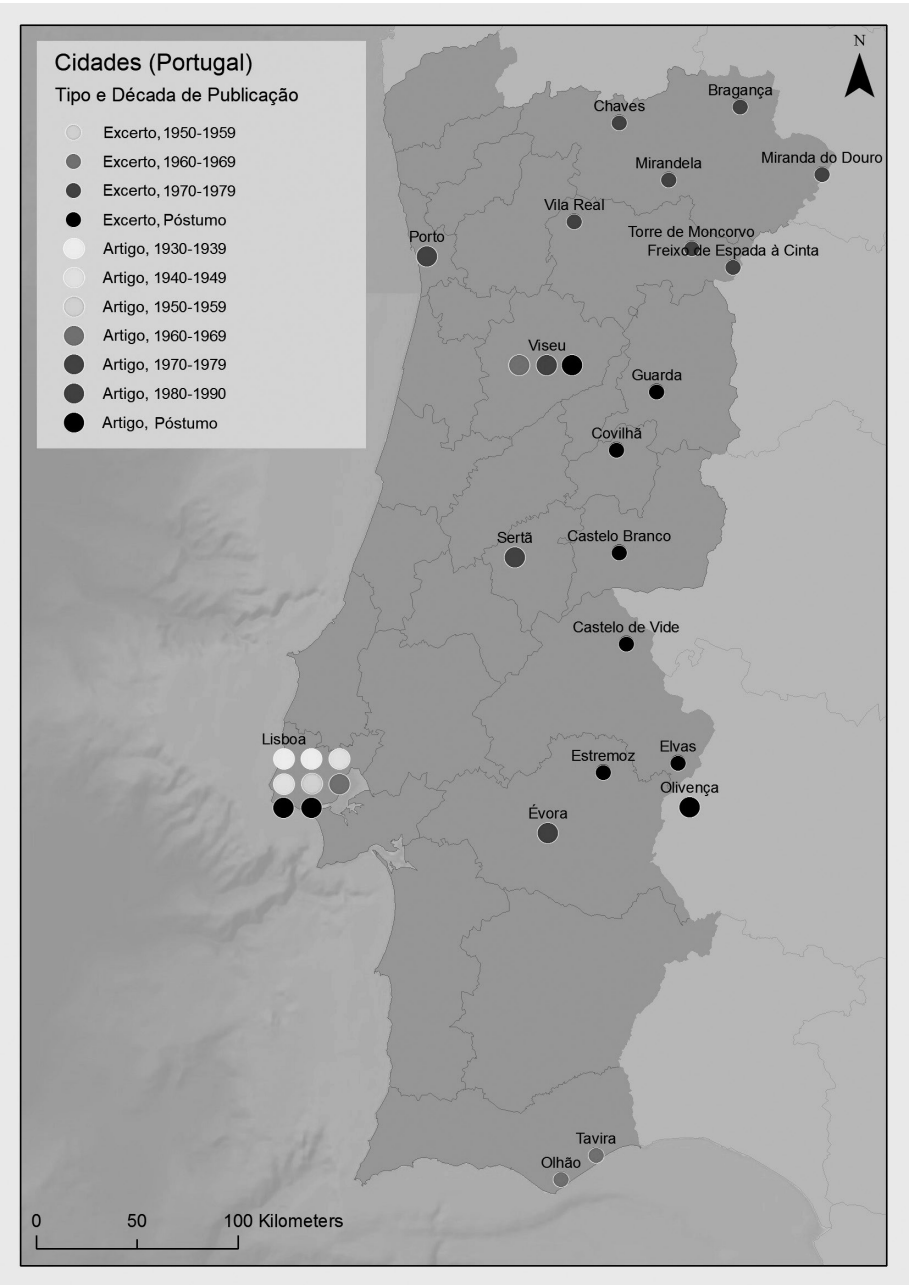


Figura 2. As cidades portuguesas estudadas por Orlando Ribeiro. Fonte: autores.



Figura 3. As cidades americanas estudadas por Orlando Ribeiro. Fonte: autores.

Orlando Ribeiro e Aroldo de Azevedo conhecem-se pessoalmente no decurso do XVI Congresso Internacional de Geografia, realizado em Lisboa em 1949 (Ribeiro, 2017, p. 565). Depois desta data, Ribeiro começa a publicar com maior frequência sobre a geografia das cidades, se bem que os seus escritos mais importantes neste campo sejam datados das décadas de 1960 e 1970 (Figuras 2, 3 e 4). Daveau nota que, durante os anos 70, Ribeiro preparou estudos aprofundados sobre cidades, mas «[a] falta de saúde não lhe ia permitir concluir nenhum», embora nos tenha deixado «achegas mais ou menos desenvolvidas e acabadas» (Daveau, 2014, p. 11).

Inicialmente, Ribeiro interessou-se por Lisboa – e, em particular, pela génese, crescimento e estrutura da cidade –, que abordou em cinco artigos (Ribeiro, 1935/2014, 1938, 1946, 1947, 1955a). Nos anos 50, após visitar o Brasil – ocasiões em que Azevedo e alguns dos seus colegas da Universidade de São Paulo o guiaram em breves visitas realizadas aos arredores da metrópole paulista (Ribeiro, 1978/2014) –, Ribeiro focou-se na geografia urbana desse país, designadamente São Paulo (Ribeiro, 1955b), mas também Ouro Preto, Quixadá, Salvador, Recife e Rio de Janeiro (Ribeiro, 1952/2014). Durante os anos 60, os casos de estudo de Ribeiro diversificam-se, tendo estudado cidades do Algarve (Ribeiro, 1961/2013), do México (Ribeiro, 1965/2014, Veneza (Ribeiro, 1966) e, ainda, Lisboa (Ribeiro, 1964/2014, 2014a, 2014b). Neste período, Ribeiro dedica-se também à escrita de alguns textos teóricos e metodológicos sobre Geografia Urbana (Ribeiro, 1963, 1967, 1969). Perto do final desta década, Ribeiro desloca a sua atenção para o norte de Portugal, e escreve sobre Viseu (Ribeiro, 1968, 1970a, 2014c), Porto (Ribeiro, 1975), Sertã (Ribeiro, 1970b), cidades da Beira Interior – Guarda, Covilhã, e Castelo Branco (Ribeiro, 2014d) –, e também sobre centros urbanos de Trás-os-Montes, como Bragança, Vila Real, Freixo de Espada à Cinta, Chaves, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo e Mirandela (Ribeiro, 1972).

No final dos anos 70 – e em grande medida como resposta à tese genérica sobre os modelos do urbanismo colonial ibérico proposta por Sérgio Buarque de Holanda na 2.ª edição de *Raízes do Brasil* (Holanda, 1947/1995) –, Orlando Ribeiro começa o seu grande projecto de Geografia Urbana: o estudo comparativo de cidades espanholas e portuguesas no mundo, estudo este que não teve tempo de terminar (Oliveira, 2001, 2002). Parte deste esforço materializou-se na escrita de uma série de textos sobre Toledo (Ribeiro, 1977-1982/2014, 2014e, 1988) e em alguns apontamentos sobre Córdoba (Ribeiro, 2014f), bem como numa série de textos comparativos sobre cidades espanholas e portuguesas (Ribeiro, 1981, 2014g, 2014h, 2014i). Durante este período, também se dedica a núcleos urbanos de Portugal que não estudara antes, nomeadamente do Alentejo, como Évora (Ribeiro, 1986, 2014j), Castelo de Vide, Elvas e Estremoz (Ribeiro, 2014k), além da cidade fronteira de Olivença (Ribeiro, 2014l).

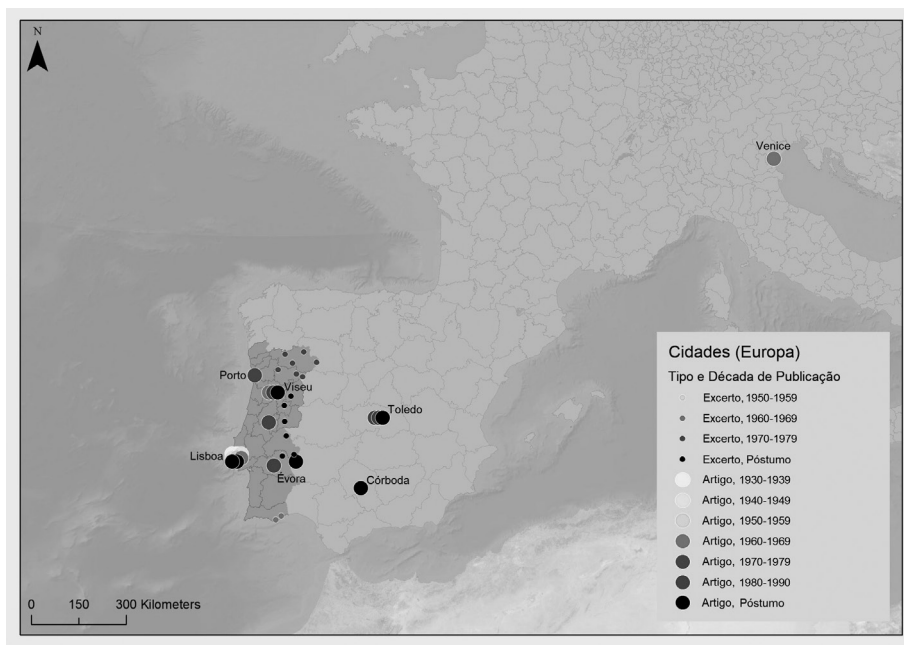


Figura 4. As cidades europeias estudadas por Orlando Ribeiro. Fonte: autores.

Metáforas orgânicas comuns a Aroldo de Azevedo e a Orlando Ribeiro

Encontram-se, essencialmente, três tipos de metáforas orgânicas nos trabalhos de Aroldo de Azevedo e Orlando Ribeiro: fisionómicas, do ciclo de vida e de familiaridade. As metáforas fisionómicas caracterizam-se por analogias entre a organização fisiológica de um corpo vivo – humano ou animal – e a forma ou o funcionamento do corpo social representado pela cidade. Estas encontram-se tanto em Azevedo como em Ribeiro, quando, por exemplo, se referem aos centros históricos urbanos como sendo o «coração» das cidades (Florençano & Azevedo, 1950; Ribeiro, 1968) e aos subúrbios como «tentáculos» (Azevedo, 1951b; Ribeiro, 1963). É especialmente notório o conceito de «embriões de cidades» que Azevedo (1957a, 1957b, 1959, 1964) desenvolve para se referir às formas iniciais de cidades, um termo que será depois usado por Ribeiro (1963) – antes disso este preferira empregar o termo «núcleo» (Ribeiro, 1935/2014), como vimos, ou designações alternativas como «sítio genético» (Ribeiro, 1938) e «germe da urbe» (Ribeiro, 1945/2011). De igual modo, ao descrever a expansão urbana Ribeiro também oscila entre o termo «tentáculos», usado por Azevedo, e o termo «metástases», qualquer um deles com evidentes conotações organicistas (Ribeiro, 1955, 1963). Em qual-

quer caso, a organicidade do urbano em Orlando Ribeiro vai para além do uso metafórico de Aroldo de Azevedo, como quando Ribeiro personifica a cidade afirmando que esta tem uma «personalidade», «biografia» (Ribeiro, 1969) e «espírito» (Ribeiro, 1977-1982/2014).

Por outro lado, a metáfora organicista aplicada à cidade também se exprime nos dois autores quando estes estabelecem uma analogia entre o ciclo de vida de seres vivos e o ciclo de vida urbano. Azevedo (1964) é mais explícito nesta analogia ao desenvolver a ideia do ciclo vital da cidade, afirmando que todas as cidades nascem, crescem, desenvolvem-se, atingem a maturidade e podem morrer, tanto na juventude como de velhice. Azevedo (1964) acrescenta que as cidades, tal como qualquer ser vivo, podem morrer por violência, decadência ou, mesmo, hibernar. Ribeiro, por outro lado, limita-se a fazer referência aos sítios «embriões» de cidades, assim como a recorrer à imagem que associa as ruas e o seu crescimento a artérias que interligam os órgãos vitais da cidade (Ribeiro, 1963).

Por último, quer Aroldo de Azevedo quer Orlando Ribeiro referem a existência de famílias de cidades, o que se pode considerar um prolongamento da ideia da cidade enquanto corpo, no sentido em que estas são entendidas como diferentes corpos da mesma espécie, estando ligadas por relações de parentesco. Neste aspecto, Azevedo é menos desenvolvido, pois apenas ensaia esporadicamente estas relações de tipo familiar, como quando se refere a São Paulo como uma «cidade-mãe» (Azevedo, 1961) e a Juazeiro e Petrolina como «cidades-gêmeas» (Azevedo, 1946a, 1946b, 1950b). Na mesma linha, afirma também a existência de famílias de cidades definidas pela respectiva similitude, decorrente de serem, por exemplo, cidades portuárias, industriais ou culturais.

Por seu lado, Orlando Ribeiro considera igualmente que existem famílias de cidades, mas acrescenta a ideia segundo a qual algumas destas linhagens decorrem de processos históricos associados a especificidades nacionais. Este conceito de família de cidades é central para a análise comparativa que Ribeiro faz entre as cidades espanholas e as cidades portuguesas no mundo (Ribeiro, 1981, 2014g, 2014h, 2014i). Ribeiro argumenta que cidades «do mesmo *tipo*, da mesma *família*, revelam certa semelhança, que, na hereditariedade, se imputa à carga genética» (1969, p. 181). Neste sentido, identifica a Plaza Mayor, no caso espanhol, e a Rua Direita, no caso português, como os principais elementos fisionómicos que definem a genética das respectivas famílias urbanísticas (Ribeiro, 1981, 2014g, 2014h, 2014i).

No essencial, trata-se de um contributo específico para o debate alargado sobre a história do urbanismo hispânico que já então envolvia historiadores de arte, arquitectos e outros geógrafos a partir da referida síntese proposta por Sérgio Buarque em 1947, debate esse centrado na produção urbana colonial na América

e fortemente condicionado por visões nacionalistas, conforme a pretensa dualidade existente entre uma geografia urbanística portuguesa e um modelo espanhol contrastado (Rossa, 2015). Seja como for, o facto é que, ao ensaiar estas correspondências alargadas, Ribeiro ensaia também a identificação de um conjunto de regularidades. Fazendo-o – e pese embora se situar aquém da generalização própria de uma teoria específica para a cidade –, o seu exercício parece escapar já ao estágio monográfico dos estudos clássicos de Geografia Urbana de matriz francesa, que eram muito condicionados pela necessidade de identificar os efeitos das condições físicas da «situação» das cidades na sua origem e desenvolvimento (Cosinschi & Racine, 1998).

Conclusão

As geografias urbanas que Aroldo de Azevedo e Orlando Ribeiro descrevem nas suas obras repartem-se por vários continentes. Mesmo no caso de Azevedo, que apenas escreveu sobre as cidades brasileiras, é assinalável a diversidade de casos tratados. Na evidência de uma soma de casos urbanos também eles muito distintos, o que desde logo há de semelhante nos exercícios de Geografia Urbana praticados por Azevedo e Ribeiro são os conceitos e as categorias que sustentam e aproximam o seu entendimento das realidades urbanas. O levantamento que fizemos das metáforas orgânicas presentes nas obras dos dois geógrafos não só releva uma linguagem partilhada, como também ideias fundamentais comuns aos dois autores. É assim que conceitos como «fisionomia», «ciclo de vida» e «família» de cidades, absolutamente centrais nas suas obras, ancoram-se, afinal, no entendimento da cidade enquanto organismo semelhante a um corpo humano ou animal. No entanto, registam-se aplicações originais destes conceitos, seja por parte de Azevedo em relação à origem das cidades brasileiras, seja por parte de Ribeiro em relação à urbanização de novos territórios no quadro alargado das experiências coloniais portuguesa e espanhola, designadamente na América.

Os trabalhos de Azevedo e Ribeiro marcaram a agenda de investigação em Geografia Urbana durante quase quatro décadas no Brasil e em Portugal (1940-1980). Neste período, verificou-se a mais intensa interacção entre a Geografia brasileira e portuguesa registada durante o século XX, a qual, por sua vez, assentou em grande parte em estudos de Geografia Urbana (ver Paiva, Lopes, & Oliveira, este volume). Este estudo inicial sobre as metáforas nas obras de Azevedo e Ribeiro revela o entrosamento entre estes dois autores-chave, mas também abre uma série de questões acerca do que haverá de comum ou de divergente entre os trabalhos

geográficos sobre o urbano dos discípulos dos dois autores que seguiam a mesma matriz teórico-metodológica. Dito de outro modo, até que ponto um domínio de estudos como este que, de acordo com a boa tradição vidaliana, assenta numa aproximação essencialmente descritiva e indutiva, não adquire em alguns dos estudos que resenhámos uma ambição explicativa, abrindo com isso uma fissura no paradigma vigente da Geografia Urbana «lusófona» de matriz francesa?

Bibliografia

- AZEVEDO, A. (1941). Goiânia – uma cidade “criada”. *Revista Brasileira de Geografia*, III (1), 3-19.
- AZEVEDO, A. (1942). La ciudad del Salvador. El reconcavo de la Bahia. *Revista Geográfica Americana*, XVIII (108), 167–196.
- AZEVEDO, A. (1943). Subúrbios de São Paulo. Primeiros Estudos. *Anuário da Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae”*.
- AZEVEDO, A. (1944a). A cidade do Salvador. Recôncavo da Bahia. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, 38.
- AZEVEDO, A. (1944b). Os subúrbios de São Paulo e suas funções. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, IV (4).
- AZEVEDO, A. (1945). *Os Subúrbios Orientais da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Nacional.
- AZEVEDO, A. (1946a). Juazeiro. A região do Juazeiro e Petrolina. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, 65.
- AZEVEDO, A. (1946b). Petrolina. A região do Juazeiro e Petrolina. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, 65.
- AZEVEDO, A. (1950a). A cidade do Salvador: características, evolução e funções. Recôncavo da Bahia: estudo de geografia regional. *Revista da Universidade de São Paulo*, 1, 141-162.
- AZEVEDO, A. (1950b). Juazeiro e Petrolina, Cidades Gêmeas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, XLV, 145-158.
- AZEVEDO, A. (1951a). La capitale: Salvador (ou Bahia). Salvador et le reconcavo de Bahia. *Cahiers d’Outre-mer*, 15, 189-203.
- AZEVEDO, A. (1951b). São Paulo, cidade tentacular. *Paulistânia*, 38, 131.
- AZEVEDO, A. (1951c). São Luís do Maranhão: primeiros estudos. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, 120.
- AZEVEDO, A. (1951d). Teresina, capital do Piauí. *Boletim Paulista de Geografia*, 8, 59-67.
- AZEVEDO, A. (1953a). São Paulo. Stadt des dynamischen Wachstums. In: E. Schaden (ed.), *Staden Jahrbuch* (Vol. 3, pp. 31-42). São Paulo: Instituto Hans Staden.
- AZEVEDO, A. (1953b). Cuiabá, capital de Mato Grosso. *Boletim Paulista de Geografia*, 15, 69-79.

- AZEVEDO, A. (1954a). A cidade do Salvador. In: A. Azevedo (ed.), *Regiões e paisagens do Brasil* (pp. 128-140). São Paulo: Editora Nacional.
- AZEVEDO, A. (1954b). *Aspetos de Lorena Imperial (esboço de geografia urbana retrospectiva)*. São Paulo: Editora Nacional.
- AZEVEDO, A. (1956a). *Vilas e cidades do Brasil colonial*, Boletim n° 208. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- AZEVEDO, A. (1956b). *A Cidade de São Paulo. Estudos de Geografia Urbana*. São Paulo: Editora Nacional.
- AZEVEDO, A. (1956c). Barão de Cocais (Estudo geográfico de um pequeno centro siderúrgico de Minas Gerais). *Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros, IV* (II).
- AZEVEDO, A. (1957a). Embriões de cidades brasileiras. *Boletim Paulista de Geografia*, 25, 31-69.
- AZEVEDO, A. (1957b). Arraiais e corruptelas. *Boletim Paulista de Geografia*, 27, 1-26.
- AZEVEDO, A. (1957c). Cuiabá. Estudo de geografia urbana. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, VII* (II).
- AZEVEDO, A. (1958). Itaquera e Poá. Subúrbios residenciais. In: A. Azevedo (ed.) *A Cidade de São Paulo. Estudos de Geografia Urbana* (Vol. IV). São Paulo: Editora Nacional.
- AZEVEDO, A. (1959). Aldeias e aldeamentos de índios. *Boletim Paulista de Geografia*, 33, 23-40.
- AZEVEDO, A. (1960). São Paulo. Metrópole do planalto. In: A. França (ed.), *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- AZEVEDO, A. (1961a). São Paulo: da vila quinhentista à metrópole regional. *Boletim Paulista de Geografia*, 39, 12-46.
- AZEVEDO, A. (1961b). Garanhuns. Estudo de geografia urbana. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, IX* (II).
- AZEVEDO, A. (1964). As cidades. In A. Azevedo (ed.), *Brasil: a terra e o homem* (Volume II: A vida humana, pp. 211-282). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- AZEVEDO, A. (1965). Santos na década de 1870. In: *Cochranes do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.
- BLANCHARD, R. (1911). *Grenoble: Étude de Géographie Urbaine*. Paris: Armand Colin.
- COSINSCHI, M.; RACINE, J.-B. (1998). Géographie urbaine. In A. Bailly (coord.), *Les concepts de la géographie humaine* (pp. 123-147). Paris: Armand Colin.
- COSTA GOMEZ, P. C. (1993). Quelques réflexions sur les catégories de la pensée vidalienne. In P. Claval (dir.), *Autour de Vidal de La Blache. La formations de l'École française de géographie* (pp. 89-97). Paris: CNRS Éditions.
- DAVEAU, S. (2014) Nota Introdutória. In: O. Ribeiro (aut.), *Opúsculos Geográficos (Tomo III)*, pp. 9-12). Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- DENEUX, J.F. (2000). *Histoire de la pensée géographique*. Paris: Belin.
- FLORENÇANO, P., & AZEVEDO, A. (1950). São Paulo, metrópole moderna. *Boletim Paulista de Geografia*, 5, 53-62.

- GANDY, M. (2004). Rethinking urban metabolism: water, space and the modern city. *City: Analysis of Urban Trends, Culture, Theory, Policy, Action*, 8 (3), 371-387.
- GARCIA, J. (1998). Orlando Ribeiro (1911-1997) – O mundo à sua procura. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, XIV, 107-116.
- GERBER, A., & PATTERSON, B. (2014). *Metaphors in Architecture and Urbanism: An Introduction*. Londres: Transcript.
- HOLANDA, S. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1947)
- LAVEDAN, P. (1936). *Géographies des Villes*. Paris: Gallimard.
- LYNCH, K. (1981). *Good City Form*. Boston: MIT Press.
- MEHMOOD, A. (2010). On the history and potentials of evolutionary metaphors in urban planning. *Planning Theory*, 9, 63-87.
- MÜLLER, N.L. (1974). In memoriam: Aroldo de Azevedo (1910-1974). *Revista de História*, 50, 863-864.
- NIENTIED, P. (2016). Metaphor and urban studies – a crossover, theory and a case study of SS Rotterdam. *City, Territory and Architecture*, 3. Disponível em <https://cityterritoryarchitecture.springeropen.com/track/pdf/10.1186/s40410-016-0051-z>
- OLIVEIRA, F. R. (2001). Notícias bibliográficas sobre o urbanismo colonial português dos séculos XV a XVII (primeira parte: a década de 1980 e inéditos de Orlando Ribeiro), *GeoUERJ Revista do Departamento de Geografia*, 9, 19-31.
- OLIVEIRA, F. R. (2002). Estudos sobre o urbanismo colonial português dos séculos XV-XVII: estado da questão, *Garcia de Orta – Série de Geografia*, 18 (1-2), 1-20.
- PAIVA, D. (2013). Ribeiro, O. (2011 [1945]), Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico. *Investigaciones Geográficas – Boletín del Instituto de Geografía de la UNAM*, 80, 129-132.
- PAIVA, D., & OLIVEIRA, F.R. (2019). The organic metaphor in twentieth-century Lusophone urban geography: cities and their history in the work of Aroldo de Azevedo and Orlando Ribeiro. *Journal of Historical Geography*, 63, 73-81.
- RIBEIRO, O. (1938). Le site et la croissance de Lisbonne. *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, 115, 99-103.
- RIBEIRO, O. (1946). Evolução e Perspectivas dos Estudos Orlisiponenes. *Revista Municipal*, 27, 3-12.
- RIBEIRO, O. (1947). O Território de Lisboa. In: Matos Sequeira (org.), *Lisboa, Oito Séculos de História* (Volume I, pp. 2-11). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- RIBEIRO, O. (1955a). Em torno da estrutura de Lisboa. *Diário Popular*, 29, VIII.
- RIBEIRO, O. (1955b). São Paulo. Do Campo da Piratininga à metrópole do Brasil. *Brasília*, 9, 243-256.
- RIBEIRO, O. (1963). Cidade. In: J. Serrão (Ed.), *Dicionário de História de Portugal*. (Volume I, pp. 60-66). Lisboa: Iniciativas Editoriais.

- RIBEIRO, O. (1966). Veneza. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, I (1), 99-110.
- RIBEIRO, O. (1967). Região e rede urbana: formas tradicionais e estruturas novas. *Revista de Geografia*, 67, 157-165.
- RIBEIRO, O. (1968). A Rua Direita de Viseu. *Geographica*, IV (16), 49-63.
- RIBEIRO, O. (1969). Proémio metodológico ao estudo das pequenas cidades portuguesas. *Finisterra, Revista Portuguesa da Geografia*, IV (7), 64-75.
- RIBEIRO, O. (1970a). Em torno das origens de Viseu. *Revista Portuguesa de História*, XIII, 211-229.
- RIBEIRO, O. (1970b). A Sertã: pequeno centro na área de xisto da Beira Baixa. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, V (9), 103-112.
- RIBEIRO, O. (1972). Localização e destino dos centros urbanos de Trás-os-Montes. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, VII (13), 46-70.
- RIBEIRO, O. (1975). O espaço urbano do Porto. Resultados e problemas. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, X (19), 163-171.
- RIBEIRO, O. (1981). Las ciudades ibéricas tradicionales y su expansión por el mundo. In *Actas do I Colóquio Iberico de Geografia* (pp. 213-217). Salamanca.
- RIBEIRO, O. (1986). Évora. Sítio, origem, evolução e funções de uma cidade. In: Raquel Soeiro de Brito (coord.), *Estudos em Homenagem a Mariano Feio* (pp. 371-390). Lisbon: Livraria Minho.
- RIBEIRO, O. (1988). Toledo, Ciudad histórica y centro regional. In: *Simpósio Toledo Ciudad viva? Ciudad muerta?* (pp. 579-608). Toledo: Colégio Universitário de Toledo.
- RIBEIRO, O. (2011) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico*. Lisboa: Letra Livre. (Originalmente publicado em 1945)
- RIBEIRO, O. (2013). *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*. Lisboa: Letra Livre. (Originalmente publicado em 1961)
- RIBEIRO, O. (2014). O crescimento de Lisboa. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 15-29). Lisboa: Gulbenkian. (Originalmente redigido em 1935)
- RIBEIRO, O. (2014). Reflexões a propósito de algumas cidades do Brasil. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 487-494). Lisboa: Gulbenkian. (Originalmente redigido em 1952)
- RIBEIRO, O. (2014). Lisboa, a cidade e a região. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 105-111). Lisboa: Gulbenkian. (Originalmente redigido em 1964)
- RIBEIRO, O. (2014). As cidades do México. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 481-486). Lisboa: Gulbenkian. (Originalmente redigido em 1965)
- RIBEIRO, O. (2014). Toledo. Ensaio de Geografia Urbana. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 403-443). Lisboa: Gulbenkian. (Originalmente redigido entre 1977 e 1982)
- RIBEIRO, O. (2014). Aroldo de Azevedo (1910-1974). In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo I, pp. 773-776). Lisboa: Gulbenkian. (Originalmente publicado em 1978)

- RIBEIRO, O. (2014a). Lisboa, Génese de uma capital. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 73-104). Lisboa: Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2014b). Fragmentos sobre Lisboa. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 113-129). Lisboa: Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2014c). Achegas para a geografia urbana de Viseu. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 241-257). Lisboa: Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2014d). As cidades da Beira Interior. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 259-278). Lisboa: Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2014e). Turismo e Paseo em Toledo In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 445-448). Lisboa: Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2014f). Córdoba. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 477-479). Lisboa: Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2014g). Elementos estruturantes das cidades ibéricas. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 379-400). Lisboa: Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2014 h). A cidade portuguesa e a cidade espanhola na América. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 509-515). Lisboa: Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2014i). A cidade ibérica no mundo. Achegas para um estudo comparativo. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 517-542). Lisboa: Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2014j). Évora. A maior feira anual do sul do país. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 347-249). Lisboa: Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2014k). Achegas para o estudo das vilas alcandoradas do Alto Alentejo. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 351-363). Lisboa: Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2014l). Notas para o estudo da cidade de Olivença. In: *Opúsculos Geográficos* (Tomo III, pp. 365-376). Lisboa: Gulbenkian.
- RIBEIRO, O. (2017). *Mestres, Colegas, Discípulos*. Vol. II. Lisboa: Gulbenkian.
- ROSSA, W. (2015). Urbanismo ou o discurso da cidade. In W. Rossa & M. C. Ribeiro (Org.), *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar* (pp. 477-519). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SCHILDERS, P. (2010). *The Organic City: Method or Metaphor? The Meaning of 'Organic' in Architecture and Urban Planning*. Roterdão: International New Town Institute.
- SOLESBURY, W. (2013). *World Cities, City Worlds: Explorations with Metaphors, Icons and Perspectives*. Kibworth Beauchamp: Matador.
- SWYNGEDOUW, E. (2006). Circulations and metabolisms: (Hybrid) Natures and (Cyborg) cities. *Science as Culture*, 15 (2), 105-121.
- VASCONCELOS, P.A. (2012). *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*. Salvador: Edufbar.

À procura de Milton Santos: notas sobre o intercâmbio e a influência na Escola de Geografia de Lisboa¹

Thiago Machado

POSGEO, Universidade Federal Fluminense

tamachado@id.uff.br

ORCID: 0000-0002-9416-8829

André Carmo

Centro de Estudos Geográficos

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

Universidade de Lisboa

Departamento de Geociências, ECT- Universidade de Évora

acarmo@uevora.pt

ORCID: 0000-0003-0021-2268

Jorge Malheiros

Centro de Estudos Geográficos

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

Universidade de Lisboa

jmalheiros@campus.ul.pt

ORCID: 0000-0002-0976-044X

Introdução

Os estudos em história do pensamento geográfico são de fundamental importância para a apreciação do desenvolvimento do campo disciplinar da Geografia, seja naquilo que se refere às diferenças e similaridades internacionais caracterizadoras de escolas nacionais, seja nos embates entre distintas correntes teórico-metodológicas. Isto implica a definição de uma metodologia apropriada, possibilitando quer a análise de influências e ruturas entre escolas, quer a compreensão dos vínculos e disputas entre distintas correntes de pensamento dentro de determinado ambiente intelectual, assim como da relação entre tal ambiente e os

¹ Investigação realizada no âmbito do Projecto «Saberes geográficos e Geografia institucional: influência e relações recíprocas entre Portugal e o Brasil no século XX» – FCT/CAPES | Proc. 44.1.00 CAPES / 8513/14-7.

contextos históricos e sociais mais abrangentes. Tanto a abordagem contextual como a perspectiva do campo intelectual oferecem suportes para a realização das investigações voltadas à história do pensamento, centrando-se no aspecto da descontinuidade temporal para que não se caia na armadilha da compreensão linear da influência entre autores.

Partindo desta base, este estudo tem por objetivo tratar das relações entre as Geografias brasileira e portuguesa por meio da figura central desse campo disciplinar no Brasil, o geógrafo Milton Santos (1926-2001). Doutor em Geografia pela Universidade de Estrasburgo, na França, destacou-se nos estudos da urbanização dos países subdesenvolvidos e promoveu uma revisão teórica crítica da Geografia, propondo-se contribuir para a definição do que é o seu objeto, o espaço, bem como as suas componentes. Após um período de exílio durante a ditadura brasileira, nas décadas de 60 e 70 do século XX, regressou ao seu país e nas últimas décadas de seu trabalho foi professor da Universidade de São Paulo. Aqui, dedicou-se às transformações espaço-temporais da globalização e ao estudo do território brasileiro, acabando por ser agraciado com o Prêmio Internacional de Geografia – Vautrin Lud, conhecido como o «Nobel de Geografia», em 1994.

Para abordar a temática proposta, este texto está organizado em três seções principais. Primeiramente, apresentamos o desenvolvimento da obra de Milton Santos, contextualizando-a no ambiente acadêmico e intelectual da Geografia brasileira. Posteriormente, expomos detalhadamente o que aqui se entende por Escola de Geografia de Lisboa, principal centro de ensino e investigação geográfica em Portugal, herdeira de uma tradição geográfica estruturada em torno do pensamento e da obra do geógrafo português Orlando Ribeiro (1911-1997). No momento seguinte, analisamos a influência da obra de Milton Santos na Escola de Geografia de Lisboa a partir da verificação das referências aos seus trabalhos na *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*. No contexto amplo, verificamos ainda as interações pessoais entre geógrafos portugueses e Milton Santos, designadamente a partir de colaborações e presenças no quadro de eventos geográficos corridos nos dois países, de modo a tentar construir um quadro interpretativo que nos permita caracterizar os diálogos geográficos existentes entre a Geografia brasileira e a Geografia portuguesa nos últimos 40 anos do século XX.

Milton Santos e a Geografia brasileira

O prestígio e a relevância que Milton Santos adquiriu no campo disciplinar da Geografia brasileira pode ser compreendido pelo papel por ele desempenhado na

consolidação da perspectiva crítica que levou à intensa renovação do pensamento geográfico no país. A partir do questionamento dos pressupostos teórico-metodológicos das Geografias tradicional e quantitativa, mas também do enfrentamento no aspecto institucional, como o foi a reforma do estatuto da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)², o desenvolvimento da Geografia crítica no Brasil reflete muito a repercussão do trabalho de Milton. A publicação em 1978 de *Por uma Geografia Nova* ajudou a produzir um efeito demarcatório no discurso e na prática acadêmica da Geografia brasileira, que possuía até então um estreito vínculo com o Estado, por meio do IBGE, e por posturas algo conservadoras nas universidades.

O final da década de 1970 e início dos anos oitenta é um momento em que a ascensão das narrativas críticas encontra melhor ambiente devido ao fim do regime ditatorial, facilitando, inclusive, o retorno de intelectuais que estavam no exílio. Pode-se, assim, caracterizar em traços gerais o campo disciplinar da Geografia até esse momento como produto do seu processo de institucionalização no país, ocorrido desde os anos trinta quando foram criadas a Universidade de São Paulo em 1934 e a Universidade do Brasil³ em 1937, a AGB em 1934, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴ em 1936.

As missões científicas de professores franceses foram fundamentais nesses primeiros anos, inscrevendo a Geografia brasileira sob a forte influência da Geografia vidaliana, levando ao predomínio de estudos monográficos urbano-regionais em que prevaleciam os conceitos de paisagem, região e gênero de vida (Abreu, 1994). As presenças de Pierre Monbeig em São Paulo e de Francis Ruellan no Rio de Janeiro, assim como de Pierre Deffontaines, que depois de um breve período na USP muda-se para o Rio de Janeiro, foram significativas na conformação dessa área do conhecimento. Já o IBGE, além de abrigar a principal publicação, a *Revista Brasileira de Geografia*, tinha por tarefa a investigação voltada ao planejamento e à regionalização do território nacional. A partir das teorias espaciais de W. Christaller, A. Weber, F. Perroux, dentre outros, foi no IBGE que a matriz tradicional francesa foi passo a passo confrontada com a perspectiva quantitativa, incorporando os modelos estatísticos a partir dos debates e dos trabalhos em curso na

² O III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) ocorreu em Fortaleza em 1978. Foi neste Encontro que se deu a reforma do estatuto da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), até então restrita a pesquisadores, e a partir daí aberta à participação de estudantes.

³ Atualmente a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁴ Foi criado no ano seguinte, 1937, o Conselho Nacional de Geografia. Subordinado ao IBGE, era o responsável pela principal publicação na área, a *Revista Brasileira de Geografia*.

Geografia estadunidense⁵. Cresce, também, a chamada Geografia aplicada com a influência e estreita colaboração do geógrafo francês Michel Rochefort, cujos trabalhos voltados às redes urbanas muito contribuíram para as necessidades de planejamento (Bomfim, 2015)⁶. É dentro desse quadro de formação do campo disciplinar da Geografia no Brasil que toda uma geração de geógrafos é treinada, seja nos cursos universitários, nos eventos da AGB ou nos cursos, eventos e oportunidades de emprego oferecidos pelo IBGE.

O ponto alto desse processo inicial de formação da Geografia brasileira se dá com a realização no Rio de Janeiro do XVIII Congresso Internacional de Geografia, em 1956, organizado pela Comissão Nacional da União Geográfica Internacional (UGI). Sob a direção do geógrafo brasileiro Hilgard Sternberg, o congresso contou com a presença de diversos mestres da Geografia europeia, dos quais tomou-se proveito para a realização do Curso de Altos Estudos Geográficos, cuja aula inaugural, intitulada «Raízes antigas da Geografia brasileira», ficou a cargo do geógrafo português Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1958). O subsequente predomínio da Geografia aplicada foi dirigido pela geração de geógrafos vinculados ao IBGE, tais como Lysia Bernardes, Nilo Bernardes, Speridião Faissol, Roberto Lobato Correa e Pedro P. Geiger, dentre outros.

Milton Santos é indissociável da Geografia crítica, mas é iniciado na matriz francesa possibilista, a qual marca os seus primeiros trabalhos sobre a Bahia. A sua tese de doutoramento, defendida na Universidade de Estrasburgo em 1958, trata do centro da cidade de Salvador, ao passo que muitos trabalhos anteriores, tal como a *Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico* (Santos, 1957), lidavam com a realidade regional baiana e lançavam mão do arsenal teórico referente aos gêneros de vida, à paisagem e à região. Sob influência na França de Jean Tricart e, posteriormente, da relação com Michel Rochefort, Milton Santos torna-se entusiasta da Geografia aplicada, a qual é empregada no Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, por ele dirigido a partir de 1959 na Universidade da Bahia⁷.

Com o golpe militar e a instauração do regime ditatorial no início de abril de 1964, Milton Santos foi preso e depois exilado. Durante o seu exílio, inicialmente na França e, posteriormente, em outros países da Europa, América e África, teve oportunidade de investigar e lecionar em diversas universidades, contatando com

⁵ A exemplo de Bunge (1962) e Harvey (1969).

⁶ Dois trabalhos produzidos por geógrafos do IBGE marcam a influência de M. Rochefort: Geiger (1963) e Bernardes (1964).

⁷ Milton Santos publica com co-autoria de Anna Carvalho um pequeno livro intitulado *Geografia Aplicada* (Santos & Carvalho, 1960).

inúmeros pesquisadores. Neste período, dedicou-se predominantemente ao estudo da especificidade da urbanização dos países subdesenvolvidos, à época denominados de «terceiro mundo» (Santos, 1965). Produziu, então, *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo* (Santos, 1978 [1971]), livro em que apresenta suas preocupações epistemológicas iniciais, e *L'espace partagé (O Espaço Dividido)* (Santos, 1975), no qual elabora a teoria dos circuitos espaciais da economia urbana. Voltada ao estudo da especificidade da urbanização dos países subdesenvolvidos, essa teoria busca superar as leituras dualistas que dividem a economia em um setor moderno e outro tradicional, destacando a bipolarização e interdependência de um circuito superior e um circuito inferior da economia urbana, ambos decorrentes do processo de modernização nas economias subdesenvolvidas. Nesse momento, já bastante familiarizado com a matriz marxista, sobretudo no seu viés estruturalista, dialoga com os teóricos do subdesenvolvimento e da dependência⁸, e teoriza o espaço como uma «instância social», formulando o conceito de «formação socioespacial» (Santos, 1977)⁹.

É nesse espírito crítico relativamente às Geografias neopositivistas e às teorias de planejamento que se inscreve *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia à Geografia crítica* (Santos, 1978). Neste trabalho, Milton reforça a crítica à Geografia tradicional, presa à noção de *personalidade regional*, já questionada em *O trabalho do geógrafo* (Santos, 1978 [1971]), a partir do conceito de «paisagens derivadas», de Max Sorre, e denuncia os limites da quantificação sem, contudo, abrir mão da necessidade de modelos explicativos. Em conjunto, aponta que a Geografia é «viúva do espaço», pois em face do impasse na definição de si mesma, melhor seria buscar definir o seu objeto: o espaço geográfico. Para tanto, mobiliza categorias marxistas como «instância social», «formação social e econômica» e «totalidade» em conjunto com outras filiações teóricas, tais como o existencialismo sartriano, e sua ideia de «prático-inerte», ou a noção de «fato social», tomada de empréstimo de Durkheim.

⁸ Milton Santos dialoga com as diferentes correntes que estão a tratar nesse período do tema do subdesenvolvimento e da dependência. Isto fica evidente no recurso aos principais pensadores da CEPAL (Raul Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto), do ISEB, da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo (Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso) e da Política Operária (Ruy Mauro Marini). Ver Machado (2017).

⁹ Ao tratar o espaço como uma instância social, Milton Santos busca incluí-lo entre as demais instâncias sociais tradicionalmente reconhecidas no quadro teórico marxistas: base econômica, superestrutura ideológica e jurídico-política. Isto integra-se à teorização da formação socioespacial em sua sucessão de meios de produção, caracterizados cada qual pela interação entre relações sociais de produção e forças produtivas. Cada período da formação socioespacial é caracterizado, portanto, por determinada combinação das diferentes instâncias sociais (Sereni, 2013; Santos, 1977).

No correr da década de 1980, vários trabalhos reforçaram suas preocupações teórico-metodológicas. Foi o caso de *Pensando o Espaço do Homem, Espaço & Método* e *Metamorfoses do Espaço Habitado* (Santos, 1982, 1985, 1988). Na transição para a década de 1990, ampliou os seus estudos empíricos voltados à urbanização brasileira (Santos, 1993a) e à introdução do «meio técnico-científico informacional» no Brasil, centrado na cidade de São Paulo. O tema da globalização passa então a dominar o debate público e o termo assume forte centralidade no discurso das próprias ciências sociais, especialmente após a queda do muro de Berlim e o colapso da URSS, ampliando-se o ceticismo às metanarrativas que a expansão do pensamento pós-moderno nos anos de 1980 começara a afirmar (Malheiros, 2007). Por outro lado, a implementação generalizada das políticas neoliberais cria a ideia de que não há alternativas ao capitalismo; O «fim da história» de Fukuyama (1992) e a expressão *there is no alternative* (TINA) de Margaret Thatcher, difundem-se e rapidamente colonizam o senso comum. Dado o contexto, a própria noção de diversidade e diferenciação espacial e, por consequência, a utilidade da Geografia são postas em causa, sublinhado-se a existência de uma espécie de mundo global, liso e de mobilidades (reais e virtuais) e acessibilidades fáceis para todos, como as ideias sobre a inércia de Paul Virilio ou *La fin des territoires*, escrito em 1995 por Bertrand Badie, de algum modo enfatizam.

Sensível a estas profundas transformações ocorridas no fim do século XX (e.g. crise do Estado-nação, compressão espaço-temporal, revolução nas tecnologias da informação e comunicação), produz a sua obra mais ambiciosa, *A Natureza do Espaço* (Santos, 1996), na qual atualiza sua definição de espaço, que, em contraste com a «instância social» de *Por uma Geografia Nova*, é apresentado como um conceito «híbrido» (Latour, 1994 [1991]). Derivado do par *fixos* e *fluxos* (Santos, 1988), o espaço é então definido como «um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação» (Santos, 1996, p. 51). Tais ações, contudo, são compreendidas na globalização a partir de uma hierarquização de lugares do mando e lugares de obediência, formas de normatização verticalizadas do território características das relações entre o global e os lugares.

É em conformidade com essas reflexões que suas últimas obras tratam das controvérsias da globalização e do Brasil em sua contemporaneidade (Santos, 2000; Santos & Silveira, 2001). Ambas mobilizam o conceito de *território usado*, cujo termo tem por interesse contrastar com o de «território em si», tradicionalmente vinculado ao Estado territorial (Santos, 1994). O território usado é então definido como sinônimo de «espaço geográfico», território de ação e de uso de diversos grupos sociais, não restrito ao Estado (Silveira, 2011). Face à relevância do pensamento geográfico de Milton Santos, são vários os trabalhos que procuraram

classificar e/ou periodizar a sua obra (Elias, 2002; Grimm, 2011; Moraes, 2013; Porto-Gonçalves, 2002; Silva, 2002), situando elementos de sua produção acadêmica, dados biográficos e influências teórico-metodológicas. No âmbito desta reflexão, complementada com esses contributos anteriores, a Tabela 1 apresenta uma proposta que permite apreender, de modo coerente, sintético e integrado, a trajetória epistemológica percorrida pelo geógrafo brasileiro, ajudando a clarificar as sucessivas reconfigurações do seu pensamento ao longo do tempo.

Tabela 1 – Periodização da trajetória epistemológica de Milton Santos

Fases	1ª Fase (1948-1964)	2ª Fase (1965-1979)	3ª Fase (1980-2001)
Perspectiva teórico-metodológica	Geografia Regional Francesa	Diálogo ampliado com o Marxismo	Ecletismo (diálogo com a Fenomenologia)
Conceitos principais	Região; Paisagem	Espaço Geográfico; Formação Socioespacial	Território Usado
Escala	Regional	Nacional	Local/Global
Foco temático	Bahia	Urbanização do Terceiro Mundo	Globalização
Obra-chave	<i>A Zona do Cacau</i> (1957)	<i>Por uma Geografia Nova</i> (1978)	<i>A Natureza do Espaço</i> (1996)

Fonte: elaborado pelos autores a partir do conjunto da obra de Milton Santos.

No que diz respeito às principais linhas de continuidade, que perpassam toda a vida acadêmica de Milton Santos, destacamos a centralidade da técnica¹⁰ (fundamental na sua categorização do meio geográfico), o ecletismo teórico-metodológico (patente na sua combinação de categorias oriundas do existencialismo, do marxismo e do pós-estruturalismo) e a combinação de dois projetos intelectuais, um voltado para a produção teórica em Geografia (Santos, 1971, 1978, 1985, 1988, 1996), e o outro para o estudo da realidade brasileira (Santos, 1957, 1975, 1987, 1993a; Santos & Silveira, 2001).

¹⁰ Desde os seus trabalhos iniciais Milton Santos confere à técnica, compreendida como *fenômeno técnico*, aspecto central em sua teoria. Defende que a Geografia deve ser entendida não mais como uma *filosofia da natureza*, aos moldes da Geografia como ciência moderna do século XIX, mas sim como uma *filosofia das técnicas* (Santos, 1988). Isto, pois, fica evidente no papel da técnica como mediadora da relação entre o homem e o meio, sendo o meio geográfico entendido como meio técnico (Santos, 1996).

A Escola de Geografia de Lisboa

A ideia de uma Escola de Geografia de Lisboa, enquanto espaço científico-pedagógico de grande densidade relacional e cujos contributos têm a capacidade de perdurar no tempo e influenciar decisivamente um determinado campo disciplinar, orbita em torno da figura de Orlando Ribeiro. Criador do Centro de Estudos Geográficos (CEG) – atual unidade de investigação em Geografia da Universidade de Lisboa –, em 1943, e da *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, em 1966, é considerado o pai da Geografia moderna portuguesa (Amaral, 1973). Desse modo, a investigação geográfica em Portugal foi estruturada conforme as lições de seus mestres franceses, Emmanuel De Martonne, Pierre Birot e, sobretudo, Pierre Gourou. É a partir dos seus primeiros trabalhos e da equipe por ele formada que podemos falar da criação de uma «escola» de Geografia em Lisboa, com destaque para Raquel Soeiro de Brito, Suzanne Daveau, Francisco Tenreiro, Mariano Feio, Ilídio de Amaral, Carminda Cavaco, Jorge Gaspar, António de Brum Ferreira e Carlos Alberto Medeiros.

Sob a influência de Orlando Ribeiro, Lisboa recebeu em 1949 o XVI Congresso Internacional de Geografia, cuja preparação deu início à investigação do Centro de Estudos Geográficos por meio de diversos estudos regionais (Amaral, 1973). As monografias regionais de matiz possibilista predominam nesta fase inicial da Escola de Geografia de Lisboa, destacando-se trabalhos como, por exemplo: «Arrábida, esboço geográfico» (Ribeiro, 1935/1937); a tese de doutoramento de Raquel Soeiro de Brito (1955), *A Ilha de São Miguel. Estudo Geográfico*; e *A Ilha de São Tomé*, de autoria de Francisco Tenreiro (1961). A obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, de Orlando Ribeiro (1945), trabalho incontornável da cultura portuguesa do século XX, é a que melhor reflete a matriz de pensamento então predominante. Escrita com um estilo muito elegante e atrativo, esta obra afasta-se do modelo monográfico, assumindo-se com um «Estudo Geográfico» (subtítulo da 1.^a edição) que, neste caso, corresponde a uma obra de nível mais complexo e elevado, uma «obra de síntese», como refere o próprio Orlando Ribeiro no Prefácio à 4.^a edição, publicada em 1986. Nela, a partir da análise minuciosa das paisagens portuguesas e dos processos histórico-culturais que as moldaram, destaca-se a combinação de elementos mediterrânicos (base da Geografia e da Economia portuguesas para o geógrafo luso) e atlânticos (fundamentais para compreender as bases paisagísticas e sobretudo demográficas de Portugal) que permite explicar a dualidade de Portugal, marcada por uma oposição norte-sul matizada, mas também a unificação e unidade do país (Ribeiro, 1945, 1986).

Ilídio do Amaral, que entra para o Centro de Estudos Geográficos em 1958 a convite de Orlando Ribeiro, torna-se rapidamente um colaborador fundamental da

instituição, tendo desempenhado papéis fundamentais na revista *Finisterra* (de que foi co-fundador, juntamente com Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau), na afirmação institucional do CEG (coube-lhe a função de diretor adjunto durante vários anos) e na expansão das suas atividades, como reconheceu o próprio Orlando Ribeiro, então diretor do Centro, ao referir que Ilídio do Amaral tinha transformado este «de oficina em fábrica» (Oliveira, 2017). Investigador eclético, especializou-se na Geografia das Regiões Tropicais, tendo começado a colaborar com a Junta de Investigações Científicas do Ultramar logo em finais dos anos de 1950 e publicado dezenas de trabalhos sobre este espaço geográfico. Se a geomorfologia dos Trópicos foi uma das suas temáticas iniciais de eleição (Amaral, 1969, 1977, 1985), conjugou sempre este interesse com outros, tendo produzido múltiplos trabalhos situados no âmbito da Geografia Humana das Regiões Tropicais, com destaque para os temas urbanos, de que são exemplo as suas pesquisas sobre a rede urbana de Angola (Amaral, 1962) e sobre a cidade de Luanda (Amaral, 1968), seu local de nascimento.

Do ponto de vista simbólico, a imagem de Ilídio do Amaral enquanto geógrafo mais especializado nas regiões tropicais reflete um dos domínios de investigação principais do Centro de Estudos Geográficos entre os anos de 1950 e o início do decénio de 70 do século XX: os estudos de Geografia Física e de Geografia Humana dos territórios coloniais portugueses. Efetivamente, durante este período e na sequência da Conferência de Bandung, ocorrem modificações na política de investigação direcionada para diferentes aspetos das colónias portuguesas que, enquadrada pela Junta de Investigações Científicas do Ultramar, beneficia de alguns estímulos (Castelo, 2012) que, no caso da Geografia, se traduziram, entre outros, na criação, em 1958, do Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar, sediado no CEG. Sucodem-se, assim, missões a vários territórios coloniais portugueses, de que são exemplo a estadia de investigação no então Estado da Índia Portuguesa protagonizada por Orlando Ribeiro, Raquel Soeiro de Brito e Mariano Feio em 1955-56, as missões a Angola em 1959, 1961 e 1969 ou as expedições a Moçambique realizadas entre 1960 e 1963.

Se do ponto de vista macro, prevalece a perspectiva lusotropicalista, inspirada em Gilberto Freyre, que reiterava a singularidade da experiência colonial portuguesa e sugeria uma certa idealização da miscigenação «à brasileira» desejavelmente transposta para a África portuguesa, conforme refere o próprio Orlando Ribeiro (1994), os estudos concretos da «Geografia Tropical», sendo na maioria dos casos «neutros» do ponto de vista ideológico, acabam por se inserir também no projeto político-colonial do Estado Português (Pimenta, Sarmiento, & Azevedo, 2011). Tudo isto se materializa em um conjunto de trabalhos de investigação

geográfica sobre as colónias portuguesas, com destaque para diversas teses de doutoramento, como a referida *Ilha de São Tomé* de Francisco Tenreiro (1961) e *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*, de Ilídio do Amaral (1964), ambos com inspiração na Geografia Regional, ainda que no primeiro caso a análise das estruturas e processos sociais, e do próprio escravagismo, se assumam como questões fundamentais. A estas podem acrescentar-se estudos mais tardios, como a *Colonização das Terras Altas da Huíla*, de Carlos Alberto Medeiros (1976) e *Maputo antes da Independência. Geografia de uma Cidade Colonial*, de Maria Clara Mendes (1979), já publicados após a independência das ex-colónias africanas, mas resultantes de trabalho de campo anterior. Esta referência à Geografia das Regiões Tropicais portuguesa é importante, uma vez que, como veremos, será no seu âmbito, de forma mais ou menos explícita, que se proporcionarão os primeiros contatos entre geógrafos lusos e Milton Santos.

Esta filiação da orientação científica do CEG na geografia possibilista francesa e a tradição descritiva e de análise e formação das paisagens começa a sentir questionamentos com a ascensão do neopositivismo, que se tornam efetivamente visíveis com o trabalho pioneiro de Jorge Gaspar (1972) sobre *A área de influência de Évora e o seu sistema de lugares centrais*, que assenta no quadro teórico e metodológico da teoria de Walter Christaller, geógrafo alemão cuja obra de referência, *Die zentralen Orte in Süddeutschland*, é publicada em 1933, mas cuja recuperação e difusão mais ampla apenas acontece na segunda metade da década de 1960. Ao realizar uma estadia de investigação na Universidade de Lund, Suécia, sob a supervisão do geógrafo Torsten Hägerstrand (1916-2004), Jorge Gaspar desenvolve o contato com a investigação de ponta no domínio das teorias da ciência espacial, que virá a aplicar na sua tese sobre Évora e, também, noutros trabalhos. Para além da importância que teve no processo de rutura que ajudou a introduzir, no início dos anos de 1970, a perspetiva neopositivista de tradição anglo-saxónica e nórdica em Portugal, Jorge Gaspar contribuiu fortemente para o desenvolvimento de uma geografia aplicada, tanto ao nível dos trabalhos temáticos de investigação em Geografia Humana desenvolvidos por diversos dos seus discípulos, como no que respeita à ligação entre Geografia e Planeamento Regional e Local.

Acompanhando o advento da geografia crítica e radical nos ambientes académicos da França, Estados Unidos, Inglaterra e Espanha, assim como do Brasil, a perspectiva crítica e marxista é introduzida na geografia lusa na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974. Acompanhando as profundas transformações ideológicas e políticas em curso na sociedade portuguesa, surgem trabalhos sobre as dimensões geográficas dos processos políticos e sociais, de que são exemplo os trabalhos de Isabel André e Fernando Honório (1981) sobre resultados das eleições

portuguesas e, também, os estudos de João Ferrão sobre estruturas regionais de classe em Portugal (Ferrão, 1982, 1985a). Mais marcantes, pelo seu conteúdo e profundidade, assumem destaque os trabalhos de Teresa Barata Salgueiro (1983) sobre o uso do solo e o mercado da habitação, e de João Ferrão (1985b), intitulado *Indústria e valorização do capital. Uma análise geográfica*. Ainda que estudos seguintes de Teresa Barata Salgueiro tenham continuado a dar atenção aos fatores de acumulação do capital nos processos de urbanização e de organização interna das cidades, e João Ferrão tenha mantido as suas preocupações com o vínculo entre o território e as atividades económicas (Ferrão & Jensen-Butler, 1984), a Geografia crítica ou radical de inspiração marxista não encontrou em Portugal o desenvolvimento correspondente a outros centros europeus e americanos.

Não existindo nenhum trabalho de investigação de grande fôlego que permita, com segurança, explicar os motivos que estiveram na base desta situação, a única coisa que se pode fazer é avançar algumas hipóteses plausíveis, nomeadamente, o lastro deixado pela existência durante quase meio século de um contexto político profundamente contrário ao pensamento crítico, sobretudo aquele que pudesse ter conotações socialistas e/ou comunistas, e uma orientação eminentemente aplicada da ciência geográfica que se apoiava no neopositivismo, também ele recém-chegado a Portugal. A isto pode acrescentar-se, uma certa tendência da Geografia para menosprezar o debate teórico e epistemológico, sobretudo no quadro de uma tendência progressiva para a neutralização ideológica do ambiente académico, que se seguiu a um período de grande turbulência e agitação político-ideológica, mas que permitiu também experimentação e inovação num invulgar contexto de liberdade e alteração das relações de poder.

Pode-se compreender o desenvolvimento subsequente da Geografia portuguesa e, em específico, da Escola de Geografia de Lisboa, a partir de uma progressiva tendência para o ecletismo temático e teórico, que se torna mais evidente após finais da década de 1980. Ultrapassado, em definitivo, o embate entre a tradição geográfica vidaliana, representada pela figura tutelar de Orlando Ribeiro, e a perspetiva neopositivista ligada à Geografia aplicada e à análise regional, que tem em Jorge Gaspar a sua principal referência, abre-se espaço para a diversificação epistemológica. Por um lado, afirma-se uma linha de continuidade no âmbito da geografia aplicada ligada à análise regional que, inclusive, beneficia do processo de adesão de Portugal à União Europeia, que se concretiza em 1986, mas que continua a requerer um vasto e continuado trabalho de âmbito regional. Se é possível identificar diversos trabalhos temáticos (Geografia social, Geografia urbana, etc.) sem orientação teórica clara, a partir dos anos 90 verifica-se uma exploração das possibilidades abertas pelas correntes pós-estruturalistas, que

levam ao surgimento de estudos que prosseguem várias linhas críticas, de que são exemplo a incorporação ds questões de género na análise geográfica (André, 1994), a exploração das geografias do consumo com apoio do pensamento pós-moderno (Cachinho, 2002), ou a interpretação das migrações e da segregação com recurso a elementos provenientes do realismo crítico (Malheiros, 2001).

Mantendo-se como a maior e mais antiga unidade de investigação em Geografia do país, não obstante o processo de diversificação que se verificou no período democrático com o surgimento de mais quatro departamentos de Geografia (nas Universidades do Porto, Nova de Lisboa, Minho e Évora), alguns dos quais gerando novas unidades de investigação, que se juntaram às duas escolas tradicionais das Universidades de Coimbra e Lisboa, o Centro de Estudos Geográficos mantém um protagonismo forte na investigação geográfica portuguesa. Também a revista *Finisterra*, que se converteu nos anos 60 do século XX no principal canal de difusão do conhecimento geográfico produzido pela Escola de Geografia de Lisboa, soube afirmar-se, atualizar-se e expandir-se (passou de 2 para 3 números anuais), continuando como uma referência, hoje bem acompanhada pela *GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território* (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, criado conjuntamente pelas Universidades de Coimbra, Porto e Minho) e pelos *Cadernos de Geografia* da Universidade de Coimbra¹¹.

Tendo em consideração a história já longa do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e a sua relevância na Geografia Portuguesa, parece pertinente utilizá-lo como uma boa referência para a análise do diálogo temporal entre as geografias do Brasil e de Portugal, tomando a figura de Milton Santos, como elemento central. É precisamente a partir do contato entre Milton Santos e algumas das mais destacadas figuras dessa escola, nomeadamente, Orlando Ribeiro, Ilídio do Amaral, Teresa Barata Salgueiro e Jorge Gaspar que damos início a tal desiderato.

Milton Santos e a Escola de Geografia de Lisboa: encontros e mobilidades

O contato entre Milton Santos e a Geografia portuguesa pode ser analisado, num primeiro momento, a partir da participação conjunta em congressos e colóquios científicos nos quais o intercâmbio internacional era profícuo. Relembre-se

¹¹ Há ainda a revista *Geolnova* (Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa), que tem um ritmo de publicação algo irregular e o periódico *Aurora Geography Journal* (Universidade do Minho), que terá cessado a publicação em 2012.

que há 50 ou 60 anos atrás o papel destes eventos internacionais era ainda mais significativo, não só pelo menor número de realizações, mas sobretudo porque o contato fácil e regular dos dias de hoje, proporcionado por sistemas como o correio eletrónico, era inexistente.

Quando da edição do XVII Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro, em 1956, a presença portuguesa se deu com a participação de Orlando Ribeiro e Raquel Soeiro de Brito. Logo após o congresso, Ribeiro ministrará o Curso de Altos Estudos Geográficos junto a outros professores europeus e passou a estreitar os vínculos com os geógrafos brasileiros, em especial com Hilgard Sternberg, Orlando Valverde, Nilo e Lysia Bernardes. Na ocasião do congresso, Milton Santos publicara um artigo intitulado «Problemas de geografia urbana na zona cacauzeira da Bahia», aproximando-se a partir de então do geógrafo francês Jean Tricart, professor que o receberá em Estrasburgo para o doutoramento.

Estimulado pelos interesses da Geografia portuguesa sobre a Bahia, Francisco Tenreiro, em companhia de Alfredo Fernandes Martins, participa do IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, ocorrido na Universidade da Bahia, em 1959. A organização do colóquio coincidiu com a criação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, cuja coordenação ficou a cargo de Milton Santos, já constando a atividade do laboratório nos anais do evento. António Gama (2016) faz referência ao fato de Tenreiro haver sido comentador da apresentação de Milton Santos, ocasião em que ambos divergiram cordialmente sobre a interdisciplinaridade da Geografia, especificamente no seu contato com a Sociologia, e na compreensão do papel da colonização portuguesa frente ao tema da mestiçagem.

Já em 1968, uma comitiva da Escola de Geografia de Lisboa (Orlando Ribeiro, Fernandes Martins, Raquel Soeiro Brito e Suzanne Daveau) esteve na Universidade de Bordéus, onde Milton Santos e Guy Lasserre organizaram um colóquio sobre a regionalização do espaço no Brasil, no âmbito do Centro de Investigação em Geografia Tropical (Capel, 1969). Orlando Ribeiro apresentara um estudo sobre «Les conditions historiques de régionalisation de l'espace au Brésil» (Ribeiro, 1971). Já Santos apresentou «La régionalisation du Nordeste» e «Plantations tropicales et régionalisation de l'espace au Brésil», este em coautoria com Lassere. Já bastante implicado na perspectiva crítica referente aos países subdesenvolvidos, Milton Santos dialoga com colegas ainda bastante vinculados às leituras regionalistas e de Geografia Tropical, o que indicia o debate em torno de distintas perspectivas ainda sob o predomínio do pensamento geográfico francês.

Neste período tanto a Geografia brasileira quanto a portuguesa mantinham um intenso diálogo com a Geografia francesa. Orlando Ribeiro e o Centro de Estudos Geográficos estavam bastante alinhados com a Geografia Tropical de Pierre Gourou

para a execução de seu projeto de estudar os territórios coloniais portugueses, ao passo que Milton Santos apoia-se em Jean Tricart, Michel Rochefort e Bernard Kayser na efetivação da Geografia aplicada e ativa, cujo elemento renovador do pensamento geográfico francês destacava a operacionalização do conceito de região, assumindo o planeamento como reflexo de um papel ativo da Geografia. Desta feita, o interesse de Orlando Ribeiro nas zonas coloniais brasileiras, como a Bahia, ganha evidência com a presença dos trabalhos iniciais de Milton Santos na sua biblioteca pessoal, constando alguns exemplares com dedicatória do autor, com destaque para *A Zona do Cacau* (1957)¹².

Todavia, a partir do período do exílio do geógrafo brasileiro, durante o qual este se aproxima da abordagem marxista e reflete sobre as cidades dos países subdesenvolvidos, praticamente não há registro de relação com geógrafos portugueses. Como vimos anteriormente, o contexto político português impede o aparecimento e a consolidação do pensamento crítico até à Revolução de 1974. Pelo lado do próprio Milton, a sua circulação pelo espaço de pensamento europeu e americano na segunda metade da década de 60 e na década de 70 do século XX, mais livre e marcado pela inovação, vai contribuir para que aqui se desenvolva o seu quadro de relações científicas. Note-se que é a preocupação crítica com a especificidade da urbanização no mundo subdesenvolvido que permite a Milton Santos ampliar a interlocução internacional para geógrafos anglo-saxónicos, como David Slater, Terry McGee e Richard Peet, ao mesmo tempo que estreita relações com geógrafos espanhóis como Joaquín Bosque Maurel e Horacio Capel.

A partir de 1974, o quadro político altera-se no sentido da democratização, primeiro em Portugal e depois no Brasil. Se esta abertura parecia capaz de potenciar, rapidamente, o reforço das relações Portugal-Brasil no âmbito da ciência geográfica, tal não aconteceu ou aconteceu num grau bastante inferior ao que parecia expectável. A explicação para os vinte anos de razoável distanciamento que se seguiram necessita de mais investigação, mas quer a Geografia brasileira, quer a Geografia portuguesa passaram por processos de reestruturação neste período, o que terá significado um reforço da aproximação aos principais centros de produção científica da disciplina, tanto nos EUA como na Europa. De resto, no caso português, a independência dos países africanos de expressão portuguesa associado ao final tardio e doloroso do império colonial e ao redirecionamento internacional para o quadro europeu em meados dos anos 70 do século XX também terão contribuído para este afastamento em relação ao Brasil.

¹² Catálogo da Biblioteca Pessoal de Orlando Ribeiro disponível no site <http://catalogo-sirius.ul.pt/sirius.exe>

Será apenas no decénio de 1990, sobretudo na sua segunda metade, que o diálogo entre as Geografias Brasileira e Portuguesa volta a intensificar-se, emergindo a produção científica de Milton Santos como protagonista relevante deste processo.

Em relação ao reforço deste diálogo, 1996 é um ano importante, uma vez que Jorge Gaspar e Teresa Barata Salgueiro vão contribuir para uma coletânea de textos em homenagem a Milton Santos (*O Mundo do Cidadão, Um Cidadão do Mundo*), organizada por Maria Adélia Aparecida de Souza, após evento ocorrido na Universidade de São Paulo. O texto publicado por Jorge Gaspar (1996) intitula-se «Permanência, actualidade e inovação na obra de Milton Santos», enquanto Teresa Barata Salgueiro (1996), na sua análise da urbanização em Portugal, procura aproximar as reflexões teóricas de Santos com as suas próprias preocupações empíricas relativamente ao desenvolvimento urbano português.

Uma deslocação no sentido inverso ocorre em 1998, quando Milton Santos se desloca a Lisboa no âmbito da Conferência Regional da União Geográfica Internacional «The Atlantic: Past, Present and Future», tendo sido interveniente numa sessão plenária, em que discutiu a globalização e o papel da lusofonia nas relações sul-atlânticas (Medeiros, 1998).

Finalmente, já após o falecimento de Milton Santos, Jorge Gaspar participa também no seminário «Milton Santos e o Brasil: território, lugares e saber», ocorrido em Salvador em 2002 e promovido pela Universidade Federal da Bahia e pela Fundação Perseu Abramo. Dois anos depois foi lançado o livro com a coletânea de textos, dentre os quais «Técnica, território e poder», no qual Gaspar (2004) ressalta a integração desses três conceitos, ainda que Santos tenha tratado tardiamente do território. No mesmo texto, procura-se também operacionalizar essa discussão para a realidade concreta da União Europeia, concluindo que os processos de globalização, regionalização e localização efetivam a realidade das redes sem, todavia, pôr em causa o território.

Milton Santos e a Escola de Geografia de Lisboa: uma leitura da influência científica através da presença na revista *Finisterra*

A partir da análise dos artigos publicados na revista *Finisterra* desde a sua criação em 1966, a diminuta influência do pensamento do geógrafo brasileiro na Geografia portuguesa, em geral, e na Escola de Geografia de Lisboa, em particular, torna-se mais evidente. Porém, ela acaba por ocorrer por meio de algumas apropriações dignas de nota. As referências às obras de Milton Santos ficam restritas a

alguns temas e personalidades específicas, como Ilídio do Amaral e Teresa Barata Salgueiro, ou a autores estrangeiros, predominantemente brasileiros, que passam a publicar na *Finisterra* em maior número a partir, sobretudo, da virada do século.

Naquilo que se refere aos geógrafos portugueses já mencionados, o interesse por Milton Santos está vinculado aos seus trabalhos sobre a especificidade dos países do Terceiro Mundo. Ilídio do Amaral o inclui num levantamento bibliográfico relativo às cidades nos países subdesenvolvidos (1985b; 1985c), que lhe suscitam particular interesse em decorrência dos seus estudos sobre Geografia Tropical, com destaque para o caso de Angola. No estudo monográfico *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*, Amaral (1968) já havia citado os primeiros trabalhos de Milton Santos sobre o tema, a exemplo de *A cidade nos países subdesenvolvidos*, de 1965, e dois artigos publicados em francês de temática correlacionada (Santos, 1961, 1966).

Contudo, a obra de Milton Santos mencionada nos levantamentos bibliográficos publicados na *Finisterra* é *O Espaço Dividido*, originalmente publicada em francês em 1975, como vimos. Vinte anos depois, Ilídio do Amaral volta a fazer menção a esta obra, citando-a no texto «Importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsaariana» (2005), utilizando-se da teoria elaborada por Milton Santos referente aos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. É precisamente em *O Espaço Dividido* que Milton Santos utiliza o trabalho de Ilídio do Amaral para ilustrar o circuito inferior da economia urbana, em uma das poucas ocasiões em que ele recorre aos colegas portugueses. No texto de 2005, escrito em homenagem a seu colega da Escola de Geografia de Lisboa, Carlos Alberto Medeiros, Ilídio do Amaral deixa registrada a importância do geógrafo brasileiro para esse tema:

Em notas e resenhas que publiquei na revista *Finisterra* e *Garcia de Orta – Série de Geografia*, ambas de Lisboa, dei conta de alguns estudos significativos (Amaral, 1985, 1987, 1988), não esquecendo as notáveis contribuições de Milton Santos, Amigo e Colega brasileiro que recordo com saudades, nomeadamente o seu livro *O espaço partilhado* (sic): *os dois circuitos da economia urbana nos países em desenvolvimento*, com edições em francês (Santos, 1975), em inglês e em brasileiro, obra muito utilizada por quantos estudam geografia urbana e disciplinas afins (Amaral, 2005, p. 58).

É também no âmbito dos trabalhos sobre urbanização que Teresa Barata Salgueiro recorre à obra de Milton Santos, porém visando a discussão urbana mais ampla, sem ter o foco nos países subdesenvolvidos. Nesta perspectiva, apresenta a resenha de um conjunto de trabalhos relacionados à formação de sistemas urbanos (Barata Salgueiro, 1995), dentre os quais o da geógrafa brasileira Leila Dias

(1995) sobre redes de informações e rede urbana, produto de seu doutoramento na Universidade de Paris IV. Apoiado em Milton Santos, tanto no que se refere ao estudo das redes na globalização quanto ao processo de urbanização brasileira, o trabalho em questão ratifica as hipóteses do autor sobre o papel das redes de informação na relação entre a formação do sistema urbano e a integração do território.

Em outro texto em que comenta trabalhos de terceiros, Teresa Barata Salgueiro (2002) centra-se no livro de Herculano Cachinho (2002) sobre o comércio retalhista em Lisboa, obra adaptada da tese de doutoramento por ela orientada. Ao destacar os avanços de Cachinho, sobretudo no que se refere à superação da abordagem estruturalista, a autora aponta no contexto das relações sociais, o espaço como um vetor ativo das *formações socioespaciais*, conforme Milton Santos. O próprio Herculano Cachinho (2002) se utiliza do trabalho de Santos, a exemplo de *Espaço do Cidadão* (1987) e «Los espacios de la globalización» (1993b), para ressaltar as tensões relativas ao exercício da cidadania no período de mundialização da economia e massificação do consumo.

Os outros dois textos de autoria de Teresa Barata Salgueiro na *Finisterra* que fazem referência a Milton Santos são reflexões sobre Lisboa. Ao tratar do aspecto policêntrico da metrópole (Barata Salgueiro, 1997), utiliza a obra *Território: Globalização e Fragmentação* (Santos, Souza & Silveira, 1994), resultado de um evento homônimo ocorrido na Universidade de São Paulo sob organização de Milton Santos. É em tal coletânea de textos que Milton apresenta o conceito de *território usado*, preocupado com a predominância das redes e dos aconteceres hierárquicos no período da globalização. Tal debate integra-se no outro artigo em que Teresa Barata Salgueiro (2006) também visa discutir a centralidade em Lisboa, mas agora focado nos processos que promovem transformações no ambiente construído do centro da cidade, a exemplo da gentrificação. O trabalho de Milton Santos a que aqui faz referência, *A Natureza do Espaço* (1996), não somente volta-se a proposições epistemológicas, mas situa a teorização geográfica no contexto da globalização, reconhecendo a imposição de normas globais privadas aos lugares, alargando os contextos políticos e econômicos para além da escala nacional por meio da efetivação de redes globais.

A Natureza do Espaço é a obra mais referenciada nos trabalhos que citam Milton Santos, porém passa a predominar somente a partir do ano 2000 e em artigos de autores brasileiros, geralmente associada a outras obras, tais como *Por uma outra globalização* (Santos, 2000) e «Território: Globalização e Fragmentação» (Santos, Souza & Silveira, 1994). Em contraste, os poucos trabalhos referidos até meados da década de 1990, para além de darem destaque aos contributos para a análise das cidades do mundo tropical, recorrem, no geral, ao livro *O Espaço Dividido* (Santos,

1979), de forma que se percebe uma mudança da temática principal, que passa da discussão das atividades terciárias da cidade para a questão da globalização ou do espaço como categoria geográfica que deve ser interpelada criticamente.

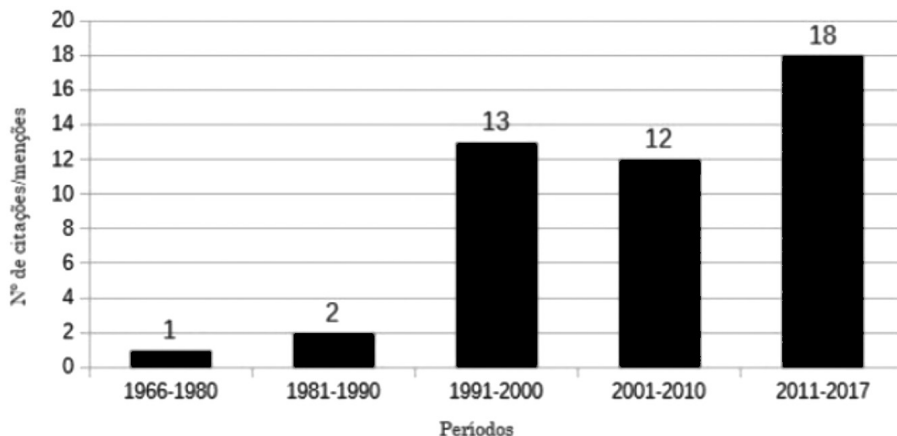


Figura 1. Número de citações/menções a Milton Santos na revista *Finisterra*.

Fonte: elaboração dos autores.

Desde o trabalho de Maria Clara Mendes (1975) sobre atividades terciárias em áreas urbanas, identificamos vinte e oito artigos ou notas e resenhas na *Finisterra* que se referem a Milton Santos, somando 46 menções ou citações referentes a vinte duas obras diferentes (com destaque para *O Espaço Dividido* e *A Natureza do Espaço*). Dos vinte e dois autores (os coautores não são contabilizados) a maioria são brasileiros e seis são portugueses, dos quais destacamos os já mencionados Ilídio do Amaral e Teresa Barata Salgueiro.

Considerações finais

A análise aqui elaborada nos permite reforçar algumas hipóteses referentes à relação entre as Geografias brasileira e portuguesa e ao posicionamento do trabalho de Milton Santos neste quadro. Dentre tais, sobressai a evidência de um diálogo limitado, sobretudo entre os anos 70 e 90 do século passado, e que este decorre de três principais processos: trajetórias epistemológicas diferentes, colonialidade do saber científico e contexto político-nacional. A diminuta influência recíproca do conhecimento geográfico produzido em ambas escolas nacionais reflete-se num contato muito mais pessoal entre algumas figuras da Geografia de cada país do que propriamente vínculos institucionais sólidos voltados à coope-

ração internacional e apropriações no âmbito teórico-metodológico. Isto só se intensificará nos últimos 20 anos.

A questão das trajetórias epistemológicas se refere ao fato de que a corrente crítica e radical da Geografia encontrou no Brasil um ambiente mais receptivo, introduzindo ali um perfil de formulação teórica integrada ao marxismo e associado ao engajamento político. Em Portugal, por seu turno, a Geografia que prevaleceu após o período revolucionário subsequente a 1974 foi a de viés neopositivista, notadamente preocupada com os procedimentos metodológicos indutivos e com a intervenção no território ao nível do planeamento e do ordenamento. É possível que seja esta diferenciação que nos permite identificar uma «preocupação» de formulação teórica na Geografia brasileira, e da qual Milton Santos seria o principal exemplo, ao passo que a Geografia portuguesa empreenderia maiores esforços na «solidez empírica» e na natureza aplicada dos seus estudos, não obstante o crescimento dos trabalhos críticos de natureza pós-estruturalista verificado a partir de finais do decénio de 1990.

No que se refere à colonialidade do saber, recorrendo aqui à expressão discutida por Walter Dignolo (2008), compreendemos que as Geografias produzidas no Brasil e em Portugal são, cada qual ao seu modo, periféricas – voltando-se para e reverberando as formulações teóricas e temáticas dos principais centros. Isto fica evidente na matriz comum que ambas escolas nacionais compartilham, de origem francesa, e, posteriormente, anglo-saxónica. Tal hipótese precisa, porém, de ser confirmada por futuros trabalhos de investigação.

Como pano de fundo que corrobora contextualmente com os processos anteriormente descritos estão as transições dos regimes políticos em ambos países no último quarto do século XX. É notória a mudança de contextos que o ambiente académico português sofreu com o fim do regime salazarista, o que se refletiu intelectualmente no questionamento da Geografia tradicional e na busca por um estatuto de cientificidade conquistado com a inserção das formulações neopositivistas que, entre meados dos decénios de 1970 e de 1980, vão partilhar o espaço do conhecimento com propostas de análise críticas apoiadas no aparelho teórico do marxismo. No Brasil, a resistência à ditadura militar facilita a integração do marxismo ao pensamento geográfico, que prevalece para lá dos anos 80 do século passado, questionando os condicionantes que perpetuam o subdesenvolvimento e a dependência económica.

Esta é, evidentemente, uma realidade que hoje está em clara mutação. Projetos de cooperação internacional têm reforçado o trabalho de investigação em conjunto e de intercâmbio estudantil, tal como a participação em eventos académicos internacionais têm sido facilitada nos últimos trinta anos. O cotejamento da discussão

da obra de Milton Santos na Escola de Geografia de Lisboa parece confirmar essas mudanças, de modo que este autor passe a ser mais referenciado na revista *Finis-terra* por conta do maior número de publicações de investigadores brasileiros, dos intercâmbios estudantis e dos projetos de investigação em conjunto.

Bibliografia

- ABREU, M. (1994). Estudo Geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. *Revista Brasileira de Geografia*, 1-4 (56), 21-122.
- AMARAL, I. (1962). *Ensaio de um estudo geográfico da rede urbana de Angola*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- AMARAL, I. (1964). *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- AMARAL, I. (1968). *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- AMARAL, I. do (1969). *Inserberge* (ou montes-ilhas) e superfícies de aplanção na bacia do Cubal da Hanha, em Angola. *Garcia de Orta*, 17(4), 475-526.
- AMARAL, I. (1973). Centro de Estudos Geográficos (1944-1973). *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 8 (16), 310-313.
- AMARAL, I. (1977). Paisagens morfológicas do deserto de Moçâmedes (Angola) entre os rios Curoca e Cunene (1.^a parte). *Garcia de Orta – Série Geografia*, 4(1-2), 1-28.
- AMARAL, I. (1985a). Processos e formas de evolução do relevo em rochas da orla sedimentar do deserto de Moçâmedes (Angola). 1.^a parte. *Garcia de Orta – Série Geografia*, 10(1-2), 1-40.
- AMARAL, I. (1985b). Notas bibliográficas sobre as cidades do “Terceiro Mundo” (1). *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 20 (39), 163-172.
- AMARAL, I. (1985c). Notas bibliográficas sobre as cidades do “Terceiro Mundo” (2). *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 20 (40), 368-373.
- AMARAL, I. (2005). Importância do sector informal da economia urbana em países da África subsariana. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 40 (79), 53-72.
- ANDRÉ, I., & Honório, F. (1981). Os resultados eleitorais de 1980. Legislativas e Presidenciais. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 16 (31), 199-211.
- ANDRÉ, I. (1994). *O falso neutro em Geografia Humana: género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- BADIE, B. (1995). *La fin des territoires. Essai sur le désordre international et l'utilité sociale du respect*. Paris: Fayard.

- BARATA SALGUEIRO, T. (1983). *Mercado de habitação e estrutura urbana na área suburbana de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1995). Formação do sistema urbano. Notas de leitura. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 30 (59-60), 205-209.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1996). Tendências da urbanização em Portugal. In: M. Souza (Ed.) *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo* (pp. 139-148). São Paulo: HUCITEC.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1997). Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 32 (63), 179-190.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1998). Cidade Pós-Moderna: espaço fragmentado. *Revista Território*, III (4), 39-54.
- BARATA SALGUEIRO, T. (2002). Temas de comércio e consumo. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 37 (74), 163-166.
- BARATA SALGUEIRO, T. (2006). Oportunidades e transformação na cidade centro. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 41 (81), 9-32.
- BERNARDES, L. (1964). *O Rio de Janeiro e a sua Região*. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia.
- BOMFIM, P. R. (2015). Michel Rochefort e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na década de 1960. *Sociedade & Natureza*, 27 (3), 365-378.
- BRITO, R. S. (1955). *A Ilha de São Miguel. Estudo Geográfico*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Geográficos.
- BUNGE, W. (1962). *Theoretical Geography*. Lund Studies Series C: General and Mathematical Geography. Lund: Gleerup.
- CACHINHO, H. (2002). *O comércio retalhista português: pós-modernidade, consumidores e espaço*. Lisboa: GEPE.
- CAPEL, H. (1969). La regionalización en los países en vías de desarrollo. El caso de Brasil. A propósito del Coloquio de Burdeos sobre “La regionalización del espacio en Brasil”. *Revista de Geografia*, III (1-2), 108-129.
- CASTELO, C. (2012). Investigação científica e política colonial portuguesa: Evolução e articulações. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, 19 (2), 391-408.
- DIAS, L. (1955). *Réseaux d’information et réseau urbaine au Brésil*. Paris: L’Harmattan.
- ELIAS, D. (2002). Milton Santos: a construção da geografia cidadã. *Scripta Nova*, VI (124). Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124g.htm>
- FERRÃO, J. (1982). Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-70). *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 17 (34), 223-265.
- FERRÃO, J. (1985a). Recomposição social e estruturas regionais de classe (1970-81). *Análise Social*, XXI (87-88-89), 565-604.

- FERRÃO, J. (1985b). *Indústria e valorização do capital: uma análise geográfica*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº 22. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- FERRÃO, J., & JENSEN-BUTLER, C. (1984). The centre-periphery model and industrial development in Portugal. *Environmental and Planning D: Society and Space*, 2, 375-402.
- FUKUYAMA, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- GAMA, A. (2016). Milton Santos e os geógrafos ibéricos. In E. Furtado & N. Santos (Orgs.) *O pensamento de Milton Santos e a geografia brasileira* (pp. 63-107). Natal: EDUFRN.
- GASPAR, J. (1972). *A área de influência de Évora: sistema de funções e lugares centrais*. Lisboa.
- GASPAR, J. (1996). Permanência, actualidade e inovação na obra de Milton Santos. In M. A. Souza (Org.) *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo* (pp. 259-265). São Paulo: HUCITEC.
- GASPAR, J. (2004). Técnica, território e poder. In M. Brandão (Ed.) *Milton Santos e o Brasil*. Salvador: Fundação Perseu Abramo.
- GEIGER, P. (1963). *Evolução da Rede Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: CBPE.
- GRIMM, F. (2011). *Trajetória epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HARVEY, D. (1969). *Explanation in Geography*. Londres: Edward Arnold.
- LATOUR, B. (1994). *Jamais fomos modernos. Ensaios de antropologia simbólica*. Rio de Janeiro: Editora 34. (Originalmente publicado em 1991)
- MACHADO, T. A. (2017). Geografia e dependência: o diálogo entre Milton Santos e Ruy Mauro Marini a partir da teoria do subimperialismo. *GEOgraphia*, 14(40), 185-190. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13809>
- MALHEIROS, J. (2001). *Arquipélagos Migratórios* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- MALHEIROS, J. (2007). Revalorisation de la culture, créativité et nouvelles opportunités pour les descendants des immigrés: la Cova da Moura et le monde. *Sud-Ouest Européen*, 24, 87-98.
- MEDEIROS, C. A. (1976). *Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola)*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- MEDEIROS, C. A. (1998). Conferência Regional da União Geográfica Internacional, Lisboa 1998. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 33 (66), 121-124.
- MENDES, M. C. (1975). A localização das actividades terciárias no interior das áreas urbanas. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 10 (20), 273-284.
- MENDES, M. C. (1979). *Maputo antes da Independência. Geografia de uma Cidade Colonial*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

- MIGNOLO, W. D. (2008). Novas reflexões sobre a “idéia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. *Caderno CRH*, 21 (53), 237-250. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000200004>
- MORAES, A. C. R. (2013). *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume.
- OLIVEIRA, F. R. (2017). Ilídio do Amaral (1926 -2017): uma vasta obra dedicada à geografia das regiões tropicais. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 52 (106), 149-158.
- PIMENTA, J. R., SARMENTO, J., & AZEVEDO, A. F. (2011). Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926-1974. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 32, 220-235.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2002). Milton Santos: ciência, ética e responsabilidade social. In W. Ribeiro (Org.) *O País Distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania* (pp.171-186). São Paulo: Publifolha.
- RIBEIRO, O. (1937). Arrábida, esboço geográfico. *Revista da Faculdade de Letras*, 4 (1-2), 51-131. (Originalmente publicado em 1935)
- RIBEIRO, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico*. Coimbra: Coimbra Editora.
- RIBEIRO, O. (1958). Raízes antigas da Geografia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, 20 (3), 319-325.
- RIBEIRO, O. (1971). Les conditions historiques de régionalisation de l'espace en Brésil. In *La Régionalisation de l'espace au Brésil* (pp. 27-30). Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- RIBEIRO, O. (1986). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (4ª ed.). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- RIBEIRO, O. (1994). *Originalidade da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- SANTOS, M. (1957). *Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SANTOS, M. (1961). Quelques problèmes de grandes villes dans les pays sous-développés. *Revue de Géographie de Lyon*, 36 (3), 197-218.
- SANTOS, M. (1965). *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- SANTOS, M. (1966). Vues actuelles sur le problème des bidonvilles. *L'Information Géographique*, 4, 143-150.
- SANTOS, M. (1971). *Les villes du Tiers Monde*. Paris: Ed. Génin, Libraires Techniques, Géographie Economique et Sociale.
- SANTOS, M. (1975). *L'espace partagé: les deux circuit de l'économie urbaine en pays sous-développés*. Paris: Editions Libraires Techniques, M. Th. Génin.
- SANTOS, M. (1977). Society and Space: the social formation as theory and method. *Antipode*, 9 (1), 3-13.

- SANTOS, M. (1978). *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: HUCITEC. (Originalmente publicado em 1971)
- SANTOS, M. (1978). *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia à Geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC.
- SANTOS, M. (1982). *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. (1985). *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel.
- SANTOS, M. (1987). *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel.
- SANTOS, M. (1988). *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: HUCITEC.
- SANTOS, M. (1993a). *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: HUCITEC.
- SANTOS, M. (1993b). Los espacios de la globalización. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, 13, 67-77.
- SANTOS, M. (1994). O Retorno do Território. In M. Santos, M. Souza & M. L. Silveira (Eds.) *Território: Globalização e Fragmentação* (pp. 15-20). São Paulo: HUCITEC-ANPUR.
- SANTOS, M. (1996). *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC.
- SANTOS, M. (2000). *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record.
- SANTOS, M., & CARVALHO, A. (1960). *A Geografia Aplicada*. Salvador: Universidade da Bahia (Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais).
- SANTOS, M., & SILVEIRA, M. L. (2001). *O Brasil: sociedade e território no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTOS, M., SOUZA, M., & SILVEIRA, M. L. (Eds.) (1994). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR
- SERENI, E. (2013). De Marx a Lênin: a categoria de formação econômico-social. *Meridiano*, 2, 297-346.
- SILVA, M. A. (2002). Milton Santos: a trajetória de um mestre. *Scripta Nova*, VI (124). Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124f.htm>
- SILVEIRA, M. L. (2011). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI – a história de um livro. *ACTA Geográfica*, edição especial “Cidades na Amazônia brasileira”, 151-163.
- TENREIRO, F. (1961). *A Ilha de São Tomé*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Leituras, interpretações e percursos da obra *O Mito da Desterritorialização* (de Rogério Haesbaert) na Escola Geográfica de Coimbra

João Luís J. Fernandes

Departamento de Geografia e Turismo

Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

CEIS20/CEGOT

jfernandes@fl.uc.pt

ORCID: 0000-0002-9419-631X

O encontro com *O Mito da Desterritorialização* – uma leitura biográfica

A descoberta do livro *O Mito da Desterritorialização*, publicado em 2004 por Rogério Haesbaert (2004a) na Bertrand Brasil, aconteceu em setembro de 2005, no Rio Grande do Norte, em Natal, numa viagem a pretexto da participação numa conferência organizada pela *Commission on marginalization, globalization and regional response*, da União Geográfica Internacional (UGI), que decorreu naquela cidade brasileira. Nesta primeira experiência no Brasil, o contacto com a obra de Haesbaert só não foi ocasional porque quando entramos numa livraria vamos sempre à procura de algo, ainda que muitas das vezes sejam difusos os temas e indefinidos os autores que nos podem captar a atenção e suscitar interesse.

O título remeteu-nos para a ideia de território, campo de interesse e investigação do geógrafo. A estética da capa, de fundo escuro, sugeriu-nos uma passadeira traçada numa artéria urbana, interrompendo a corrente e reduzindo a fluidez do movimento. A imagem mostra-nos o cruzamento entre dois caminhos, um mais acelerado e talvez aberto aos automóveis, o outro mais lento e pedestre, num conflito de velocidades que atravessa todo este trabalho de Haesbaert. Percorrendo essa passagem pedonal, uma personagem anónima atravessa a via, talvez arrastando uma mala de viagem numa transição entre dois pontos indefinidos.

Toda esta cena está enquadrada por um globo estetizado, porventura um astro que pouco ilumina o panorama mas que alinha e intermedeia a expressão «Fim dos Territórios» – que já havíamos lido noutras páginas (por exemplo, em Bernard Badie, numa obra de 1996), mas que Haesbaert, por razões que vamos compreen-

dendo ao longo da obra, coloca entre aspas. Contíguo a esse globo, está também a palavra «Multiterritorialidade», termo que nos era pouco familiar, mas que também exaltou o nosso interesse pela publicação.

O livro atrai. No primeiro contacto, folhea-se a obra, sente-se e pesa-se o trabalho, numa relação sensorial bem diferente do que acontece nas aquisições mais distanciadas e intermediadas pelas novas tecnologias de comunicação. Nesta primeira interação, fica-nos a ideia de uma abordagem densa, a exigir atenção, numa leitura que requer tempo e silêncio. Apesar disso, já no hotel, antes do regresso a Portugal e a Coimbra, arriscámos as páginas iniciais e entrámos no prólogo. Nessas primeiras palavras, Rogério Haesbaert transporta-nos para as experiências territoriais vividas e para as mudanças sentidas pelo autor no seu espaço-tempo pessoal: «Gostaria de começar com um relato mais pessoal, pois minha experiência, creio eu, é bem representativa dessas idas e vindas e ambivalências da des-re-territorialização» (Haesbaert, 2004a, p. 13).

Porque entendemos a Geografia como a ciência que, para além de outras vocações, acompanha, discute e problematiza os percursos espaciais e as opções geográficas individuais e coletivas, este começo mais impressionista e personalizado fez-nos viajar no espaço e no tempo, revivendo as reconfigurações das nossas cartografias pessoais.

Porque todos, de algum modo, nos filiamos nas geografias vividas, este foi o pretexto para o regresso ao passado, às memórias nem sempre claras da nossa experiência pessoal nas ruas históricas e intramuros de Elvas, uma pequena cidade portuguesa, fronteira e muralhada, próximo de Espanha.

Nesse passado geográfico de contornos indefinidos, recordamos sucessivas trocas de residência, sobretudo aquela que, antes da Revolução de Abril de 1974, nos levou do centro urbano para uma habitação mais próxima do país vizinho, num lugar de paragem e controlo dos movimentos – o Caia, hoje uma quase ruína desvalorizada pela integração europeia e consequente liberalização dos fluxos que atravessam a fronteira.

Porque as distâncias são relativas e personalizadas, na época essa alteração pareceu-nos longa. Afinal, pouco mais foram que 10 km, numa deslocação de toda a família para a raia, a escassos metros do limite político entre Portugal e Espanha, país que identificávamos como a outra margem, o lugar que está para além da barreira.

Aqui, observámos a vida que intermedeia entre o lado de cá e o outro, sentimos o movimento entre os dois países ibéricos, viveram-se os fluxos, as paragens para controlo, as esperas e as filas, sobretudo de veículos pesados que se alinhavam ao longo da estrada que percorríamos entre a casa e a escola. Dessa época, ficou-nos

o cheiro do asfalto e dos pneus, talvez uma percepção que, muitos anos mais tarde, nos levou a interessar pela multissensorialidade de uma paisagem que está muito para além do cenário que se vê.

Talvez também por isso, pela fronteira enquanto territorialidade de paragem, um espaço confinado e um tempo prolongado, nos viemos a interessar, décadas mais tarde, pelo conceito de «território de espera» que depois encontramos em autores como Musset (2015) e Vidal e Musset (2015).

A revolução ocorrida a 25 de abril de 1974, que na época pouco compreendíamos, trouxe rupturas e mudou a nossa territorialidade. Os militares avançaram, ocuparam espaço, impuseram a sua autoridade e, de modo abrupto, havia que abandonar a fronteira e a casa. O regresso ao velho centro intramuros foi apressado, mas também precário. Na infância, com essa mobilidade geográfica, viveu-se um ciclo de reconfigurações espaço-temporais no interior do extenso, assim o víamos na época, centro histórico da cidade. Ainda longe da decisão, também indefinida, que nos levou a estudar Geografia, a partir daquele momento vivemos sucessivas mudanças de residência e de escola que nos trouxeram frequentes reconfigurações dos nossos mapas mentais, até à estabilidade (sempre transitória) na rua que mais no marcou. A leitura biográfica deste *O Mito da Desterritorialização* remeteu-nos para estas geografias incertas, de perdas e recomposições de territórios pessoais e familiares, facto que abriu a porta a uma exploração mais prolongada do livro.

***O Mito da Desterritorialização* – um novo olhar sobre o paradigma ambiental e as áreas protegidas. As peças em falta numa dissertação de doutoramento**

O contacto com os geógrafos brasileiros iniciou-se com um nome incontornável – Milton Santos, sobre quem refletimos, enquanto estudante de licenciatura na Faculdade de Letras, no final dos anos (19)80, com um trabalho a propósito da obra *A Geografia do Subdesenvolvimento*.

Este *O Mito da Desterritorialização* renovou-nos o enquadramento do tema da precariedade e das desigualdades e trouxe-nos novos olhares sobre as dinâmicas de uma globalização contraditória. Já em Portugal, a leitura atenta e demorada desta obra revelou-nos conceitos e abordagens que nos terão faltado na dissertação de doutoramento defendida em 2005, no então Instituto de Estudos Geográficos, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, intitulada «Território, desenvolvimento e áreas protegidas – a Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros».

Nesse trabalho, o foco esteve nos efeitos diretos e indiretos da institucionalização de um conjunto de espaços classificados e protegidos: efeitos no modelo de desenvolvimento de Portugal Continental, mas também na coesão do território e nos quotidianos das populações residentes.

Um dos objetivos foi a análise do modo como aquela inovação institucional abriria, ou fecharia, as oportunidades das comunidades locais e respetivas opções individuais e coletivas. Tivesse a descoberta de *O Mito da Desterritorialização* ocorrido mais cedo e teríamos utilizado os termos des-reterritorialização para enquadramento desta investigação.

Até que ponto as políticas públicas de conservação da natureza alargam ou estreitam possibilidades, aumentam ou reduzem as opções geográficas e se traduzirão em processos de reconfiguração espacial das populações cujas vivências e quotidianos estão, de algum modo, envolvidas com os espaços geográficos integrados na Rede Nacional de Áreas Protegidas?

Com esta perspetiva, levantar-se-iam outras perguntas: De que modo o paradigma ambiental, e a proteção da natureza, desterritorializam e impõem uma nova reterritorialização? Esta ocorre nos mesmos lugares de vida (mas agora com diferentes regras e imposições na apropriação de recursos como o solo ou os inertes – muito importantes no estudo de caso desenvolvido) ou noutras geografias, no caso da criação de uma área protegida poder acelerar o despovoamento rural evidente em muitas regiões do Portugal rural? Nestas abordagens, teriam sido oportunos os conceitos que Rogério Haesbaert (2004a) denominou como desterritorialização *in situ* e desterritorialização *ex situ*.

Nesta mesma linha, anos mais tarde, já em 2017, num seminário de doutoramento em Geografia, Tarcísio Foeger regressa ao tema. Na ocasião, este investigador e doutorando problematiza os efeitos que a delimitação de áreas protegidas, e de exclusão de pesca no litoral brasileiro, terá nas territorialidades das comunidades piscatórias. Intitulado «Território e Geopolítica Local. Conflitos entre a pesca tradicional, os empreendimentos portuários e a preservação ambiental no litoral brasileiro», também neste trabalho Foeger associa a implantação de áreas de proteção da natureza às potenciais dinâmicas de des-reterritorialização das populações mais vulneráveis.

Antes disso, estes conceitos de Haesbaert (2004a) enriqueceram a nossa abordagem num projeto de investigação desenvolvido em conjunto com Nicholas Githuku, da Universidade de Nairobi, no Quênia, patrocinado pela *Tokyo Foundation* e pela rede SYLFF – *Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund*, em 2006.

Com trabalho empírico realizado naquele país de África oriental, o foco centrou-se na *Mau Forest Complex Reserve*, uma área protegida criada num território de

infiltração de águas que alimentam o Rio Mara, estruturante para o ecoturismo em áreas classificadas como a reserva Nacional Massai Mara e, já na Tanzânia, o Parque Nacional Serengeti. A proteção desta área florestal implicou a expulsão de populações que, no local, estariam a contribuir para a degradação ecológica do sistema.

O contacto com comunidades não hegemónicas naquele contexto geográfico mostrou-nos um quadro de desterritorialização-reterritorialização na sequência da criação de áreas protegidas. Grupos como os massai, os ogiek ou os kalindjin, vítimas de deslocações impostas pelas entidades estatais, tiveram que recompor territorialmente os seus quotidianos em função de decisões hegemónicas do Estado, controlado pelo grupo vencedor da independência – os kikuyos. Já com *O Mito da Desterritorialização* presente, os conceitos de Haesbaert revelaram-se uma referência incontornável nesta análise.

Estas abordagens foram já publicadas, entre outros textos, em Fernandes (2013a), trabalho no qual, recorrendo aos conceitos discutidos por Rogério Haesbaert, se procuraram discutir os riscos inerentes à expansão do turismo.

Este livro de Haesbaert (2004a), assim como outros trabalhos a partir dos quais fomos aprofundando o pensamento deste geógrafo (por exemplo: Haesbaert, 1995, 2004b, 2007, 2014), tornou-se uma presença constante nas nossas inquietações científicas, que se multiplicaram por salas de aulas, palestras, seminários, pequenos trabalhos e investigações de maior fôlego realizados e/ou orientados no âmbito de cursos de licenciatura, mestrado ou doutoramento, nos quais a citação do autor se tornou uma referência obrigatória.

Desta produção merece destaque a dissertação de mestrado em Geografia Humana – Ordenamento do Território e Desenvolvimento, «Processos de desterritorialização e filiação ao lugar – o caso da Aldeia da Luz», realizada por Ana Maria Cortez Vaz, em 2011, a primeira que aplica alguns dos conceitos matriciais da obra *O Mito da Desterritorialização* e à qual regressaremos mais à frente.

Em unidades curriculares diversas como Planeamento Estratégico, Geografia Cultural e Desenvolvimento, Geografia Política e Desenvolvimento, Geografia Humana de Portugal, Novas Perspetivas em Geografia Humana, Demografia ou Geografia da Globalização e Desenvolvimento, nas quais temos vindo a trabalhar ao longo dos anos, os conceitos de desterritorialização-reterritorialização, mas também as multiterritorialidades, o espaço-fluxo e rede ou o espaço-zona, têm enquadrado as leituras críticas de autores que, num excesso de determinismo e otimismo tecnológico, anunciaram o fim da Geografia e dos territórios e afirmaram um mundo plano no qual os conceitos basilares da ciência geográfica – a localização, as distâncias e as acessibilidades (citando a sistematização elaborada por José Manuel Pereira de Oliveira, um geógrafo e professor da Universidade de Coimbra), se diluiriam perante

a omnipresença das novas tecnologias de informação e comunicação. Na leitura que realizámos de *O Mito da Desterritorialização*, ficou-nos a ideia não do fim dos territórios, mas sim de uma geografia de territorialidades desiguais e assimétricas dos diferentes atores (importante para a estruturação teórica de outra unidade curricular onde também trabalhamos – a Geografia das Desigualdades no Desenvolvimento).

Este livro de Haesbaert (2004a) mostrou-nos não a supressão da importância do território mas sim as multiterritorialidades flexíveis e heterogéneas dos diferentes protagonistas de um mundo mais estreito, de compressão espaço-tempo, com atores hegemónicos e não hegemónicos, mais ou menos globalizados, aqueles que articulam melhor, ou pior, os diferentes patamares das múltiplas dimensões do espaço geográfico, reticulado por um lado, contínuo, por outro.

Estas leituras de Rogério Haesbaert intermediaram o nosso contacto com autores como Richard O'Brien (1992), Arjun Appadurai (2004) ou Thomas L. Friedman (2000, 2005), este último com duas sugestivas obras (*Compreender a Globalização. O Lexus e a Oliveira* e *O Mundo é Plano*), trabalhos relevantes que devem ser devidamente ponderados pelos olhares mais críticos dos geógrafos, rebatendo a ideia que os fenómenos sociais, políticos e culturais caminham numa espécie de limbo higienizado, sem os efeitos de atrito do espaço geográfico.

A ideia de des-reterritorialização trazida por Rogério Haesbaert foi relevante para entender muitas das dinâmicas do mundo, que não implicam uma perda de território, mas sim uma redução do controlo sobre o mesmo por parte de grupos mais vulneráveis que experienciam ciclos sucessivos de recomposição territorial, não uma vivência incerta e a-espacial (na qual viveriam sobretudo algumas elites), mas uma experiência de vidas multiterritoriais.

Estas leituras de *O Mito da Desterritorialização* trouxeram-nos outro conceito – os aglomerados de exclusão, relevantes para algumas das análises que se seguiram, muitas vezes com o envolvimento de estudantes que procuraram entender as diferentes velocidades e dimensões de um mundo, contraditório, é certo, mas permanentemente geográfico.

***O Mito da Desterritorialização* – uma longa caminhada entre pequenos estudos, análises e olhares sobre um mundo fragmentado e em mudança**

Os conceitos de desterritorialização, reterritorialização e aglomerados de exclusão desenvolvidos e problematizados por Rogério Haesbaert em *O Mito da Desterritorialização* iniciam, depois de 2005, um longo percurso por diferentes estudos de caso, análises, reflexões e enquadramentos geográficos na escola de Geografia de Coimbra.

A temática das migrações e, sobretudo, das mobilidades espaciais precárias e dos refugiados, foi um dos domínios de aplicação desse corpo teórico. Em 2013, Jorge Fernandes cita este livro na dissertação de mestrado em Geografia Humana defendida na Universidade de Coimbra e intitulada «Conflitos e processos de desterritorialização/reterritorialização. O caso dos refugiados». A partir de narrativas pessoais e de um conjunto de entrevistas diretas efetuadas a indivíduos em espera num centro de acolhimento de deslocados em Lisboa, Jorge Fernandes recolhe histórias pessoais de recomposição territorial de migrantes precários que, antes de chegarem a Portugal, passaram por países como Cuba e Angola.

Nesta mesma linha, em 2019, João Luís J. Fernandes, num trabalho de investigação final apresentado ao Instituto da Defesa Nacional, no âmbito do Curso de Auditores de Defesa Nacional, faz aplicação dos mesmos conceitos no trabalho «Refugiados, Territórios de Espera e Insegurança – A Europa, o Mediterrâneo e as Deslocações Precárias na Crise de 2015».

Cruzando as dinâmicas de des-reterritorialização e dos aglomerados de exclusão com o conceito de territórios de espera desenvolvidos por autores como Alain Musset (2015), neste trabalho aborda-se a reconfiguração espacial e temporal da experiência dos refugiados que, sobretudo a partir da Turquia e da Líbia, alcançam, ou tentam alcançar a Europa. Naquela tese, defende-se que as dinâmicas de des-reterritorialização destes migrantes precários passam também por contextos espaço-temporais de interrupção dos fluxos, confinamento espacial e extensão temporal. Com o levantamento de muros ou outras formas de contenção territorial (conceito transversal nas obras de Rogério Haesbaert), estes deslocados são retidos em perímetros de espera mais ou menos prolongada e precária, como o *Jungle*, acampamento improvisado no norte de França, em Calais, ou os campos de refugiados, em ilhas como Lesbos ou Lampedusa, no Mediterrâneo.

Já em 2008, numa unidade curricular de licenciatura (Geografia Cultural e Desenvolvimento), Giulia Magnabosco e Silvia Lippi haviam problematizado as territorialidades condicionadas vividas pelos migrantes em território italiano, em particular nos centros de permanência temporal. O trabalho recebeu o título: «Os campos de permanência temporária: desterritorialização e precariedade territorial».

Numa questão já antes citada por João Luís J. Fernandes (2011), o conceito de multiterritorialidade trouxe-nos um novo olhar para atores que, para além dos Estados, se afirmam pela sua plasticidade e mobilização em múltiplas escalas e nas diferentes dimensões do espaço geográfico, do contínuo e euclidiano, ao topológico e reticular.

Com efeito, *O Mito da Desterritorialização*, mas também outros escritos de Rogério Haesbaert (2004b) que entretanto fomos trabalhando, abriu-nos para a

multiterritorialidade flexível de organizações informais e criminosas que ganham poder integrando aglomerados de exclusão, como os refugiados, em movimento ou em paragem.

A discussão da segurança na Europa e no mundo passa também por estas conceções, não muito familiares a autores que discutem estas temáticas a partir de outras áreas científicas. Estas definições foram basilares para a construção do trabalho, atrás citado, apresentado por Fernandes em 2019, no Instituto da Defesa Nacional.

Estas leituras remetem-nos para a temática dos muros, expressos também noutras obras (por exemplo Haesbaert, 2014), que enquadraram pequenas incursões críticas de casos empíricos como os muros da Cisjordânia. Este foi o sentido, por exemplo, do trabalho realizado por Arnaldo Clemente e Francisco Carvalho em 2010, no âmbito da unidade curricular Geografia Cultural e Desenvolvimento. Neste texto, fez-se a leitura do muro como uma linha de fragmentação que condiciona as territorialidades não hegemónicas e promove necessários processos de re-territorialização. Sem esta base teórica, teria havido o risco quer da simplificação conceptual do trabalho, quer da limitação da análise à leitura superficial do processo e à descrição da materialidade das barreiras que limitam a população palestina.

Acrescente-se que obras como *O Mito da Desterritorialização*, mas também outras, como o *Viver no Limite* (Haesbaert, 2014), ou o artigo que discute a multiterritorialidade de organizações terroristas, como a Al-Qaeda (Haesbaert, 2004b), fazem parte do corpo bibliográfico fundamental em Geografia Política e Desenvolvimento. Esta unidade curricular aborda as espacialidades difusas do poder, os conflitos territoriais e as contradições entre um mundo tecnológico que se abre ao movimento e os muros e fragmentações que, ao mesmo tempo que promovem espaços de tensão, são reflexo das desigualdades de poder que persistem no mundo contemporâneo.

Estes mesmos princípios de Rogério Haesbaert, em particular os ciclos de des-reterritorialização, foram aplicados por Verónica Silva, em 2012, numa dissertação de mestrado em Geografia Humana – Ordenamento do Território e Desenvolvimento, defendida no então Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e intitulada «Dinâmicas de desterritorialização e desastres naturais. O vulcão dos Capelinhos».

As dinâmicas de reconfiguração territorial de atores individuais e coletivos é uma externalidade não apenas dos projetos de conservação da natureza, mas também das crises e catástrofes naturais e ambientais. Assim ocorreu com as erupções e a atividade vulcânica dos Capelinhos, na ilha do Faial (arquipélago dos Açores), entre setembro de 1957 e outubro de 1958, um período de 13 meses que

promoveu a des-reterritorialização de parte da comunidade faialense, com a consequente abertura de uma ponte emigratória para os EUA. Neste estudo de caso, recorrendo a fontes qualitativas e quantitativas primárias, Verónica Silva encontrou em *O Mito da Desterritorialização* um suporte teórico fundamental para acompanhamento deste processo de reconfiguração territorial das populações afetadas pela crise.

Nesta linha, Velez de Castro e Bruno Martins (2017) recorreram aos mesmos conceitos para análise do processo de reterritorialização da população caboverdiana da ilha do Fogo, após as erupções ocorridas entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015. A partir de recolhas no terreno, o propósito dos autores foi o cruzamento destes conceitos de Haesbaert com os ciclos de recomposição territorial destas populações e os níveis de resiliência apresentados por essas comunidades.

Em 2010, Dália Sumalgy aplicou também estes princípios de Haesbaert num projeto apresentado no seminário Demografia (Curso de Mestrado em Saúde Pública, da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra). Com um trabalho que intitulou «Desterritorialização e riscos de Saúde Pública dos refugiados em Moçambique», a autora recorre a Rogério Haesbaert para, partindo de variáveis de saúde, enquadrar o efeito da des-reterritorialização das comunidades refugiadas naquele país.

Já com uma longa tradição na escola geográfica de Coimbra, a temática das migrações foi outro dos campos nos quais, em múltiplas escalas e enquadramentos empíricos, se fez a aplicação destes conceitos de Rogério Haesbaert. Em 2010, no seminário Planeamento Estratégico, do curso de mestrado em Geografia Humana, Nélida Furtado Fernandes desenvolve um estudo intitulado «A reterritorialização dos emigrantes cabo-verdianos em Portugal».

Na mesma linha e no mesmo ano, mas no já referido seminário de Demografia, a decorrer na Faculdade de Medicina, Deisa Semedo elabora um breve estudo de enquadramento das territorialidades dos estudantes de Cabo Verde em Coimbra. Com o título «Desterritorialização dos estudantes caboverdianos», Semedo colocou o foco na qualidade de vida e no conceito mais abrangente de saúde que acompanhou o processo de des-reterritorialização destes estudantes africanos na cidade e na universidade.

Estes mesmos princípios de Haesbaert foram já citados por Fátima Velez de Castro (por exemplo, em 2015a e 2015b, mas também em Velez de Castro, Fernandes & Gama, 2014), nas suas múltiplas incursões sobre a temática das migrações, na qual desenvolveu tese de doutoramento. Tal como na dissertação sobre as áreas protegidas, também nesta área a obra *O Mito da Desterritorialização* acrescentou dimensões teórico-conceituais e enquadrou reflexões empíricas.

O substrato teórico trazido pelo *O Mito da Desterritorialização* garantiu densidade a estudos mais localizados, como o trabalho de 2014, de Pedro Silva e António Baptista, intitulado «A destruição da Alta de Coimbra pelo Estado Novo e a construção de novos bairros – o caso do Bairro de Celas e o Bairro Norton de Matos».

Neste caso, o foco da des-reterritorialização deu bases para a análise dos processos de desposseção e deslocação de cerca de um milhar e meio de antigos habitantes da Alta de Coimbra. Em meados do século XX, a realização de obras de reconversão urbanística para a implantação dos novos edifícios do setor histórico (Polo I) da Universidade de Coimbra, transformaram a parte mais antiga da cidade. Esta intervenção urbanística por parte do Estado levou à reconfiguração territorial destes residentes, recolocados em espaços residenciais que, na época, eram periféricos ao centro de gravidade da vida urbana. Os aportes teóricos de Rogério Haesbaert foram incontornáveis neste trabalho, assim como nas sucessivas visitas que, com múltiplos grupos de estudantes e não só, temos efetuado aos bairros nos quais estas populações se reterritorializaram.

Esta viagem pelas deslocações humanas e respetivo enquadramento com os conceitos de de-reterritorialização trazidos por Haesbaert, passa por abordagens como a discussão das espacialidades da comunidade judaica no interior de Portugal, em particular em Trás-os-Montes, como se verificou no trabalho realizado por Luís Miranda e Cláudia Ferreira, logo em 2008, na unidade curricular Geografia Cultural e Desenvolvimento.

A mesma linha pode ser referida a propósito da investigação «*O Brazilian Day* como símbolo da desterritorialização e da geodiversidade cultural do mundo. A diáspora brasileira e a comemoração como estratégia de reterritorialização», realizada em 2013, também no âmbito da Geografia Cultural e Desenvolvimento. Da autoria das estudantes brasileiras Mariana Forlini Marchini e Mariana Mizael, deu-se destaque ao papel dos eventos identitários como fatores de reterritorialização e agregação das comunidades emigrantes.

Nos seus aspetos fundamentais, *O Mito da Desterritorialização* enquadra a atrás referida unidade curricular Geografia Política e Desenvolvimento e o mesmo ocorre com a unidade Geografia Cultural e Desenvolvimento, na qual se aprofunda a temática das diásporas, dos processos de difusão culturais e das estratégias de des-reterritorialização, com efeitos diretos e indiretos nas dinâmicas das paisagens culturais e nas complexas arquiteturas identitárias que passam por estas geografias em permanente recomposição. Esta foi a linha seguida por Fernandes (2016), num trabalho que também citou a obra de Haesbaert.

A matriz cultural e humanística orientou o primeiro e mais longo trabalho de investigação que, em Coimbra, aplicou os conceitos de desterritorialização e reter-

ritorialização. A já referida tese de mestrado em Geografia Humana «Processos de desterritorialização e filiação ao lugar – o caso da Aldeia da Luz» foi apresentada e defendida em provas públicas, por Ana Maria Cortez Vaz, no dia 13 de dezembro de 2011.

Neste trabalho, os conceitos apreendidos em *O Mito da Desterritorialização* deram dimensão teórica e conceptual ao acompanhamento dos efeitos do encerramento das comportas da Barragem de Alqueva, em 2001, no sul de Portugal. A Aldeia da Luz, com cerca de 300 residentes já envelhecidos, ficou submersa e a comunidade foi deslocada para um novo lugar, com a mesma referência toponímica, construído de raiz fora do perímetro de enchimento da albufeira. Acompanhando o reordenamento espacial das vivências desta população, Ana Cortez Vaz associou essa mudança a um processo de des-reterritorialização.

Com recurso a metodologias qualitativas, na análise destas novas territorialidades colocou-se o foco quer nas memórias do lugar submerso pelas águas, quer na reorganização funcional e afetiva desta comunidade na nova Aldeia da Luz, um lugar de vida a estrear, melhor infraestruturado, com algumas semelhanças relativamente à velha aldeia, mantendo as relações de vizinhança, mas sem o peso do tempo, das permanências passadas e da memória do lugar perdido.

Pouco depois, Ana Maria Cortez Vaz e João Luís J. Fernandes (2013) aprofundam a perspectiva da conservação da memória como fator de reterritorialização desta população deslocada, trabalhando um espaço patrimonial (o «Museu da Luz») que, na nova aldeia, evoca e promove as filiações ao passado.

Cortez Vaz, com trabalhos já publicados em 2013 e 2017, continua a fazer o acompanhamento deste processo de reterritorialização, num lugar onde parece estar a perder-se o sentido de comunidade, porventura já em crise no velho lugar agora submerso.

Também em 2013, esta autora aplica o corpo teórico de *O Mito da Desterritorialização* numa segunda dissertação de mestrado, neste caso apresentada no curso em Ensino da História e Geografia, com um texto intitulado «Temáticas de enriquecimento nas áreas curriculares de Geografia e História. O processo de desterritorialização das populações de Vilarinho da Furna. A Reforma Agrária em Portugal».

Neste trabalho, Cortez Vaz volta a investigar o processo de reterritorialização vivido por uma comunidade rural na sequência da construção de uma albufeira (a barragem de Vilarinho da Furna, inaugurada em 1972, na bacia hidrográfica do Rio Cávado, no norte de Portugal). Na dissertação, valorizando o contexto político, a autora confronta as dinâmicas de des-reterritorialização implicadas pela construção desta barragem, inaugurada numa época de ditadura, e a da Aldeia da Luz, que se concretizou já num país democrático e integrado na União Europeia.

Este tema havia já sido objeto de análise, em 2008, em trabalhos mais breves, por autores como Rita Afonso e Irene Balinha, no âmbito da unidade curricular Geografia Cultural e Desenvolvimento, com o texto «A desterritorialização pela construção de barragens – o caso da Barragem da Aguieira». Neste caso, deu-se atenção aos efeitos geohumanos da construção da barragem que, a montante de Coimbra, se levantou no Rio Mondego, em 1981, com a submersão de uma pequena povoação rural – a aldeia de Foz do Dão, então localizada no Distrito de Viseu.

Em 2010, num trabalho prático realizado na unidade curricular Geografia Humana de Portugal, Daniela Santos e Marta Costa também contribuem para estudar o efeito que a construção de infraestruturas, como as barragens, terá na territorialidade das populações. Neste caso, problematizaram-se os efeitos previsíveis da concretização de um projeto até então contestado: a Barragem do Baixo Sabor, no norte do país, entretanto inaugurada em 2016.

Estas análises inserem-se numa corrente, à qual os trabalhos de Rogério Haesbaert deram corpo e consistência teórica e conceptual, que faz o acompanhamento crítico dos efeitos secundários, ou das externalidades, que as dinâmicas (sociais, económicas e políticas) de desenvolvimento vão deixando no espaço geográfico e no condicionamento das territorialidades de outros atores, sobretudo os não hegemónicos como ocorreu, no caso das barragens, com algumas comunidades rurais mais envelhecidas.

Em 2013, Alexandre Dias e Paulo Mimoso, na unidade curricular Geografia Cultural e Desenvolvimento, estruturam um ensaio no qual fazem uma problematização mais abrangente, discutindo as dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização que afetam as comunidades autóctones com menor capital político e menos poder reivindicativo. Este facto aumenta a sua vulnerabilidade perante outros atores, dos Estados às empresas privadas, que controlam instrumentos de afirmação mais pesadas. Os inuits, os tuaregues e os tibetanos foram alguns dos casos analisados.

Em 2009, os efeitos do desenvolvimento foram também discutidos por Gonçalo Silva e Liliana Godinho, mais uma vez no âmbito da unidade curricular Geografia Cultural e Desenvolvimento, dando relevo ao papel perturbador das vias de comunicação, em especial as rodovias que atravessam e dividem lugares de vida quotidiana, implicando uma necessária reorganização territorial dos residentes. No trabalho «Paisagens urbanas fragmentadas por vias de comunicação», que muito beneficiou dos questionamentos teóricos de Rogério Haesbaert, estes jovens investigadores inquietaram-se com o modo como uma via rápida pode condicionar as territorialidades individuais e coletivas, porque levanta obstáculos ao movimento, mas também porque imprime uma velocidade incompatível com a manutenção da ideia (e da prática) de comunidade urbana.

De certo modo integrado nesta discussão sobre os efeitos geohumanos do progresso e das suas escolhas seletivas que, em Portugal, resultaram na valorização do transporte rodoviário face ao ferroviário, Maria João Caetano, em 2011, no seminário Planeamento Estratégico, desenvolve o trabalho «Desterritorialização e dinâmicas territoriais: os casos da Linha do Tua e do Ramal da Lousã». Nesta análise, necessariamente preliminar, discute-se a forma como o encerramento de várias linhas de caminho de ferro no Portugal rural contribuiu para um retrocesso nas acessibilidades de populações mais vulneráveis e envelhecidas.

Deste modo, o fim da passagem dos comboios foi um fator de des-reterritorialização destas comunidades mais frágeis, contribuindo para um país mais fragmentado, insularizado e polarizado. Tal como noutros trabalhos já aqui referidos, *O Mito da Desterritorialização*, ainda que escrito a partir do Brasil e achado em Natal, muito contribuiu para dar corpo teórico à compreensão das dinâmicas contraditórias da Geografia Humana de Portugal, um país que viveu décadas recentes de rápida transformação.

Esta mesma lógica deu consistência ao relatório de estágio, no âmbito do mestrado em Geografia Humana – Ordenamento do Território e Desenvolvimento, de Leila Duarte, apresentado em janeiro de 2012 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o título «Riscos de desterritorialização de grupos sociais e afirmação estratégica de lugares. O caso da Costa de Lavos».

Sendo o turismo uma das atividades económicas com maior impacte em Portugal durante as últimas décadas, os conceitos problematizados por Rogério Haesbaert foram centrais para avaliação do modo como as velhas comunidades piscatórias se integram ou, pelo contrário, se encontram excluídas deste processo de transformação económica, social e ambiental do litoral português. Recorrendo a uma metodologia qualitativa, em especial com o recurso a entrevistas, Leila Duarte concentrou as suas atenções na comunidade piscatória de Lavos, no concelho da Figueira da Foz.

Um enquadramento teórico-conceitual muito próximo tem também orientado o estudante de doutoramento em Geografia, Nélío Guerreiro, num trabalho ainda em andamento sobre os efeitos do turismo nas territorialidades da população residente na cidade algarvia de Portimão. O aumento dos fluxos turísticos, e a consequente disputa por espaços geográficos, poderá reconfigurar as territorialidades dos habitantes desta cidade. O encolhimento territorial desta população será uma realidade sazonal, pelo menos durante os meses de verão, nos quais a disputa territorial é mais intensa.

As dinâmicas geográficas terão sempre efeitos, diretos e indiretos, nas territorialidades das populações, sobretudo das mais vulneráveis, que reúnem menos poder económico e político, menor capacidade de condução das mudanças e atenuação dos seus efeitos secundários.

Em 2009, no seminário Planeamento Estratégico, do curso de mestrado em Geografia Humana, Maria do Céu Antunes recorre ao livro *O Mito da Desterritorialização*, para discutir as consequências territoriais do envelhecimento demográfico nos centros históricos de cidades portuguesas que, no geral, se expandem para os novos polos periféricos e descapitalizam as velhas centralidades.

Neste trabalho, intitulado «Desterritorialização e vulnerabilidades sociais nos centros históricos – o caso da Alta de Coimbra», o foco foi colocado no crescente isolamento territorial da população envelhecida que foi resistindo na almedina coimbrã, de onde se deslocizaram serviços de apoio à vida quotidiana, de farmácias a comércio de bens de consumo imediato.

Na perspetiva de Maria do Céu Antunes, esta população sofre de uma dupla desterritorialização *in situ* (expressão retirada de *O Mito da Desterritorialização*) – por um lado, pelo afastamento relativamente aos serviços e, por outro, pelo progressivo enclausuramento desta população idosa, e de mobilidade reduzida, nos andares superiores de edifícios precários, sem elevador, nos quais é difícil o movimento vertical. Este é um dos casos que prefigura aquilo que Rogério Haesbaert denominou como desterritorialização na i-mobilidade.

Esta mesma questão foi também discutida, em 2010, na Faculdade de Medicina, por Tiago Monteiro, que cruzou a temática do envelhecimento populacional com os temas geográficos da desterritorialização e da acessibilidade diferenciada aos medicamentos, fator sensível em particular para populações sem apoio familiar e acesso a meios de transporte que permitam a continuidade de usufruto de serviços essenciais.

A demografia recessiva e as dinâmicas de desterritorialização-reterritorialização que acompanham o envelhecimento populacional foi um dos focos aprofundados no seminário em Demografia, lecionado por João Luís J. Fernandes na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Neste seminário, em 2010 (com o trabalho «Viver em locais isolados. O caso do Piódão»), Joana Videira aborda o tema a partir do isolamento – numa análise próxima da aplicada por Maria do Céu Antunes em relação ao centro histórico da cidade de Coimbra. Neste caso, Videira desenvolve um raciocínio semelhante perante a solidão que acompanha o envelhecimento demográfico em áreas de baixas densidades de matriz rural.

Já em 2009, no mesmo curso, (com o texto «Suicídio na envelhescência. Topofilia vs Desterritorialização»), invocaram-se os conceitos de *O Mito da Desterritorialização* para problematizar os riscos do isolamento rural e o seu potencial efeito em comportamentos extremos, como o suicídio.

Nesse mesmo seminário, em 2012, Ana Monteiro (com o trabalho «Envelhecimento e território. Desafios para a organização territorial local») e Cristiana Batista

(com o ensaio «Desterritorialização e reterritorialização da população idosa: modelos alternativos»), voltam a cruzar o corpo teórico da des-reterritorialização com as dinâmicas de precariedade territorial dos mais idosos. Num país com elevados índices de envelhecimento, este ocorre longe das famílias, quer em contextos rurais de maior isolamento, quer em processos de institucionalização e confinamento territorial, com afastamento em relação aos espaços topofílicos e de memória, como a residência habitual.

Com efeito, algumas das mais frequentes aplicações dos conceitos de desterritorialização-reterritorialização lidas a partir de *O Mito da Desterritorialização*, ocorreram no domínio da Geografia e das Ciências da Saúde, em particular no já evocado seminário de Demografia orientado na Faculdade de Medicina. No entanto, esta abordagem estendeu-se a outras unidades curriculares. Por exemplo, no âmbito da Geografia Cultural e Desenvolvimento, a já citada Maria do Céu Antunes aplicou estes conceitos a uma análise das territorialidades confinadas e impostas na sequência dos internamentos ao quais, entre as décadas de 20 e 60 do século XX, eram sujeitos os doentes com tuberculose, nos cerca de duas dezenas de sanatórios que chegaram a existir na vila do Caramulo, na serra do mesmo nome, entre os distritos de Aveiro e Viseu, na Região Centro de Portugal.

Esta perspetiva foi particularmente desenvolvida por outros estudantes de Demografia, na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, entre 2010 e 2012. Nesse período, Patrícia Barreto (com «A desterritorialização na doença de Alzheimer e as sociopatias na perspectiva do cuidador») discute as perdas e as recomposições territoriais, e respetivos efeitos, na ótica de quem acompanha os doentes afetados pelas desorientações espaciais provocadas por esta doença degenerativa associada ao envelhecimento.

Teresa Almeida recorre ao mesmo corpo teórico de Rogério Haesbaert para refletir, a partir de alguns estudos de caso, sobre os efeitos territoriais das neoplasias, em particular nos doentes que sofreram intervenções cirúrgicas na laringe, perdendo, por essa via, faculdades de comunicação e contacto. Estas quebras sociais acabam por levar ao encolhimento dos territórios pessoais e de vida quotidiana, com relevantes efeitos sociopáticos laterais. O trabalho teve por título «Processo de desterritorialização em doentes laringectomizados».

Neste seminário, Sandra Antunes recorre a *O Mito da Desterritorialização* para problematizar os efeitos espaciais do internamento hospitalar, uma limitação, mais ou menos prolongada, de encolhimento e confinamento geográficos. Na perspetiva deste trabalho, o internamento hospital implicará uma dinâmica de desterritorialização-reterritorialização, em particular para o doente que se vê privado da sua liberdade de movimentos, mas também para os acompanhantes que, naquele

período, incorporam o hospital nos seus quotidianos de vida, algo importante sobretudo para doentes e familiares residentes longe dos locais e instituições de internamento.

Também na Faculdade de Medicina, em 2010, Marta Mota problematizou os processos de des-reterritorialização da população sem abrigo, no modo como a perda de casa (exemplo de um domocídio, acrescentaríamos hoje), implica uma complexa teia de reconfigurações territoriais precárias e instáveis, com potenciais efeitos no estado geral de saúde destas populações.

Neste seminário, também em 2010, Patrícia Veludo acrescentou outra perspectiva: problematizou os efeitos, na saúde e no bem estar, resultantes da permanente mobilidade espacial, obrigatória e involuntária, imposta a classes profissionais como os professores. Para Veludo, o movimento constante, a aceleração, a compressão do tempo e as dificuldades de filiação social e espacial, podem constituir outra forma de desterritorialização-reterritorialização. Neste ponto de vista, a frequente deambulação pendular casa-emprego ou, noutros casos, a constante deriva entre alojamentos temporários, longe de famílias e territórios de afetividade, aumenta o risco de desenvolvimento de sociopatias, com consequências, diretas e indiretas, no médio e longo prazo.

Partindo de entrevistas a dois grupos de docentes do ensino básico e secundário, o primeiro constituído por profissionais mais jovens e sem responsabilidades familiares e o segundo por professores com mais anos de carreira, com famílias mais alargadas e com filhos, Patrícia Veludo associou este processo de constante des-reterritorialização a problemas como o stress, a depressão, o Síndrome de Pânico e o Síndrome de *Burnout*, para além de outros problemas, como a postura corporal.

De facto, uma das preocupações empíricas que mais invocou *O Mito da Desterritorialização* foi a análise de indivíduos e populações que viveram processos de precariedade espacial. Em 2008, com o trabalho «Desterritorialização/territorialização da população prisional. Estabelecimento prisional de Coimbra», também apresentado na unidade curricular Geografia Cultural e Desenvolvimento, Ana Isabel Carreiró e António Mendonça recolheram dados sobre as territorialidades vividas nesta heterotopia confinada e problematizaram as dinâmicas de perda e reconfiguração territorial da população prisional.

Em 16 de outubro de 2013, Anabela Antão Lameiras defendeu em provas públicas a dissertação de mestrado em Geografia Humana – Ordenamento do Território e Desenvolvimento, «Desterritorialização e reorganização das geografias pessoais: o caso do desemprego. Ensaio metodológico».

Esta interseção dos ciclos de des-reterritorialização com o desemprego tem sido aprofundada por Ana Maria Cortez Vaz, trabalhando com grupos vulneráveis,

sobretudo em lugares de baixas densidades rurais no Centro de Portugal, mas também com abordagens introdutórias à escala nacional, como se pode conferir em Fernandes, Gama, Velez de Castro e Cortez Vaz (2014), Cortez Vaz, Fernandes, Gama e Velez de Castro (2014) e Cortez Vaz e Fernandes (2016).

Aplicando metodologias quantitativas e qualitativas (por exemplo, inquéritos por entrevista), esta linha de investigação tem procurado demonstrar que o desemprego, para além de constituir, ou não, uma oportunidade para um novo ciclo de vida, significa uma reconfiguração das territorialidades individuais e familiares. A perda de capital económico garantido resulta no encolhimento espacial quotidiano (perda de acesso a restaurantes ou férias, por exemplo), mas pode ter efeitos em mudanças mais radicais nas geografias pessoais, que poderão até passar pela emigração mais ou menos prolongada. De qualquer dos modos, assinala-se o carácter inovador de um trabalho que associou os conceitos de Rogério Haesbaert aos ciclos económicos e de trabalho, especialmente em fases de retração do modelo capitalista, como o vivido a partir de 2008, com efeitos sentidos em Portugal, sobretudo entre 2010 e 2014.

Neste âmbito, indo mais a fundo nesta problemática, Cortez Vaz prepara uma dissertação de doutoramento em Geografia, envolvendo a análise das dinâmicas e reconfigurações territoriais da população desempregada após o encerramento de fábricas e o consequente processo de desindustrialização e perda de empregos em alguns municípios da Região Centro de Portugal, como Seia e Guarda.

O carácter inovador, mas também humanista, desta abordagem de Ana Cortez Vaz, foi premiado em 2014 pela Fundação Tóquio, no âmbito do programa *SYLFF – Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund*, com uma bolsa de estudo que pretende promover a afirmação de jovens líderes à escala global.

Os efeitos geográficos resultantes da perda de emprego industrial foram também estudados, em 2016, por Dalila Filipa Ascenso, no seminário Planeamento Estratégico, do mestrado em Geografia Humana. Com o trabalho «A trajetória do lugar e as dinâmicas de desterritorialização. A mina de São Domingos», Ascenso discute as consequências do encerramento da atividade extrativa, em 1965, naquela exploração mineira localizada no concelho de Mértola, no Alentejo. Depois daquela perda económica, o lugar criado em redor da mina entrou em decadência e levou à reconfiguração territorial dos mineiros e respetivas famílias, que passou, entre outras estratégias, pelo êxodo rural e deslocação para a cintura industrial da área metropolitana de Lisboa.

Numa linha muito próxima, embora noutro contexto, o trabalho apresentado por Tupac Petrillo, em 2017, no seminário de doutoramento em Geografia, *Novas Perspetivas em Geografia Humana*, problematiza as dinâmicas de des-reterritoria-

lização vividas pelo aglomerado de catadores que se viram afetados pela eliminação de uma lixeira nos arredores de Brasília. Com esta investigação, intitulada «Territorialidades precárias e políticas ambientais em contexto urbano – estudo de caso do Lixão da Estrutural no Distrito Federal – Brasília», Petrillo alerta para a necessária dimensão humana que deve acompanhar as políticas ambientais que, embora caminhem no sentido correto – a eliminação de uma lixeira a céu aberto, devem preparar medidas de mitigação dos riscos sociais.

Estas abordagens conceptuais e empíricas incluíram a área das representações, sobretudo os ciclos de des-reterritorialização enquanto conteúdo cinematográfico e literário. Destaque-se, nessa perspetiva, o trabalho de Fernandes (2013b) que, a partir do filme de Ursula Meier, *Home* (de 2008), discute os efeitos «des-reterritorializantes» (expressão aqui usada numa adaptação livre do conceito) promovidos pelo traçado de rodo-ferrovias que, a pretexto da ligação e da aproximação entre os nós (numa lógica de espaço topológico, referido por Haesbaert), acaba por fragmentar os espaços de vida quotidiana.

Nesse mesmo texto de João Luís J. Fernandes (2013b) parte-se também do filme de Zia Zhang-Ke (intitulado *Still Life*) que, algures entre a ficção e o documentário, acompanha a destruição de casas (domocídio) e lugares (urbicídio) que, na sequência da construção da Barragem das Três Gargantas, na China, deslocaram e des-reterritorializaram, porventura, 1 milhão de pessoas.

A aplicação dos conceitos desenvolvidos em *O Mito da Desterritorialização* na leitura de representações geográficas realizadas pelo cinema, foi também desenvolvida por Velez de Castro (2015a, 2015b). Num destes trabalhos, a autora faz a análise de conteúdo de um conjunto de obras do realizador Pedro Almodóvar e do modo como expressou algumas das dinâmicas que marcaram a geografia espanhola ao longo do século XX. Aqui, destacam-se as dinâmicas de des-reterritorialização vividas pelas personagens do êxodo rural que se fixaram na metrópole madrilenha, num processo instável que implicou ciclos sucessivos que oscilaram entre a adaptação à nova realidade e as resistências à mudança (Velez de Castro, 2015a).

Ainda trabalhando o tema das migrações, Velez de Castro (2015b) aplica os conceitos de des-reterritorialização à leitura espacial de uma obra autobiográfica de Charles Chaplin (*The Immigrant*), que representa os fluxos de populações europeias que, entre os finais do século XIX e inícios do século XX, se deslocaram para o continente norte-americano.

Ainda no domínio das representações criativas, e suportando-se no conceito de multiterritorialidade, Fernandes (2013c) discute a projeção global da denominada *world music*, um conteúdo das indústrias culturais que se afirmou atravessando

múltiplas escalas e articulando diferentes dimensões do espaço geográfico – músicas apropriadas pelos espaços políticos nacionais (o fado, em Portugal, é um exemplo), disseminadas por redes topológicas a partir de pontos de difusão e das diásporas organizadas de modo reticular (assim ocorre, por exemplo, com as mornas caboverdianas, divulgadas sobretudo a partir de Paris ou Lisboa), ou criadas e mobilizadas por comunidades afetadas pela exclusão, como o *rap* em múltiplas áreas urbanas na América do Norte ou na Europa.

Nessa perspetiva, a *world music* será tanto um conteúdo de indústrias culturais que contribuem para a economia da cultura, como pode ser um meio de afirmação de um Estado nacional ou uma voz das populações mais deprimidas. Sem o conceito de multiterritorialidade lido, pela primeira vez, em *O Mito da Desterritorialização*, não se entenderia esta complexidade, muito discutida na unidade curricular Geografia Cultural e Desenvolvimento.

Foi também com recurso ao conceito de multiterritorialidade que, em 2007, Maria João Jacob, no seminário Globalização, Classificação de Lugares e Desenvolvimento, na época uma das unidades curriculares do mestrado em Geografia Humana, estudou as espacialidades complexas de uma amostra de estudantes do ensino básico e secundário de uma escola da Sertã, um município de baixas densidades rurais na Região Centro de Portugal. Com um trabalho intitulado «A multiterritorialidade de um grupo escolar no concelho da Sertã, estudo de caso», a autora recorre a um inquérito por questionário para a análise das mobilidades geográficas e virtuais e das referências espaciais, simbólicas, imaginárias e afetivas destes estudantes, demonstrando quão complexas e multivariadas podem ser as vivências espaciais das populações, mesmo residindo em lugares mais remotos.

Este trabalho constitui um interessante ensaio metodológico para o estudo das territorialidades das populações mais jovens e respetivos efeitos nos mapas mentais e nos comportamentos geográficos desta coorte demográfica.

Notas finais

Mais que um trabalho de investigação, este é um texto que há muito era devido ao autor de *O Mito da Desterritorialização*. O que aqui se apresentou mais não é que um caderno de apontamentos, o resultado de uma viagem, um roteiro simplificado e selecionado de trabalhos, temas e contextos empíricos nos quais se foram aplicando, de diferentes formas e partindo de múltiplas escalas geográficas, os conteúdos científicos, teóricos e conceptuais que atravessam este livro de Rogério Haesbaert.

Os trabalhos dos quais aqui se dá conta são muito assimétricos, desiguais em termos de profundidade, rigor e associação entre os conceitos teóricos e as realidades empíricas que se pretendiam equacionar. Os contextos destas abordagens foram também desequilibrados. Aqui encontramos desde incursões que resultam de dissertações de doutoramento (3º ciclo) em elaboração, até pequenos trabalhos exploratórios de estudantes de licenciatura (1º ciclo), passando por algumas dissertações de mestrado (2º ciclo) já concluídas, com bases metodológicas mais apuradas, e por textos de autores já com um mais longo percurso universitário e académico.

Neste conjunto de abordagens varia também o perfil dos autores, em termos de idade, experiência de investigação e de formação de base: muitos destes trabalhos foram realizados no âmbito de cursos de Geografia, mas nem sempre por estudantes desta área. Noutros casos, especialmente no citado seminário de Demografia, a des-reterritorialização foi problematizada por estudantes de Ciências da Saúde, das áreas da Enfermagem à Farmácia. A publicação do texto «A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo» (Fernandes, 2008) que, na fase da sua elaboração contou com a preciosa leitura crítica de Rogério Haesbaert, teve como propósito a apresentação, aos estudantes, deste geógrafo, do livro *O Mito da Desterritorialização* e dos principais conceitos, abrindo-os para as múltiplas possibilidades de aplicação empírica dos mesmos.

Para além disso, se é verdade que desta produção já se concretizaram algumas publicações, noutros casos tratam-se de investigações em andamento. No entanto, muitos destes trabalhos permanecem inéditos e policopiados, fazendo parte do vasto acervo de investigação que permanece como memória, mas também como reserva na espera de uma oportunidade de desenvolvimento e aprofundamentos futuros.

Em muitas destas problematizações, não se fez a leitura ampla e completa dos conceitos e das múltiplas dimensões levantadas pelo *O Mito da Desterritorialização*. Neste percurso, privilegiou-se o binómio des-reterritorialização, mas procurou-se a aplicação diversificada destas bases teóricas, que enriqueceram investigações e, em muitos casos, deram um impulso decisivo para a procura desses mesmos estudos empíricos.

Ainda assim, esta obra tem sido uma janela aberta para a exploração de conceitos fundamentais para o apuramento dos olhares geográficos sobre o mundo: do capitalismo pós-fordista à pós-modernidade flexível; das certezas do passado às novas espacialidades e temporalidades trazidas pela tecnologia e pela velocidade, que reequacionaram, entre outros aspetos, a soberania e o tradicional

papel regulador do Estado; do ordenamento mais rígido do passado à compressão e ao «desencaixe espaço-temporal» que prolonga, no espaço e no tempo, os efeitos do que acontece *aqui* e *agora*; da ideia mais restrita e fechada de comunidade/*gemeinschaft*, à mais difusa e porosa sociedade/*gesellschaft*; ou do confronto, sempre dinâmico, entre a sociedade disciplinar e a sociedade de controlo, dialética influente na forma como se discute a problemática da segurança e se pensaram trabalhos mais recentes, como se pode verificar em Fernandes (2018).

Esta obra trouxe-nos uma galeria de autores, que fomos (re) lendo, geógrafos e não geógrafos, a partir dos quais se enriqueceram abordagens, de David Harvey a Doreen Massey, de Paul Virílio a Zygmunt Bauman e Ferdinand Tönnies, de Michel Foucault a Claude Raffestin e, em particular, aqueles que conhecíamos mal, Gilles Deleuze e Felix Guattari, a quem Rogério Haesbaert dedica o capítulo 3 deste livro

Este *O Mito da Desterritorialização* trouxe-nos as múltiplas dimensões do território («Definindo território para entender a desterritorialização», assim se lê na página 35), da económica à política e à simbólica. Por isso, nesta caminhada por diferentes aplicações empíricas dos conceitos, também se fizeram incursões em múltiplos processos de desterritorialização (também esta económica, política ou cultural) e consequentes dinâmicas de reterritorialização.

Nestas aplicações, aborda-se a desterritorialização como uma condição transitória que ocorre na «mobilidade» mas também na «i-mobilidade», facto que, na verdade, traduz os níveis diferenciados de multiterritorialidade vividos pelos diferentes atores, alguns com escasso poder de afirmação.

Desta caminhada ressalta uma perspectiva central para a formação crítica dos estudantes e para a problematização da Geografia e das dinâmicas territoriais contemporâneas, numa época que oscila entre o otimismo, a insegurança face ao risco e as cautelas e sobreavisos perante a deriva tecnológica. Em Coimbra, as leituras deste *O Mito da Desterritorialização* concentraram as atenções nas populações mais precárias, nas comunidades e/ou indivíduos de alguma forma marcados pela guerra, por doenças, pelo desemprego ou por projetos de desenvolvimento e progresso (estradas, barragens, áreas protegidas, turismo) pouco sensíveis às realidades geohumanas mais frágeis.

Para honrar este profundo trabalho de Rogério Haesbaert e a forma como se foi disseminando pelas mãos deste número alargado de estudantes e investigadores, destaque-se a dimensão humanista que enriqueceu estas problematizações de cariz geográfico. Fortalecendo o corpo teórico que deve acompanhar as abordagens empíricas da Geografia, valorizou-se uma visão mais próxima das populações e da necessária salvaguarda dos potenciais efeitos que derivam das flutuações nas respetivas territorialidades.

Em várias circunstâncias, em aulas, seminários e palestras, debateram-se algumas interrogações: se a excessiva salvaguarda dos riscos de desterritorialização não seria um entrave ao progresso ou se, pelo contrário, significaria um caminho imperativo para um desenvolvimento equilibrado, humanista e sustentável.

Por diversas ocasiões se discutiram também, sempre com a obra em mãos, as dinâmicas de desterritorialização-reterritorialização como um processo normal no ciclo de vida dos indivíduos e das populações e uma passagem necessária e fundamental para o amadurecimento humano. Intersectando esta obra com clássicos como *A Região, Espaço Vivido*, de Armand Frémont (1980), invocou-se a criança, para quem o primeiro dia de aulas numa escola implicará uma recomposição territorial. Para um estudante universitário, a saída do espaço familiar e a vivência num quarto exíguo e desconhecido, numa cidade que, à chegada, é também estranha, acaba por ser um processo de des-reterritorialização, o mesmo se aplicando a um turista que aterriza num destino pouco conhecido.

Estes debates foram também realizados em instituições do ensino básico e secundário, envolvendo estudantes mais jovens. Assim ocorreu em 2013, no Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste, no âmbito do estágio de Ana Maria Cortez Vaz, que ali discutiu, a propósito das barragens, alguns dos conceitos de *O Mito da Desterritorialização*.

O mesmo ocorreu, por exemplo, em Janeiro de 2015, na Escola Secundária D. Sancho II (Elvas), com a conferência de João Luís J. Fernandes, «Geografia, Fronteiras e Insegurança no Mundo Contemporâneo», ou em junho de 2014, na Escola Básica 2,3 de Condeixa-a-Nova, com a apresentação «Dinâmicas de desreterritorialização e conflitos territoriais no mundo contemporâneo – o exemplo das áreas protegidas no Quênia», intervenções nas quais se projetaram a capa e algumas das principais ideias discutidas por esse livro de Rogério Haesbaert. Esta obra serviu também de referência, em março de 2017, na palestra proferida na Escola Secundária de Oliveira do Hospital e intitulada «Muros, fronteiras e egoísmos territoriais na Geografia Política contemporânea. Perspetivas desde a Europa».

Em todas estas intervenções públicas, os conceitos de desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade foram ouvidos e discutidos com interesse e curiosidade, aportando uma linguagem pouco usual na Geografia que se trabalha naqueles níveis de ensino.

O Mito da Desterritorialização e conceitos como os de des-reterritorialização e multiterritorialidade viajaram connosco em palestras e intervenções públicas em cidades como Veliko Turnovo (2010), Praga (2011), Oradea (2014), Bolonha e Poznan (2015) Varsóvia (2016) ou Zagreb (2018), sempre dando suporte à proble-

matização de temas como as dinâmicas da geografia de Portugal e do mundo lusófono, que temos vindo a discutir neste roteiro de visitas a instituições universitárias parceiras da Universidade de Coimbra.

Em suma, contribuindo para o enriquecimento da base teórica de uma Geografia que se pretende aberta, sensível e atenta às mudanças, este *O Mito da Desterritorialização* traz-nos uma vasta problematização conceptual que nos permite acompanhar as assimetrias e as desigualdades numa globalização contraditória que deve ser objeto de uma abordagem crítica sistémica, para a qual os geógrafos e a Geografia apresentam um *corpus* teórico-metodológico específico, que pode enriquecer esse debate permanente.

Para além de tudo, e regressando a um certo registo biográfico, ficam-nos as «territorialidades acumuladas» e os «múltiplos territórios dentro de nós» (Haesbaert, 2004a, p. 15), fazendo da ausência de território um *mito*, uma narrativa não confirmada pelas complexas vivências contemporâneas: «O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases» (Haesbaert, 2004a, p. 16).

Bibliografia¹

- APPADURAI, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema.
- BADIE, B. (1996). *O Fim dos Territórios. Ensaio sobre a Desordem Internacional e sobre a Utilidade Social do Respeito*. Lisboa: Instituto Piaget.
- CORTEZ VAZ, A. M. (2013). A Barragem de Alqueva – Fator de Inovação e Cooperação Territorial Transfronteiriça. In *Condições de vida, Coesão social e Cooperação Territorial (Iberografias, 25)*. Lisboa: Centro de Estudos Ibéricos.
- CORTEZ VAZ, A. M. (2017). A Velha e a Nova Luz: dinâmicas geográficas de um processo de desterritorialização. In F. Cravidão, L. Cunha, P. Santana & N. Santos (org.), *Espaços e Tempos em Geografia: Homenagem a António Gama* (pp. 483-498). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CORTEZ VAZ, A. M., & FERNANDES, J. (2013). A patrimonialização da memória e da identidade territorial: o caso singular do Museu da Luz. In *IX Congresso da Geografia Portuguesa – Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência* (pp. 52-56). Évora: Universidade de Évora; Associação Portuguesa de Geógrafos.

¹ Nesta lista de referências, apenas se indicam os trabalhos publicados.

- CORTEZ VAZ, A., & FERNANDES, J. (2016). Narrativas (geográficas) da crise: o desemprego em áreas de baixa densidade. *Iberografias*, 31, 167-183.
- CORTEZ VAZ, A., FERNANDES, J., GAMA, R., & VELEZ DE CASTRO, F. (2014). Crise, recomposição económica e territorialidades (in) flexíveis do emprego em Portugal. In *Actas do XIV Colóquio Ibérico de Geografia – 'A Jangada de Pedra'. Geografias Ibero-Afro-Americanas* (pp. 2584-2589). Guimarães: Associação Portuguesa de Geógrafos e Departamento de Geografia da Universidade do Minho.
- FERNANDES, J. (2008). A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo. In *I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais* (pp. 423-447). Póvoa de Varzim: AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural.
- FERNANDES, J. (2011). Geografia, Territorialidades Difusas e Insegurança. *Geopolítica*, 4, 33-65.
- FERNANDES, J. (2013a). Turismo, Precariedade Territorial e Dinâmicas de Desterritorialização. In F. Cravidão & N. Santos (Coord.), *Turismo e Cultura. Destinos e Competitividade* (pp. 111-133). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, J. (2013b). A desterritorialização enquanto risco antrópico. Análise a propósito da representação da insegurança nos filmes *Still Life* (2006) e *Home* (2008). In *Riscos Naturais, Antrópicos e Mistos. Homenagem Doutor Fernando Rebelo* (pp. 631-651). Coimbra: Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, J. (2013c). Soundscapes and territory: world music in territorial marketing. *GeoJournal of Tourism and Geosites*, 11 (1), 34-41.
- FERNANDES, J. (2016). Redes, paisagens culturais e diásporas – entre a atração turística e a afirmação identitária e política. In F. Velez de Castro, J. Fernandes & R. Gama (coord.), *Redes, Capital Humano e Geografias da Competitividade* (pp. 11-38). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, J. (2018). Territórios de medo e privatização da segurança na Europa. *Debater a Europa*, 20, 41-56.
- FERNANDES, J., GAMA, R., VELEZ DE CASTRO, F., & CORTEZ VAZ, A. M. (2014). Territorialidades vulneráveis e resiliência: reflexões em torno dos efeitos geográficos da crise de 2008 em Portugal. In *Actas do XIV Colóquio Ibérico de Geografia – 'A Jangada de Pedra'. Geografias Ibero-Afro-Americanas* (pp. 2557-2562). Guimarães: Associação Portuguesa de Geógrafos e Departamento de Geografia da Universidade do Minho.
- FRÉMONT, A. (1980). *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra: Livraria Almedina.
- FRIEDMAN, T. L. (2000). *Compreender a globalização. O Lexus e a oliveira*. Lisboa: Quetzal Editores.
- FRIEDMAN, T. L. (2005). *O mundo é plano. Uma História breve do século XXI*. Lisboa: Actual Editora.

- HAESBAERT, R. (1995). Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados. In I. E. de Castro, P. C. da C. Gomes & R. L. Corrêa (Eds.), *Geografia: conceitos e temas* (pp. 165-205). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HAESBAERT, R. (2004a). *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- HAESBAERT, R. (2004b). A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. *Terra Livre*, 1 (18), 37-46.
- HAESBAERT, R. (2007). Sociedade de in-segurança e des-controle dos territórios. In *Anais do I Encontro Nacional da ABRI*. Brasília: Associação Brasileira de Relações Internacionais. Disponível em http://www.abri.org.br/anais/1_Encontro_Nacional_ABRI/Instituicoes_Internacionais/IN3_Rogério_Haesbaert.pdf
- HAESBAERT, R. (2014). *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MUSSET, A. (2015). De los Lugares de Espera a los Territorios de la Espera. ¿Una Nueva Dimensión de la Geografía Social? *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 61 (2), 305-324.
- O'BRIEN, R. (1992). *Global financial integration: The End of Geography*. Londres: Chatham House Papers.
- VELEZ DE CASTRO, F., FERNANDES, J., & GAMA, R. (2014). Percepção espacial em contexto migratório: multiterritorialidade(s) de alunos luso-descendentes na experiência universitária. In *Actas do XIV Colóquio Ibérico de Geografia – 'A Jangada de Pedra' Geografias Ibero-Afro-Americanas* (pp. 303-308). Guimarães: Associação Portuguesa de Geógrafos e Departamento de Geografia da Universidade do Minho.
- VELEZ DE CASTRO, F. (2015a). Ruralidades urbanas: espaços (ir)reais na obra de Pedro Almodóvar. In A. F. de Azevedo, R. C. Ramírez & W. M. de Oliveira Jr. (Eds.), *Intervalo: Entre Geografias e Cinemas* (pp. 229-250). Braga: Departamento de Geografia da Universidade de Minho.
- VELEZ DE CASTRO, F. (2015b). O cinema e a História: compreensão da dinâmica cronotópica das migrações contemporâneas a partir do filme "The Immigrant", de Charlie Chaplin (1917). *Revista Portuguesa de História*, 48, 227-239.
- VELEZ DE CASTRO, F., & MARTINS, B. (2017). The 2014 volcanic eruption in Fogo and the reterritorialization process: from risk to geographic resilience, *Singapore Journal of Tropical Geography*, 39 (1), 149-168.
- VIDAL, L., & MUSSET, A. (Dir.) (2015). *Les Territoires de L'Attente. Migrations et Mobilités dans les Amériques (XIX^e-XXI^e siècle)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Aquilino Ribeiro no Brasil. Narrativas literárias e a rede de influência dos itinerários intelectuais¹

Aquilino Machado
Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa
aquilino.machado@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0003-1246-0920

Introdução: intenções e debate

O presente estudo assinala a viagem do escritor Aquilino Ribeiro ao Brasil, realizada entre os meses de Março e Julho de 1952. Itinerário longo e primacial de descoberta de um mundo físico desconhecido, permitiu ao escritor beirão tecer novas narrativas literárias e um roteiro cultural espalhado por várias sintonias geográficas, através das quais consolidaria uma multitudinária rede de influências com destacados intelectuais brasileiros.

A hipótese de que parto é a de que a representação simbólica de uma viagem, mais do que discernir a descoberta de lugares reais, revela-nos uma «geografia dos espaços mentais, de realidades intelectuais, morais e sentimentais», conforme nos esclarece Martins (2004, p. 9). Concordante com esta interpretação é factível de que esta exegese se encontre resolutamente atraída pela relação que se produz entre as descrições literárias dos sítios e a respectiva realidade, num entendimento que acolhe muito do que Soja (2000) atestou quando refere que os nossos espaços são simultaneamente reais e imaginários.

Ora, o traço desta porosidade aclara-nos o rumo da primeira seção deste texto, já que mediante um conjunto de leituras exploratórias rastreamos a amplitude do seu conceito-chave: a noção de paisagem literária, palco metafórico, que não raras vezes se encontra mesclado pelo «espaço humanizado e apreensível» (Buescu, 2012, p. 10).

¹ Investigação realizada no âmbito do Projecto «Saberes geográficos e Geografia institucional: influência e relações recíprocas entre Portugal e o Brasil no século XX» – FCT/CAPES | Proc. 44.1.00 CAPES / 8513/14 -7.

É uma reflexão que atenha muito da afinidade entre a representação de paisagem e o pensamento geográfico, numa concordância que nos permite dilucidar que a sua extensão literal sempre se assumiu como um recurso vigoroso desde os tempos remotos da humanidade, tão evidente em Estrabão e na sua seminal *Geografia*, onde nomeia Homero como um dos primeiros geógrafos da nossa humanidade (Desbois, Lambony, & Musset, 2016).

Na segunda seção norteamos o nosso itinerário através de lances que nos põem em evidência a vida e a obra de Aquilino Ribeiro. Tiramos partido da faceta de um intelectual que sempre agiu e acompanhou o seu tempo (Vidigal, 1992), num quadro de fidelidade às suas fontes de origem e de inspiração:

Eu sou um artista rude, filho da minha terra. Nasce-se com o berço às costas como uma geba. A Beira Alta não tem símile no mundo. Em poucas dezenas de quilómetros reproduz-se a terra toda: amenidade e braveza, a colina e o vale, a civilização e a selvajaria. À volta da aldeia em que ergui a minha barraca, no Inverno uivam os lobos ao desafio com o vento. Bela fanfarra! Na Primavera alteiam-se do solo, pelos caminhos trilhados, flores que a botânica dos sábios ainda não teve ocasião de descobrir (Ribeiro, 1952a, pp. 62-63).

Na terceira parte daremos corpo à viagem de Aquilino Ribeiro ao Brasil, explorando as suas representações, lugares (reais e imaginários) e a constelação de itinerários intelectuais que nela se firmaram.

Por fim, numa quarta discutimos a colheita que desta viagem dimanou pela sua obra, ao criar um agregado de paisagens literárias de intensa representação intemporal. Quase como se disséssemos que o deslize fluvial do tempo, acolhendo a experiência da viagem real e metafórica, soube apreender o «passado como paisagem, um lugar constituído através da relação entre os objetos captados, na sua diferença e irregularidade, e através da relação que eles mantêm com o sujeito» (Buescu, 2012, p. 10).

As narrativas literárias e a geografia imaginária

O lastro das geografias ficcionais vagueia em muitos dos nossos territórios, suportado pelo conhecimento que cada um tem de determinadas recriações literárias. É uma imensa trama cartográfica absorvida na materialidade dos sítios, onde continua presente a memória criativa do escritor. De facto, o interesse por estes territórios ficcionais reflete, em boa medida, o fascínio que advém da leitura das obras e a curiosidade que a memória delas terá suscitado nas pessoas que

para lá se dirigem com o propósito de confrontar a realidade local com a representação imaginária que haviam construído.

Interessa-nos amparar o nosso conspecto através de um complexo feixe de relações que se compadecem entre a literatura e o pensamento geográfico. Sabemos, de antemão, que a literatura e a geografia coexistem desde que se começou a refletir sobre as organizações espaciais e o lastro das formas inscritas na paisagem (Ribeiro, 1986). Mas os laços mais firmes foram escorados através da corrente humanista (Brosseau, 1996; Desbois et al., 2016; White, Segalen, Le Clézio, & Bouvet, 2015), quando a geografia faz um uso assertivo das paisagens imaginárias para aclarar a representação factual.

A aceção de «imaginário geográfico» (Gregory, 1994; Harvey, 1990; Said, 1978) cunha-se numa aceção que tem origem na geografia pós-moderna e que nos diz que o discurso geográfico não reflete apenas o mundo, ele é constitutivo desse mundo, «numa forte articulação entre natureza e cultura» (Cunha, 2011, p. 12). Na asserção desta nova dimensão, Harvey (1990) lembra-nos que o conhecimento geográfico vive muito da sua identidade como matriz real, mas também como criação simbólica de uma geografia imaginária que permite ajustar de uma forma mais intensa a perenidade do tempo. Por outro lado, Soja (2000) encarrega-se de nos transmitir que nos tempos hodiernos se torna progressivamente mais difícil demonstrar a diferença entre o mundo real e o imaginário.

E é neste desfiar que Desbois et al. (2016) nos indicam que a própria ficção pode gerar uma geografia emocional inerente aos lugares que os escritores habitam (perene ou transitoriamente), ou em relação aos quais estão sentimentalmente ligados. Este intenso património conflui numa abordagem em torno da geografia emocional, que deverá recair intrinsecamente no mapeamento dos itinerários pessoais dos escritores, de forma a reproduzir uma ideia ancorada em torno de uma «sentimental cartography» (Bruno, 2002), e que nos possibilita fortalecer uma noção próxima da geografia emo-criativa que nos revela o que é invisível e nos liberta para a organização de percursos de exploração (Moulaert, 2016).

Por fim, a progressão deste roteiro conduz-nos inelutavelmente à ideia de viagem como atributo de revelação de espaços de representação. No fundo, como nos aclaram Bailly e Scariati (1999), a viagem configura um momento particular da nossa existência, no qual somos confrontados de forma imperativa com a percepção de espaço. Satisfazemo-nos com a ideia de lugar porque nos garante o conforto da segurança e do conhecimento familiar, mas é na descoberta do espaço que alcançamos o traço indizível da liberdade, por isso estamos ligados ao primeiro e ambicionamos sempre a conquista do segundo (Tuan, 2006).

Assim, com estes pressupostos, entroncamos no problema que conduz à preparação deste estudo e que diz respeito ao modo como o escritor Aquilino Ribeiro soube projetar nas suas narrativas literárias o apelo de um itinerário cultural contido numa viagem ao Brasil.

É nesta impregnação entre o vivido e a ficção que faremos uso de distintas modalidades de escrita: vários artigos de jornais e revistas, algum acervo epistolar de Aquilino Ribeiro, notas de viagens escritas entalhadas num roteiro turístico e alguns textos ficcionais surgidos logo após o itinerário por terras brasileiras.

Através deste conjunto de criações literárias comparamos o jogo ficcional e a vivência real dos lugares que a escrita de Aquilino Ribeiro reteve numa viagem de sabor elíptico por terras do continente sul-americano.

Aquilino Ribeiro: alteridade, representações e contextos da sua época

Aquilino Ribeiro nasceu no ano de 1885, em Carregal, no concelho de Sernançelhe, numa região emoldurada pela agrura da vida serrana que «prolonga em Portugal a dura e áspera meseta castelhana» (Coelho, 1973, p. 4), numa áspera imposição sinfónica, por força das suas tempestades de «suspensos de morros e encostas, plainos desolados em que cresce uma rabugem de mato, e a que nem os rebanhos de reses magras e pequeninas nem o renovo da Primavera conseguem animar» (Ribeiro, 1933, p. 231).

Este seu amparo emocional tonaliza uma grande parte da sua obra literária em torno da sua região, a Beira Alta, sua geografia sentimental, e é bem assumida no destaque que ele mesmo dá à sua vivência juvenil:

a aldeia serrana, como aquela em que fui nado e baptizado e me criei são e escoreito é assim mesmo: barulhenta, valerosa, suja, sensual, avara, honrada, com todos os sentimentos e instintos que constituem o empedrado da comuna antiga (Ribeiro, 1919/2019, p. 14).

Toda esta paisagem literária que tomou relevo após a publicação do seu segundo romance, *Terras do Demo*, em 1919, respalda-se no cenário das «aldeias montesinhas que moram nos picotos da Beira, olham a Estrela, o Caramulo, a cernelha do Douro e, a norte lhes parece gamela emborcada o Monte Marão» (Ribeiro, 1919/2019, p. 13), escrito com o deleite de um geógrafo clássico na carta que dedica ao escritor Carlos Malheiro Dias, quando se achava no começo do talhamento de uma obra inesgotável que o levaria à cumeada das letras portuguesas.

No tratamento vigoroso que confere à sua geografia emocional alcança especial importância a força como os elementos físicos e humanos são construídos. Uma grandeza telúrica da natureza que desperta no etos do camponês os reflexos nunca abafados da sua ancestralidade e da primordialidade dos instintos (Machado, 2015).

Mas a sua projeção literária não se confina ao centro gravítico das Terras do Demo. Em Outubro de 1902, Aquilino deixa a sua aldeia. Os seus pais destinam-no à carreira eclesiástica, pois dessa forma escapava a um destino marcado pela dureza de uma «terra onde os medos andam à solta e as ruínas guerreiras e monásticas ensombram a cada passo os horizontes» (Ribeiro, 1933, p. 231).

Ingressa no seminário de Beja, inquieta-se, desilude-se, e em dado momento confessa no seu livro de memórias: «(...) que ando aqui a fazer? Surgia no meu espírito ao acordar altas horas da noite» (Ribeiro, 1971/2008, p. 84). Expulso do seminário, rumo a Lisboa onde começará a sua faceta de urbanita, cidadão adoptivo da cidade republicana, onde se movimentava tão à vontade como um lisboeta de raiz, com todos os sentidos e espírito abertos para as peculiaridades dos comportamentos humanos gerados nas aglomerações urbanas. E é então que neste cenário urbano se torna revolucionário por natureza e acção (Seixo, 1985) e desperta para um admirável mundo, vivendo-o intensamente «sem medo de passar por utopista, de construir nas nuvens, de arquitectar repúblicas imaginárias» (Ribeiro, 1939, p. 133).

Em Lisboa, o aceno das correntes revolucionárias, ávidas de destronarem a ditadura de João Franco, levam-no a ingressar na carbonária e a participar ativamente na atmosfera conspirativa que ecoava nas ruas. O seu livro de memórias e romance *Lápides Partidas* (Ribeiro, 1945), falam-nos desta geografia insurgente, dos seus cenários e projeções sociais. Na deriva residencial infere-se um sentido imanente e categórico que caracterizava a atmosfera conspirativa ressoada na cidade de Lisboa e, sobretudo, as tributárias cartografias revolucionárias que impregnavam os seus territórios. O respaldo dos lugares de sociabilidade e de aprendizagem política evidenciam-nos um homem deslumbrantemente atento aos ventos de mudança que espessavam as latitudes revolucionárias das primeiras décadas do século XX. Um mundo que se agitava, uma vida intensamente vivida por alguém que ambicionava ser um ator ativo do seu tempo, por via de uma ampla apropriação dos territórios de acção política (Machado, André, & Moreira, 2016), especialmente no café *Gelo*, que se revelou como a

universidade, e a antecâmara permanente da revolução. Cada um tinha os seus clientes, agrupados pela cor das ideias e das gravatas: republicanos, aficionados, poetas, batoteiros, e seria milagre que acampasse por ali um só

que não acusasse estigma. Desconhecido que aparecesse era tal um moiro na costa. De mesa para mesa voava a palavra passe: Cuidado pode ser bufo! (Ribeiro, 1971/2008, p. 144).

O seu roteiro de andarilho, de fugas e de exílios (Seixo, 1985) conduzem-no à geografia parisiense e à aprendizagem do valor absoluto da cultura cosmopolita. Rapidamente o jovem libertário «parisianisara-se» o mais que pudera (Reis, 1988) e o seu território emocional constitui o cenário privilegiado para a narração da sua escrita.

Mas a sua verve literária discorre pelas assombrosas terras de bosques e dunas, quando, arejado pelos ventos da contemporaneidade e dum cepticismo benevolente, em 1932, na sua *Batalha Sem Fim*, descobre o mar e nos pinta um quadro sobre a paisagem dos pescadores da «triste praia do Pedrógão» e a louca aventura de cavar a duna procurando um «portentoso tesouro» enterrado pelos frades crúzios quando fugiam à invasão dos franceses (Ribeiro, 1932).

No dealbar da década de cinquenta, amplia o atlas da sua geografia sentimental, quando se apaixona pela formosura da capela de Nossa Senhora do Amparo, em Romarigães, Alto Minho, e desenvolve um dilatado trabalho de reaproveitamento e restauro do edificado que então se encontrava em total obsolescência: «No antigo solar dos Montenegros e Meneses prosseguem as obras. As ruínas vão perdendo o ar calamitoso que cortava a alma, quando armará ali banca o construtor de castelos nas nuvens» (Ribeiro, 1953/2012, p. 237). Mas à grandeza telúrica do sítio de Romarigães, o escritor acrescentaria uma obra literária que Manuel Mendes elogiou como a:

mais prodigiosa pelo sabor que tem a sadia vetustez, ao sabor ganho no ofício, à experiência tão rica da humanidade: desde a primeira à última página, o caminho percorrido é como o largo e luminoso rasto de beleza, de energia criadora, de originalidade incomparável, de varonia pelos próprios actos nobilitada, decerto um dia madre de uma nova estirpe (Mendes, 1960, p. 8).

No fundo, todo este «balanceio entre a cidade e o campo, a disseminação por vários géneros, romance, conto, ensaio e tradução, o assomar duma cultura densíssima e multimoda» (Carvalho, 2014, p. 9) fazem da geografia emocional e ficcional de Aquilino Ribeiro um cortejo de recursos duradouros. Tudo consolidado num quadro de grande crivo censório, que cerceou o regime português, entre 1926 e 1974. Quando se deu o 25 de Abril de 1974, Aquilino Ribeiro já morrera há onze anos, não assistindo à libertação dos sentidos que nos emergiu da noite e do silêncio (Andresen, 2015).

A oficina de trabalhador talhada na banca legou-nos uma obra literária infatigável, de um homem que sempre pautaria a sua vida por uma dignidade perante os cercos, os menosprezos e as felanias, como referiu Carvalho (2014). Uma paisagem de forte dimensão genesíaca (Seixo, 1985) que renasce a cada leitura que realizamos.

A viagem de Aquilino Ribeiro ao Brasil: dos laços intelectuais à representação das paisagens metafóricas

Encetamos por assinalar a partida para o Brasil de Aquilino Ribeiro, numa viagem de longa duração realizada entre os meses de Março e Julho de 1952, que delinearia um roteiro de representações elípticas e realistas ao mesmo tempo, que tiveram no escritor o seu ator central.

Tudo teria início no dia 20 de Março, a bordo do paquete *Vera Cruz*, encomendado pela Companhia Colonial de Navegação, e que realizava a sua viagem inaugural zarpando do Cais de Conde de Óbidos, em Lisboa, num périplo apelidado de Rota de Ouro e Prata, com destino aos portos sul-americanos do Rio de Janeiro, Santos, Montevideu e Buenos Aires.

Uma boa parte da comitiva convidada pela Companhia Colonial de Navegação (CCN) conformava simbolicamente a coerência do «mundo português», num pendor de inequívoca afirmação e conforto moral com o regime salazarista, corroboradamente assinalado pela presença de algumas das suas figuras gradas, mormente a do comandante Henrique Tenreiro – que tivera um papel ativo nas organizações milicianas do regime: legião portuguesa, na União Nacional e Assembleia; mas também como «oligarca das pescas», quando assumiu o encargo de administrar a Organização das Pescas (Garrido, 2001) –, de Pereira Viana, deputado da Assembleia Nacional e comandante da marinha, do coronel António Manuel Baptista e do capitão Teófilo Duarte.

Por outro, juntava-se uma cognominada «Missão Cultural Portuguesa», formada por um heterodoxo séquito de personalidades, donde sobressaía a presença da «rainha do fado» Hermínia Silva, assim designada pelo resolutivo prospecto da Companhia Colonial de Navegação, e uma panóplia de diferenciados intelectuais – muitos deles desalinhados com o regime salazarista –, mormente o almirante Gago Coutinho (Figura 1), o geógrafo Orlando Ribeiro e o escritor Aquilino Ribeiro, que se achava num período de intensa produção criativa, já que editara, entre 1945 e 1952, mais de uma dezena de livros, dos quais se salientavam: *Lápides Partidas, Aldeia* (1946), *O Arcanjo Negro* (1947), *Uma Luz ao Longe* (1948), *Luís de Camões*,

Fabuloso e Verdadeiro (1950), *Portugueses das Sete Partidas* (1951), *Geografia Sentimental* (1951), *Leal da Câmara* (1951) e a tradução de *O Príncipe Perfeito de Xenofonte*, em 1952.



Figura 1. Gago Coutinho e Aquilino Ribeiro no paquete *Vera Cruz*, a caminho do Brasil. Março de 1952. Fonte: Arquivo da Família Ribeiro Machado.

No entanto, esta veia criativa não compadecia um reconhecimento público em Portugal, muito por força da sua verve literária compulsar descrições e personagens com «mentalidades tão diferentes da que o Estado Novo reivindicava» (Vidigal, 1992, p. 99). A isto, juntava-se a sua participação nas lutas oposicionistas, em função do aparecimento do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e da campanha de Norton de Matos para as presidenciais de 1949, que tinham suscitaram um crescente antagonismo do regime salazarista.

Neste entendimento, talvez possamos dizer que integrada nesta vocação ideológica, a viagem de Aquilino Ribeiro ao Brasil terá tido o ensejo de revelar o espec-

samento cartográfico de um itinerário pautado por ideais democráticos, quer junto dos exilados portugueses, quer juntos dos intelectuais e académicos brasileiros.

Apesar de tudo, a sua presença na «Missão Cultural Portuguesa» seria porfiadamente citada no ritmo de algumas notícias de imprensa portuguesa, conforme se atenta na notícia do *Diário de Lisboa*, de 8 de Abril de 1952:

Dentre as caras conhecidas do Chiado a mais ilustre é sem dúvida a de Aquilino Ribeiro [...]. Quer saber tudo, desde os mantimentos que embarcam numa baleeira em caso de naufrágio, até precauções que se devem tomar em caso de incêndio. Vai escrever um livro sobre o Brasil, em que haverá um capítulo dedicado à viagem. Entretanto vai fazendo larga colheita de pormenores, estudando a paisagem humana, mirando, ouvindo, observando com olhos profissionais. Como com gosto, bem sem parcimónia e é guloso nos mexericos de bordo. Para não perder tempo, vai entretido com uma tradução, a *Retirada dos Dez Mil* e procura entre as vozes de comando dos oficiais de Xenofonte e para as manobras tácticas dos hoplitas gregos (Lopes, 1952, p. 1 e 3).

Também o infatigável compasso de sua safra predispôs o escritor beirão a colaborar no jornal de bordo (Ribeiro, 1952a), numa escrita pronunciada sobre o ritmo da viagem, mas onde distendeu os seus horizontes para o mundo, quase numa de cosmogonia fechada sobre si mesmo, nunca cessando de completá-lo, de o mobilar e de o tornar cheio como um ovo (Barthes, 1997):

O *Vera Cruz* passa, e as longuíssimas teias de espuma que vai esgarçando com a sua quilha poderosa – os navios modernos são racionalistas – debalde procuraríamos transvertê-las para a fábula e a bucólica. A fauna marinha, confinada ao plano original, a julgar pela imensidade de que apenas se dá conta após dias e dias de céu e água, deve fugir do transatlântico sonoro e veloz. Que avistámos até hoje além da poeira gelatinosa dos peixes voadores e duma longa serrilha de barbatanas dorsais, provavelmente de esqualos, rumo ao Norte, espavoridos? A bordo nada falta do que o homem criou para seu regalo e conforto. O tempo é que se tomou de marcha diferente da do resto do mundo. Há que minutos largámos da Ribeira das Naus? Quando é que vamos entrar na sumptuosa Baía de Guanabara?

Está dito, a Terra é uma prisão e, sendo o único meio de fugir dela morrer, ninguém quer a morte; a nossa pátria, em segundo círculo concêntrico da catividade, é outra prisão, e ama-se; mais estritamente, este belo transatlântico é ainda prisão, e dá vontade de nunca mais sair dele, vendo desfilar do tombadilho as cidades dinâmicas e esplêndidas, apenas uma vez por outra descendo em terra a picar uma rosa fresca na botoeira e, ala, volver ao camarote de sibarita ou à cadeira no *deck*, evadido da lei chatérrima dos cuidados (Ribeiro, 1952a, p. 11).

A chegada ao Rio de Janeiro decorreu num assomo de grande surpresa e encantamento com o aparato vislumbrado. Numa carta dirigida a Norberto Lopes, que o acompanhara na viagem até ao Rio de Janeiro, e que mereceu publicação no *Diário de Lisboa* no dia 12 de Maio de 1952, aclaram-se as primeiras impressões sobre o contexto da ação e o início desta itinerância por terras brasileiras:

O Rio de Janeiro chegou imprevistamente numa manhã opaca, lembra-se? Que ferro o nosso! Os morros estes gigantones de gneisse, não estavam lá. Tinha-os envolvido a bruma numa espessa camada de algodão em rama (Ribeiro, 1952a, p. 12).

De certa forma, reconhecemos nesta expressão aquilo que o geógrafo Harvey (1990) nos dilucida sobre o conhecimento geográfico, aludindo que ele vive muito da sua identidade como matriz real, mas também como criação simbólica de uma geografia imaginária que permite ajustar de uma forma mais intensa a perenidade do tempo.

Mas a projeção quimérica da sua chegada ao Rio de Janeiro traduziu-se numa efusiva hospitalidade que não deixou de ser notada no esboço da sua escrita:

O trópico e a gente do trópico recebia-nos tropicalmente. Os membros da missão abalaram em pulins. Cada um dos nossos compatriotas – e era, legião – queria para si um professor, um sábio, um filósofo, um geógrafo e não chegava o pano para tantas encomendas (*Diário de Lisboa*, 12 de Maio de 1952, p. 12).

Era certo que o escritor tinha arquitetado um imaginário diferente daquele que lhe tinham pintado. «Romancistas, poetas e historiadores não passavam de uma bela filarmónica de trampolineiros», escreveria Aquilino Ribeiro (1955, p. 21). E esta evidência revelar-se-ia de uma forma retumbante através da leitura de uma carta que escreveu para a sua mulher e filho mais novo, logo no dia 1 de Abril, onde fica espelhado o carácter misterioso e insondável que tanto persegue o escritor quando este calcorreia a construção de uma paisagem literária. Numa organização do estado perceptivo que, segundo nos aclara Buescu (2012, p. 10), «implica o exercício de olhar sobre um todo heterogéneo, constituído não por objectos avulsos justapostos mas, pelo contrário, pelas relações irregulares de um conjunto de elementos»:

Não imaginam a perspectiva destas ruas com os arranha-céus encostados à velha casa colonial, ou casa já dos primeiros tempos do Império. Como esta ficou envergonhada ao do monstro. Mas vai implacavelmente abaixo. Tudo o que era para trás de 1920-1930 cai debaixo dos camartelos. Donde vem esta

força, de tão estranho e abundante dinamismo? (...) Isto poderá dar um romance, um romance em que haja este choque, mais que de duas almas, de duas forças biológicas, de dois entendimentos da vida perante o mesmo problema, diferentes, medonhos, astuciosos, quer queiram quer não, *malgré* a religião, a moral, a vontade, a boa educação (Carta de Aquilino Ribeiro a Aquilino Ribeiro Machado, [Rio de Janeiro], 1 de Abril de 1952, fls. 1-2).

A rede influência dos itinerários intelectuais

O tempo da descoberta do Brasil permitiu que Aquilino Ribeiro tecesse um itinerário cultural espalhado em várias sintonias geográficas. Sincronias de descoberta, reveladas através da rede de contactos com destacados intelectuais brasileiros, mas também de reinvenção da sua paisagem literária, já que realizou várias viagens por diversas cidades e estados brasileiros, e nelas comporia uma cartografia diarística de grande intensidade literária.

Mas foram também tempos de reencontro com um importante grupo de exilados portugueses, membros do Conselho de Unidade Antifascista, dos quais sobressaíam os nomes de Jaime Cortesão, Alberto Moura Pinto e Jaime de Moraes, e que, por força dessa circunstância, revelou-se num acontecimento de oposição ao contexto político português.

Daremos então destaque a estas duas perspetivas em jogo, que em certas circunstâncias, se fazem acompanhar uma pela outra: por um lado, um especioso itinerário da descoberta; por outro, o retomar de uma rede de relações de camaradagem, centrada sobretudo na figura de Jaime Cortesão, muito por culpa dos laços de uma amizade estreitada.

O percurso de descoberta intelectual firmou-se numa bitola de grande amplitude com diversos intelectuais, artistas e outras ilustres figuras brasileiras. Consolidaria um vínculo de amizade com Cecília Meireles, o poeta Manuel Bandeira, Octávio Tarquínio de Sousa, Murilo Mendes, e com intelectuais díspares, como Sérgio Buarque de Holanda e Jorge Amado, na sua passagem pela cidade de São Paulo.

Em 21 de Julho, recebeu do então ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves da Fontoura, as insígnias de comendador da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, concedidas pelo presidente Getúlio Vargas. Também ofereceu a força do seu conhecimento tributando algumas conferências, como aquela que colheu eco na imprensa, e que decorreu no Centro Transmontano do Rio de Janeiro, em finais de Junho de 1952, onde dissertou sobre «Camilo e Trás-os-Montes», explorando a influência que esta região do Nordeste português exerceu na obra camiliana, pelo facto deste escritor oitocentista nela ter vivido a sua juventude.

Mas a homenagem simbolicamente mais marcante teve lugar no dia 29 de Maio, num banquete realizado em sua honra, no Hotel Miramar Palace, de Copacabana (Figura 2). Presidido pelo ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, teve como Comissão Promotora Manuel Bandeira, Murilo Mendes, Jaime Cortesão e Cecília Meireles, que tomou a palavra e discorreu o seguinte:

Gostaria de dizer melhor, mas não acerto. No que não digo, fica o que se puder entender, a contribuição de cada um para esta homenagem total, a alegria de termos aqui presente quem nunca esteve na verdade ausente, porque o Brasil distinguiu sempre a vossa voz, Aquilino Ribeiro, entre as belas histórias que Portugal, longe-perto, nos continua a contar, sem pressa nem fim (Meireles, 1952, p. 53-54).



Figura 2. Cecília Meireles saudando Aquilino Ribeiro no banquete de homenagem em sua honra, no hotel Miramar Palace, de Copacabana. 29 de Maio de 1952.

Fonte: Arquivo da Família Ribeiro Machado.

Nele compareceram numerosos escritores, alguns já citados, artistas e industriais, tanto brasileiros como membros da heterogênea comunidade portuguesa, contando-se, entre outros, o capitão Sarmiento Pimentel, o almirante Gago Coutinho, o embaixador António Faria, o industrial Tomé Feiteira e o banqueiro Cupertino Miranda.

Com tamanho alinhamento de convidados (ao que parece próximo das duas centenas) pressagiamos a abrangência de um acontecimento, que fizera sentar à mesa figuras gradas do regime salazarista e alguns reviralhistas exilados no Brasil. Aquilino Ribeiro não desaproveitaria a ocasião para afrontar a ordem estabelecida pelo regime ditatorial, ao elogiar, com a subtileza e fino recorte literário que lhe era reconhecida, os seus velhos companheiros republicanos exilados:

Jaime Cortesão, camarada ontem e amigo de sempre, que em todos os géneros como hoje na História, assinalou a sua garra singular e forte, lidima figura de Plutarco do Portugal Contemporâneo, superior até na inquebrantável firmeza com que tem arrostado a hora adversa; Alberto Moura Pinto, antigo ministro da República Portuguesa, girondino contra ventos e marés (Ribeiro, 1952a, p. 58).

Por outro lado, as palavras de agradecimento de Jaime Cortesão realçaram a obra, o vitalismo do universo aquiliniano, e o inabalável vigor como homem das letras e interventor do Mundo, num apego permanente em apreender tudo aquilo que vê e com isto acalantar a construção de incontáveis paisagens literais:

Sei, como seu velho camarada e amigo – e peço-lhe me releve a indiscrição – que Aquilino, desde que aqui chegou, está, dia e noite, com apaixonado afã, tomando notas de tudo o que vê, sento e perlustra – terra, bichos, homens e costumes; selvas e rios, urubus e colibris, Copacabanas e favelas, estadistas e escritores, machambas e candomblés, – todo o cosmorama vivo deste mundo surpreendente, para a obra que prepara sobre o Brasil e de que já me leu alguns quadros e retratos, admiráveis de flagrante (Cortesão, 1952, p. 42).

Na verdade, Aquilino Ribeiro tributaria, no quadro deste itinerário, uma arreigada atenção a Jaime Cortesão. A força desta amizade consolidara-se, a partir de 1919, quando o escritor entrara como segundo bibliotecário para a Biblioteca Nacional, a convite de Raul Proença e de Jaime Cortesão. Com alguns escritores que faziam parte daquela instituição, forma um grupo de intelectuais «altamente representativo da mentalidade do tempo» (Namora, 1963, p. 80), que contava, entre outros, com Raul Brandão, Jaime Cortesão, Raul Proença, Ilídio Teixeira de Vasconcelos e Câmara Reis. Daí nasceu a *Seara Nova* (1921), revista de doutrina e crítica, que tornar-se-ia numa «tribuna crítica, defendendo interesses cívicos, culturais e ideológicos, sempre com os propósitos da maior isenção e independência em relação ao poder político» (Almeida, 2003, p. 91). Mais tarde, por força do envolvimento na Revolta de 7 de Fevereiro de 1927, fortaleceriam este trajeto no exílio

parisiense, estreitando amizades, continuando a ser teimosamente livres e conspirativos contra os ventos adversos da ditadura.

Escreveria mesmo um artigo para um número especial da revista *Seara Nova*, saído do prelo em Dezembro de 1952 (Figura 3), onde compulsava os traços marcantes deste «Reencontro com Jaime Cortesão»:

Tornei a vê-lo por uma noite calmosa, em sua casa, o nono andar dum meio arranha-céus da rua Paysandu, rua fidalga *vieux style*, com duas ordens de palmeiras a todo o longo, altas, extáticas e espirituais como uma procissão de Domingo de Ramos num descanso da Via Sacra. O termómetro no pino dia oscilava à volta dos 40 graus e com delícia me repolteei, à varanda num *rocking-chair* voltado para as belas buritis. Mas em baixo, nas enseadas caprichosas do Flamengo, as águas estagnavam mortas, e não vinham brisas nocturnas sacudir-lhes os flabelos. E elas permaneciam longínquas, esgalgadas e bonitas, [e] ao mesmo tempo tão preguiçosamente tropicais e bizantinas que a sua função natural, dir-se-ia, era recrear-nos os olhos e mais nada (Ribeiro, 1952b, p. 187).

Na primeira parte do artigo vislumbramos a importância de um diálogo «a perder muitas vezes o fio do discurso, depois do longo parêntesis» (Ribeiro, 1952b, p. 187). O escritor beirão começa por nos revelar que encontrou um Jaime Cortesão eterno, que embora não tivesse alterado «aquela sua fisionomia de doge, um doge bem disposto, no entanto que ainda não tivesse acabado de arrumar os negócios da República» (Ribeiro, 1952b, p. 187).

No longo debate compulsam as reflexões mantidas no domínio da política onde a visão espiritual do mundo prevalece como fio condutor de um percurso cívico. Escreve Aquilino Ribeiro:

Pude presenciar a deferência com que o tratam no Itamaraty, ou seja o Estado; na Biblioteca, centro de eruditos e estudiosos; aqui e além, nas casas de homens de letras e artistas, onde, verdadeiros cenáculos ou, se quiserem, academias à maneira ática, se praticam todos os jogos florais do espírito e uma camaradagem ampla, estreme de invejas e tolas rivalidades (Ribeiro, 1952b, p. 188).

Particularmente estimulante revela-se a abordagem que Aquilino Ribeiro imprime ao itinerário de Jaime Cortesão como escritor, numa paleta aberta de poeta, dramaturgo, ensaísta, historiador, e onde destaca que os «seus estudos sobre as marcas territoriais do Brasil e prolegómenos da nacionalidade brasileira firmaram-lhe um lugar de relevo na historiografia contemporânea» (Ribeiro, 1952b, p. 188).

Uma itinerância geográfica pelos céus do Brasil, o afeiçoamento das suas paisagens imaginárias

A confirmação dos pressupostos anteriormente elencados é vigorosamente evidenciada no itinerário que Aquilino Ribeiro veio a desenvolver por alguns estados brasileiros, na companhia de Jaime Cortesão e do almirante Gago Coutinho, onde jornadaeu pelos ares através do Estado de São Paulo e da terra assombrosa de Mato Grosso até as fronteiras da Bolívia (Figura 4). Deste singular fio condutor fala-nos igualmente o artigo que Aquilino Ribeiro escreveu para o jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1952, intitulado de «Pelos Céus de Mato Grosso». Estamos face a uma narrativa dotada de um grau de amadurecimento que lhe permitiu captar o «passado como paisagem, um lugar constituído através da relação entre os objectos captados, na sua diferença e irregularidade, e através da relação que eles mantêm com o sujeito» (Buescu, 2012, p. 10):

Dissiparam-se as nuvens para ficar um céu cor de âmbar, macilento, espécie de entardecer de um dia de Outono sem Sol. Apenas nos confins, ao Sul, um fuminho quase irreal deixa-nos na dúvida se são ali as lindes do horizonte. Gago Coutinho ergue-se da cadeira para me dizer que vamos atravessar o Paraná. A terra, coisa de quatro mil metros abaixo de nós, encurva-se à maneira de um alguidar, um rúbido e imensíssimo alguidar de Barcelos (Ribeiro, 1952c, p. 4).

Na verdade, em companhia de Gago Coutinho, Aquilino Ribeiro galgaria alguns dos estados brasileiros, projetando o lastro deste trajeto nos seus escritos. Resgataremos novamente o texto «Pelos céus de Mato Grossos» para apreendermos a descortinável apreensibilidade que se observa na sua escrita, quando sobrevoa o rio Paraná e descreve a paisagem física com o rigor de um geógrafo clássico:

O Paraná desliza manso, molemente torcicular, e as suas margens afiguram-se-me ermas. De minuto a minuto, grandes remendos de veludo negro na extensão são trechos da floresta. Pequenas sangas são riachos e subsidiário do Paraná; breves retalhos verdes, roças, as raras fazendas de corajosos sertanejos. Pelo céu, as nuvens revestem aspectos extravagantes em que predominam os perfis de asa. Asas maciças de abetarda e até asas elegantes de serafim. Um cirro arremeda o focinho do bisão. A fisionomia do solo é de todo diversa de São Paulo. Desvaneceram-se os losangos dos campos cultivados. À parte os cordéis das estradas, de resto em número ínfimo, de coisa alguma se poderia concluir que por aqui anda homem. Até onde atinge a vista a terra, com os seus sulcos multimodos, os seus bosques disseminados, as suas ondulações arbitrárias, torna-se a monótona e dolente lauda de um

antifonário. Nódos verdes, compridas ou difusas, irregulares e derramadas como mofo diz-me Jaime Cortesão que são os leitos secos das torrentes. Com a estação das chuvas incham e a linfa transborda e corre. Depois, à medida que vai estiando, a água estagna nos poceirões, evapora-se e, depositando a terra vermelha em suspensão, uma babugem branca, para mim inexplicável, provinda talvez de alguma argila finíssima, esfloca-se das margens. Parece espuma (...) (Ribeiro, 1952c, p. 4).

Esta intensa verve literária que se atenta tão incontestável neste texto de Aquilino acerca da prodigalidade dos seus céus de Mato Grosso e Paraná, seria talvez a razão porque, ao responder a um conjunto de questões de um jornalista do *Diário de S. Paulo*, sobre que desígnios o tinham trazido ao Brasil, afirmaria desassombadamente que fora a curiosidade literária de travar conhecimento com tão grande território.

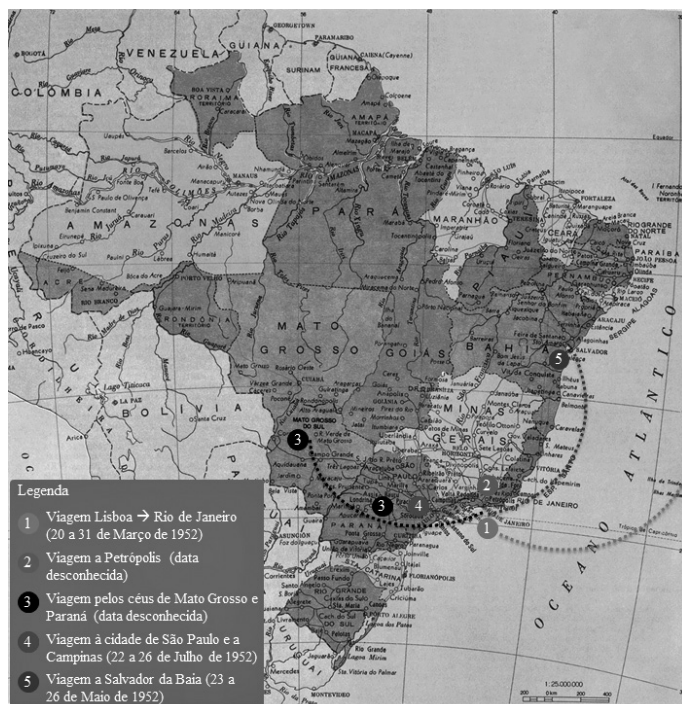


Figura 4. Cartografia da itinerância de Aquilino Ribeiro pelo Brasil em 1952.

Fonte: Elaboração própria.

Este terá sido o escopo que o levou a viajar por alguns estados brasileiros, aproveitando o convite de algumas figuras intelectuais, ou mesmo outras com algum peso institucional.

Assim, para além desta extraordinária viagem pelos céus de Mato Grosso e do Paraná, o percurso itinerante encetaria com uma visita à cidade de Petrópolis, presumivelmente durante o mês de Abril. O jornalista Lourenço da Silva de *A Noite* do Rio de Janeiro confirmava que o escritor beirão tinha fugido para Petrópolis, embora não soubesse «como é que lá se está sentindo». Atestava que a razão desta visita se poderia relacionar com os traços de parecência com a paisagem portuguesa e ao «seu espírito inclinado ao isolamento». No entanto, lançava um repto para que o escritor não se enfurnasse em «qualquer dos seus pitorescos recantos, por mais atraentes que sejam e por maior aconchego e conforto espiritual que lhe possam oferecer», apelando-o a peregrinar «por esse nosso Brasil, que é seu também» (*Aquilino Ribeiro no Brasil*, 1952, pp. 16-17).

Esta incitação é largamente abraçada pelo escritor quando prossegue este itinerário, agora pela cidade de Salvador da Baía, entre os dias 23 e 26 de Maio. Nele confrontamo-nos com a capacidade criadora do escritor, ao associar umas notas escritas à mão a um *Roteiro Turístico* da cidade do Salvador da Baía, donde sobressai a subtil sensibilidade em descrever a paisagem física e humana numa gesta tantas vezes vislumbrada em livros sobre a sua geografia sentimental.

Acentuava na contracapa do roteiro turístico (Figura 5):

parti para a Baía no sexta-feira, 23, às 5 da manhã, do aeroporto Santos Dumont, num avião da Real. Descemos em Vitória. Regressei na segunda-feira, 26, chegada ao Rio à 1h, em avião especial da Real. Vinhamos 48 passageiros (Aquilino Ribeiro, anotações manuscritas na contracapa do *Roteiro Turístico da Cidade do Salvador*, Maio de 1952).

Juntamente, ajustaria algumas notas sobre a viagem de avião, permitindo-nos descortinar uma visão heterogénea sobre a paisagem que se lhe distinguia da janela:

(...) por cima das nuvens, repete-se por vezes a paisagem terrestre [...] As nuvens correm debaixo da asa do avião, isto é, a umas centenas de metros por debaixo da asa do avião como cabras brancas. Por entre este gado corrente avistam-se nesgas de terra [...]. A primeira impressão da terra a 3000 metros não causa impressão especial, porque está para lá da linha da visibilidade. É como o limite do som. O espírito não está preparado para estes aspectos fenomenológicos. Mais atenuado a impressão do mar. Onde estão os tubarões? (Aquilino Ribeiro, anotações manuscritas na contracapa do *Roteiro Turístico da Cidade do Salvador*, Maio de 1952).

O terceiro lance de itinerário permite-lhe descobrir a cidade de São Paulo e a sua inclemente paisagem de arranha-céus. «Por toda a parte arranha-céus. Estou a

escrever-vos dum 17º andar. O ascensor leva 1 minuto a chegar. Ao descer do ascensor olha-se para baixo para a espécie de tubulatura central e tem-se a sensação de vertigem», testemunhará numa carta à sua mulher e filhos (carta de Aquilino Ribeiro a Aquilino Ribeiro Machado, São Paulo, 23 de Julho de 1952, fl. 1).

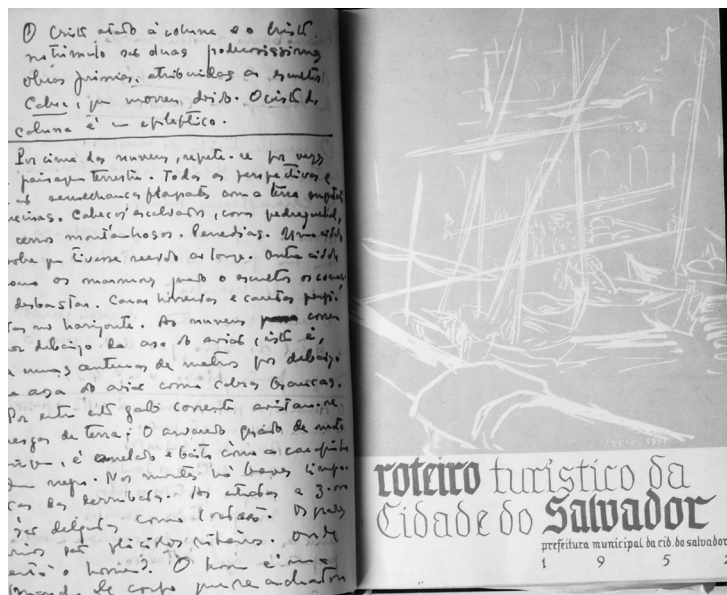


Figura 5. Roteiro Turístico da Cidade do Salvador com anotações de Aquilino Ribeiro.

Fonte: Arquivo da Família Ribeiro Machado.

O jornalista Oswaldo de Andrade pontua a cartografia destes dias, tendo escrito o seguinte na edição de 8 de Agosto de 1952 do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro:

Pilotado por esse moderno acrobata da cultura que é Jaime Adour da Câmara, realizou Aquilino Ribeiro a sua prometida visita a São Paulo. Visita curta que deu apenas para cheirar do alto do avião as indústrias do Conde Chiquinho e os arranha-céus da cidade (*Aquilino Ribeiro no Brasil*, 1952, p. 33).

Outras notícias – como esta publicada no *Correio Paulistano* de 27 de Julho de 1952 – falam-nos da firme curiosidade em correr todas as livrarias, de conhecer a «veneranda praça da República, onde lamenta a sorte dos plátanos vindos de Paris», e o fascínio com a ousadia do cimento armado «que se ergue diàriamente para o céu» (*Aquilino Ribeiro no Brasil*, 1952, p. 32).

Nesta ocasião, Aquilino travaria conhecimento com o historiador Sérgio Buarque de Holanda, num *cocktail* em sua homenagem, organizado em casa da

escultura Pola Rezende e de Nelson Ottoni de Rezende; e com Jorge Amado, num jantar em casa de Jaime Adour da Câmara. O carreiro final deste roteiro levaria o escritor a visitar os «cafezais românticos de Cid de Castro Prado», em Campinas, numa procura incessante por novas paisagens metafóricas, numa nova lei sempre nova, «imaginativa e desconhecida ou inapreensível do desejo» (Lopes, 1985, p. 12) (Figura 6).



Figura 6. Jaime Aldour da Câmara e Aquilino Ribeiro na Fazenda de Cid de Castro Prado, em Campinas.
Fonte: Arquivo da Família Ribeiro Machado.

Num belíssimo fragmento de literatura, apenso ao texto sobre os céus de Mato Grosso, o escritor confessa o deslumbramento em viajar de avião e captar as paisagens transfiguradas pela altitude, como um mapa de linhas entrecruzadas onde se fccionam as histórias adensadas na nossa imaginação. E confessa algo que sublima o traço de atração quando se viaja tão distante de tudo: «a sensação de isolamento que se tem voando». Uma ideia de insularidade que tanto persegue o escritor e que no caso desta itinerância teve a capacidade de afeiçoar o caudal das suas paisagens imaginárias:

Vogamos na nebulosa, a nebulosa placenta dos mundos. Ao romper-se, aos que voamos alto a floresta parece um couval e no entanto as árvores, aroeiras e ipês nesta altura da região, têm de ser colossais. A bruma, esfarelada, foge por debaixo da asa como um rebanho de cabras bravas. Um regatinho vem

do alto de uma colina, estreito como o cordão de um sapato. Horizontes cada vez mais de Gustavo Doré. O Céu, agora, dir-se-ia que pretende copiar a Terra, repartindo-se em listões claro-escuros. Tanto se identificam que figuram um mesmo lenço dobrado. Nós passamos levantando a dobra. Mas instantes depois, os longes não deixam de causar certa confusão ao olhar. A Terra encurvou-se mais e vamos no fundo da escudela, ou tudo é Céu e a Terra é plana como a palma da mão? Estranha natureza! Sobrevoamos pantanais sem fim. Nem eira nem beira. O sertão absoluto (Ribeiro, 1952c, p. 4).

O regresso a Portugal: a disseminação da paisagem literária colhida no itinerário brasileiro

De regresso a Portugal, no dia 2 de Agosto de 1952, saltando «dum *Constellation*, fresco, bem humorado, a vender saúde, depois de 24 horas de voo através do Atlântico», como nos testemunha uma entrevista ao *Diário de Lisboa*, o escritor trás consigo um repertório narrativo onde coubera uma plêiade de memórias paisagísticas que lhe permitiram ensaiar peças literárias de registo intemporal.

Na mesma entrevista, quando questionado sobre o Brasil hodierno foi peremptório em afirmar que o

Brasil de hoje não é mais aquele país, meio bondoso e meio faceto, donde regressava o Português com um papagaio e cachuchos imponentes nos dedos. Perguntar pelo Brasil equivale a pôr um problema para cada um dos géneros da actividade moderna. Qualquer deles daria muito fio a dobrar (*Diário de Lisboa*, 4 de Agosto de 1952, p. 4).

Num manuscrito da autoria de Aquilino Ribeiro, escrito em Agosto de 1952, com o título «Do Rio a Lisboa pelos ares», somos novamente compadecidos com este fascínio permanente em percorrer o mundo pela janela de um avião, numa alegórica viagem que detém aquilo que contempla, mas que também projeta uma dimensão literal, que nos dão conta «de diversíssimas formas de o humano se auto-perceber» (Buescu, 2012, p. 17):

O *Constellation* treveja, rola, arranca. Saltamos por cima dos transatlânticos, das fragatas, e da barca de Niterói. Encurvamos para o Caju, depois para a periferia este da Tijuca. Eis-nos sobre o morro de Santo António a roçar o Corcovado, por detrás do Pão de Açúcar. Os demais morros altivos lembram pigmeus acorados. Fecha-se o círculo e metemos rumo ao Norte, direito e inflexível como uma seta (Carta de Aquilino Ribeiro a Aquilino Ribeiro Machado, São Paulo, 23 de Julho de 1952, fl. 1).

Mas na cadência que nos é apresentada na peça escrita decalca-se uma constante voragem em relatar o desconhecido, que se encontra oculto pelas trevas noturnas, mas que dão azo a uma narrativa literal:

por cima de nós há estrelas, mas ninguém as vê. Por baixo de nós, nos abismos do mar, agita-se ou dorme toda a fauna multimoda e misteriosa. Involuntariamente pensamos nos tubarões que só nos deixariam os pés nos sapatos, como os lobos que noutros tempos comiam os viadantes pelas serras, se o avião chafurdasse no pego. (Carta de Aquilino Ribeiro a Aquilino Ribeiro Machado, São Paulo, 23 de Julho de 1952, fl. 3).

Com a chegada ao «fragão adorado», o escritor beirão trazia as primícias de um livro anunciado – «Brasil desmedido», embora reiterasse que o Brasil para ser «suficientemente explicado pelos seus aspectos infinitos, mas capitais, precisaria de setenta sábios – os setenta sábios do imperador bizantino, a trabalharem mais setenta horas». Na curta entrevista dada ao *Diário de Lisboa*, no dia do seu regresso, quando lhe perguntaram sobre o porquê deste título, redarguiu que era sobre «a imensidade em levedação, para lá de medida, já com seu ritmo, mas ritmo exorbitante, em busca de compasso». E, e em jeito de desafio, rematará: «Faço-me compreender, não?» (*Diário de Lisboa*, 4 de Agosto de 1952, p. 4).

Todavia, tal livro nunca chegou a sair do prelo, embora esta produtiva narrativa fosse carreada para um sem número de artigos sobre a imagética desta viagem e as inerentes redes de itinerância com diversos intelectuais, donde sobressai aquele que veio a ser publicado na *Seara Nova*, em Dezembro de 1952. A sua própria editora de sempre, a Livraria Bertrand, render-lhe-ia uma relevante homenagem em torno da importância simbólica desta viagem, ao compilar os mais significativos artigos de jornais por si escritos ao longo do seu «itinerário espiritual pelas terras brasileiras», mas onde também se fixariam algumas das notícias mais relevantes, e as elocuções produzidas por Cecília Meireles e Jaime Cortesão no almoço de homenagem no Miramar Palace Hotel, em Copacabana, no dia 29 de Maio de 1952.

Mas o caldeamento desta viagem entalhou-se nos traços da literatura mais perdurável, sobretudo através de personagens que criou para algumas das peças mais importantes de sua bibliografia.

Uma das criações mais marcantes inscreveu-se no romance *Quando os lobos uivam*, de 1958, através da personagem Manuel Louvadeus, um beirão que emigrou para São Paulo, depois para Campinas e Bauru e finalmente se internou pelos sertões de Mato Grosso para garimpar diamantes nos «corgos que contravertem entre o Amazonas e o Prata» (Neves, 1996, p. 93).

A respeito deste romance, dirá Jaime Cortesão, citado por Neves (1996), que «desta vez, a paisagem e o meio conformadores do homem alargam-se nas serras da Beira às cidades e chapadas do Brasil», e que a personagem Manuel Lovadeus, representa «menos que a crisálida dum novo ser que há-de amanhã representar, já evoluída, uma comunidade luso-brasileira, em que se fundam as primitivas virtualidades da velha metrópole com as da livre América» (Neves, 1996, p. 93).

Mas é no conto *Minas de Diamantes*, o «texto mais luso-brasileiro de Aquilino», segundo Neves (1996, p. 94), que a sua personagem principal, Dedê – saída «das duas figuras maiúsculas Diamantino de Diamantes, por graça de Deus e dos padriños» (Ribeiro, 1960, p. 81) – se apresenta como «a versão moderna da figura que nas aldeias se chama de brasileiro», mas «distante do brasileiro camiliano que se compadecia com uma visão mais ou menos colonial». Ao contrário deste, Dedê representa o produto do «grande meio cosmopolita do Rio de Janeiro, civilizado, voluptuário e ganho a todos os apetites» (Neves, 1996, p. 94).

Remate conclusivo

Enunciámos um problema que aferia como é que o escritor Aquilino Ribeiro tinha projetado nas suas narrativas literárias o apelo de um itinerário cultural na sua viagem ao Brasil. E como nelas tinha sido retida a importância do reencontro e o lastro do relacionamento com intelectuais brasileiros.

A leitura que fazemos acerca das representações e dos itinerários permitem-nos responder afirmativamente.

Uma primeira ideia que pode ser registada é a de que a força desta viagem caldeou-se na disseminação de numerosas narrativas ficcionais respaldadas em diferentes contextos, evidentes nas personagens que criou em *Quando os Lobos Uivam* e na novela *Minas de Diamantes*. A tal ideia arrimada por Jaime Cortesão quando cita que a paisagem e os meios conformadores do homem se diluem pela geografia imaginária e pelos territórios reais, numa impregnação entre o vivido e a ficção que, por vezes, se estabelece em determinados territórios (Levy, 2006). Este aspeto que ganhou maior transcendência por força dos itinerários intelectuais desenvolvidos nesta viagem, quer através dos exilados portugueses quer no fluxo de ideias permutados com intelectuais, académicos brasileiros e outras figuras da sociedade brasileira.

Em 1955, Aquilino Ribeiro escreveu: «(...) cada homem é um mundo. Por isso mesmo, cada homem que se sabe contar é um livro nunca igual a outro livro. O princípio da originalidade está no partido que se tira de tal circunstância» (Ribeiro,

1955, p. 30). Esta frase lapidar repercute a paleta de oferta que incutiu ao longo desta viagem de descoberta de uma realidade tão distante e desconhecida,

tomando notas de tudo o que vê, sente e perlustra, – terra, bichos, homens e costumes; seivas e rios, urubus e colibris, Copacabanas e favelas, estadistas e escritores, macumbas e candomblés – todo o cosmorama vivo deste mundo surpreendente (Cortesão, 1952, p. 42).

Este alcance premedita a visão de um homem permanentemente insatisfeito com a comensuração do seu saber, tentando cultivar «a inquietação como uma fonte de renascimento» (Ribeiro, 2007, p. 6). Tal determinação foi sentida no admirável roteiro de viagem concatenado ao longo da sua estada por terras brasileiras, onde arquitetou uma cartografia emocional de grande intensidade e rastreabilidade no seu universo criativo.

Fontes

ARQUIVO DA FAMÍLIA RIBEIRO MACHADO

AQUILINO RIBEIRO, anotações manuscritas na contracapa do *Roteiro Turístico da Cidade do Salvador* (Bahia: Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador, 1952).

AQUILINO RIBEIRO, carta a Aquilino Ribeiro Machado, Rio de Janeiro, 1 de Abril de 1952, 3 fls. ms.

AQUILINO RIBEIRO, carta a Aquilino Ribeiro Machado, São Paulo, 23 de Julho de 1952, 2 fls. ms.

AQUILINO RIBEIRO, «Do Rio a Lisboa pelos ares». Dactiloscrito com emendas autógrafas, Agosto de 1952, 4 fls.

Bibliografia

ANDRESEN, S. (2015). *O nome das coisas*. Lisboa: Assírio & Alvim.

ALMEIDA, H. (2003). *Aquilino Ribeiro – O fascínio e a escrita da Terra*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

AQUILINO RIBEIRO NO BRASIL (1952). LISBOA: LIVRARIA BERTRAND.

BAILLY, A., & SCARIATI, R. (1999). *Voyage en Géographie*. Paris: Anthropos.

BARTHES, R. (1997). *O prazer do Texto*. Lisboa: Edições 70.

BROSSEAU, M. (1996). *Des Romans-géographes*. Paris: L'Harmattan.

BRUNO, G. (2002). *Atlas of Emotion: Journeys in Art, Architecture, and Film*. Nova Iorque: Verso.

BUESCU, H. (2012). Paisagem literária: imanência e transcendência. *Revista Colóquio Letras*, 179, 9-18.

- CARVALHO, M. (2014). Intervenção na Sessão de Homenagem a Aquilino Ribeiro, no Panteão Nacional em 25 de Fevereiro de 2013. *Revista o Escritor*, 1, 15-24.
- COELHO, N. (1973). *Aquilino Ribeiro*. São Paulo: Edições Quíron.
- CORTESÃO, J. (1952). Saudação a Aquilino Ribeiro. In *Aquilino Ribeiro no Brasil* (pp. 37-43). Lisboa: Livraria Bertrand
- CUNHA, C. (2011). *A(s) geografia(s) da literatura: do nacional ao global*. Guimarães: Opera Omnia.
- DIÁRIO DE LISBOA (1952, 4 de Agosto). Simpatia fervorosa para com o nosso País é o que se nota no Brasil em todas as classes – diz-nos Aquilino Ribeiro. *Diário de Lisboa*, 10659 (32), pp. 1 e 9.
- DESBOIS, H., LAMBONY, P., & MUSSET, A. (2016). Géographie: la fiction “au coeur”. *Annales de Géographie*, 709-710, 235-245.
- GARRIDO, Á. (2001). Henrique Tenreiro – «patrão das pescas» e guardião do Estado Novo. *Análise Social*, 36 (160), 839-862.
- GREGORY, D. (1994). *Geographical Imaginations*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- HARVEY, D. (1990). Between space and time reflections on the geographical imagination. *Annals of the Association of American Geographers*, 80 (3), 418-434.
- LEVY, B. (2006). Géographie et littérature. Une synthèse historique. *Le Globe. Revue Genevoise de Géographie*, 146, 25-52.
- LOPES, N. (1952). Cruzeiro do Sul/Caras conhecidas do Chiado nos «deks» do «Vera Cruz». *Diário de Lisboa*, 10543 (32), pp. 1 e 3.
- LOPES, Ó. (1985). Um lugar de nome Aquilino. *Revista Colóquio Letras*, 85, 5-14.
- MACHADO, A., ANDRÉ, I., & MOREIRA, F. J. (2016). Percursos literários pelas vias da geografia libertária. Aquilino Ribeiro na Lisboa revolucionária – 1904-1908. In N. Benach, M. H. Zaar & M. Vasconcelos P. Junior (Eds.), *Actas del XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona: Universidad de Barcelona. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/MachadoAndreMoreira.pdf>
- MACHADO, A. (2015). O Castanheiro na paisagem literária de Aquilino Ribeiro. *Revista Beira Alta*, 74, 211-224.
- MARTINS, O. P. (2004). A alteridade: conceitos e representações; preâmbulo. In O. P. Martins (Coord.), *Portugal e o “Outro”: imagens e viagens* (pp. 9-11). Aveiro: Centro de Línguas e Culturas.
- MEIRELES, C. (1952). Em louvor de Aquilino Ribeiro. In *Aquilino Ribeiro no Brasil* (pp. 45-54). Lisboa: Livraria Bertrand.
- MENDES, M. (1960). *Aquilino Ribeiro. A obra e o homem*. Lisboa: Edições Arcádia.

- MOULAERT, F. (2016). Geografia Emocional e Geografia Criativa. In I. André, A. Estevens, & L. Gabriel (Coord.), *Atlas das Utopias Reais: criatividade, Cultura e Artes* (pp. 18-19). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos e Outro Mundo.
- NAMORA, F. (1963). *Aquilino Ribeiro*. Lisboa: Galeria Artis.
- NEVES, A. (1996) Aquilino Ribeiro e o Brasil. *Cadernos Aquilinos* (Centro de Estudos Aquilino Ribeiro), 4, 85-96.
- REIS, J. (1988). *Aquilino em Paris*. Lisboa: Vega
- RIBEIRO, A. (1932). *Batalha Sem Fim*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1933). *Maria Benigna*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1939). *Por Obra e Graça*. Lisboa: Bertrand Editora.
- RIBEIRO, A. (1945). *Lápides Partidas*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1952a) Aquilino Ribeiro agradece. In *Aquilino Ribeiro no Brasil* (pp. 55-64). Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1952b). Reencontro com Jaime Cortesão. *Seara Nova. Número de homenagem a Jaime Cortesão*, 1266 (69), 187-189.
- RIBEIRO, A. (1952c). Pelos céus de Mato Grosso. *A Manhã*, 12 (3418), 4.
- RIBEIRO, A. (1955). *Abóboras no Telhado* (1ª ed.). Lisboa: Bertrand Editora.
- RIBEIRO, A. (1960). Solilóquio autobiográfico literário. In *Aquilino Ribeiro. A obra e o homem* (pp. 55 -87). Lisboa: Edições Arcádia
- RIBEIRO, A. (2007). Discurso de agradecimento na homenagem que lhe prestou a Sociedade Portuguesa de Escritores, 1963. In *Cerimónia de homenagem e transladação de Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional* (pp. 6-7). Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República.
- RIBEIRO, A. (2008). *Um Escritor Confessa-se*. Lisboa: Bertrand Editora. (Originalmente publicado em 1971)
- RIBEIRO, A. (2012). *Arcas Encoiradas*. Lisboa: Bertrand Editora. (Originalmente publicado em 1953)
- RIBEIRO, A. (2019) [1919]. *Terras do Demo*. Lisboa: Bertrand Editora. (Originalmente publicado em 1919)
- RIBEIRO, O. (1986). *Iniciação em geografia humana*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- SAID, E. (1978). *Orientalism*. Nova Iorque: Vintage Books Éditions.
- SEIXO, M. A. (1985). O exaltante poder. Relendo Terras do Demo e A Casa Grande de Romarigães. *Revista Colóquio Letras*, 85, 22- 31.
- SOJA, E. (2000). *Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell Publishers.

- TUAN, Y-F. (2006). *Espace et lieu: Perspective de l'expérience*. Paris: Éditions Infolio.
- VIDIGAL, L. (1992). *Imaginários Portugueses*. Viseu: Centro de Estudos Aquilino Ribeiro.
- WHITE, K., SEGALEN, V., LE CLÉZIO, J., & BOUVET, R. (2015). *Vers une approche géopoétique: Lectures de Kenneth White, de Victor Segalen et de J.-M. G. Le Clézio*. Québec: Presses de l'Université du Québec.

Fontes para a Geografia Histórica no Brasil e em Portugal

Pedro de Almeida Vasconcelos
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
Universidade Católica de Salvador
Pesquisador CNPq 1-A
pavascon@uol.com

Introdução

A minha contribuição será baseada, em boa parte, nas minhas pesquisas, sobretudo para os estudos de Geografia Histórica de Salvador, que dependeram notadamente de fontes portuguesas e brasileiras para sua efetivação. Além das principais fontes em si, serão destacados exemplos de descobertas realizadas nessas fontes após as exaustivas leituras de documentos sem interesse, a maior parte dos quais burocráticos. Essas descobertas compensam o esforço realizado. Por outro lado, para a Geografia Histórica os mapas são tão importantes como as fontes escritas, desde que examinados criticamente. O método concebido para a estruturação de cada capítulo do meu livro sobre Salvador (contextos históricos; agentes sociais e transformações espaciais) tem nas fontes históricas e cartográficas seu maior apoio (Vasconcelos, 2016). Os textos de conterrâneos e viajantes também são importantes, mas tornariam o exame deles impossível diante do acervo disponível.

Brasil

No Brasil, especificamente no estado da Bahia, as principais fontes utilizadas foram as publicadas pela Prefeitura Municipal de Salvador e pelo Arquivo Público do Estado da Bahia.

Da Prefeitura Municipal, podemos destacar os 11 volumes publicados das *Atas da Câmara de Salvador* (de 1625 a 1775) (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 1944-2010) e os seis volumes das *Cartas do Senado* (de 1638 a 1730) (Docu-

mentos Históricos do Arquivo Municipal, 1951-1973), além do *Livro do Tombo da Prefeitura Municipal da cidade do Salvador* (1953). A direção do Arquivo Público do Estado da Bahia, além de documentos manuscritos e cartografia histórica, tomou a iniciativa de publicar diversas fontes importantes como as *Ordens Régias* (1702-1759), a «Devassa do levante de escravos ocorrido em Salvador em de 1835» (1968-1996), as «Peças processuais do Levante dos Malês» (1971), o livro do «Tombo dos Bens das Ordens Terceiras, Confrarias e Irmandades da Cidade do Salvador» de 1853 (1853/1948), entre outros documentos e textos publicados nos *Anais* do referido arquivo. Entre os manuscritos há documentos diversos divididos em várias sessões, como Colonial e Provincial, Obras Públicas e Religião, por exemplo.

No Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional publicou nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* o «Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha do Ultramar», organizado por Eduardo de Castro e Almeida (1909/1913, 1910/1914, 1912/1914, 1914/1916).

A histografia tradicional nos traz fontes anexas aos textos, como a reedição das *Memórias históricas e políticas da província da Bahia* originalmente publicadas no século XIX, em seis volumes, por Ignácio Accioli Cerqueira e Silva, e anotadas por Braz do Amaral, com outros documentos anexos (Silva, 1919-1940), assim como os *Novos documentos para História Colonial*, de Francisco Borges de Barros (1931).

A documentação sobre a Igreja Católica é também abundante. Podemos destacar os livros resultantes das visitas da Inquisição em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, as *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia* originalmente publicadas em 1707 (2007) e a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, publicada em Lisboa (1938) e no Brasil (2000), em 10 volumes. Recentemente, foram lançados os *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*, num total de cinco volumes, com destaque para a questão fundiária urbana (Lose, Gregório, & Paixão, 2016).

Sobre a cartografia histórica podemos destacar a publicação *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*, de Isa Adonias (1993), editado pela Fundação Emílio Odebrecht, com 22 páginas sobre a Bahia. Outro importante acervo cartográfico foi levantado por Nestor Goulart Reis em *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*, publicado em 2000, com 47 páginas sobre a Bahia.

Portugal

Em Portugal, certamente o maior acervo sobre o Brasil no período colonial é o Arquivo Histórico Ultramarino, com destaque para os documentos do Conselho

Ultramarino, tanto os Documentos avulsos referentes à capitania da Bahia (IICT, s.d.), como os Documentos diversos não catalogados. Nos manuscritos disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino, a partir de catálogos bem organizados, podemos encontrar exemplos pontuais de grande interesse (AHU, 2019).

O Projeto Resgate, formado inicialmente por uma coleção de CD-ROM, nos dá acesso a uma enorme documentação do Arquivo do antigo Ministério do Ultramar, sem necessidade de deslocamento para Portugal. Atualmente o Projeto Resgate também está disponível na Internet, com destaque para o *Catálogo de Documentos Avulsos referentes a Bahia-LF* [Luísa da Fonseca] *existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*, com um total de 4.834 documentos, do período de 1590 a 1700 (Biblioteca Digital Luso-Brasileira, s.d.).

A Torre do Tombo também dispõe de documentos de interesse sobre o Brasil, embora esteja mais voltada para a documentação sobre Portugal. Livros publicados em Portugal também apresentam documentos primários como a *História da Colonização Portuguesa do Brasil* coordenada por Carlos Malheiro Dias (1921-1924). Mapas de Salvador podem ser encontrados nas instituições portuguesas, inclusive o mais antigo conhecido (c. 1605) está arquivado na Biblioteca Municipal do Porto, reproduzido em várias publicações.

Outras fontes além do Brasil e Portugal

Sobre o período imperial, devido à independência em 1823, os documentos mais importantes estão nos arquivos brasileiros. Uma das principais fontes, organizada por cada Província (atualmente Estado), com documentação disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia para o referido estado, são as «Fallas», Mensagens, Relatórios e outros documentos, que correspondem às mensagens dirigidas pelos Presidentes das Províncias à Assembleia Legislativa da Bahia, durante o século XIX, com continuidade após o início da República (1889). Atualmente estão também disponíveis na Internet no Center for Research Libraries (CRL) – Provincial Presidential Reports (1830-1930), da Universidade de Chicago (CRL, s.d.). Outra fonte importante sobre o período imperial são os relatórios elaborados pelos cônsules, como no caso dos franceses, relatando o tráfico de escravos, encontráveis nos Arquivos Diplomáticos franceses – Archives du Quai d’Orsay, em Paris.

Finalmente, devo destacar que a longa colaboração com o colega Mauricio Almeida Abreu (1948-2011), autor da monumental *Geografia Histórica do Rio de Janeiro* (2010), foi muito importante na troca de informações sobre fontes brasileiras e estrangeiras. Uma das fontes enviada por Mauricio sobre um censo na

freguesia da Penha em 1775 (Mapa, 1775) permitiu comparar com os dados disponíveis para a freguesia de São Pedro, levantadas por Avelino de Jesus da Costa para a população da cidade da Baía em 1775 (Costa, 1965, pp. 5-88), resultando em artigo publicado na revista *Caderno CRH* (Vasconcelos, 2009). Entre outros resultados interessantes desta pesquisa destaco o fato de 25,6% das famílias dos pardos e 25% das famílias dos pretos terem escravos na freguesia de São Pedro e 33,3% igualmente pardos e pretos na da Penha; um branco tinha 46 escravos, uma parda 24 e um preto sete escravos, mas 54,5% famílias em São Pedro e 51,8% famílias na Penha não possuíam escravos.

Em Portugal mantenho a colaboração com o colega José Alberto Rio Fernandes da Universidade do Porto, tendo publicado dois artigos em conjunto sobre Porto e Salvador, em revistas portuguesa e brasileira (Fernandes & Vasconcelos, 2002a; 2002b).

Algumas informações selecionadas por ordem cronológica

Para ilustrar o tipo de material de arquivo e de trabalho sobre fontes primárias associados à matéria em apreço, selecionei algumas passagens das mais representativas coletâneas de fontes referidas, acrescentadas de alguns comentários que visam elucidar os respectivos conteúdos.

10. Informação extraída do livro *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (Dias, 1924, p. 337).

Em carta de setembro de 1550, o rei D. João III, procurando atrair imigrantes dos Açores, informa sobre Salvador e destaca o sistema defensivo inicial:

«Por carta de Thomé de Sousa, Capitão da Bahia de Todos os Santos e governador das terras do Brasil e doutras pessoas, tenho sabido que acerca de hua cidade que mandei fazer na dita capitania da Bahia, é quase acabada e estão as paredes em altura que se fecha já de noite e feita soma d'artelharia que de cá foi, está posta em quatro baluartes que estão na dita cerca, com a qual a dita cidade está muito forte e defensável [...]».

2. Informação extraída do *Livro do Tombo da Prefeitura de Salvador* (1953, p. xxix):

«Por virtude do Regimento d'El Rei Nosso Senhor, e me parecer serviço de Deus e também desta Cidade do Salvador, duou de sesmaria, para pastos de gado à dita cidade e seus termos três léguas de terra, além do Rio Vermelho, e irão até

onde se acabar o terreno de seis léguas que a dita Cidade tem: e para o Sertão tôda a que for campo bom para pastos de gados, e as águas que forem para engenhos e matos, que dentro nestas terras houver, ficarão livres para S. A. as dar ou a quem seu poder tiver, e nas duas léguas, que estão dadas, além do Rio, até chegar onde começão estas três léguas que à dita Cidade dou, enquanto as não ocuparem seus donos, as poderá aproveitar a dita Cidade e seus termos dela, do que se fará Carta de Sesmaria comas condições do Regimento a qual estará na arca desta Câmara, hoje vinte e um dias do mez de Maio de mil quinhentos e cincoentas e dois anos» (1552).

3. Informação extraída do livro de Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Leite, 1938, p. 182)

«Esucedu que, tendo chegado ao Brasil muito depois dos jesuítas, começaram os beneditinos e carmelitas a plantar canaviais, dirigidos por feitores com escravos da Guiné, sem ninguém se escandalizar. Com tais premissas, começou o Colégio da Baía a plantar canaviais em Agosto de 1601».

4. Informação extraída do livro de Serafim Leite *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Leite, 2000-V, p. 258)

«Para evitar ferimentos e homicídios entre os trabalhadores, nenhum pertencente ao Engenho podia usar punhal. Em caso de crimes comuns, alguns açoites, que nunca poderiam passar de 24 [...]».

Comentários: fonte secundária. Leite justifica o trabalho escravo após a utilização por outras ordens. Ele também chamou os escravos de «trabalhadores» no seu texto reeditado em 2000.

5. Informação extraída do livro de Sonia Siqueira *Confissões da Bahia (1618-1620)* (Siqueira, 2011, pp. 133-135).

Nos documentos da Inquisição da Bahia de 1618 a 1620 temos o registro de Diogo Batista, mourisco por parte de sua mãe, natural de Servilha. Trabalhava como «Cozinheiro de Vasco de Sousa Pacheco que hora serve de Governador desta cidade [...] que o tem em penhor de sessenta mil réis que deve para se acabar de forrar», ou seja, um exemplo raro de escravo mouro vindo da Metrópole, e que estava tentando resgatar a sua liberdade no Brasil.

Comentário: um caso excepcional de um escravo mouro vindo para o Brasil.

6. Informação extraída das *Atas da Câmara de Salvador (1625-1641)* (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 1944, pp. 5-9)

Depois da invasão holandesa em 1625 os membros da Câmara se reuniram para reconstituir de memória as Posturas de ordenamento da cidade: os oficiais mecânicos tinham que ter licença da Câmara para abrir uma tenda; os oficiais e cidadãos eram obrigados a acompanhar as procissões «*del Rey*»; as vendedoras de alimentos não podiam vender fazendas; nenhuma pessoa «*branca, como preta*» podia vender na cidade sem licença da Câmara; os escravos não podiam botar lixo nas ruas; e não se podia lavar roupas nas fontes; além disso, havia posturas também para fixação dos preços dos alimentos.

Comentário: as posturas foram reconstituídas de memória, devido a destruição da documentação causada pela invasão holandesa de 1624-1625.

7. Informação extraída das *Atas da Câmara de Salvador (1625-1641)* (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 1944, pp. 382-383)

Em 1638, diante de nova invasão holandesa a Salvador, um empréstimo de urgência foi realizado, resultando uma lista com 180 contribuintes, destacando-se Pedro Gonçalves de Mattos, com 1:200\$000 réis e Jeronimo de Burgos, com 1:100\$000 réis. Os jesuítas contribuíram com apenas 100\$000 réis. No total foram levantados 6:707\$840 réis.

Comentário: empréstimo realizado no momento do desembarque dos holandeses em Itapagipe, no norte de Salvador em 1638.

8. Informação extraída das *Atas da Câmara de Salvador (1625-1641)* (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 1949, p. 104)

Em 1642 a venda de vinho, sem licença, era punida com 50 açoites no caso do pião, e de 500 cruzados de multa no caso do nobre.

Comentário: as punições diferenciadas mostram uma sociedade dividida em nobres e peões, além da divisão entre senhores e escravos. Os açoites também eram aplicados em homens livres.

9. Informação extraída do *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento* (Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador, 1945, p. 19)

No inventário de Gaspar Dias Barbosa em 1649, registrado no *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento*: «[...] Coube ao herdeiro Melchior Dias nesta folha primeira da tersa huma negra do gentio de guiné por nome Luzia em sua avaliação de sincoenta mil reis [...], Coube mais quinze vacas parideiras e sua avaliação cada huma sinco mil reiz setenta e sinco mil reiz [...]».

Comentário: O inventário permite a dolorosa comparação do preço de uma escrava (50 mil réis) com o preço de uma vaca (5 mil réis).

10. Informação extraída do livro de Borges de Barros, *Novos documentos para História Colonial* (1931)

«A Carta Regia de 1650 mandava construir na Bahia anualmente, um galeão de 700 a 800 toneladas [...] dando-se princípio em 1659 a construção da nau Capitania Real de 1000 toneladas [...]» (Barros, 1931, p. 25).

«No governo do Marquez de Angeja, 1718 cahiram ao mar as náos: Padre Eterno, Senhora da Palma, S. Pedro, Madre Deus e S. Francisco, conforme mandara a Carta Regia de 12 de Abril de 1717 que determinou se construísse todos os annos uma nau de 60 peças» (Barros, 1931, p. 26).

Comentário: pode-se considerar o Brasil uma «colônia de exploração»?

11. Informação extraída das *Cartas do Senado* (1638-1730) (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 1951, p. 100)

Em 14 de abril de 1671, os representantes do Senado da Câmara solicitam ao rei, por meio de uma carta, «mandar reparar o Decreto que Sahio que nenhum filho do Brazil fosse Dezembargador na sua Patria [...]», considerando que «parece Senhor que he huma ofensa que Vossa Magestade faz aos filhos deste Estado e principalmente aos da Bahia [...]», lembrando que «sem ele não haverá filho delle que Continue os Estudos por que se for elles não haõ de ser premiados eterem aesperança de servirem a Vossa Alteza na Patria [...]».

Comentário: os membros da Câmara de Salvador escrevem ao Rei de Portugal em nome de todos os «brasileiros».

12. Informações extraídas do livro de Sebastião Monteiro da Vide, *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) (Vide, 1707/2007, p. 512, 755 e 777)

O Sínodo reunido em Salvador para aprovar as Constituições contou com a presença dos bispos de Angola e São Tomé.

Entre as regras das Constituições: a proibição do sacerdócio de candidatos que tivessem «parte da nação Hebrea, [...] ou de outra qualquer infecta [...] ou de Negro ou Mulato»; da necessidade do candidato ter um patrimônio que rendesse «ao menos cada ano vinte e cinco mil réis [...]»; aos requerimentos urbanísticos como «as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados»; e, sobretudo, uma adaptação à sociedade escravista: «Não gozão de immuniidade da Igreja [...] o escravo (ainda que seja Christão) que fugir a seu senhor para se livrar do captiveiro».

Comentário: a Igreja estabeleceu normas adaptadas a uma sociedade escravista.

13. Informação extraída das *Ordens Régias* (1702-1759) (Inventário procedido..., 1976, Vol. 27, Doc. 94, p. 84).

Em 1731, os franciscanos solicitaram autorização para pedir esmolas nas minas, ano em que iniciam a magnífica decoração interna de sua igreja:

Carta do Rei de Portugal ao Vice-Rei do Brasil sobre ter Frei Baltazar do Rosário, Procurador geral da província de Santo António do Brasil, pedido permissão para alguns religiosos solicitarem esmolas nas Minas. Lisboa, 30 de janeiro de 1731.

Comentário: a Coroa portuguesa não permitiu a implantação de conventos em Minas Gerais.

14. Informação extraída do *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar* (Almeida, 1909/1913, Doc. 2807, pp. 242-246).

Proposta de Estatutos da nova Companhia [...] para a exploração do comercio da Costa de Mina [...], sob a «proteção de São José [...], imagem [...] colocada na Capella de Santo Antônio da Barra [...] com irmandade erigida entre os comerciantes da mesma Costa, com o capital de 800.000 cruzados [...] regular os preços [...] os melhores escravos [...] 140:000 réis» (Documento posterior a 1757).

Comentário: Estatuto de Companhia e irmandade de traficantes de escravos.

15. Informação extraída do Arquivo Histórico Ultramarino (IICT, s.d, Documentos avulsos referentes a capitania da Bahia, cx. 150, doc. 36).

Requerimento dos escravos Domingas e seu filho José ao rei [D. José] solicitando confirmação de liberdade devia ao fato de sua libertadora ser, a época, menor de 25 anos [22/04/1758].

Comentário: escrava na Bahia escrevendo diretamente ao rei de Portugal.

16. Informação extraída do *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar* (Almeida, 1910/1914, Doc. 6554-6556, p. 68).

Carta Pastoral de 1764 dirigida às Religiosas do Convento de Santa Clara do Desterro pelo Arcebispo. Ele criticou «o tocado [...] descomposto e indigente [...], as ancians tingem de negro os seus cabelos [...], meias de seda ligando-as [...] com fivelas de ouro cravadas de diamantes [...]» e a maneira de vestir e ornar as servas (pretas) que passeavam de cadeiras pelas ruas. Censurou também a existência de lojas de vendas nas clausuras.

Comentário: as freiras em Salvador eram colocadas no convento por interesse familiar e não por devoção.

17. Informação extraída do livro *Memórias históricas e políticas da província da Bahia* (Silva, 1843/1937, p. 350):

Nas instruções de 1779, assinadas por Martinho de Mello e Castro, Secretário dos Negócios d'Ultramar, para o Marquês de Valença, foram feitos comentários interessantes da perspectiva da metrópole sobre esse tráfico: «[...] *gravissimos inconvenientes [...] a este Reino, em deixarmos o commercio da Africa, entregue nas mãos dos Americanos, lhes permittimos particularmente aos habitantes da Bahia e Pernambuco, huma ampla liberdade de poderem fazer aquella navegação e negociar em todos os portos daquelle Continente, não nos lembrando de acordar ao mesmo tempo [...] tivessem os portuguezes a preferencia, da mesma sorte que a Capital e os seus Habitantes a devem sempre ter em toda a parte sobre as colonias e habitantes delas*». Criticava ainda «[...] *apropriarem-se alguns homens de negocio, da Bahia, de todos os navios do commercio daquelle porto para a Costa de Africa e fazerem dele hum rigoroso monopolio [...]*», assim como o contrabando de fazendas estrangeiras.

Comentário: documento oficial que confirma o controle do tráfico de escravos pelos «brasileiros» da Bahia e Pernambuco.

18. Informação extraída do Arquivo Histórico Ultramarino (IICT, s.d, cx. 83, doc. 16143-16146):

Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal ao [Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra] Luiz Pinto de Souza Coutinho informando que tinha recebido dois emissários do rei Daomé, que portavam uma carta desse mesmo rei, que pedia que os navios portugueses fizessem o comércio de resgate dos escravos no porto de Ajudá. [21/10/1795].

Comentário: documento que confirma a embaixada do rei de Daomé enviada a Salvador com solicitação de monopólio do tráfico de escravos pelo porto de Ajudá.

19. Informação extraída da «Devassa do levante de escravos ocorrido em Salvador em 1835», *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, 38 (1968, p. 62).

Segundo a denúncia efetuada por africana em 1835 (Rebelião Malê):

«*Nesse mesmo dia, e acto sendo presente referida negra Guilhermina Roza de Souza, moradora a rua do Bispo, liberta [...] disse: que o seu Pai de filhos, Domingos Furtunato, e nagô, como ella, [...] lhe contara [...] ouvira conversas de alguns negros de Saveiros, em que afirmavão terem chegado alguns negros de Santo Amaro para se unirem com o maioral – Arruna, ou Uahuna – [...] a fim de que no dia seguinte com outros negros desta Cidade tomassem conta da terra,*

matando os brancos cabras e crioulos, e tão bem aquelles negros de outra banda que quizessem unir a elle, ficando os mulatos para seus lacaios e escravos [...]».

Comentário: documento de denúncia do levante, ao tempo que informa a intenção dos africanos islâmicos de matar os brancos, «cabras» e negros nascidos no Brasil e de escravizar os mulatos.

20. Informação extraída dos Archives du Quai d'Orsay (Consul Raybaud, *Situation de la chancellerie dans le quartier de la Praia*. Dépeche de 2 janvier 1844, p. 446); tradução livre.

O cônsul francês em Salvador, Raibaud, informou, em sua correspondência de 22/01/1844, que um navio, com 260 toneladas, construído na cidade do Porto e equipado com 40 a 50 marinheiros, tinha embarcado o elevado total de 1.348 negros (chegando 1.330 vivos), com travessia efetuada em 22 dias.

Comentário: documento oficial que informa a capacidade do transporte de escravos em navios de grande porte.

21. Informação extraída dos Archives du Quai d'Orsay (Consul F. Castelnau, *Etude de la population des esclaves noirs de Bahia*. Depêche de 12 de septembre 1850, p. 315).

Em estudo sobre os escravos da Bahia, de 1850, o cônsul francês comentou sobre os haussás, do interior do Sudão: «atingiram um grau de civilização bem superior ao qual nós estamos habituados a supor deles; [...] consagrados ao culto de Maomé [...], têm] desprezo pelos negros idólatras [...] os designando [...] sob o nome de Cafres». Entre os haussás que ele interrogou, observou: «se encontram vários homens inteligentes, instruídos, sabendo ler e escrever», o que possibilitava a esdrúxula situação de escravos alfabetizados sob o comando de senhores analfabetos.

Comentário: o cônsul pretendia oferecer sugestões para a expansão colonial francesa na África.

22. Informação extraída do livro do «Tombo dos Bens das Ordens Terceiras, Confrarias e Irmandades da Cidade do Salvador» (1853/1948):

Tombo dos bens de raiz da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Baixa dos Sapateiros (ou das Portas do Carmo ou do Pelourinho). No livro de 1853, está registrado que a irmandade possuía 18 propriedades, sendo dois sobrados, 11 casas térreas e cinco casas térreas.

Comentário: o livro documenta a importância relativa da maior confraria de africanos de origem angolana e seus descendentes em Salvador.

23. Informação extraída do Relatório do Presidente Manuel do Nascimento Machado Portella em 01/04/1889. *Provincial Presidential Reports – Bahia* (1830 a 1930) (CRL, s.d.):

Em 16/05/1888 o Presidente da Província convocou uma reunião com cidadãos no Palácio para sugerir medidas diante da situação dos libertos após a abolição. O resultado foi a fundação da Sociedade 13 de Maio, que em 28 de setembro de 1888 inaugurou aulas noturnas para libertos, na Rua de São Francisco, com uma matrícula inicial de 197 alunos.

Comentário: documento informa de uma rara medida tomada para proteger os libertos após a abolição da escravidão em 1888.

Conclusões

Os exemplos dados de fontes encontradas no Brasil, em Portugal e outros países, mostram a riqueza de dados primários que permitem extrapolar ou, pelo menos, levantar questões importantes, como instituições situadas em Salvador (como o Arcebispado ou a Relação) tinham abrangência sobre parte do continente africano, o que não aparece nos livros de História do Brasil. Por outro lado, a pesquisa na Geografia Histórica requer um tempo diferenciado da pressão de publicações pelas instituições universitárias ou de apoio a pesquisa.

Fontes

AHU – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (2019). *Fundos e Coleções* Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em <http://ahu.dglab.gov.pt/fundos-e-colecoes/>

ALMEIDA, E. C. (org.) (1913). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, 31, 1-653. (Originalmente publicado em 1909)

ALMEIDA, E. C. (org.) (1914). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, 32, 1-745. (Originalmente publicado em 1910)

ALMEIDA, E. C. (org.) (1914). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, 34, 1-644. (Originalmente publicado em 1912)

ALMEIDA, E. C. (org.) (1916). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, 36, 1-665. (Originalmente publicado em 1914)

- BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA (s.d.). Projeto Resgate. Biblioteca Luso-Brasileira. S.I. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate&pagfis=>
- CRL – CENTER FOR RESEARCH LIBRAIRIES (s.d.). *Provincial Presidential Reports (1830-1930) Bahia. Anexos, Documentos, Exposição, Falla, Mensagem, Relatório*. Chicago: Center for Research Librairies. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/bahia>
- DEVASSA DO LEVANTE DE ESCRAVOS ocorrido em Salvador em 1835 (1968-1996). *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, 38-40-50-53-54.
- DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ARQUIVO MUNICIPAL (1944-2010). *Atas da Câmara (1625-1775)* (Vols. 1-11). Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador.
- DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ARQUIVO MUNICIPAL (1951-1973). *Cartas do Senado (1638-1730)* (Vols. 1-6). Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador.
- INVENTÁRIO procedido na matéria contida no volume XXVII na coleção «Ordens Régias» no ano de 1731-1732 (1976). *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, 42, 121-145.
- INVENTÁRIO procedido na matéria contida no volume LXI na coleção «Ordens Régias» no ano de 1758-1759 (1994). *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, 51, 61-97.
- IICT – INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL (s.d.). *Catálogo de documentos avulsos referentes à capitania da Bahia existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. Disponível em <https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc005/CU-Bahia.pdf>
- LIVRO DO TOMBO da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador (1953). Salvador: Prefeitura de Salvador
- LIVRO VELHO DO TOMBO do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador (1945). Salvador: Beneditina.
- LOSE, A. D.; GREGÓRIO, D., & PAIXÃO, O. S. B. (org.) (2016). *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia: Editando 430 anos de história* (Vols. 1-5). Salvador: Memória&Arte.
- MAPA de todos os moradores q compreende a Fregz.a de N.Snr.a da Penha desta Cid.e, Bahia (30.I.1775). Archivo da Marinha e Ultramar. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.
- MINISTÈRE DES AFFAIRES ETRANGÈRES. Archives Diplomatiques – Paris, France. Raybaud. Situation de la chancellerie dans le quartier de la Praia. Dépeche de 2 janvier 1844. V. 4: 1840-1846.
- MINISTÈRE DES AFFAIRES ETRANGÈRES. Archives Diplomatiques – Paris, France. Castelnau, Francis. Etude de la population des esclaves noirs de Bahia. Dépeche de 12 septembre 1850. V. 5: 1847-1855.
- PEÇAS PROCESSUAIS DO LEVANTE DOS MALÊS. (1971). *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, 40.

TOMBO DOS BENS DAS ORDENS TERCEIRAS, Confrarias e Irmandades da Cidade do Salvador instituído em 1853. (1948). Publicações do Arquivo do Estado da Bahia, V (VI). Salvador: Imprensa Oficial. (Originalmente publicado em 1853)

VIDE, S. M. (2007). *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal. (Originalmente publicado em 1707)

Bibliografia

ABREU, M. A. (2019). *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)* (vols. 1-2). Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson.

ADONIAS, Isa (1993). *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht.

BARROS, F. B. (1931). Novos documentos para História Colonial. *Annaes do Archivo Publico*, V (XX). Bahia: Imprensa Official do Estado, V. 1.

COSTA, A. J. (1965). População da cidade da Baía em 1775. In *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros* (pp. 5-88). Coimbra, s.n.

DIAS, C. M. (Dir.) (1921-1924). *História da colonização portuguesa do Brasil* (Vols. 1-3). Porto: Litografia Nacional.

FERNANDES, J. A. R., & VASCONCELOS, P. A. (2002a). Porto e Salvador. As proximidades de dois processos urbanos distintos. *O Tripeiro*, 21 (8), 228-254.

FERNANDES, J. A. R., & VASCONCELOS, P. A. (2002b). Porto e Salvador: duas trajetórias urbanas. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 97 (1), 87-133.

LEITE, S. (1938). *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Vols. 1-2). Lisboa: Portugaláia.

LEITE, S. (2000). *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Vols. 1-10). Belo Horizonte: Itatiaia.

REIS FILHO, N. G. (2000). *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial de São Paulo.

SILVA, I. A. C. (1937). *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. (Anotador Braz do Amaral) (Vols. 1-5). Salvador: Imprensa Oficial. (Originalmente publicado em 1843)

SIQUEIRA, S. (2011). *Confissões da Bahia (1618-1620)*. João Pessoa: Ideia.

TOMBO DOS BENS DAS ORDENS TERCEIRAS, Confrarias e Irmandades da Cidade do Salvador instituído em 1853 (1948). Salvador: Arquivo Público do Estado da Bahia. (Originalmente publicado em 1853)

VASCONCELOS, P. A. (2009). Complexidade racial: mitos e realidades em duas freguesias de Salvador em 1775. *Caderno CRH*. Salvador, 22 (55), 163-172.

VASCONCELOS, P. A. (2016). *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Salvador: EDUFBA.

III. Temas gerais, caminhos singulares

O papel do ensino da Geografia no contexto da afirmação da ciência geográfica em Portugal: o contributo de Manuel António Ferreira-Deusdado

Ricardo Coscurão

Centro de Estudos Geográficos

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

Universidade de Lisboa

rcoscurao@campus.ul.pt

ORCID: 0000-0003-0814-0166

Introdução

Figura multifacetada, Manuel António Ferreira-Deusdado viveu entre o final do século XIX e o início do século XX, tendo-se debruçado, nos vários trabalhos que desenvolveu, sobre temas diversificados, com destaque para a Filosofia, as questões ligadas à educação e ao ensino, a Geografia. O percurso do autor valeu-lhe, inclusivamente, o reconhecimento do seu trabalho, em diferentes ocasiões. Não sendo geógrafo de formação, Ferreira-Deusdado não deixou de se interessar pela Geografia e pelo seu ensino, já que a docência foi um dos traços principais do seu percurso. Tendo vivido num período de afirmação da ciência geográfica, aliado a um protagonismo de ideais nacionalistas e colonialistas, o autor não foi indiferente ao contexto que o rodeava. Nos seus trabalhos, encontramos uma Geografia comprometida com este tipo de ideais, particularmente através do seu ensino, por possibilitar maior entendimento do território, aspeto fundamental para o desenvolvimento de sentimento de pertença por parte dos indivíduos. É esta a conceção que encontramos, por exemplo, nos trabalhos de natureza corográfica desenvolvidos por Ferreira-Deusdado, bem como naqueles onde o autor se debruça sobre orientações metodológicas para o próprio ensino da Geografia.

Encontramos alguns trabalhos desenvolvidos em torno do percurso e obra de Ferreira-Deusdado. No entanto, a lista das obras publicadas não é muito extensa. A este propósito, importa destacar o trabalho, publicado em 1978, a partir de escritos de Ferreira-Deusdado, que se intitula *A filosofia tomista em Portugal*

(Ferreira-Deusdado, 1896/1978), bem como a reedição, em 1995, da obra *Educa-dores portugueses* (Ferreira-Deusdado, 1909/1995). Os prefácios destes dois trabalhos, da autoria de Jesué Pinharanda Gomes, apresentam um vasto conjunto de informações relacionadas com o percurso pessoal, académico e profissional de Manuel António Ferreira-Deusdado. Ainda a propósito deste autor, importa destacar os trabalhos desenvolvidos por Artur Manso (2007, 2008, 2013). Encontramos, ainda, um pequeno conjunto de dissertações ou teses que incluem alguma análise do percurso de Ferreira-Deusdado (e.g. Saraiva, 2002). As abordagens centradas numa análise mais detalhada dos trabalhos desenvolvidos por Ferreira-Deusdado na área da Geografia são, porém, muito escassas. É este o ponto de partida para o presente trabalho, o qual incide, precisamente, na presença da Geografia na obra de Manuel António Ferreira-Deusdado. Após uma apresentação, em traços gerais, do percurso de Ferreira-Deusdado, segue-se uma análise mais detalhada dos principais trabalhos desenvolvidos pelo autor no âmbito da Geografia, procurando-se que esta análise seja acompanhada pela contextualização destes trabalhos no âmbito da própria história da Geografia e do seu ensino.

Percurso biográfico

Manuel António Ferreira-Deusdado nasceu em Rio Frio (Bragança), no dia 7 de abril de 1858 (Figura 1). Filho de José António Ferreira-Deusdado e Florência Cavaleiro de Miranda, cresceu no seio de uma abastada família de proprietários rurais, tendo recebido uma educação de cariz tradicional, cultivando um especial respeito pela terra onde nasceu, pela família e também pela religião católica. Passou pelos liceus de Bragança e Vila Real, vindo a ingressar no Curso Superior de Agronomia, no Instituto Agrícola de Lisboa, o qual acabou por abandonar, ingressando depois no Curso Superior de Letras, também em Lisboa, licenciatura que viria a terminar em 1884. Ferreira-Deusdado não se deixou seduzir pelos ideais positivistas, inspiradores do republicanismo, que se ia afirmando em Portugal por esta altura. Associado ao pensamento filosófico deste autor, manteve-se sempre um certo espiritualismo, algo precisamente afastado da filosofia positivista. Gomes classifica mesmo o posicionamento filosófico de Ferreira-Deusdado como «um neocriticismo-kantiano-tomista» (Gomes, 1995, p. 30). Assim, não será de estranhar que Ferreira-Deusdado tenha mantido uma certa lealdade ao ideal absolutista, aspeto que, certamente, não terá sido totalmente alheio ao facto de o seu pai ter combatido ao lado das forças de D. Miguel. Há também em Ferreira-Deusdado um certo apego às suas

raízes. Tal como nos refere Gomes, «há um veio romântico, nesta evocação da lealdade à pátria; mas há também, sem necessidade de romantismo, um revivalismo vivencial: ser o que se é desde as origens» (Gomes, 1995, pp. 13-14).

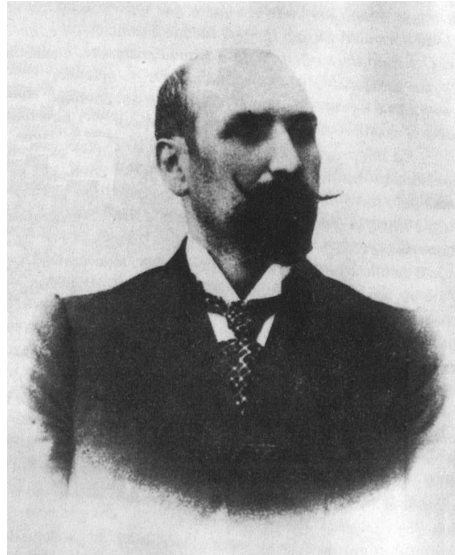


Figura 1. Manuel António Ferreira-Deusdado. Fonte: Ferreira-Deusdado (1896/1978).

No mesmo ano em que terminou a sua licenciatura, Manuel António Ferreira-Deusdado enveredou pelo ensino particular, na altura uma das opções mais viáveis de emprego, lecionando as disciplinas de Filosofia, Geografia e História. A educação e o ensino foram, de resto, áreas que nunca mais deixaram de acompanhar Ferreira-Deusdado, algo que fica patente quer através do seu percurso profissional, quer através das várias obras que desenvolveu. Rapidamente, o autor alcançou um certo prestígio, o que lhe valeu a nomeação para cargos de responsabilidade, nomeadamente a função de delegado no Conselho Superior de Instrução Pública, em 1885, e relator do Programa Geral de Geografia, História e Filosofia, em 1886.

Em 1887, Ferreira-Deusdado leciona no ensino superior, assegurando a cadeira de «Literatura Grega e Latina», no Curso Superior de Letras, substituindo Pinheiro Chagas, que se encontrava, na altura, indisponível para lecionar esta cadeira, tendo sido o próprio Pinheiro Chagas a indicar o seu nome para o substituir. Em 1889, Ferreira-Deusdado decide candidatar-se a professor de Filosofia no Colégio Militar, mas acabou por não ser selecionado. A sua ideologia, contrária ao positivismo, tal como já foi indicado, poderá ter tido aqui um peso importante. Tal como nos refere

Gomes, «Deusdado concorreu. Obteve a melhor nota do concurso. De nada valeu. A cadeira seria atribuída ao antropólogo positivista Teixeira Bastos (1857-1902), discípulo preferido de Teófilo Braga» (Gomes, 1995, p. 20). Este episódio, porém, não afastou Ferreira-Deusdado, que ficou responsável por reger o novo Curso de Psicologia aplicada à Educação. Sensivelmente por volta de 1890, Ferreira-Deusdado decide concorrer ao ensino liceal, vindo a trabalhar no Liceu de Beja e, posteriormente, no Liceu de Lisboa.

Foram várias as ocasiões em que Ferreira-Deusdado representou Portugal no estrangeiro, nomeadamente no Congresso Penitenciário Internacional, realizado em 1890, na Rússia, vindo a ser eleito Vice-Presidente de Honra do mesmo congresso. Esta sua participação valeu-lhe mesmo a Comenda e Grande Oficialato da Ordem Imperial de Santo Estanislau e o título de Fidalgo da Corte Imperial da Rússia e Polónia, distinções atribuídas pelo Imperador Alexandre III. Ainda em 1890, representou Portugal no Congresso da Associação Francesa para o Progresso das Ciências, em Limoges, desempenhando idêntica função no III Congresso Internacional de Antropologia Criminal, realizado em Bruxelas no ano de 1892, vindo a participar no IV Congresso Penitenciário Internacional, realizado em Paris, em 1895. Devido aos seus trabalhos na área do ensino correccional, Ferreira-Deusdado foi também responsável pelo Projeto de Reforma da Casa de Correção de Lisboa. De referir, ainda, que o prestígio entretanto alcançado por Ferreira-Deusdado lhe valeu a eleição como sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1895. O seu reconhecimento não ficou por aqui, sendo feito Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica, em 1897. Proposto como sócio da Academia de História de Madrid, em 1899, Ferreira-Deusdado foi ainda agraciado com comenda da Real Ordem de Isabel a Católica, em 1900.

O ano de 1901 marca uma viragem no percurso de Ferreira-Deusdado, coincidindo com o seu embarque para os Açores na sequência de supostas acusações relacionadas com a sua índole profissional, aspeto pouco clarificado. Manso fala em «dúvidas assentes em boatos que tinham sido postos a circular de forma maliciosa quanto à sua deontologia profissional» (Manso, 2013, p. 323). Apesar desta situação, Gomes (1995) refere a existência de uma sentença do Conselho Liceal de Lisboa, indicando a inocência de Ferreira-Deusdado. Fosse como fosse, o autor fixou-se em Angra do Heroísmo, onde assumiu uma postura social ativa, trabalhando no liceu local: «Na Ilha Terceira, Deusdado moveu intensa acção educativa e social, deu aos alunos liceais a imagem de um mestre vivo e cooperante», resume Gomes (1995, p. 45). O prestígio e reconhecimento que vinham pautando o seu percurso mantiveram-se nesta passagem pelos Açores, sendo que, no ano letivo 1906/1907, Ferreira-Deusdado viria mesmo a ser nomeado Reitor Interino e, em

1916, foi-lhe atribuída a Medalha de Mérito, Filantropia e Generosidade. Foi também nos Açores que acabou por casar com D. Catarina Serpa, que acompanhou Ferreira-Deusdado no seu regresso a Lisboa, onde o casal se fixou. Manuel António Ferreira-Deusdado viria a falecer no dia 21 de dezembro de 1918, aos sessenta anos de idade.

Síntese bibliográfica

Ao longo do seu percurso, Manuel António Ferreira-Deusdado escreveu sempre com uma certa regularidade, pelo que são muito numerosos os textos da sua autoria, abrangendo temas diversificados. Uma das áreas a que Ferreira-Deusdado dedicou mais atenção relaciona-se com a educação e o ensino, sendo impossível não destacar, a este propósito, a *Revista de Educação e Ensino*, fundada por Ferreira-Deusdado em 1886 e da qual foram publicados quinze volumes, até ao ano de 1900. Ferreira-Deusdado começou por desempenhar a função de redator, sendo Alexandre José Sarsfield o primeiro diretor da revista. Mais tarde, em 1895, Ferreira-Deusdado acabou por assumir a direção da revista. Tal como é referido na primeira página do primeiro volume, a *Revista de Educação e Ensino* era «dedicada ao professorado, lavradores e criadores de gado de Portugal e Brasil», contando com vários colaboradores e abrangendo temas muito diversificados. Naturalmente que os artigos na área da educação e do ensino foram uma constante ao longo dos quinze volumes da revista, sendo que grande parte destes artigos é da autoria do próprio Ferreira-Deusdado. Estes artigos constituíram, assim, uma oportunidade privilegiada para que o autor apresentasse e deixasse registada a sua conceção quanto a estes temas.

Por exemplo, num artigo publicado no primeiro volume da revista e que se intitula «A instrução como factor social», Ferreira-Deusdado reflete sobre estas questões, referindo que «instruir pois a todos é o dogma fundamental do progresso humano, no qual se estriba a dignidade de cada um, que é o distinto de todas as virtudes cívicas moraes» (Ferreira-Deusdado, 1886, p. 85). Uma das principais preocupações do autor, neste âmbito, relaciona-se com as fragilidades quanto à preparação pedagógica dos professores. Num artigo intitulado «A necessidade da preparação pedagógica no professorado portuguez», presente no segundo volume da *Revista de Educação e Ensino*, publicado em 1887, Ferreira-Deusdado refere que «o nosso professor primário, especialmente o das províncias, é recrutado entre indivíduos intelectualmente incapazes de seguir qualquer carreira académica» (Ferreira-Deusdado, 1887, p. 234). Estes são apenas dois exemplos que mostram

como Ferreira-Deusdado, nos vários artigos que escreveu para a *Revista de Educação e Ensino*, foi refletindo a propósito das questões ligadas à educação e ao ensino. No entanto, as reflexões do autor quanto a estas questões não se resumem a estes artigos. Importa destacar uma outra obra de Ferreira-Deusdado, publicada em 1909. Referimo-nos a *Educadores Portugueses*, texto em que o autor faz uma apresentação dos principais educadores portugueses entre os séculos XII e XIX. No oitavo capítulo desta obra, intitulado «O ensino livre perante o Estado», o autor deixa claras algumas das ideias fundamentais quanto às suas conceções em termos de educação e ensino, nomeadamente ao nível do papel do Estado face a estas questões. Para Ferreira-Deusdado, o ensino deveria ser livre, sem influências estatais. Nas palavras do autor, «O Estado deve proteger o direito da criança à instrução, não deve impor uma educação uniforme» (Ferreira-Deusdado, 1909/1995, p. 429).

Outro dos temas que mereceu especial atenção por parte de Ferreira-Deusdado foi a Filosofia. São vários os trabalhos publicados pelo autor nesta área, como por exemplo *Ensaio de philosophia actual* (Ferreira-Deusdado, 1888). As questões ligadas à criminalidade e à educação correcional mereceram, igualmente, a atenção de Ferreira-Deusdado, que publicou obras como *Estudos sobre criminalidade e educação: philosophia e anthropagogia* e *Idéas sobre educação correcional* (Ferreira-Deusdado, 1889, 1890). Dono de uma escrita cuidada, empregando um vocabulário rico e diversificado, Ferreira-Deusdado adotou, ainda, um registo mais literário, nomeadamente com a publicação de duas obras: *Quadros açóricos: lendas chronographicas* e *Escorços transmontanos: ensaio de literatura regional* (Ferreira-Deusdado, 1907, 1912).

Geografia num contexto nacionalista

Subjacente aos trabalhos desenvolvidos por Ferreira-Deusdado na área da Geografia, acabamos por encontrar um certo «aproveitamento» desta área do saber ao serviço de um ideal nacionalista, num contexto de institucionalização e afirmação da própria ciência geográfica. No fundo, podemos constatar que os trabalhos do autor acabam por refletir a realidade do período em que este viveu. Tal como nos refere Alberto,

na segunda metade do século XIX, a partilha do Mundo não europeu traz consigo um aumento de sentimentos nacionalistas e de unificação dos Estados, para os quais é necessário o conhecimento do passado das várias nações e das suas condições geográficas, porque só se ama o que se conhece (Alberto, 2001, p. 60).

Do mesmo modo, Claudino afirma que «surge cada vez mais nítida a necessidade de reconstruir as referências que conferem unidade ao conjunto da população independentemente das diferenças de condição que a dividem» (Claudino, 2001, p. 287). Em relação à Geografia, Saraiva reconhece «uma aplicação nova, a de vivificar o sentimento nacional, despertando o amor ecológico à natureza, e desta forma passar do amor do solo natal para o da Pátria» (Saraiva, 2002, p. 9). Através dos conhecimentos mobilizados pela Geografia, o indivíduo tem a oportunidade de conhecer o território do seu país, desenvolvendo sentimentos de identificação e pertença perante esse mesmo território, ou seja, olhando-o como seu. Compreender-se-á, por isso, que o contexto da educação e ensino possa ser encarado como uma ocasião especialmente privilegiada para que o indivíduo, desde cedo e em momentos fundamentais do seu percurso formativo, tenha contacto com este tipo de ideias, transmitidas por uma Geografia nacionalista.

A grande maioria dos trabalhos produzidos por Ferreira-Deusdado nesta área do saber enquadra-se, precisamente, neste possível contributo da Geografia e, particularmente, do seu ensino para um projecto de afirmação nacional. Apesar de defender um ensino livre, afastado de influências e condicionantes de ordem estatal, o autor não negava a importância das questões ligadas à educação e ao ensino para qualquer nação. Pelo contrário, nas palavras de Ferreira-Deusdado, «é o alvião do ensino que pode revolver o terreno da pátria, fazendo brotar da alma nacional justos ideais, fecundas instituições que edifiquem um futuro digno do nosso passado histórico» (Ferreira-Deusdado, 1909/1995, p. 77). Manso refere mesmo que «o pedagogo transmontano usava todos os meios postos à sua disposição para tentar influenciar o poder político no sentido de verdadeiramente investir na educação do nosso povo» (Manso, 2008, p. 4). Não terá sido por acaso que Ferreira-Deusdado se terá dedicado à Geografia em alguns dos seus trabalhos, pois, entre outras razões, certamente ter-se-á apercebido do possível contributo desta área do saber para a conceção de ensino por si defendida. Um ensino através do qual o indivíduo alcança a sua formação, nunca esquecendo a sua pátria, defendendo a sua nação, ou seja, mantendo-se sempre fiel às suas origens, tal como Ferreira-Deusdado fez no seu próprio percurso de vida.

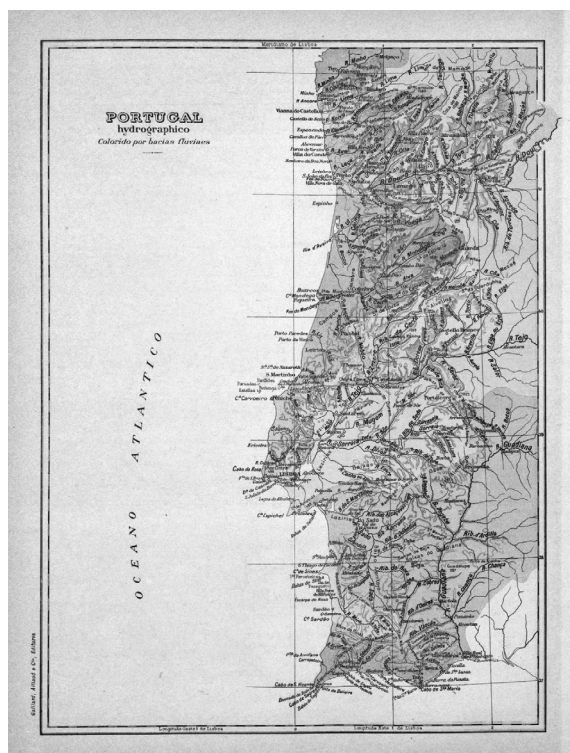


Figura 2. «Portugal hydrographico. Colorido por bacias fluviais».
 Fonte: Ferreira-Deusdado (1893b, p. 8).

Sendo fundamental, segundo esta perspetiva, conhecer o território, tornava-se necessário desenvolver trabalhos que proporcionassem um contacto com as noções básicas de Geografia, noções estas que seriam, posteriormente, mobilizadas no conhecimento do território, nomeadamente através de um outro tipo de trabalhos específico – as corografias. Foi o que Ferreira-Deusdado fez, tendo publicado, em 1891, a obra *Elementos de Geographia Geral*, obra esta que o autor apresenta referindo que «estes Elementos de Geographia geral têm por objecto servir de guia aos que desejam conhecer o nosso planeta no seu estado actual. A geographia é um quadro resumido da natureza e dos produtos sociaes da humanidade» (Ferreira-Deusdado, 1891, p. V). Trata-se de uma obra em que Ferreira-Deusdado aborda noções muito específicas e diversificadas. Várias gravuras, tabelas e mapas vão acompanhando o texto, o que a torna a obra particularmente exaustiva e apelativa, cumprindo a sua função pedagógica e também ideológica de dotar o indivíduo, nomeadamente enquanto aluno, daquelas que eram as noções básicas em Geografia, fundamentais para percursos posteriores.

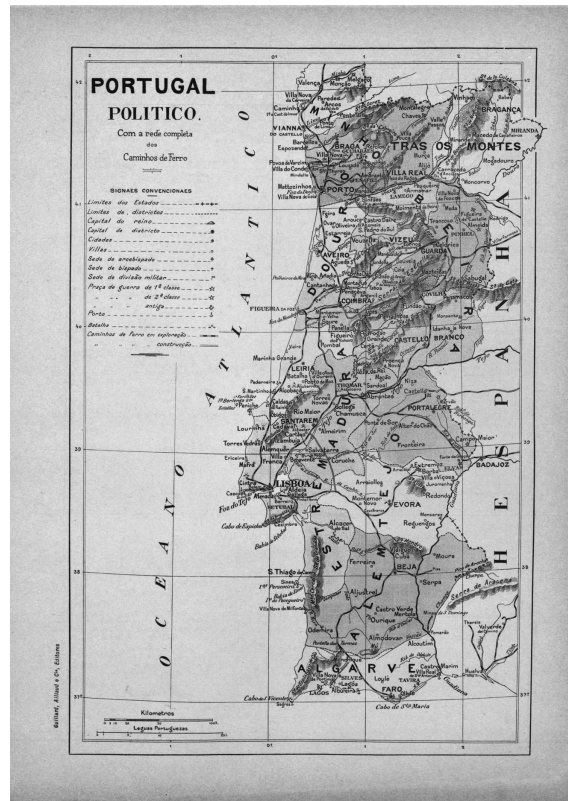


Figura 3. «Portugal político. Com a rede completa dos Caminhos de Ferro». Fonte: Ferreira-Deusdado (1893b, p. 16).

Neste sentido Ferreira-Deusdado não poderia deixar de produzir uma obra de índole corográfica, publicando, em 1893, a *Chorographia de Portugal*, a que se seguiu a *Chorographia de Portugal illustrada*, publicada no mesmo ano (Ferreira-Deusdado, 1893a, 1893b). Esta última obra, para além dos elementos textuais, foi enriquecida com cinquenta gravuras e vinte mapas, constituindo um «singular trabalho de geógrafo e de cartógrafo» (Gomes, 1995, p. 23). Trata-se, nas palavras de Ferreira-Deusdado, de «um trabalho destinado aos institutos de ensino; mas a sua lição pode servir para todos os que desejam conhecer o seu paiz na sua vida normal e na sua expansão civilizadora» (Ferreira-Deusdado, 1893b, advertência). O autor inicia este seu trabalho com um capítulo a que chamou «Noções preliminares», onde estabelece uma distinção entre planta e carta, abordando ainda as questões da latitude e longitude, bem como os aspetos ligados à orientação. Segue-se um capítulo intitulado «Nomenclatura geographica e chorographica», onde Ferreira-Deusdado apresenta um conjunto de termos, organizados em dois

grandes grupos: «Xerographia» e «Hydrographia», tal como havia feito, de resto, na obra *Elementos de Geographia Geral*. Esta não é a única semelhança entre estas duas obras de Ferreira-Deusdado, sendo que, nesta *Chorographia de Portugal ilustrada*, o autor debruça-se, em primeiro lugar, sobre os aspetos ligados à Geografia física e, em seguida, sobre as questões relacionadas com a Geografia humana, que Ferreira-Deusdado trata num capítulo a que chamou «Geographia politica». Em ambas as áreas, são vários os temas abordados, como por exemplo a orografia, a hidrografia e a meteorologia, entre outros, no caso da Geografia física (Figura 2); no caso da Geografia humana, a divisão administrativa, as vias de comunicação e a agricultura, por exemplo (Figura 3).

Ferreira-Deusdado e o colonialismo português

O carácter nacionalista e colonialista de uma obra como *Chorographia de Portugal ilustrada* de Ferreira-Deusdado fica especialmente patente na pormenorizada apresentação que o autor faz de cada uma das então colónias portuguesas. Para além de conhecer o território da metrópole, interessava conhecer o território ultramarino, sendo que, relativamente a cada uma das colónias, Ferreira-Deusdado apresenta aspetos como a «situação geográfica»; o «aspecto physico e clima»; a «configuração do litoral»; a «divisão administrativa»; as «produções»; o «commercio e portos»; o «regimen ecclesiastico»; a «instrucção publica»; a «organisação judicial e militar»; a «população e superfície» e a «história». Ao longo de toda a obra, o texto vai sendo acompanhado por gravuras e mapas (Figuras 4 e 5).

Como já foi referido, o ideal colonialista constitui uma presença constante nos textos do autor. Num dos trabalhos de Ferreira-Deusdado, esta dimensão colonial está particularmente vincada, desde logo pelo próprio título do mesmo trabalho. Trata-se de um artigo, publicado em 1890, no volume V da *Revista de Educação e Ensino*, cujo título é «Plano d'uma Escola Colonial Portuguesa». O orgulho nacional português encontrava-se, por esta altura, «ferido» em consequência do Ultimato britânico de 1890, a que Ferreira-Deusdado se refere mesmo como o «attentado de 11 de janeiro» (Ferreira-Deusdado, 1890b, p. 97). A mágoa perante Inglaterra está presente de uma forma muito vincada ao longo do artigo, assumindo até um registo algo literário, muito próprio da escrita de Ferreira-Deusdado. O autor refere, por exemplo, que «a affronta iniqua e prepotente do *ultimatum* de 11 de janeiro, se não deixou no corpo nacional nodoas de sangue, produziu dolorosos sulcos de lagrimas, que a devoção civica deve fazer por enxugar, retemperando-se para a lucta» (Ferreira-Deusdado, 1890b, p. 98).

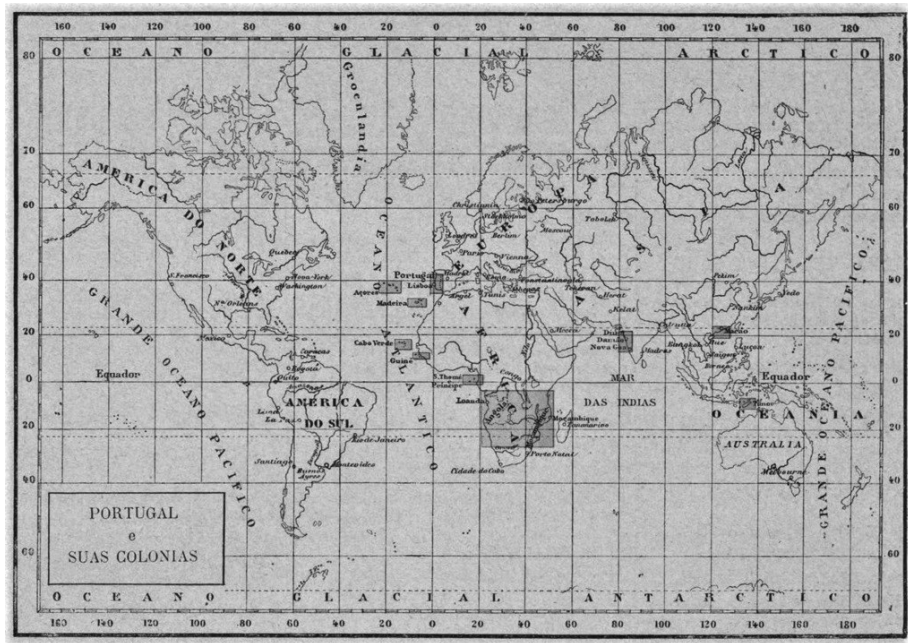


Figura 4. «Portugal e as suas colónias».
Fonte: Ferreira-Deusdado (1893b, p. 7).

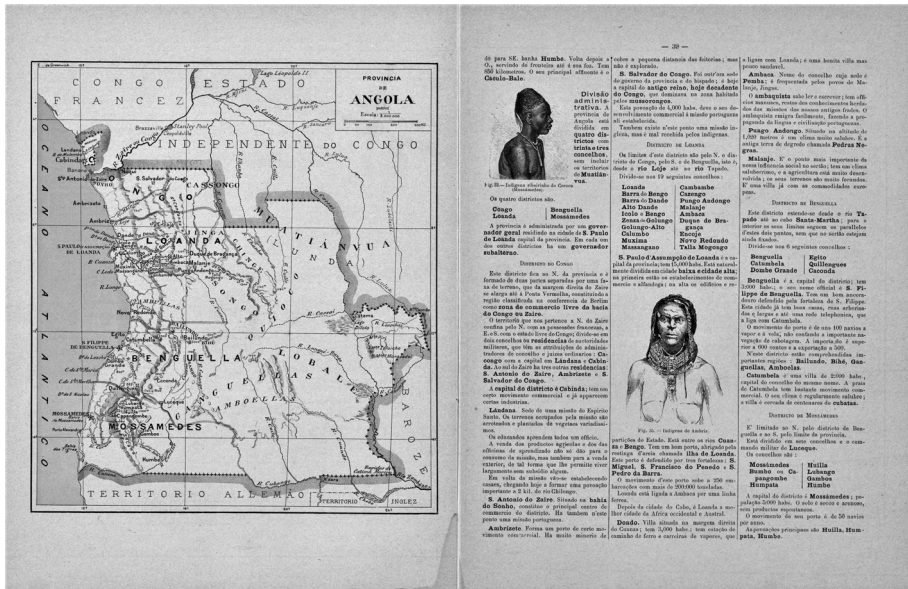


Figura 5. «Província de Angola»: mapa e ilustrações diversas.
Fonte: Ferreira-Deusdado (1893b, p. 38-39).

É perante esta conjuntura que surge o projeto da escola colonial:

A maior homenagem prestada às tradições heroicas da nossa historia marítima e colonial da época dos descobrimentos é crear-se na metropole uma escola modelo, seminario de idoneos funcionarios, e no ultramar escolas technicas e missões civilisadoras (Ferreira-Deusdado, 1890b, p. 97).

A defesa da pátria é, assim, encarada como uma prioridade a ter em conta, podendo beneficiar da criação de uma escola colonial. Mais uma vez, neste seu artigo, encontramos a valorização atribuída por Ferreira-Deusdado às questões relacionadas com a educação e o ensino – com destaque para o ensino da Geografia. Note-se, a este propósito, que o «Quadro das disciplinas da Escola colonial» proposto pelo autor é encabeçado, precisamente, pela disciplina de «Geographia colonial», a que se seguem disciplinas como a Etnologia, a História, o Direito, entre outras.

Apesar de não se tratar propriamente de uma obra de específica natureza geográfica, importa referir o nono capítulo de *Educadores Portugueses*, obra já apresentada anteriormente. Este capítulo intitula-se «A festa escolar da árvore, o culto da Bandeira e o sentimento da Pátria». Neste texto, fica mais uma vez patente a feição nacionalista do ensino defendida por Ferreira-Deusdado. Não podemos dizer que o tema deste capítulo seja a Geografia, ou o seu ensino; no entanto, encontramos algumas passagens que remetem para o papel e a presença da Geografia. Ferreira-Deusdado refere, por exemplo, que «a pátria é a Estremadura para o transmontano, é Trás-os-Montes para o minhoto, é o Alentejo para o beirão, é o continente para o insulano, é tudo o que o nosso velho Portugal encerra dentro das suas raias e costas marítimas» (Ferreira-Deusdado, 1909/1995, p. 448), o que remete para um patriotismo associado diretamente ao território.

O ensino da Geografia

Entre os trabalhos desenvolvidos por Ferreira-Deusdado, aquele em que o ensino da Geografia é abordado de uma forma mais direta e aprofundada corresponde ao artigo «A Reforma do Ensino Geographico», publicado em 1896, no décimo primeiro volume da *Revista de Educação e Ensino*. Ao longo de sessenta e oito páginas, Ferreira-Deusdado reflete a propósito da importância da Geografia, as particularidades que devem estar associadas ao seu ensino, entre vários outros aspetos. O autor começa por reconhecer a importância crescente da Geografia e do seu ensino, salientando a relação com o ideal nacionalista e com a questão colonial, aspetos já destacados

anteriormente. Segundo Ferreira-Deusdado, «no tocante á geografia acresce outra razão para explicar o favor crescente dos pedagogistas como o do publico em geral: a atenção cada vez mais viva que aos negócios ultramarinos estão dando as nações possuidoras de colonias» (Ferreira-Deusdado, 1896, p. 193).

Neste texto, o reconhecimento e defesa do ensino da Geografia é constante, algo que fica expresso em inúmeras frases de Ferreira-Deusdado. Vejamos, por exemplo, a seguinte passagem, em que autor refere que

em nosso paiz a vida nacional andou durante tantos seculos ligada indissoluvelmente, dependente até, da exploração geographica, que supérfluo empenho seria o pregar á gente portugueza a importancia, a necessidade do conhecimento da superficie terrestre (Ferreira-Deusdado, 1896, p. 194).

Para Ferreira-Deusdado, em Portugal a importância do estudo da Geografia foi, desde cedo, reconhecida, fazendo referência a vários decretos e programas escolares. Não obstante este reconhecimento, Ferreira-Deusdado não ignora o facto de a Geografia ser alvo de várias críticas, muitas delas questionando mesmo a cientificidade desta área do saber: «Mais de uma vez se tem dito que a geographia não é uma sciencia, no sentido circumscripto da palavra, mas antes um aglomerado de noções extrahidas de varias sciencias» (Ferreira-Deusdado, 1896, p. 200). Do mesmo modo que reconhece a existência de críticas quanto à cientificidade da Geografia, Ferreira-Deusdado aponta alguns aspetos que, quanto a si, deveriam ser melhorados ao nível da metodologia de ensino da Geografia. Nas palavras do autor,

até aos nossos dias, até ao dia de hoje, se póde dizer, a aquisição da geographia era considerada um mero exercicio de memoria ou pouco mais. Aprendiam-se de cór nomes de mares, nomes de rios, nomes de cidades, sem nexos ideologico de nenhuma especie (Ferreira-Deusdado, 1896, p. 205).

Mais do que memorizar, importaria compreender, algo que fica patente, por exemplo, na seguinte frase de Ferreira-Deusdado:

é necessário emfim, como consagração, que o alumno interrogado possa não somente repetir o nome com exactidão mas reproduzir pouco mais ou menos, com termos seus, o commentario relativo a esse nome (Ferreira-Deusdado, 1896, p. 207).

A propósito da conceção de ensino da Geografia defendida por Ferreira-Deusdado, Saraiva (2002, p. 9) refere que «a Geografia abandona a cartografia abstracta e o método catequético, para passar a ser um conhecimento vivo do meio e um

exercício conjunto dos sentidos e da inteligência». Ainda em *Reforma do Ensino Geographico*, Ferreira-Deusdado vai mais longe e apresenta algumas práticas que, do seu ponto de vista, devem estar associadas ao ensino da Geografia. O autor rejeita, por exemplo, as definições abstratas, valorizando um contacto com a realidade. Nas palavras do autor,

dizia-vos eu ha pouco que se devem banir quanto possivel seja – de boamente diria banir em absoluto – as definições abstractas. Não comeceis por dar definições theoricas de mar, de lago, de rio. Não... Ponde o discipulo immediatamente em presença da realidade (Ferreira-Deusdado, 1896, p. 207).

Ainda quanto ao ensino da Geografia, Ferreira-Deusdado destaca uma outra questão, que se prende com a importância da utilização dos mapas em contexto educativo: «Ora, sem mappa não ha ensino de geografia, e é necessario, antes de tudo, que a creança seja capaz de ler, muito summariamente sem duvida, mas de ler alguma cousa n´um mappa» (Ferreira-Deusdado, 1896, p. 207). Este aspeto remete-nos para uma outra questão destacada por Ferreira-Deusdado, que se prende com a importância da observação no âmbito do ensino da Geografia, estando subjacente a distinção entre observação direta e observação indireta. Segundo Ferreira-Deusdado,

são duas as fontes ás quaes o discipulo tem de ir colher as suas representações geographicas: a observação própria, directamente aplicada aos objectos que o rodeiam, e a observação alheia expressa pela linguagem fallada ou escripta e por imagens gráficas ou plasticas (Ferreira-Deusdado, 1896, p. 213).

Neste seu artigo, Ferreira-Deusdado aborda ainda o tema do programa escolar de Geografia, nomeadamente quanto à reforma do mesmo, aspeto que, de resto, dá título ao próprio artigo. O autor defende uma necessidade de reforma do programa instituído em 1886, no sentido de uma maior adequação face aos objetivos do mesmo. Na última parte deste artigo, Ferreira-Deusdado, perante uma lacuna já apontada anteriormente, apresenta uma obra que pudesse servir de base e enquadramento para o programa escolar de Geografia. O autor explora, assim, a obra *Methodik des geographischen Unterrichts* (Metodologia da Educação Geográfica), publicada em 1885 por Heinrich Matzat. Ferreira-Deusdado analisa esta obra de uma forma detalhada, evidenciando vários aspetos quanto à metodologia que deve nortear o ensino da Geografia. A formação do carácter através da educação, a importância da observação e da exploração das ideias dos alunos, a necessidade

de uma abordagem integrada, prevendo uma complementaridade entre os temas tratados, são apenas alguns exemplos dos aspetos destacados por Ferreira-Deusdado da obra de Matzat. Nas palavras de Ferreira-Deusdado,

julgamos prestar serviço á causa da instrucção e ao professorado lyceal, publicando alguns excerptos da Methodica do ensino geographico, escolhidos do modo mais apto a substituir, nos limites do possível, o conhecimento directo do livro para aquelles que, por não conhecerem a lingua, não o possam consultar directamente (Ferreira-Deusdado, 1896, p. 242).

Com este trabalho ficam, mais uma vez, patentes as preocupações de Ferreira-Deusdado face ao ensino, neste caso concreto, o ensino da Geografia. Algumas destas preocupações mantiveram-se ao longo do tempo e, em certos casos, continuam a merecer atenção nos dias de hoje, coincidindo com alguns desafios ainda a ultrapassar. Se, no tempo de Ferreira-Deusdado, era fundamental que o ensino da Geografia privilegiasse um contacto com a realidade, ao invés de uma aposta em meras definições abstratas, por exemplo, não é menos verdade que, hoje em dia, este não é, ainda, um desafio totalmente ultrapassado.

Considerações finais

Intellectual atento à atualidade do seu tempo, Manuel António Ferreira-Deusdado demonstrou, desde cedo, um profundo gosto pelas Letras, gosto este que o acompanhou ao longo de todo o seu percurso. Prova disso são os vários livros e artigos que escreveu durante a sua vida, para além de ter sido o percursor de uma publicação que se manteve durante catorze anos, num total de quinze volumes – a *Revista de Educação e Ensino*. O carácter diversificado desta publicação, abrangendo temáticas distintas, acaba por refletir o próprio espírito na base do percurso de Ferreira-Deusdado, que não se dedicou a uma, mas sim a várias áreas do saber, nos diversos trabalhos que desenvolveu. A qualidade destes seus trabalhos contribuiu para que o autor fosse conquistando um progressivo prestígio, que lhe valeu a nomeação para alguns cargos de relevo, bem como a responsabilidade de representar Portugal em diversos congressos internacionais, para além de outras ações de reconhecimento face ao seu percurso.

A Geografia foi uma das áreas a que Ferreira-Deusdado dedicou especial atenção. Analisando os trabalhos desenvolvidos pelo autor nesta área, podemos identificar elementos que nos remetem para a própria realidade da Geografia no

período em que Ferreira-Deusdado viveu. Por outras palavras, podemos dizer que, com estes trabalhos, o autor ajuda-nos a conhecer um pouco melhor o momento que a Geografia atravessava na segunda metade do século XIX. Numa altura em que os nacionalismos se revelavam muito importantes para afirmar e cimentar a identificação dos povos com a sua «pátria», importava explorar o possível contributo da Geografia para este fim, dando especial atenção ao seu ensino. Foi, precisamente, o que Ferreira-Deusdado fez, desenvolvendo trabalhos de natureza corográfica, que poderiam contribuir para que quem os utilizasse pudesse conhecer e, conseqüentemente, desenvolver sentimentos de identificação e pertença, perante o território da sua nação. Na base destas obras acabou por estar sempre presente uma certa ligação com o contexto educativo, neste caso ao nível do ensino da Geografia, sendo que Ferreira-Deusdado produziu mesmo alguns trabalhos mais diretamente relacionados com esta área, como aqueles em que abordou vários aspetos relacionados com a própria metodologia de ensino da Geografia. Muitas das potencialidades, mas também fragilidades e desafios, apontados por Ferreira-Deusdado relativos à Geografia e ao seu ensino permitem-nos caracterizar este autor não só como alguém atento à realidade do seu tempo, mas também com uma certa visão de futuro. Alguns dos aspetos por si destacados continuam, ainda hoje, muito atuais. Ferreira-Deusdado não foi um geógrafo, nem alguém que se tenha dedicado exclusivamente à Geografia. Porém, este facto não coloca em causa a qualidade e pertinência dos trabalhos desenvolvidos pelo autor nesta área, fornecendo-nos verdadeiros testemunhos de um olhar geográfico sobre o seu próprio tempo.

Bibliografia

- ALBERTO, A. (2001). *O contributo da educação geográfica na educação ambiental: a geografia no ensino secundário*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- CLAUDINO, S. (2001). *Portugal através dos manuais escolares de geografia: século XIX: as imagens intencionais* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1886). A instrução como factor social. *Revista de Educação e Ensino, I*, 83-87.
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1887). A necessidade da preparação pedagógica no professor português. *Revista de Educação e Ensino, II*, 155-158/232-235.
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1888). *Ensaio de filosofia actual*. Lisboa: Typ. de Eduardo Roza.

- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1889). *Estudos sobre criminalidade e educação: philosophia e anthropagogia*. Lisboa: Imp. de Lucas Evangelista Torres.
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1890a). *Idéas sobre educação correccional*. Lisboa: Guillard Aillaud & Ca.
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1890b). Plano d'uma Escola Colonial Portuguesa. *Revista de Educação e Ensino*, V, 97-106.
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1891). *Elementos de Geographia geral*. Lisboa: Guillard, Aillaud.
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1893a). *Chorographia de Portugal*. Lisboa: Guillard, Aillaud.
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1893b). *Chorographia de Portugal illustrada*. Lisboa: Guillard, Aillaud & Ca.
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1896). A Reforma do Ensino Geographico. *Revista de Educação e Ensino*, XI, 193-223/241-277.
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1907). *Quadros açóricos: lendas chronographicas*. Angra do Heroísmo: Manuel Vieira Mendes da Silva.
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1912). *Escorços transmontanos: ensaio de literatura regional*. Angra do Heroísmo: Tip. Sousa & Andrade.
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1978). *A Filosofia Tomista em Portugal*. Porto: Lello Editores. (Originalmente publicado em 1896)
- FERREIRA-DEUSDADO, M. A. (1995). *Educadores Portugueses*. Porto: Lello Editores. (Originalmente publicado em 1909)
- GOMES, J. P. (1995). Prefácio. In M. A. Ferreira-Deusdado, *Educadores Portugueses* (pp. 11-57). Porto: Lello Editores.
- MANSO, A. (2007). M. A. Ferreira Deusdado: uma visão particular da mulher e da sua educação na transição do século XIX para o século XX. *Brotéria*, 164 (4), 335-351.
- MANSO, A. (2008, fevereiro). *Infância e primeiras letras no pensamento de M. A. Ferreira-Deusdado*. Comunicação apresentada no Primeiro Congresso Internacional em Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9236/4/IEC.2008.pdf>
- MANSO, A. (2013). Manuel António Ferreira Deusdado (1858-1918) Ensaio Biobliográfico. In E. Rodrigues & A. Ferreira (Coords.), *A Terra de Duas Línguas – Antologia de Autores Transmontanos* (pp. 317-326). Bragança: Academia de Letras de Trás-os-Montes, Instituto Politécnico de Bragança e Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
- SARAIVA, M. (2002). *Ideário pedagógico e antropológico de Ferreira Deusdado* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa.

A Geografia Tropical portuguesa e o Ensino Superior em África: o percurso de três jovens geógrafas em Moçambique nos anos 70 do século XX¹

João Sarmento

Departamento de Geografia e Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade

Universidade do Minho

j.sarmento@geografia.uminho.pt

ORCID: 0000-0002-4770-2427

Introdução

O estudo de geografia tropical nas colónias portuguesas remonta ao início do século XX (ver por exemplo Teles, 1924). No entanto, e tal como referiu Ilídio do Amaral (1979, 1983), só no fim da década de 1940 é que se processa um enquadramento institucional e intelectual que permitiu desenvolver um programa de investigação coerente e integrado. Em 1946, Orlando Ribeiro foi nomeado membro da *Junta de Investigações Científicas do Ultramar*, organismo criado em 1936, abrindo portas para a investigação geográfica no contexto de uma instituição voltada principalmente para a cartografia, geodesia, geologia e antropologia. Suzanne Daveau (2011) aponta a data de 1947 como o início da Geografia Tropical Portuguesa. Este foi o ano em que a *Segunda Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais* se realizou em Bissau, o que precipitou o financiamento de uma pequena missão de investigação de Geografia na Guiné Bissau liderada por Ribeiro, integrada na missão de Geologia chefiada por Carrington da Costa (Havik & Daveau, 2011).

Em 1949, Orlando Ribeiro apresentou algumas ideias sobre a contribuição portuguesa para o estudo das regiões tropicais (Ribeiro, 1950) e, durante quase 30 anos, Ribeiro e um grupo pequeno de colaboradores realizaram trabalho de

¹ Apresenta-se aqui uma versão modificada e mais condensada do texto Sarmento (2018). Investigação desenvolvida no contexto do projeto «Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?», financiado pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

campo no Brasil, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia Portuguesa (especialmente Goa) e Timor Leste, publicando um conjunto vasto de obras sobre o mundo tropical. O financiamento e recursos para grande parte desta investigação tiveram origem em várias missões científicas patrocinadas pelo Estado: para a Guiné como referido em 1947 (Ribeiro, 1950; Havik & Daveau, 2011), Cabo Verde em 1952-1953 (Ribeiro, 1954/1998), Goa, Damão e Diu em 1955-1956 (Ribeiro, 1956/1999), e todos os territórios coloniais, especialmente Angola e Moçambique (Sarmiento & Brito-Henriques, 2013), no contexto da Missão de Geografia Física e Humana para o Ultramar (1960 a 1974). O grupo de geógrafos envolvidos e associados sobretudo à Escola de Geografia de Lisboa abrangeu duas gerações. A «primeira geração» (Garcia, 1998), incluiu Ribeiro, Francisco Tenreiro, Mariano Feio, Raquel Soeiro de Brito e Ilídio do Amaral, a quem se juntou a partir de 1965 a geógrafa francesa Suzanne Daveau. A «segunda geração» de geógrafos era mais numerosa, mas destes, os que se dedicavam aos estudos tropicais também eram poucos: Carlos Alberto Medeiros, Isabel Marques Medeiros, Maria Eugénia Moreira e Maria Clara Mendes. Vários não-geógrafos desempenharam, no entanto, um papel importante neste grupo, entre eles Manuel Monteiro Marques (Geologia) e Manuel Viegas Guerreiro (Etnologia). Em Coimbra, a única outra universidade portuguesa de então com um Departamento de Geografia, os resultados de pesquisa de geografia tropical foram escassos, apesar da geografia tropical ser uma constante bem presente no currículo académico, e especialmente no ensino de Alfredo Fernandes Martins, que desenvolveu trabalho de campo em Angola e Moçambique nos anos de 1962 e de 1964 a 1966 (ver Almeida, Gama, Cravidão, Cunha, & Jacinto, 2003; Gama, 2011). O ambicioso programa de investigação de geografia tropical dirigido por Orlando Ribeiro (ver Daveau, 2011; Pimenta, Sarmiento, & Azevedo, 2012; Sarmiento, 2018) foi construído sobre uma abordagem culturalista de paisagens humanizadas, e fortemente influenciado por Pierre Gourou (Ribeiro, 1973).

Este estudo centra-se nas políticas e práticas da Geografia portuguesa e como estas se cruzaram com o colonialismo tardio e a descolonização em África, particularmente, em Moçambique. Traça o desenvolvimento da geografia tropical portuguesa, contextualizando-a sobretudo na Escola de Geografia de Lisboa, e debruça-se sobre o desenvolvimento tardio dos cursos superiores de Geografia em Angola e especialmente em Moçambique no final dos anos 60 e anos 70 do século XX. O artigo apoia-se em ideias surgidas em várias conversas (pessoalmente e por e-mail) com três geógrafas profundamente envolvidas nos cursos superiores de Geografia criados em Lourenço Marques (atual Maputo), Moçambique: Maria Eugénia Moreira, Maria Celeste Coelho e Maria Clara Mendes. Segue os seus percursos da

metrópole para Moçambique e analisa como as trajetórias destas três mulheres geógrafas nos permitem reflectir sobre o desenvolvimento da Geografia e do ensino superior de geografia em Portugal e em Moçambique.

Os cursos superiores de Geografia em Angola e Moçambique

Em Janeiro de 1975, a Fundação Gulbenkian organizou um colóquio de três dias em Lisboa para discutir o tema da Educação e Ciências Humanas na África lusófona. Orlando Ribeiro, Ilídio do Amaral e Suzanne Daveau, juntamente com outros académicos e intelectuais nacionais e estrangeiros com uma longa experiência em África, debateram e compararam experiências de educação e descolonização em África. A(s) língua(s) de ensino na África lusófona, a falta de Estudos Africanos em universidades africanas lusófonas, a falta de pessoal e de organização de bibliotecas e arquivos, estavam entre os temas centrais. Os discursos, questionamentos e reações foram registados num valioso volume, constituindo um testemunho raro de debates para adaptar, reestruturar e renovar a educação em tempo de descolonização. Sem surpresa, para além de um académico de Daomé (actual Benim) e outro de Angola, nenhum representante das instituições de educação africanas esteve envolvido no colóquio. Mais ainda, nenhum académico do bloco de leste (que na época recebia inúmeros estudantes africanos que mais tarde se tornaram professores nos seus países de origem) participou (ver Jacinto & Isidro, 2017; Langa, 2017). Algumas passagens do debate na Gulbenkian dão a ilusão de que o colóquio se realizou na década de 1950, ou que a discussão era sobre uma «nova concepção do Império fundada na cooperação ou na comunhão cultural através da língua» (Ramos, 2007, p. 476). Perspicazmente Daveau (1979, pp. 216-217) observou:

je crois qu'il ne faut pas perdre de vue que ce n'est pas de tout le gouvernement portugais qui va orienter probablement le curriculum des nouvelles universités mais, dans une phase de transition, le gouvernement provisoire puis les états indépendants.

Revelador da desorientação e da acção intempestiva do Estado Novo, só depois de se iniciar a guerra no norte de Angola, em 1961, é que de forma apressada foram criadas duas novas universidades em África. Adriano Moreira tornou-se Ministro do Ultramar nesse mesmo ano, sendo responsável pela criação dos Estudos Gerais Universitários em Angola e um ano depois em Moçambique, mas, que só em 1968 se

tornaram formalmente Universidades. Para Orlando Ribeiro (1975, p. 94) existiam duas perspectivas sobre este desenvolvimento. Por um lado, havia quem entendesse que as universidades podiam acelerar a educação das elites locais «de todas as raças», e por isso mesmo deviam ser projetos adiados. Por outro lado, e esta era segundo Ribeiro a visão dominante, havia quem pensasse que as universidades seriam as escolas naturais para os colonizadores e seus empregados (muitos deles mestiços) e evitariam um regresso a Portugal para a sua educação. Assim, acima de tudo, as universidades eram lugares para brancos e eventualmente mestiços.

Em 1969, os três anos do curso em Geografia foram estabelecidos em Sá da Bandeira (atualmente Lubango), Angola, e em Lourenço Marques (atualmente Maputo), Moçambique. A licenciatura (de cinco anos, como era comum na época) teria que ser concluída em Lisboa ou em Coimbra. Ilídio do Amaral e Orlando Ribeiro supervisionaram a execução de ambos os cursos. Suzanne Daveau não estava diretamente envolvida no processo, e nas suas palavras (S. Daveau, comunicação pessoal, Julho, 2017): «eu sabia pouco da situação e era francesa, e além disso vinha do Senegal, independente desde cerca de 1965. Eu insisti para não interferir nesses problemas. Eu era mais uma observadora, conhecedora da descolonização que, na época, parecia ter corrido bem (pelo menos na África Ocidental, embora não na Argélia)».

Para Sá da Bandeira, em Angola, Ilídio do Amaral e Orlando Ribeiro convidaram os seus antigos alunos de geografia Carlos Alberto Medeiros e Isabel Marques Medeiros, a quem se juntou o etnologista Joaquim Lino da Silva, discípulo de Jorge Dias. Isabel Medeiros começou a pesquisar a pesca no sul do país, mas não chegou a completar a sua tese (ver Medeiros, 1972). Carlos Alberto Medeiros, que já havia completado o ciclo da *Thèse de troisième* em Bordéus, em 1970, sobre a recente evolução das plantações de cana-de-açúcar em Guadalupe, iniciou o seu doutoramento sobre a Colónização das Terras Altas da Huíla, em Angola. Mostrou-se crítico em relação à criação de uma cidade colonial remota e pequena no planalto sul de Angola, como «uma verdadeira nação, constituída por população branca, de preferência portuguesa: um segundo Brasil ou melhor, um terceiro Portugal» (in Medeiros, 1976, p. 273), tal como expressa em meados dos anos 50 do século XX o governador-geral, António Vicente Ferreira. A crítica de Carlos A. Medeiros estava em sintonia com as ideias de Ribeiro, que se opôs fortemente à decisão de localizar a Faculdade de Letras longe das Ciências ou Medicina, ambas em Luanda. Na capital, argumentava, os estudantes não seriam todos europeus, pois Sá da Bandeira era uma cidade «branca», parte de uma Angola branca e «nos cafés e cervejarias, passeando nos jardins ao fim da tarde, não se viam senão brancos de todas as idades» (Ribeiro, 1981/2014, p. 97). Considerando também os estudos etnológicos de Lino da Silva, toda a pesquisa se concentrou, portanto, no sul do país (ver Silva, 1975).

Da Metrópole para Lourenço Marques

Três jovens de 20 e poucos anos iniciaram suas carreiras académicas em Moçambique numa época em que medidas contra-insurgência estavam em vigor e quando a maioria dos países africanos era já independente (Chabal, 2002). Maria Eugénia Moreira (1945-) licenciou-se em Geografia pela Universidade de Coimbra, em 1970. Originária de São Miguel, Açores, o seu trabalho final de licenciatura focou-se na morfologia e atividade sísmica da Ilha de São Jorge, no mesmo arquipélago, trabalho que foi um dos primeiros a ser publicados na revista da Universidade de Lourenço Marques, criada em 1968 (Moreira-Lopes, 1970). Celeste Coelho (1944-) licenciou-se em Geografia em Lisboa, também em 1970, com um trabalho final sobre geomorfologia e os solos no Alentejo. Finalmente, Maria Clara Mendes (1947-), nascida em Angola, licenciou-se em Geografia em Lisboa, também no mesmo ano, 1970. A sua dissertação foi orientada por Ilídio do Amaral, e focou-se na sua terra natal, Gabela (Mendes, 1974), sendo assim à data não só a única das três com algum conhecimento de investigação empírica do mundo tropical, como também com uma vivência profunda em Angola.

Os seus percursos individuais são sintomáticos de alguns dos desenvolvimentos da Geografia Tropical Portuguesa durante este período, e de diferentes formas as questões familiares foram chave na decisão de se mudarem para a África. Eles enquadram-se no contexto dos conflitos em África e do papel do Estado e nas políticas e práticas de reunificação familiar em contextos de guerra da altura (ver Ribeiro, 2004). Eugénia Moreira aceitou o convite que Veiga Simão lhe tinha feito para abraçar o projeto em Lourenço Marques, face à iminente mobilização do marido para África, pois as probabilidades deste ser colocado na Guiné, «o lugar onde ninguém queria ir», diminuíam bastante. Celeste Coelho enviou o seu currículo para a Universidade de Lourenço Marques, pois o seu marido tinha sido colocado, na qualidade de médico veterinário, em Moçambique. Diferentemente, ao ir para Moçambique, Clara Mendes regressava a África. Nascida na Gabela, em Angola, tinha 18 anos quando terminou o ensino médio em Sá da Bandeira (a pouco mais de 600 km da Gabela) e partiu para Lisboa, para estudar na universidade. Mesmo durante os anos de estudante em Portugal visitou a família em Angola, e regressou mesmo a Gabela para realizar trabalho de campo no âmbito do seu trabalho final de licenciatura em Geografia (Mendes, 1974).

Moreira viajou no final de 1969, e Coelho seguiu-a pouco tempo depois. Em setembro de 1970, estavam a começar as suas carreiras de professoras. Clara Mendes juntou-se ao grupo no ano académico de 1972/1973. Este grupo completou-se com Esmeralda Ferreira, professora do ensino médio de Geografia, e teve a colaboração

do experiente geólogo Gaspar Soares de Carvalho (1920-2016), que tinha estado envolvido nas Missões Geológicas na Guiné-Bissau (1959), Goa (1960) e Angola (1960). Foi também diretor do Departamento de Ciências da Terra do Instituto de Investigação Científica de Moçambique (1970-1975) e diretor do Instituto de Investigação Científica de Moçambique (1975-1976). Como refere Moreira, Carvalho foi fundamental para o funcionamento do curso de Geografia, e «ajudou-nos com a orientação das nossas pesquisas individuais» (M. E. Moreira, comunicação pessoal, Maio, 2017).

Ribeiro (1975, p. 88) destacou que as universidades de Angola e Moçambique tinham um «estilo muito português, com borla e capelo, cortejos e discursos, quase completamente desenraizadas das condições locais». O autoritarismo centralizado do Ministério do Ultramar pressupunha uma certa unidade nacional de educação (Paulo, 1999) e, em Moçambique, «o programa de geografia era quase idêntico ao de Lisboa e Coimbra» (C. Coelho, comunicação pessoal, Maio, 2017). Mais ainda, os alunos «eram predominantemente europeus» (M. C. Mendes, comunicação pessoal, Junho, 2017). Esta institucionalização e prática universitária podem ser entendidas como formas coloniais, que tal como outras, tinham o papel de dissimular a violência e a crise no império (ver Sarmiento & Linehan, 2019).

Apesar desta uniformização, o contexto e a localização de Lourenço Marques abriram diferentes possibilidades para as jovens académicas. Tal como conta Moreira (2017, p. 12), o ano académico terminava com um «estágio de campo comum, com alunos e docentes de todas as disciplinas, como faziam os sul-africanos da Wits [...]». Era o modelo do ensino transversal, integrativo, usado nos países fronteiriços, e no mundo anglo-saxónico». Moreira, Coelho e Mendes estabeleceram fortes laços com as universidades da África do Sul e com a Geografia anglo-americana, especialmente em Durban e Joanesburgo. Coelho recorda a compra «do Strahler» na primeira vez que visitou o país, no seu primeiro ano em Moçambique. Moreira decidiu matricular-se num curso de pós-graduação na Universidade de Witwatersrand (M. E. Moreira, comunicação pessoal, Junho, 2017), e recorda-se muito bem de como um dos geomorfólogos mais influentes do século XX – Lester King (1907-1989) – explicou carinhosamente o «seu» conceito de superfícies de aplanamento embutidas «da varanda de sua casa em Durban» (Moreira, 2017).

Olhando para a tese de Mendes (1979), é notável como cerca de metade das referências estão em inglês, e pouco mais de dez por cento estão em francês. Mendes, além de se relacionar de perto com o Gabinete de Urbanização e Habitação da Região de Lourenço Marques, onde se envolveu com as políticas de habitação e trabalhou com vários arquitetos da cidade, foi fortemente influenciada por Pancho Guedes, arquiteto modernista que vivia e trabalhava na cidade e em

Joanesburgo na época. No ano lectivo de 1973/1974, Mendes foi convidada para substituir Jorge Gaspar no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, quando este ingressou no Departamento de Geografia da mesma universidade. A tese de Clara Mendes foi orientada por Jorge Gaspar e pelo arquiteto Costa Lobo. Enquanto este último tinha experiência na África, o primeiro foi o pioneiro da geografia quantitativa portuguesa, tendo chegado de Lund na Suécia não muito antes. À semelhança de Angola, por razões práticas e também devido à situação política do país, Mendes e Moreira concentraram as suas pesquisas no sul de Moçambique.

Revolução e o ano de transição

Durante o início da década de 1970, a tensão aumentou em Lourenço Marques (Chabal, 2002), e em 1974 a noção de que uma mudança profunda se aproximava era muito real: «nas ruas de Lourenço Marques, manifestações violentas, atentados e tiroteios eram comuns» (Power, 2000, p. 623). No contexto do governo de transição (setembro de 1974 a maio de 1975), Celeste Coelho, que tinha três filhos pequenos, partiu para Aberdeen, na Escócia, para fazer um doutoramento com uma bolsa da Universidade de Moçambique (C. Coelho, comunicação pessoal, Maio, 2017). Já em 1974, refere o então aluno António Sobrinho, a reestruturação do curso contou com a participação de um representante da FRELIMO, para garantir a adaptação dos conteúdos às necessidades da nova nação. A Formação Política tornou-se um curso obrigatório nos três anos, tendo 1974/1975 sido um ano académico de transição (Sobrinho, 2017). Em 1975, Daveau destacou a sua preocupação com a articulação entre a geração mais velha de geógrafos – a de Ribeiro e Amaral – e a mais nova, que precisava concluir as suas teses em Portugal e que, ao permanecer no país, colocaria em risco a continuação do ensino em Angola e Moçambique. No debate em torno do programa dos cursos em África, Daveau dirigiu-se lucidamente aos outros participantes, lembrando que a reestruturação já estava em curso em Moçambique, com a participação da FRELIMO. Tudo o que podiam fazer agora era apresentar propostas à Fundação Gulbenkian, na esperança de que esta Fundação talvez iniciasse um diálogo com instituições políticas e académicas em África.

Como Moreira recorda, tornou-se cada vez mais difícil realizar trabalho de campo em Moçambique. Enquanto o seu doutoramento, orientado por Amaral e Daveau, se desenvolvia no sul do país, na bacia de Umbeluzi e nos seus «modestos terraços» (Moreira, 2017, p. 12), realizou, entre 1970 e 1975, um extenso trabalho de

campo na costa moçambicana (ver Moreira, 2005). Na verdade, como indica «sempre sonhei acabar a tese sobre o litoral» (M. E. Moreira, comunicação pessoal, Junho, 2017). Já durante o governo de transição (de junho de 1974 a junho de 1975), realizou trabalho de campo com escolta:

Inicialmente levei só 2 soldados portugueses. Mas nenhum de nós, nem eles, nem o motorista, nem eu, falávamos os dialetos dos povos do norte (macuas e macondes), que eram analfabetos e não falavam português. Não conseguiam ler os salvo-condutos militares, para nos deixarem passar. Passei para a guarda mista, com soldados portugueses e Frelimos. [Estes últimos] eram tropas super-competentes numa guerrilha, no mato, que conheciam e onde sempre combateram. Vinham do norte do país e da Tanzânia, e não tínhamos idioma de comunicação verbal. No *jeep*, os frelimos levavam as *kalash* no colo, à cintura, com o dedo no gatilho. Prontos a atirar. [...] comiam com a mão esquerda e a direita com o dedo no gatilho da *kalash*, que estava sempre no colo. [...] Ir para o campo com os frelimos não me fazia confusão. A presença deles, transmitia-me segurança. [...] Estou grata a essas criaturas que me permitiram acabar os trabalhos de campo (M. E. Moreira, comunicação pessoal, Junho, 2017).

Ainda que referente a Angola, é talvez o jovem jornalista polaco Ryszard Kapuściński (1976/2015, pp. 63-64) que fornece as descrições mais vívidas das geografias destes pontos de controlo no Verão de 1975:

Há geralmente um posto à entrada e outro à saída de cada cidade, mas, ao atravessar algumas vilas, também nos podemos deparar com postos de controlo montados por camponeses desconfiados e vigilantes; por vezes, pode aparecer um posto fixado espontaneamente por nómadas que têm os seus rebanhos por perto, no meio de um campo aberto ou no mato mais desabitado.

Nos percursos importantes, onde se encontram os principais pontos de controlo, a estrada está bloqueada por barreiras com cores garridas, visíveis à distância. Mas, como os materiais escasseiam e a improvisação é a regra, nos outros postos remedeiam-se com o que têm. Alguns colocam um cabo à altura do pára-brisas dos carros e, quando não têm cabos, usam um pedaço de corda de sisal. Põem bidões de gasolina vazios na estrada ou montam obstáculos feitos de cascalho e pedregulhos vulcânicos. Espalham vidro e pregos no asfalto. Ou ramos secos de arbustos espinhosos. Fazem barricadas com coroas de estapélia ou com troncos de cactáceas.

Eugénia Moreira argumentou que por volta de maio de 1974, «foi uma debandada de docentes, uns para Portugal, outros para a África do Sul, para a Austrália e para o Canadá. Ir para a África do Sul, era ir para cima de outro barril de pólvora»

(M. E. Moreira, comunicação pessoal, Julho, 2017). Moreira pensou em ir para Montreal, no Canadá, mas com três filhos pequenos, tal como Celeste Coelho, decidiu voltar a Lisboa, onde passados alguns anos terminou a sua tese de doutoramento (Moreira, 1979). No início daquele ano, na reunião da Gulbenkian, já Daveau (1979, p. 123) tinha indicado a sua preocupação com este tema:

d'une part, ces jeunes ont besoin de rentrer au Portugal pour terminer leur thèse et pour faire [carrière] dans la mesure où tous ne resteront pas en Afrique, n'étant pas Africains, mais il est d'autre part nécessaire d'assurer la continuité de l'enseignement, de la recherche et surtout la formation de nouveaux chercheurs portugais, angolais ou mozambicains.

De volta a Lisboa, e logo após a revolução, de setembro a outubro de 1974, Ribeiro publicou no *Diário de Notícias* oito artigos sobre a descolonização, mais tarde compilados e publicados em formato de livro com o título *Destinos do Ultramar* (Ribeiro, 1975). Alcançando um grande número de leitores num momento particular da história de Portugal, quando «rápidas e espectaculares transformações» estavam a decorrer, Ribeiro apontou para aspectos significativos do colonialismo português (1975, p. 13). Defendeu a noção de que as sociedades religiosas multirraciais e plurais das novas nações independentes poderiam promover a tolerância mútua e criar centros culturais dedicados ao estudo e à compreensão de diferentes civilizações e valores. Com a censura terminada, Ribeiro ressaltou que a colonização rural de Angola foi impulsionada pela apropriação da terra e pela desapropriação dos povos indígenas, e em Timor Leste «a exploração colonial foi brutal e inconsiderada» (Ribeiro, 1975, p. 68). Fornecendo o exemplo de Moçambique, argumentou que

a incompreensão da vida «indígena» chega a assumir formas de escandalosa estupidez: as estatísticas oficiais consideram «analfabetos» todos os muçulmanos que sabem ler e escrever o alfabeto árabe [...] (Ribeiro, 1975, p. 88).

Independência

Celeste Coelho foi contratualmente obrigada a regressar a Moçambique, pelo que no final de 1977 estava de volta a África e à recém batizada Universidade Eduardo Mondlane. O ambiente tinha mudado dramaticamente. Entre 1975 e 1978, o número de estudantes caiu de 2433 para 740 e, em 1978, havia apenas 10 professores (Mota, 2016). De acordo com Coelho, o curso de geografia, «agora dirigido por um professor

búlgaro com uma visão profundamente arcaica do que a geografia deveria ser», contava com pessoas do Chile, da Rússia e «um monte de parceiros de cooperação que apoiaram a Frelimo» (C. Coelho, comunicação pessoal, Maio, 2017). Estes eram quer dos países do bloco de leste, normalmente enquadrados em projetos de cooperação estatal, quer de democracias ocidentais (sobretudo nórdicas), quer de países sul-americanos, presentes por iniciativa individual ou via redes políticas de esquerda (ver Mota, 2016; Langa, 2017). Mendes recorda que em 1978, as instituições moçambicanas estavam repletas de parceiros de cooperação nórdica:

Costumo dizer que trabalhei então mais para ajudar os cooperantes nórdicos do que para a minha pesquisa. Os serviços moçambicanos estavam repletos de cooperantes e os meus contatos foram essencialmente com suecos e dinamarqueses devido a relações de amizade que estabeleci anteriormente com geógrafos, cientistas políticos e arquitetos daqueles países (M. C. Mendes, comunicação pessoal, Julho, 2017).

Ben Wisner, um americano que já havia ensinado na Universidade de Dar es Salaam, na Tanzânia, também se juntou ao grupo em Maputo, e foi uma «lufada de ar fresco» (C. Coelho, comunicação pessoal, Maio, 2017). É neste contexto revolucionário que a adoção do Marxismo-Leninismo pela Frelimo levou à centralidade do Materialismo Histórico e Dialético nos programas universitários e nos conteúdos académicos. Com um sorriso no rosto, Coelho recorda que «até a evolução de um rio, desde a sua nascente até à sua foz, deveria ser explicada nestes termos!» (C. Coelho, comunicação pessoal, Maio, 2017). De facto, como explica Araújo (In Mota, 2016), foi criada nesta altura uma Faculdade de Marxismo Leninismo, por imposição da República Democrática Alemã. As cargas horárias dos professores eram grandes e os palestrantes eram frequentemente solicitados para participar em reuniões do partido e para realizarem tarefas cívicas comunitárias. O clima de suspeição era grande e os professores eram observados de perto, uma «situação que era insuportável» (C. Coelho, comunicação pessoal, Maio, 2017). Após cerca de um ano, no início de 1979, Coelho regressou a Portugal, para leccionar no Departamento de Geografia da Universidade do Porto e pouco depois na Universidade de Aveiro. Embora não tenha feito investigação sobre os trópicos entre 1970 e 1978, adquiriu uma longa experiência em Moçambique. Na Universidade do Porto, o programa de Geografia aprovado em 1957 incluía duas disciplinas anuais de Geografia Tropical, que funcionaram de 1972 a 1974. Ambas desapareceram na reestruturação de 1974. Uma disciplina anual foi recuperada com a reestruturação de 1978, chegando a ser lecionada por um dos alunos do curso em Moçambique – Araújo Sobrinho – mas desapareceu também uma década depois, em 1987 (Silva, 1988).

Clara Mendes regressou a Moçambique no final de 1974 por cerca de um mês, mas a instabilidade tornou a pesquisa quase impossível. Passados quatro anos, em 1978, viajou para Maputo para recolher mais informações para a sua tese. Embora a guerra civil tenha impedido a realização de inquéritos a norte dos distritos de Tete, Niassa e Cabo Delgado (Mendes, 1979, p. 39), este período permitiu-lhe olhar para a cidade alguns anos após a independência. Na verdade, as últimas 25 páginas da sua tese são dedicadas a uma análise das mudanças políticas e sociais após a independência: a nacionalização da propriedade imobiliária; a administração estatal de habitação; a ocupação pela população negra das casas vazias deixadas pelos brancos, os chineses e os indianos. Assim como a Geografia Regional estava preocupada com o excecionalismo, a Geografia Tropical Portuguesa estava preocupada em mostrar como o colonialismo português era diferente dos outros colonialismos europeus. O trabalho de Mendes tem uma importância grande na Geografia Tropical Portuguesa, pois é o exemplo mais claro de um trabalho que não está alinhado com o paradigma regional, centrando-se na localização das atividades, em áreas de influência, tentando perceber a organização do espaço, apoiando-se no uso estatístico, na matemática e na aplicação de modelos com origem na Nova Geografia.

Em Moçambique e durante toda a guerra civil (1977-1992), a universidade continuou a funcionar. Como observa Moreira, «três estudantes moçambicanos que completaram o curso de três anos em Lourenço Marques, continuaram os seus estudos no estrangeiro e foram fazer doutoramentos» (M. E. Moreira, comunicação pessoal, Julho, 2017). Tal como vários outros académicos moçambicanos e africanos que se inscreveram em universidades do bloco de leste, Aniceto dos Muchangos concluiu um doutoramento em Geografia em Halle, na República Democrática Alemã (Muchangos, 1983), e em 2009, tornou-se professor titular na Universidade Eduardo Mondlane. Manuel Araújo, que completou a sua licenciatura em Lisboa em 1974, tornou-se presidente da Faculdade de Artes da Universidade Eduardo Mondlane no final dos anos setenta, e doutorou-se pela universidade de Lisboa em 1988 (Araújo, 1988), tendo sido orientado por Carlos Alberto Medeiros, que tinha estado sobretudo em Angola. O seu trabalho de campo foi realizado durante a guerra civil, em condições adversas, num ambiente em constante mudança. A sua colega Rachael Thompson concluiu o doutoramento na Universidade Pedagógica de Dresden e, em 1990, tornou-se a terceira mulher moçambicana a fazer um doutoramento (Thompson, 1990). Os três foram as principais figuras na continuação da Geografia como uma disciplina académica no Moçambique pós-colonial (ver Langa, 2017).

A «sentença de morte» da Geografia Tropical Portuguesa soou com o início das guerras civis em Angola e Moçambique. Em Portugal, e após o 25 de Abril, a

Geografia Tropical passou a ser vista como Geografia Colonial, e o financiamento para pesquisa em África tornou-se escasso. Com as guerras a segurança tornou-se uma questão central. Este período coincidiu também com o final da carreira académica de Orlando Ribeiro. Aliás, numa carta de 1978 que este dirigiu a Pierre Gourou, Ribeiro escreveu «ontem terminei o meu livro: A colonização de Angola e seu fracasso. Agora vou reler tudo e apagar repetições» (Carta de O. Ribeiro a P. Gourou, 8.IX.1978, BNP/D12/caixa 12). O livro apresentava um importante levantamento de Angola e seguia Gourou ao argumentar que o malogrado processo de miscigenação na África antecipava o fracasso da colonização portuguesa. Sintomática e compreensivelmente, o livro não estabelece uma agenda para investigação futura. Após a jubilação em 1981, Ribeiro redirecionou a sua atenção para o Mediterrâneo, para as ilhas do Atlântico e para Portugal continental.

Na década de 1980, os geógrafos reciclaram e reinterpretaram dados e ideias do mundo tropical das décadas de 1960 e 1970, agora num contexto de produção em liberdade e sem censura. O texto de Amaral (1983) sobre a demografia e a evolução dos Musseques de Luanda é um bom exemplo disso. Amaral revisita a ideia de que na década de 1960 a segregação era resultado de maquinações económicas, e não de um processo político e legal com uma dimensão racial imposta pelas autoridades. Tenta, no entanto, fornecer uma imagem atualizada da cidade, interpretando dois artigos publicados na revista angolana *Novembro*, e *Luuanda*, o livro de Luandino Vieira (1963), que lhe valeu 12 anos no campo de concentração de Tarrafal, em Cabo Verde. Revelador das mudanças nos contextos políticos e sociais de produção académica, Amaral refere então pela primeira vez nos seus textos sobre Luanda os massacres nos Musseques de 1961.

Ao mesmo tempo, durante a década de 1970 e o início da década de 1980, a Geografia como disciplina académica em Portugal abriu-se, ainda que com um atraso temporal significativo, a outras influências epistemológicas. Em meados da década de 1970, as mudanças teóricas que ocorreram mais amplamente na disciplina a partir dos anos 50, e durante os anos 60 e início de 70 do século XX, trouxeram a geografia quantitativa para o primeiro plano em Portugal. Explicando o momento em que substituiu Ribeiro em Lisboa – o ano chave de 1974/75 – o jovem geógrafo alemão Bodo Freund descreveu a introdução de textos de Richard Morrill (1974), Kevin Cox (1972) e Abler, Adams e Gould (1972) como «revolucionário» (citados em Freund, 2015, p. 161). A África tinha deixado de ser o foco da investigação, e uma nova preocupação com a organização espacial havia subitamente chegado aos departamentos de geografia portugueses. O paradigma da Geografia Regional, com sua interação de aspetos físicos e humanos e que vigorou em Portugal até pelo menos o final dos anos 1970, moldou a Geografia Tropical Portu-

guesa. Curiosamente, à exceção dos trabalhos de Clara Mendes, a relação incómoda da Nova Geografia com a descolonização das décadas de 1960 e 1970, nunca se materializou na Geografia Tropical Portuguesa. Em grande medida, a Geografia Portuguesa tornou-se mais introvertida após esta dupla revolução – a revolução dos cravos e a revolução na teoria geográfica. Por um lado, focou-se bastante mais em espaços nacionais e mais próximos, e por outro adquiriu uma perspetiva mais analítica com o uso de novos métodos quantitativos.

É interessante, portanto, olhar para o relatório de 1979 do Centro de Estudos Geográficos (Guerreiro, 1979), que descreve as seis direções de investigação existentes: «Estudos de Planeamento Regional e Urbano» (dirigida por Jorge Gaspar); «Estudos de Geografia Humana» (dirigida por C. A. Medeiros); «Estudos de Geografia Física» (dirigida por Suzanne Daveau, mas agora focada exclusivamente em Portugal); «Recolha e Estudo de Literatura Popular Portuguesa» (uma direcção etnográfica dirigida por Manuel V. Guerreiro); «Estudos de Geografia das Regiões Tropicais» (dirigida por Ilídio do Amaral); e finalmente «Estudos de Geografia do Mediterrâneo e das Ilhas Atlântidas» (dirigidas por Orlando Ribeiro). Depois de quatro anos em Angola e de um doutoramento nas Terras Altas da Huíla, Carlos Alberto Medeiros decidiu deixar o grupo de investigação em Geografia Tropical, liderado por Amaral, e do qual foi membro de 1976 a 1978, e estabeleceu um novo grupo de trabalho sobre Geografia Humana e Regional, focado em Portugal. Naturalmente que a dificuldade em realizar trabalho de campo em África e o papel débil das instituições portuguesas nos países africanos foram parcialmente responsáveis pela decisão. Como Pélissier eloquentemente notou um ano antes, apesar de ser um trabalho claro e original sobre a colonização de Angola, o trabalho de Medeiros foi imediatamente «reduzido a um valor arqueológico», tocado pelo «gosto amargo das cinzas» (Pélissier, 1978, p. 69).

Com um intervalo de 4 anos, Amaral (1979, 1983) publicou duas listas de obras «pertencentes» à Geografia Tropical Portuguesa. As novas publicações referidas em 1983 diziam principalmente respeito à conclusão dos trabalhos realizados na década de 1970 e às sínteses daí resultantes. Amaral, mais do que qualquer outro geógrafo português, continuou a trabalhar em regiões tropicais, publicando vários textos, mas não mais realizando trabalhos inovadores com dados em primeira mão (ver Amaral, 2016). Durante este período foi também bastante sobrecarregado por tarefas administrativas: foi o último presidente do Instituto de Alta Cultura (1975-1977), reitor da Universidade de Lisboa de 1977 a 1979, vice-presidente do Conselho de Investigação Ultramarina (1979-1980), e de 1984 a 2000, diretor do Centro de Geografia do Instituto de Investigação Científica Tropical. Naturalmente que, especialmente desde meados da década de 1990, vários geógrafos portugueses realizaram estudos no

mundo tropical e nas antigas colónias africanas e existe uma crescente cooperação e ligações institucionais entre geógrafos e os departamentos de Geografia das universidades portuguesas e os seus congéneres lusófonos em África. No entanto, no seu conjunto não constituem um programa de pesquisa coerente, organizado e estruturado e não têm paralelo com o que Orlando Ribeiro e os seus colaboradores estabeleceram a partir do final da década de 40 do século XX, que durou cerca de 30 anos, e que abruptamente se esfumou com a descolonização.

Conclusão

O estabelecimento apressado do ensino superior – e da Geografia em particular – em Angola e Moçambique nos anos 60 do século XX é uma prova do carácter extemporâneo do colonialismo português. Este estudo seguiu o percurso de três jovens geógrafas que começaram as suas carreiras e investigações em Moçambique, vivenciando o colonialismo tardio e o período de transição para a independência e mesmo a concretização da independência. O seu trabalho coincidiu e colidiu com as guerras em África, o período revolucionário em Portugal, os governos de transição e o início das guerras civis, tudo fatores de instabilidade que tornaram a investigação sobre África e em África tremendamente desafiadoras. Orlando Ribeiro, naturalmente conhecedor da experiência de Suzanne Daveau, apontou para a disparidade entre as universidades portuguesas no exterior e as britânicas e francesas em Dakar e Ibadan, onde professores franceses e ingleses estavam comprometidos na qualificação e treino de geógrafos e na administração de universidades durante o processo de descolonização. Muitos destes geógrafos assumiram papéis importantes em governos e ministérios no período pós-independência. Pelo contrário, a descolonização e o início da guerra civil em Angola e Moçambique resultaram no repatriamento dos académicos portugueses, sendo que na Geografia, todos foram integrados nas universidades portuguesas, tendo como resultado o inevitável fim da Geografia Tropical Portuguesa.

Embora seja compreensível que a Geografia portuguesa tenha estado largamente alheada da análise dos espaços de guerra até 1974, e também durante os turbulentos anos que se seguiram, é bastante surpreendente (ou decepcionante) que durante as décadas de 1980 e sobretudo 1990, nenhum texto sobre a geografia desses teatros de operação ou das geografias da descolonização, tenha sido publicado. A esse respeito, é revelador que os relatos e narrativas mais inspiradoras sobre a espacialidade do colonialismo e da guerra, e sobre os contextos de descolonização, se encontrem em trabalhos não académicos e de não geógrafos, tais

como nas obras de Castro Soromenho (1946), sobre o ambiente opressivo e violento do norte de Angola na década de 1940, de Luandino Vieira (1963), sobre as condições de vida nos Musseques de Angola, de Lobo Antunes (1979), sobre a violência da guerra, ou de Lúcia Jorge (1988), sobre o cruzamento da memória, da violência e do espaço.

Agradecimentos

Agradeço a generosidade de Maria Eugénia Moreira, Maria Clara Mendes, Celeste Coelho e Suzanne Daveau, sem as quais este trabalho não poderia ter sido feito.

Fontes

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, Lisboa

[ESPÓLIO ORLANDO RIBEIRO – BNP Reservados – Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea]

BNP/D12/CAIXA 12. Carta de Orlando Ribeiro a Pierre Gourou, 8.IX.1978.

Bibliografia

ALMEIDA, A.C. DE, GAMA, A., CRAVIDÃO, F., CUNHA, L., & JACINTO, R. (Eds.) (2003). *Fragmentos de um retrato inacabado. A Geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

AMARAL, I. (1979). *A 'Escola Geográfica de Lisboa' e a sua contribuição para o conhecimento geográfico das Regiões Tropicais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

AMARAL, I. (1983). Estudos de Geografia das Regiões Tropicais (Contribuições da escola Geográfica de Lisboa). *Garcia de Orta*, 8 (1-2), 1-44.

AMARAL, A. (2016). *Bibliografia Científica de Ilídio do Amaral*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

ANTUNES, A. L. (1979). *Os Cus de Judas*. Lisboa: Editorial Veja.

ARAÚJO, M. (1988). *O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa.

CHABAL, P. (Ed.) (2002). *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Bloomington: Indiana University Press.

- DAVEAU, S. (1979). Discurso. In *Colóquio sobre Educação e Ciências Humanas na África de Língua Portuguesa, 20-22 de Janeiro de 1975* (pp. 121-123). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DAVEAU, S. (2011). Orlando Ribeiro (1911-1997). In H. Lorimer & W. J. Withers (Eds.) *Geographers Biobibliographical Studies* (31, pp. 30-55). Londres: Bloomsbury Academic.
- FREUND, B. (2015). Cinquenta anos de visitas a Portugal – cinquenta anos de laços amigáveis com Suzanne Daveau. In M. F. Alegria (Org.), *Geografias de Suzanne Daveau* (pp. 147-170). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- GAMA, A. (2011). Geografia e Geógrafos: institucionalização e consolidação da Geografia na Universidade de Coimbra. *Biblos*, IX, 217-246.
- GARCIA, J. C. (1998). Orlando Ribeiro (1911-1997): o Mundo à sua procura. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I (XIV), 107-116.
- GUERREIRO, A. M. (1979). A Vida do Centro – 1979. *Finisterra*, XIV (27), 141-149
- HAVIK, P. J., & DAVEAU, S. (Eds.) (2011). *Orlando Ribeiro – Guiné 1947. Cadernos de Campo*. Famacão: Húmus.
- JACINTO, R., & ISIDRO, A. (Coord.). (2017). *Iberografias. Revista de Estudos Ibéricos*, 13 (13). Disponível em <https://pt.scribd.com/document/367244804/Iberografias-n%C2%BA13>
- JORGE, L. (1988). *A Costa dos Murmúrios*. Lisboa: Dom Quixote.
- KAPUŚCINSKI, R. (2015). *Mais um dia de vida. Angola 1975*. Lisboa: Tinta-da-china, Lisboa. (Originalmente publicado em 1976)
- LANGA, J. M. D. R. C. (2017). *Geografia de Moçambique um olhar para a história e a epistemologia* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Presidente Prudente, São Paulo.
- MEDEIROS, C. A. (1976). *A colonização das terras altas da Huíla, Angola* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- MEDEIROS, I. M. (1972). Apontamentos sobre a pesca e a evolução da indústria piscatória em Angola. *Finisterra*, 7 (13), 29-45.
- MENDES, M. C. (1974). Gabela. Estudo Geográfico de uma pequena cidade de Angola. *Garcia de Orta*, 2 (1), 29-60.
- MENDES, M. C. (1979). *Maputo antes da independência. Geografia de uma cidade colonial*. (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- MOREIRA-LOPES, M. E. S. A. (1970). A Ilha de São Jorge do Arquipélago dos Açores. Contribuição para o estudo da sua morfologia e actividade vulcânica. *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*, 3, 279-378.
- MOREIRA, M. E. S. A. (1979). *A Bacia do Rio Umbelúzi (Moçambique). Esboço Geográfico* (Tese de doutoramento não publicado). Universidade de Lisboa, Lisboa.

- MOREIRA, M. E. S. A. (2005). A Dinâmica dos sistemas litorais do Sul de Moçambique nos últimos 30 anos. *Finisterra*, 40 (79), 121-135.
- MOREIRA, M. E. S. A. (2017). Memórias (ou lembranças?) do curso de geografia da Universidade de Lourenço-Marques (1969-1975). *Iberografias*, 13 (13), 11-16.
- MOTA, T. H. (2016). A Universidade Eduardo Mondlane no projeto pós-colonial de educação em Moçambique, 1976-1993. *Afro-Ásia*, 54, 189-226.
- MUCHANGOS, A. dos (1983). *Die Nutzung und Veränderung der Natur in einer tropisch-afrikanischen Grossstadt – dargestellt am Beispiel von Maputo, Volksrepublik Mocambique* [O uso e a alteração da natureza numa grande cidade trópico-africana, o caso de Maputo – República Popular de Moçambique] (Tese de doutoramento não publicada). Martin-Luther Universität, Halle.
- PAULO, J. C. (1999). Da ‘Educação Colonial Portuguesa’ ao Ensino no Ultramar. In C. Bettencourt & K. Chaudhuri (Eds.) *História da Expansão Portuguesa* (Vol. 5, pp. 304-333). Lisboa: Círculo de Leitores.
- PÉLISSIER, R. (1978). A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola) por Carlos Alberto Medeiros. *Revue Française d’Etudes Politiques Africaines*, 147, 69.
- PIMENTA, J. R., SARMENTO, J., & AZEVEDO, A. F. de (2011). Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926-1974. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 32, 220-235.
- POWER, M. (2000). Aqui Lourenço Marques!! Radio colonization and cultural identity in colonial Mozambique, 1932-74. *Journal of Historical Geography*, 26 (4), 605-628.
- RAMOS, R. (2007). “O Império que nunca existiu”: a cultura da descolonização em Portugal: C. 1960- C. 1980. *Revista de História das Ideias*, 28, 429-478.
- RIBEIRO, M. C. (2004). África no feminino: As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 68, 7-29.
- RIBEIRO, O. (1950). Missão de Geografia à Guiné em 1947. *Anais da Junta de Investigações Coloniais*, V (III), 3-23.
- RIBEIRO, O. (1973). La pensée géographique de Pierre Gourou. *Annales de Géographie*, 49 (82), 1-7.
- RIBEIRO, O. (1975). *Destinos do Ultramar*. Lisboa: Livros Horizonte.
- RIBEIRO, O. (1998). *A Ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. (Originalmente publicado em 1954)
- RIBEIRO, O. (1999). *Goa em 1956. Relatório ao Governo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos. (Originalmente redigido em 1956)
- RIBEIRO, O. (2014). *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda. (Originalmente publicado em 1981)
- SARMENTO, J. & HENRIQUES, E. B. (Eds.) (2013). *Orlando Ribeiro – Moçambique 1960-1963. Cadernos de Campo*. Famalicão: Húmus.

- SARMENTO, J. (2018). Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: the case of Mozambique. *Journal of Historical Geography*. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.jhg.2018.11.002>
- SARMENTO, J., & LINEHAN, D. (2019). The Colonial Hotel: spacing violence at the Grande Hotel, Beira, Mozambique. *Environment and Planning D: Society and Space*, 37 (2), 276-293.
- SILVA, J. L. da (1975). *Habitat e aspectos vários da vida Cuanhama: a casa. Finisterra*, 10 (19), 3-104.
- SILVA, R. F. M. da (1988). Curso de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – 1972/88. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I (IV), 5-13.
- SOBRINHO, A. S. (2017). O “meu” curso de Geografia na Universidade de Lourenço Marques (1972/73-1974/75). *Iberografias*, 13 (13), 21-28.
- SOROMENHO, C. (1949). *Terra Morta*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- TELES, F. X. da S. (1924). *Rapport sur la Climatologie Intertropicale et les Climats des Colonies Portugaises*. Bruxelles: Établissements Généraux d’Imprimerie.
- THOMPSON, R. E. (1990). *Die Behandlung Moçambiques im Geographieunterricht der 5. Klasse der moçambiquanischen Schule: ein Beitrag zur Lehrplanstruktur und Lehrbuchgestaltung im Hinblick auf den Unterrichtsprozess* [O estudo de Moçambique no ensino de Geografia da 5ª classe da escola moçambicana – uma contribuição para a estruturação do programa e a configuração do livro do aluno com vista ao processo de ensino-aprendizagem] (Tese de doutoramento não publicada). Pädagogische Hochschule Karl Wander, Dresden.
- VIEIRA, L. (1963). *Luuanda*. Lisboa: Edições 70.

O território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo

Ana Cristina da Silva
Universidade Federal de Goiás
ana.iesa.ufg@gmail.com
ORCID: 0000-0002-3377-995X

Introdução

As proposições aqui apresentadas tiveram origem numa investigação realizada por Silva (2010) entre 2006-2010 para a tese de doutorado: *O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território na trama das significações imaginárias*. Este estudo incidiu no período compreendido entre 1980 e a primeira década do século XXI. Esse período abarca a eclosão do *movimento de renovação* da Geografia brasileira nas duas últimas décadas do século XX e seu recrudescimento no final desse mesmo século; abarca ainda a ascensão da geografia humana, como área mais receptiva às mudanças epistemológicas na Geografia, sobretudo no que se refere à ênfase conferida aos conceitos de espaço e território, na primeira década do século XXI. Nossas fontes de pesquisa consistiram de depoimentos orais, sob a forma de entrevistas¹ e a produção escrita, sob a forma de livros e artigos. Concluída a tese de doutorado, continuamos a investigação por meio de outras fontes: artigos publicados nos Anais dos eventos realizados pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)², dissertações e teses concluídas de 1980 a 2012³.

¹ Foram realizadas entrevistas com objetivo de colher depoimentos de geógrafos e geógrafas brasileiros. Procuramos não desvincular os depoimentos de uma produção geográfica mais ampla dos autores e autoras. Os depoimentos possibilitaram identificar características do pensamento geográfico brasileiro para além da produção acadêmica. Por meio deles identificamos: trajetórias de vida, posicionamentos políticos, formas de participação no *movimento de renovação* da Geografia brasileira e, por conseguinte, as concepções de território.

² Essa etapa da pesquisa desenvolveu-se como parte de um programa de iniciação científica (PIBIq) realizado pelo bolsista Michael Fernando da Silva (2013) com financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa, atualmente denominado de Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

³ Essa etapa da pesquisa também foi desenvolvida como parte de um programa de iniciação científica (PIBIq), pelo bolsista Paulo Roberto Ferreira de Aguiar Júnior (2014), com financiamento do CNPq.

Um dos objetivos da investigação visava avaliar a renovação da geografia humana e suas implicações na revalorização do conceito de território, considerando-se a produção de geógrafos e geógrafas. Procuramos também identificar as configurações do pensamento geográfico brasileiro relativamente ao conceito território. Nessas configurações, procurou-se identificar traços de tradição e renovação da Geografia Humana nas décadas finais do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Nossa metodologia de pesquisa buscou conjugar informações históricas, dados quantitativos e análise da produção geográfica.

A ascensão da Geografia Humana no «movimento de renovação» da Geografia brasileira

No século XX, a geografia humana passou por transformações ao ampliar os temas de reflexão para além da relação homem-meio, ao rever métodos de investigação e concepções de objeto de estudo, que resultaram na reformulação dos conceitos de espaço e território num diálogo com diferentes teorias sociais e com novos aportes teóricos e filosóficos. A Geografia humana destacou-se como uma área da ciência geográfica pela plasticidade em absorver novas perspectivas teóricas, metodológicas, temáticas e, sobretudo, por incorporar a renovação epistemológica em curso também nas ciências humanas. No Brasil, o conjunto dessas transformações originou o que denominamos de *movimento de renovação* da geografia brasileira, momento em que se verifica vasta produção teórica com enfoque histórico e epistemológico. Quanto ao conceito território, os estudos intensificaram-se a partir da década de 1990, quando predominavam os estudos sobre espaço.

A produção geográfica que historia o *movimento de renovação* apresenta uma estreita relação com a geografia humana, pois «o movimento de renovação teve também raízes numa instituição velha: o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo» (Corrêa da Silva, 1984, p. 73). Além de sua origem, o movimento «juntou os esforços dos professores do Departamento, de sua área de Geografia Humana, aos da Associação dos Geógrafos Brasileiros, então seção regional de São Paulo, através do Boletim Paulista de Geografia» (Corrêa da Silva, 1984, p. 73).

Em 1976, a direção do *Boletim* adotou uma política de publicação que considerava as necessidades e os problemas que a Geografia e as demais Ciências Humanas enfrentavam nessa década. A AGB publicou as discussões realizadas nas Reuniões Culturais, criadas com a intenção de retomar o debate intelectual reprimido pelo

regime militar em vigor no Brasil. Tratava-se de um movimento que aglutinava esforços de instituições como a AGB e as universidades, e de uma «nova geração» de geógrafos da área de geografia humana.

O movimento de renovação não se expressou como reação organizada. A insatisfação com as práticas e as teorias geográficas existia, mas acentuou-se nos encontros promovidos pela AGB, na década de 1970, quando as diferentes concepções do pensar e do fazer geográficos puderam aglutinar-se e reagir ao estado da ciência geográfica vigente. Embora sem constituir um projeto coletivo explícito, os temas da renovação foram-se delineando: a transformação social, que requeria nova utilidade estratégica do saber geográfico; a constituição de uma teoria com conceitos e categorias próprios ao discurso geográfico; a reconstrução da totalidade (teórica e empírica) por meio do espaço; a busca do método que superasse a dicotomia entre geografia física e geografia humana; a preocupação com a fundamentação teórica assentada numa filosofia abrangente; a preocupação em evitar a fragmentação e a especialização excessivas.

O movimento de renovação teve também dois desdobramentos importantes: a invenção da «geografia crítica», denominação para a nova tendência da Geografia, e a reafirmação do espaço como objeto de estudo. Tratava-se de uma nova concepção de espaço – o espaço social historicamente produzido pelas relações sociais de produção e a luta de classes –, que se opunha à concepção da Nova Geografia. Esses desdobramentos repercutiram na produção teórica da Geografia Humana visando conferir-lhe novo estatuto ontológico e epistemológico⁴. Receptiva às reflexões críticas, a Geografia Humana não se negou a discutir a dimensão estratégica do saber geográfico: sua função social e política, a natureza de seu objeto de estudo, as perspectivas metodológicas e teóricas de investigação.

Todavia, o que parecia conferir identidade à ciência geográfica, o espaço social, logo converteu-se em tema de críticas que assumiram duas direções: uma que destacava o esquecimento da dimensão territorial dos fenômenos, como enfatizou Egler (1983), e, outra que questionava a transformação da Geografia numa «espa-ciologia», como ressaltou Souza (1988).

⁴ Destaca-se um dos textos mais emblemáticos desse momento: *O espaço geográfico como categoria filosófica*, apresentado por Milton Santos no Encontro Nacional de Geógrafos em 1982, publicado em 1988.

«Movimento de renovação» e emergência dos estudos sobre território⁵

Na década de 1980, no auge da renovação, algumas «vozes dissonantes» se pronunciaram a respeito da geografia crítica e a premência que o espaço ocupava no pensamento geográfico. Um dos desafios do momento era o de ultrapassar a crítica teórica rumo a proposições efetivas, concernentes à realidade nacional: a redemocratização do país, em contraposição ao regime militar; o engajamento político e as lutas populares; a preocupação com o social, o desenvolvimento econômico e técnico; a questão ambiental, a expropriação do campesinato; a necessidade de um projeto nacional para o Brasil. Nessa década, as palavras crítica e crise deram à tônica nos discursos e debates da geografia brasileira.

Egler destacava que a Geografia Crítica teria «se restringido em procurar interpretar o mundo a partir do conflito básico entre capital e trabalho; reduzindo ao esquecimento a luta política e econômica que a propriedade do capital e da terra cria no interior da classe dominante» (Egler, 1983, p. 73). A Nova Geografia mostrava-se «incapaz de analisar e compreender as profundas transformações que se processaram nos últimos trinta anos no quadro político-territorial do mundo contemporâneo» (Egler, 1983, p. 74). O pensamento geográfico brasileiro estaria negando a essência do conflito político, pois «negando o caráter nacional, regional ou local do conflito político, *pasteurizando* o espaço em escala mundial, as novas tendências do pensamento geográfico têm sistematicamente deixado de lado a análise da realidade concreta, territorialmente definida» (Egler, 1983, p. 74).

As interpretações da crise também foram questionadas: não era a Geografia que estava em crise, mas os geógrafos. Os termos da crítica e do debate se inverteram porque demandavam o exercício da autocrítica e do retorno de uma categoria basilar do pensamento geográfico: o território, pondo-a no cerne das reflexões. A superação da crise exigia: lucidez na identificação do conflito político contemporâneo, posicionamento político-ideológico e mais atenção às formas que a materialidade do espaço assumia naquele final de século.

A materialidade do espaço se manifesta no território, que é sujeito à apropriação privada, à luta pela sua posse e de seus recursos naturais. É o uso e a apropriação do território que desnudam o caráter do capitalismo e trazem à

⁵ Não saberemos de todas as motivações que conferiram sentido à reabilitação do território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. Mas podemos saber de algumas delas por meio dos depoimentos, e, desse modo, identificá-las como parte das experiências e da memória que delas têm geógrafas e geógrafos brasileiros contemporâneos, seja por meio dos depoimentos ou mediante a compreensão da proposição de mundo que se encontra em suas obras escritas.

tona as relações concretas de produção. Cenário ativo da luta de classes, da concorrência entre os detentores dos meios de produção, o território é a determinação concreta das contradições do modo capitalista de produção (Egler, 1983, p. 75).

Os debates reconheceram, na categoria território, que nem tudo na tradição podia ser negado, sob risco de perder a identidade da Geografia, porque «a geografia nasceu como *ciência do território*, entendendo o território como a porção da superfície da Terra sujeita à apropriação pelas formações sócio-econômicas nos diferentes estágios de desenvolvimento» (Egler, 1983, p. 75). O que estava em questão eram as configurações materiais e discursivas nas quais se delineavam o território.

Ao final da década de 1980 e início dos anos 90, o território se apresentava também como uma categoria de análise apta a elucidar a acumulação capitalista em relação às formas de reprodução da agricultura camponesa, pois o capital agiria monopolizando territórios, num processo de territorialização da agricultura que se diferencia da espacialização da luta pela terra no campo. Conforme Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em entrevista a Scarim (2000), a territorialização do capital e espacialização da luta pela terra são conceitos necessários à compreensão do espaço agrário brasileiro. No âmbito da geografia agrária, destacam-se as formulações de Fernandes (1996, 1999, 2005, 2009) ao articular movimentos sociais e território, preocupado em elaborar uma «teoria geográfica» dos movimentos sociais. Em seu depoimento, Bernardo Mançano Fernandes apresentou a Silva o que considera sua contribuição ao pensamento geográfico brasileiro: «Minha contribuição [...] está na compreensão do processo de territorialização e desterritorialização; na tentativa da construção de uma Geografia dos movimentos camponeses como movimentos socioterritoriais» (Entrevista a Bernardo Fernandes disponível em Silva, 2010, pp. 50-51).

A década de 1990 foi pródiga em proposições acerca do território. Dentre elas destacam-se os artigos de Santos (1994), que se tornou emblemático ao contestar o pensamento único em torno da globalização e das políticas neoliberais, Souza (1995), que ressignificou o conceito de território numa perspectiva crítica quanto ao seu conteúdo ideológico, Becker (1997), cujas reflexões ressaltam a dimensão econômica do território, a fronteira em movimento e a questão da soberania nacional, Castro (1997), que procurou identificar os vínculos entre a dimensão institucional, o poder político e o território, e Gomes (1997), que visava elucidar a dimensão ontológica do território no debate da cidadania e da questão nacional. Estes eram alguns dos principais temas aos quais o território foi se configurando teoricamente. Nessa década, tão importantes quanto os artigos foram também os

livros para o pensamento geográfico brasileiro, a saber, os de Andrade (1995), Costa (1989), Haesbaert (1997) e Moraes (1988), que deram a tônica aos debates e às pesquisas sobre território, tornando-se referências obrigatórias.

Nas primeiras décadas do século XXI, muitas das pesquisas, sob a forma de livros ou teses, foram publicadas e tornaram-se obras de referência sobre o território. Algumas ainda permanecem inexploradas quanto à relevância de suas proposições. Seria impossível citar todas as pesquisas, mas indicamos alguns autores que consideramos imprescindíveis, tais como: Arroyo (2001), Castro (2005), Costa (2005), Haesbaert (2002, 2004), Lopes (2004), Moraes (2000, 2002), Santos e Silveira (2001). Em todos a reflexão sobre o território está vinculada a um tema ou problema de investigação, quer seja a economia, a cultura, a cidadania, a política ou a história, quer seja a técnica. Identificar as questões postas, os percursos de investigação e as filiações teóricas é tarefa fundamental àqueles que se dedicam a produzir conhecimento geográfico. Alguns desses geógrafos apontaram, em seus depoimentos, as motivações que os levaram ao «encontro» com o território.

O geógrafo sempre é um apaixonado muito grande, pelo seu lugar e pelo olhar que ele desenvolve sobre as diferentes escalas. [...] vem daí, também, a minha tendência de valorizar o território. Porque o território é uma forma de você humanizar a região. O território nada mais é que a humanização da região, do lugar e do espaço (Entrevista com Wanderley Costa disponível em Silva, 2010, p. 7).

Moraes (1988) optou por uma reflexão que prioriza a dimensão política do território, se opondo à ótica liberal e se posicionando como geógrafo crítico:

O pensamento crítico em Geografia vai contrapor-se a estas visões, atacando frontalmente aquilo que elas têm em comum: a ótica de reduzir a nação à sua dimensão espacial. [...]. Para os geógrafos críticos, o território é visto como um produto social, um resultado histórico da prática humana sobre a superfície terrestre (Moraes, 1988, p. 148).

Moraes (2002) elegeu uma concepção de história, numa das vertentes do marxismo, e promoveu o encontro entre território e história como núcleo central de sua definição da Geografia Humana como uma «história territorial». Dedicou-se também a pensar um projeto nacional para o país e o desafio implicado nesse projeto.

O desafio posto para a reflexão de uma geografia democrática na atualidade é o de pensar o Brasil como uma sociedade, dando nova qualidade à abordagem do território nacional, este devendo ser entendido como patrimônio

da nação (e não sua razão de ser). [...] A superação do espacialismo autoritário não deve ser a supressão do território no ordenamento do projeto nacional, mas seu equacionamento adequado ao ideal democrático (Moraes, 1988, p. 131).

Quanto a Santos (2004), o percurso teórico e metodológico e as motivações que o levaram a articular espaço e território são mais densas e mereceriam um artigo à parte. Muitas vezes foi questionado sobre o emprego ou abandono de categorias e conceitos em sua produção teórica, mas ao final do século XX, em suas últimas reflexões, Santos alertava sobre as influências da globalização e das ideias neoliberais na Geografia.

Tal influência da globalização e do neoliberalismo alcança a própria geografia, quando esta aceita transformar-se em uma geografia sem território, como, aliás, está se tornando frequente e pode mesmo ser apontado como prática hegemônica em certos centros universitários. Exemplos dessa geografia sem território não se limitam ao discurso da disciplina para fins externos, mas se inserem no próprio âmago do trabalho científico e da formação de novos geógrafos, tanto na pesquisa como no ensino (Santos, 2004, pp. 115-116).

As consequências dessa «geografia sem território» se expressava nos planos teórico e político, como também pedagógico, isto é, na formação de futuros geógrafos. Daí a necessidade de reabilitar o conceito de território em sentido amplo, sob o risco de aniquilamento da ciência geográfica. Santos (2004) visava superar esse aniquilamento. Com o advento da globalização era necessário reabilitar o território no pensamento geográfico e, por meio dele, também repensar a identidade própria da Geografia.

Uma geografia sem território é uma contradição que ajuda a explicar a ausência cada vez maior dessa categoria de análise e debate aprofundado da nação. Isso constitui para o país um retrocesso, e para a disciplina geográfica pode equivaler a uma espécie de suicídio. Se os geógrafos se ausentam do debate sobre o território, há um empobrecimento paralelo das ciências políticas, da sociologia e da interpretação histórica, e, no plano prático, um empobrecimento também da própria vida política da nação. Felizmente, uma forte reação se esboça nos meios acadêmicos, mas igualmente nos meios políticos, e desse modo podemos esperar que o território, essa realidade esquecida, seja retomada, evitando o enfraquecimento de uma das ópticas sem a qual a visão de mundo, dos países, dos lugares, é incompleta e até mesmo irreal (Santos, 2004, pp. 116-117).

No início do século XXI, Santos publicou, em coautoria com Silveira (2001), o livro: *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, sobre o qual fez o seguinte comentário: «Interpretei o Brasil a partir do seu território. Ele é a personagem central dessa leitura. Quero mostrar que o território permite fazer falar a nação» (Santos, 2002, p. 69). Essa obra não significou apenas o preenchimento de uma lacuna na produção teórica sobre o país: ela permanece como uma proposição teórica e metodológica acerca do Brasil.

A produção geográfica sobre território nos eventos da AGB

A AGB impulsionou o movimento de renovação por meio de encontros e fóruns de debate acerca da Geografia. O movimento de renovação repercutiu nas propostas de estudo, nas universidades e nos fóruns da comunidade geográfica, como relata Monteiro:

[...] nos departamentos de Geografia das universidades, tratava-se de aumentar as disciplinas de caráter socioeconômico em detrimento daquele ambiental. Chegou-se a um ponto tal que os praticantes da Geografia Física foram levados a gerar o seu próprio fórum de debates, mediante a criação dos “Simpósios de Geografia Física Aplicada” [posteriormente somaram-se a estes, os de Geomorfologia e de Climatologia. Esta prática foi instalada na primeira semana de dezembro de 1984 em Rio Claro-SP – movimento iniciado por Antônio Christoforetti] (Monteiro, 2002, p. 28).

Tais eventos tornaram-se momentos de reflexão sobre a finalidade social e política do conhecimento geográfico, a natureza do trabalho dos geógrafos e o que pensavam de seu ofício como cientistas sociais. Os temas dos encontros da AGB apresentaram temáticas discutidas no âmbito da Geografia Humana: *Geografia e realidade brasileira: formas de resistência* (1988), *Movimento brasileiro, movimento geográfico: território, ambiente, cidadania* (1990), *Geografia, democracia e a (des) ordem mundial* (1992), *Velho mundo – novas fronteiras* (1994), *Espacialidade e territorialidade: limites da simulação* (1996), *A geografia brasileira e as transformações no trabalho e no espaço* (1998), *Os outros 500 na formação do território brasileiro* (2000), *Por uma Geografia Nova na construção do Brasil* (2002), *Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia no século XXI* (2004), *A Geografia e a Amazônia no contexto latino-americano: diálogos, práticas e percursos* (2006), *O espaço não pára: por uma AGB em movimento* (2008), *Crise, Práxis e Autonomia: espaços de esperança e de resistência* (2010).

No período investigado, de 1980 a 2010, foram realizados 16 eventos pela AGB, sendo 13 Encontros Nacionais de Geógrafos (ENG) e 3 Congressos Brasileiros de Geógrafos (CBG). Em relação aos eventos, dos 16 promovidos, 7 ocorreram entre as regiões Norte (1974, Belém; 2006, Rio Branco), Sul (1982 e 2010, Porto Alegre; 2000, Florianópolis) e Centro-Oeste (1986, Campo Grande; 2004, Goiânia), e os 9 restantes distribuídos entre as regiões Nordeste e Sudeste. Nestes eventos, apresentaram-se mais de 600 trabalhos, com 27 produções acerca do território e 70 sobre espaço. A partir do encontro de 1986, em Campo Grande – MS, direcionado à temática agrária, houve um aumento considerável de trabalhos inscritos nos eventos (Figuras 1 e 2).

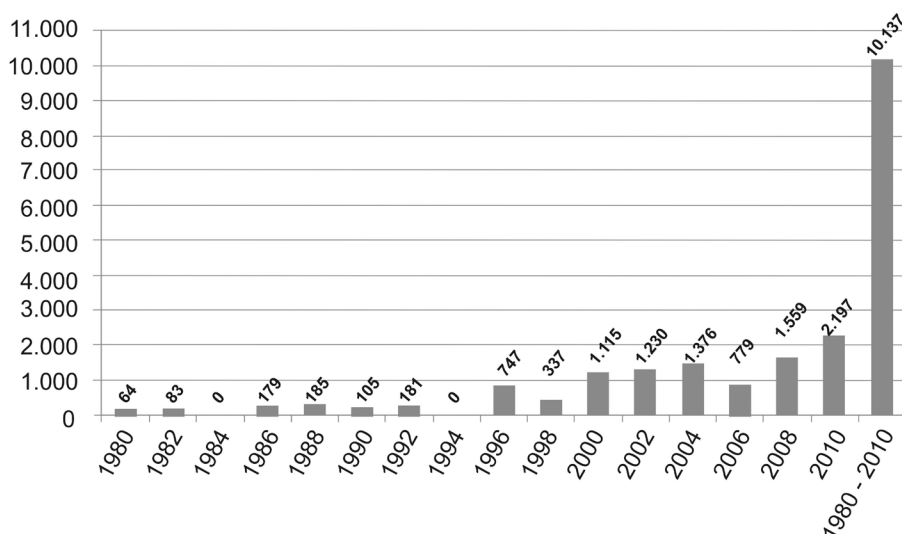


Figura 1. Publicações nos eventos da AGB entre 1980-2010. Fonte: Silva (2013).

Até a década de 1970, a produção científica em Geografia era desenvolvida por pequenos grupos de geógrafos vinculados a AGB e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶. Mamigonian ressalta a importância dos encontros

⁶ Até a década de 1970, também o IBGE constituiu-se numa importante referência das pesquisas geográficas no Brasil, tendo aglutinado e formado gerações de geógrafos na pesquisa aplicada. Instituição vinculado diretamente ao governo de Estado, o IBGE ainda hoje é um dos órgãos responsáveis pelas pesquisas que servem de referência ao planejamento territorial e as políticas governamentais. Segundo Faissol (1996), o IBGE promovia a formação de seus profissionais enviando-os para cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação no exterior. Desde sua criação até a década de 1970, o IBGE aglutinou geógrafos em seus conselhos e comissões de estudo influenciando diretamente a formação de pesquisadores em Geografia.

da AGB na formação intelectual principalmente dos graduandos de Geografia, pois «eram mais produtivos e democráticos que os cursos de geografia existentes nas universidades e realizavam os treinamentos de pesquisa e os debates que eram escassos nos cursos» (Mamigonian, 1987, p. 136).

Na década de 1990, houve novamente um aumento das produções pois totalizaram-se quase 2.400 trabalhos, sendo cerca de 160 sobre território e 190 produções sobre espaço. Destaque para os três últimos eventos do período, principalmente o XII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Florianópolis – SC, no ano de 2000. De aproximadamente 750 produções, em 1996, em Recife, e 340, em 1998, em Vitória da Conquista, mais de 1.100 trabalhos foram inscritos no ano de 2000, sendo 70 sobre a categoria espaço e aproximadamente 80 sobre território, este superando pela primeira vez àquele em número de produções.

No terceiro e último recorte temporal analisado (2002-2010), totalizou-se mais de 7.000 produções, sendo quase 890 sobre espaço e 803 acerca do território. Neste período, cada região do país sediou um evento. Nos Encontros de 2006, em Rio Branco, e 2010, em Porto Alegre, novamente a produção com a temática territorial superou a produção acerca do espaço. No Encontro de 2010, vale ressaltar que a quantidade de trabalhos inscritos ultrapassou 2.000 unidades. De quase 1.400 produções em 2004, em Goiânia, e aproximadamente 800 em 2006, houve posteriormente um crescimento dos trabalhos inscritos, cerca de 1.600 em 2008, em São Paulo, para mais de 2.000 trabalhos em 2010 (Figura 2).

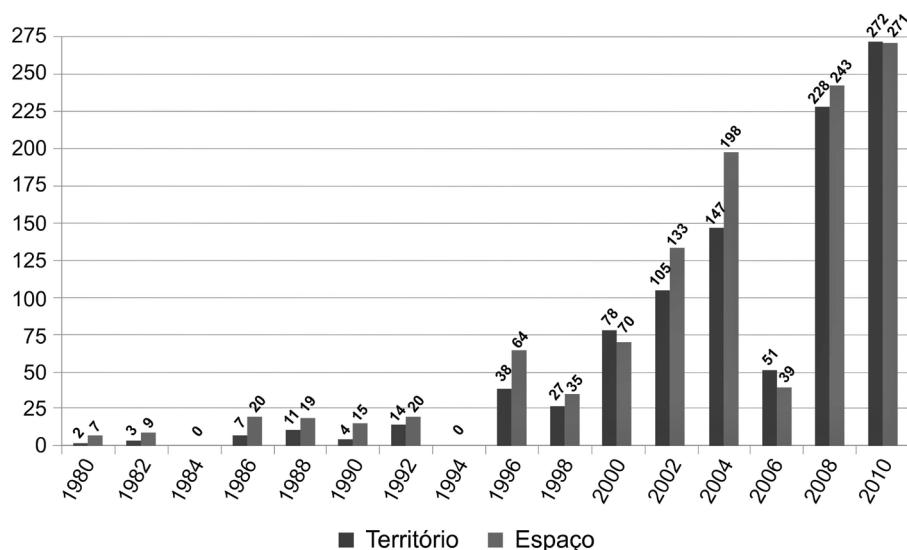


Figura 2. Publicações sobre Território e Espaço nos eventos da AGB entre 1980-2010.

Fonte: Silva (2013).

Embora nas duas primeiras décadas analisadas (1980 e 1990), as produções sobre a categoria espaço tenham superado a de território, constatou-se um percentual de crescimento apresentado por esta última, com notável aumento quantitativo, na primeira década do século XXI. Entre o período de 1980-1990 a 1992-2000, houve um aumento de 482% nas produções de temática territorial, sendo que, no mesmo intervalo temporal, a produção acerca da categoria espaço aumentou 170%. No período de 1992-2000 a 2002-2010, ambas as categorias tiveram bom desempenho; no entanto, a produção sobre território apresentou maior índice de crescimento – quase 412% – diante de quase 368% da categoria espaço.

Além dos Anais dos encontros da AGB há uma vasta produção sob a forma de dissertações e teses a ser sistematizada e investigada. A ausência de trabalhos de sistematização sobre a produção geográfica brasileira foi um dos motivos que suscitou a presente investigação. Outro motivo refere-se à elucidação do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo: os temas de pesquisa em voga, as categorias de análise em pauta, as perspectivas teóricas e metodológicas. Tratou-se, portanto, de realizar um levantamento quantitativo sobre essa produção, de sistematizá-la, procurando identificar as configurações do pensamento geográfico brasileiro relativamente ao território e identificar onde se concentra essa produção.

Espacialização da produção geográfica sobre território

Na década de 1970, destaca-se a criação dos primeiros programas de pós-graduação em Geografia no Brasil. Na travessia da primeira para a segunda década do século XXI, identifica-se a existência de 41 cursos de mestrado e 18 cursos de doutorado em Geografia, distribuídos nas regiões do país (Figura 3).

No Brasil, o crescimento dos programas de pós-graduação se intensificou nas primeiras décadas do século XXI. Porém, se concentraram na Região Sudeste, historicamente pioneira na pós-graduação, seguida da Região Sul. Os programas de pós-graduação elegem áreas de concentração com temáticas relacionadas com as questões regionais e nacionais, o perfil de seus pesquisadores e as demandas locais ou nacionais de formação de novos pesquisadores. No âmbito da pós-graduação em Geografia, destacam-se as seguintes áreas de concentração, conforme sistematização feita por Mota:

Ambiente e Natureza, na qual engloba questões ambientais; *Espaço*, que inclui a organização, apropriação, produção, dinâmica e análise espacial; *Território*, que abarca assuntos relacionados às territorialidades e às dinâmicas e ao ordenamento territorial; *Região*, que envolve questões referentes a análise, dinâmica e planejamento regional, assim como, questões relacionadas ao urbano e ao rural. Outras áreas também apontadas pela Capes são o *Tratamento da Informação*, as *Novas Tecnologias*, o *Ensino*, a *Teoria e Método* (Mota, no prelo, p. 5).



Figura 3. Brasil: Densidade dos cursos de pós-graduação em Geografia, 2012.

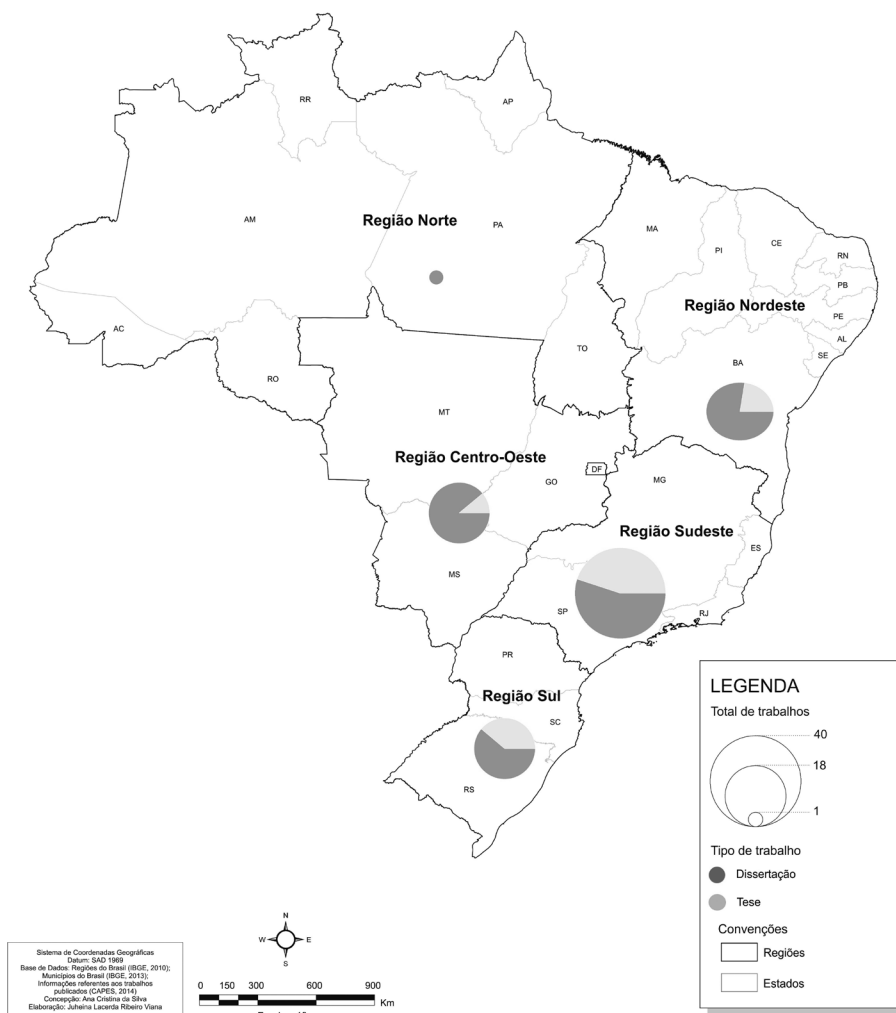


Figura 4. Brasil: Distribuição regional das dissertações e teses em Geografia sobre território, 2012.

Numa das etapas da pesquisa, constatou-se o crescimento dos estudos sobre território e evidenciou-se que os cursos de pós-graduação mais antigos, a exemplo da Universidade de São Paulo (USP), apresentaram maior número de dissertações e teses defendidas no período em estudo (1980 a 2012). Nessa instituição foram produzidas, desde 1982, cerca de 109 pesquisas, nas quais se identifica o conceito território, sendo 54 dissertações e 55 teses.

As produções acadêmicas apresentam crescimento tanto sob a forma de dissertações quanto sob a forma de teses. A Figura 4 representa a distribuição regional de dissertações e teses sobre território em Geografia⁷.

Numa abordagem territorial, as Regiões Sudeste e Sul ainda concentram a maior parte da produção acadêmica, embora os dados e as informações cotejadas para a presente investigação evidenciam também o crescimento e a expansão dos programas de pós-graduação em outras regiões.

Considerações finais

A presente investigação possibilitou identificar a emergência e o crescimento de pesquisas numa abordagem territorial no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo por meio do levantamento quantitativo de trabalhos (em nível de graduação e pós-graduação) apresentados nos eventos da AGB, assim como das dissertações e teses que caracterizam a produção acadêmica no período em estudo (1980-2012). Todavia, não se pode afirmar que ocorra uma unidade teórica e metodológica nessa produção: há dissertações e teses que partem de uma perspectiva teórica e metodológica dialética, outras fenomenológicas, no âmbito da geografia humanística ou cultural. Destacam-se os estudos sobre: micro-territorialidades na geografia urbana; desterritorialização; movimentos sociais e luta pela terra na geografia agrária; território, fronteiras e soberania na geografia política; planejamento e ordenamento territorial; políticas territoriais e ideologias geográficas. O que se pode afirmar é que há polissemia (muitos sentidos e significados são atribuídos ao conceito de território) e polifonia (muitas são as vozes, os discursos) nos estudos que têm o território como categoria central de análise.

Constata-se uma configuração intelectual no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo que reúne diversas posições em torno do território. Essa diversidade advém de estudos e pesquisas diferentes por suas origens, seus objetivos e posicionamentos teóricos e metodológicos que não têm um núcleo epistemológico comum ou uma convergência filosófica e política. Disso resulta a pluralidade de concepções acerca do que é o território, a Geografia, o que é geográfico e a finalidade «estratégica» do saber dessa ciência.

⁷ A distribuição geográfica da produção acadêmica por região foi elaborada a partir do banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que somente em 2004 começou a disponibilizar essas informações em seu site.

No início do século XXI, Corrêa (2001) propôs que se aceitasse o pluralismo metodológico, que emergiu na década de 1980, em reação às ortodoxias. Em sua proposta de temas, pressupõe a continuidade do processo de diferenciação espacial engendrado pela globalização. Chama a atenção para a necessidade de se reconhecer a trajetória da Geografia brasileira, de identificar a existência de tradições – com destaque para as «pesquisas solidamente estabelecidas no país» –, e elementos para se pensar o futuro, com destaque para as «lacunas na produção geográfica nacional» (Corrêa, 2001, p. 10). Mas a pluralidade aparecia também como ameaça à totalidade, categoria valorizada na Geografia brasileira renovada. Por ora, ficamos com as proposições desafiadoras de Santos (1994, p. 15) acerca do território:

Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que [...] carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existencial individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Bibliografia

- AGUIAR JÚNIOR, P. R. F. de. (2014, Outubro). *A renovação da Geografia Humana e a emergência das pesquisas sobre território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo: um estudo da produção geográfica sob a forma de dissertações e teses (1980-2012)*. Comunicação apresentada no Seminário de Iniciação científica, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil.
- ANDRADE, M. C. (1995). *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- ARROYO, M. M. (2001). *Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX*. (Dissertação de doutoramento não publicada), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BECKER, B. K. (1997). Tendência de transformação do território no Brasil. Vetores e Circuitos. *Território*, 1 (2), 5-18.
- CASTRO, I. E. (1997). Solidariedade territorial e representação. Novas questões para o pacto federativo nacional. *Território*, 1 (2), 33-42.
- CASTRO, I. E. (2005). *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CORRÊA, R. L. (2001). Pensando a geografia brasileira do começo do século XXI. *Sociedade e Território*, 15 (2), 9-16.

- CORRÊA DA SILVA, A. (1984). A renovação geográfica no Brasil -1976/1983 (As Geografias Crítica e Radical e uma perspectiva teórica). *Boletim Paulista de Geografia*, 60, 73-140.
- COSTA, W. M. (1989). *O estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- COSTA, W. M. (2005). *Política e território em tempos de mudanças globais*. (Dissertação de livre docência). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- EGLER, C. A. G. (1983). Espaço ou território (Dilema da geografia ou dos geógrafos?). In *Simpósio: Teoria e Ensino da Geografia. Textos para discussão* (pp. 73-79). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- FAISSOL, S. (1996). Entrevista. Cinquenta anos de geografia. *GeoUERJ*, 1, 79-94.
- FERNANDES, B. M. (1996). *MST – formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec.
- FERNANDES, B. M. (1999). Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Revista Cultura Vozes*, 93, 11- 31.
- FERNANDES, B. M. (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, 8(6), 24-34.
- FERNANDES, B. M. (2009). Sobre a tipologia de territórios. In M. A. Saquet & E. S. Sposito (Ogs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp. 197-216). São Paulo: Expressão Popular.
- GOMES, P. C. C. (1997). A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense. *Território*, 1 (2), 43-62.
- HAESBAERT, R. (1997). *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- HAESBAERT, R. (2002). *Territórios alternativos*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- HAESBAERT, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- LOPES, I. I. (2004). *O território e os estados pós-nacionais: uma abordagem geográfica das teorias recentes de Jürgen Habermas*. (Dissertação de doutoramento não publicada) Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em https://bdpi.usp.br/single.php?_id=001443477.
- MAMIGONIAN, A. (1987). Entrevista. *GEOSUL*, 2(3), 130-141.
- MONTEIRO, C. A. de F. (2002). A geografia no Brasil ao longo do século XX: um panorama. *Borrador*, 4, 1-53.
- MORAES, A. C. R. (1988). *Ideologia geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- MORAES, A. C. R. (2000). *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec.
- MORAES, A. C. R. (2002). *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

- MOTA, R. D. (no prelo). *Geografia cultural e a produção brasileira de teses e dissertações sobre as festas populares*. Goiânia.
- SANTOS, M. (1988). O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica. *Revista Terra Livre*, 5, 9-20.
- SANTOS, M. (1994). O retorno do território. In M. Santos, A. A. De Souza & M. L. Silveira, (Orgs.), *Território – globalização e fragmentação* (pp. 15-20). São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. (2002). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publi-folha.
- SANTOS, M. (2004). *Testamento intelectual*. São Paulo: UNESP.
- SANTOS, M., & SILVEIRA, M. L. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- SCARIM, P. C. (2000). *Coetâneos da crítica: contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, A. C. (2010). *O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território na trama das significações imaginárias* (Dissertação de doutoramento não publicada). Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/10/ana.pdf.
- SILVA, M. F. (2013, Outubro). *A renovação da Geografia Humana e o retorno do território no pensamento geográfico brasileiro: um estudo da produção geográfica apresentada nos Congressos da AGB (1980-2010)*. Comunicação apresentada no Seminário de Iniciação Científica, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil.
- SOUZA, M. J. L. (1988). “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestigiamientos pseudo-críticos do espaço social). *Terra Livre*, 5, 21-45.
- SOUZA, M. J. L. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In I. E. Castro, R. L. Corrêa & P. C. C. Gomes (Orgs.), *Geografia: conceitos e temas* (pp. 77-116). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Vulnerabilidades socioespaciais: formas e conteúdos da urbanização recente¹

Nelba Azevedo Penna

Departamento de Geografia, Universidade de Brasília

nelba@unb.br

ORCID: 0000-0001-9210-877X

A vulnerabilidade social e espacial nas cidades

A abordagem por meio do conceito de vulnerabilidade permite ir além dos termos sobre pobreza, emprego e renda. Permite a possibilidade de compreender o problema da habitação social a partir da lógica da produção do espaço, pois as categorias e elementos espaciais articulam-se de maneira diferenciada para agir sobre campos sociais, históricos e políticos marcados por contradições e conflitos, por oportunidades e constrangimentos, uma vez que as estruturas de oportunidades dependem de fatores macrossociais e não apenas das escolhas pessoais, de acordo com racionalidade técnica, ou apenas da capacidade dos governos, das firmas e das instituições formais de responderem às reivindicações legítimas. Elas dependem, antes, de fatores macrossociais, de como esses grupos menos favorecidos são capazes de entrar no campo político para formular demandas e reivindicar seus direitos civis e políticos. Esse «campo de forças desiguais» limita tanto as ações das políticas públicas (programas como a venda da habitação segundo a relação bancária custo/benefício) e as do mercado (com base na propriedade privada e sua valorização) em oferecer «soluções» para a moradia de comunidades de baixa renda. Esse tema é abordado por Malheiros, Ferreira, Carreiras, Amílcar e Raposo (2016, p. 190), para quem interessa «sobretudo explorar as potencialidades da aplicação do conceito de vulnerabilidade a determinados territórios que tendem a segregar e concentrar populações com menos recursos e com menor capacidade de os mobilizar». Nosso trabalho vai ao encontro dessa preocupação,

¹ O presente ensaio convida a uma reflexão que advém da temática abordada em conjunto nos grupos de pesquisa dos Departamentos de Geografia das Universidades de Lisboa e de Brasília. NETURB (Universidade de Lisboa/PT) e GEURB (Universidade de Brasília/CNPq/BR). Ver Nelba (2016).

pois as condições de vulnerabilidade limitam as possibilidades de esses territórios e grupos obterem «mobilidade social ascendente» (Malheiros et al., 2016, p. 190).

Por um lado, esse processo demonstra o grau conflito existente entre os interesses dos grupos, desde o cerceamento de direito à moradia à diminuição das capacidades de ação e de realização da vida. Tal contradição se expressa na desarticulação e mesmo no antagonismo entre o discurso governamental contido nas políticas públicas e sua execução nos assentamentos sociais, como demonstram, por exemplo, estudos realizados anteriormente (Penna, 2014). Por outro lado, as transformações no mercado imobiliário e no mercado de trabalho advindas das mudanças nas regras da economia neoliberal e a diminuição dos empregos configuram as situações mais difíceis de enfrentar, principalmente pelos jovens, pois são agravadas pela insegurança causada pela precariedade da habitação, pelo desemprego ou pelo emprego incerto e/ou informal (Malheiros et al., 2016). Esses fatores são consequências da ausência de proteção pública, ainda que mínima, para as comunidades, pois restringem a capacidade de enfrentamento e de mudança das condições adversas (espaciais e sociais) pelos grupos sociais, para os quais são restringidas, também, as oportunidades oferecidas pelo poder público, tanto no que se refere às políticas públicas sociais quanto às territoriais urbanas, tais como as estruturas de oportunidades: educação, habitação, saneamento e saúde (Ferreira, Vasconcelos, & Penna, 2012).

Neste contexto observa-se a importância de realizar estudos considerando a reflexão da realidade vivida pelas comunidades para a construção de compromissos com a transformação das realidades cotidianas locais, visando tomar consciência por meio de dinâmicas, estudos de textos, debates, vivências integrativas e troca de experiências, das condições políticas exigidas para o enfrentamento das condições adversas à conquista da cidade e da cidadania. Torna-se necessário a compreensão dos mecanismos do crescimento das vulnerabilidades em curso na urbanização recente, cuja enorme importância se deve aos seus efeitos sobre a produção e reprodução da desigualdade e da segregação.

As formas e conteúdos desse duplo processo vulnerabilidade/segregação são as favelas, caracterizadas pela ilegalidade da propriedade fundiária e insegurança da habitação: lugar de moradia da população de menor renda. De forma geral, as favelas são assentamentos humanos espontâneos e não convencionais, ou seja, são carentes de arruamentos e serviços de saneamento básico, com habitações autoconstruídas geralmente pelos próprios moradores. Localizam-se em terras públicas ou particulares baldias, ou em terras ambientalmente frágeis e inadequadas (constantemente atingidas por desastres naturais – enchentes e deslizamentos). Por não possuírem a legalização fundiária, ou instrumento jurídico de

propriedade da terra, sua característica básica assenta-se na irregularidade da propriedade, por isso denominadas de assentamentos ilegais e irregulares devido o uso e ocupação do solo sem licenciamento jurídico (Oliveira & Penna, 2014). Assim, instala-se a segregação da população de baixa renda, que vê, desse modo, sua capacidade de pagar por uma moradia limitada a ocupar às áreas periféricas e/ou precárias.

O aumento da vulnerabilidade nesses lugares, no âmbito das suas dimensões sociais e espaciais, políticas e ambientais, tem-se revelado de grande importância para a análise e compreensão desse processo e da segregação socioespacial da moradia, por intermédio da política habitacional e fundiária. Para alcançar inclusão social, é fundamental a reflexão a respeito da pouca articulação das políticas espaciais, que é uma característica do processo do crescimento urbano e econômico no Brasil.

Políticas públicas e habitação social

Atualmente tem-se falado muito em crise. As crises são a expressão da contradição da modo de produção que se realiza, ou seja, como «desenvolvimento geográfico desigual» do capitalismo – significando o modo como a sociedade se reproduz. Quando se fala de sociedade, fala-se da vida: o modo de produzir também produz a vida. Milton Santos escreve que espaço «é a síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social», ou seja, da vida, «a única capaz de tudo transformar» (Santos, 1996, pp. 87-88). A Geografia tem realizado uma importante contribuição nesse debate, pois trabalha com essa particularidade do conceito de espaço: material e social, desigual e contraditório. Assim, revela as intencionalidades da política, pois a realidade socioespacial «está acontecendo diante de nossos olhos», com uma velocidade de transformação cada vez maior. A sociedade contém o espaço e ao mesmo tempo está contida nele (Santos, 1996). Esta é uma das lições que se aprende em Geografia: espaço e sociedade são indissociáveis e indissolúveis, interferindo um sobre o outro, definindo uma dialética espacial, como escreveu Milton Santos (1996), que revela suas contradições. A discussão sobre a produção do espaço em constante transformação permite compreender que a sociedade não gera apenas relações sociais, como exposto, mas também práticas espaciais (relações entre o social e o espacial), que se espacializam em processos com diferentes formas e diferentes conteúdos.

Em se tratando de planejamento, seja econômico ou territorial, indagamos em que medida ele poderia impedir o chamado «crescimento desordenado» ou o

«caos» urbano, ou as desigualdades que se expressam no território pelas segregações. O que nos leva a indagar se os governos, a sociedade, as empresas (geralmente as imobiliárias), e as instituições (geralmente as financeiras) podem reduzir as desigualdades socioespaciais em nossas cidades, sobretudo nas metrópoles? O tema da segregação social e espacial é bastante complexo porque, embora seja discutido há tempos, as propostas que surgem não se concretizam. Histórica e politicamente não se realizam, e ainda, aprofundam-se em processos cada vez mais problemáticos, como a vulnerabilidade decorrente de um conjunto de relações e formas que envolvem todos os tipos de pobreza, precariedades e desigualdades.

É neste contexto que o planejamento e a gestão são chamados para propor «soluções» aos desajustes sociais. Assim, as políticas públicas de planejamento, nas diversas escalas e setores, devem conter uma perspectiva de espaço para além de formular relações sociais. Sem a perspectiva espacial, as políticas urbanas não se concretizam, não transformam e nem modificam as formas de desigualdades porque, com diferentes conteúdos, expressam as realidades vulneráveis que se tornam regra nas cidades. Compreender o conjunto dessas dinâmicas e dos processos participativos sociais e espaciais é necessário para dar às comunidades condições para ultrapassarem suas vulnerabilidades, pois o sucesso das políticas nos lugares das metrópoles e das cidades depende dessa relação.

Então, como propor políticas sociais que estejam projetadas no espaço, que transformem e modifiquem os processos de segregação e de vulnerabilidade? As relações sociais não se realizam por si só. Torna-se necessário um raciocínio complexo, que recomponha a totalidade dos processos em seus termos sociais e espaciais. As políticas públicas devem considerar as práticas espaciais vividas pela sociedade nos lugares, sejam elas de planejamento, de desenvolvimento ou ambientais.

As políticas habitacionais, planejadas pelos governos, instituições financeiras e empresas do mercado, são as que mais sofrem com o problema das ações políticas desvinculadas das práticas sociais no espaço das cidades, e desvinculadas, também, dos Planos Diretores municipais e metropolitanos. Esses mecanismos desarticuladores geram desigualdade e segregação, principalmente através da destituição da relação espaço/sociedade para implantar setores habitacionais e, de modo geral, para fazer políticas públicas. Sendo assim, as cidades não apresentam as qualidades socioespaciais, urbanísticas e técnicas necessárias, pois estas acumulam-se em setores restritos, locais de moradia, negócios e consumo para uma minoria da população de maiores rendas (lugares da hipercidadania), enquanto que para os demais restam os lugares que foram vetados para construção pela legislação urbanística e ambiental, ou os espaços precários das periferias.

Nesse contexto, a evolução urbana (e regional) demonstra desrespeito aos biomas e a tudo o que eles representam em termos de natureza, de água potável, de flora e de fauna. O espraiamento da cidade sobre grandes áreas periféricas, distantes dos centros congestionados, provoca o esgotamento da biodiversidade, o qual pode ser exemplificado pela atual crise hídrica do Distrito Federal (DF) e de diversos estados no Brasil. Em relação a essa questão, Seabra escreve que a «natureza, enquanto dádiva, entra na história humana pela sua Geografia», por meio de «suas particularidades tornadas atributos passíveis de qualificar a vida, e de se tornar força produtiva da sociedade» (Seabra, 2003, p. 311). A autora explica que o discurso ambientalista (de preservação do meio ambiente), como recorte metodológico, estabelece um novo horizonte paradigmático, no qual as questões sociais (urbanização de lugares impróprios à moradia, por exemplo) são sintetizadas como se fossem naturais. Trata-se, segundo ela, de uma «lógica estranha», definida como a «naturalização do processo social», como se fosse próprio da natureza que os melhores lugares estivessem reservados aos negócios imobiliários pelo mercado. Assim, então, não existiriam riscos ambientais. A natureza tomada como força produtiva para venda imobiliária estaria «reservada» para a acumulação do capital.

Seabra (2003, p. 311) afirma que o caminho seria discutir «a natureza social do mundo» para compreender por que as populações carentes ocupam lugares inadequados quanto a ocorrência de riscos ambientais naturais. Nesse sentido, o conceito de vulnerabilidade também diz respeito à banalização da vida humana, rolando ou soterrada nas encostas, nas ruas que se transformam em rios, sem perceber que a cidade (toda!) se instala sobre um bioma, ou seja, aqui a natureza é tomada como hostil. Além disso, como o valor dos terrenos nas áreas centrais é muito alto, em vez de as políticas favorecerem uma baixa no preço dos mesmos, são construídas habitações populares e condomínios com padrões de baixa qualidade material e técnica em locais além dos limites da cidade. A própria cidade de Brasília localiza-se sobre o bioma do Cerrado, sobre a bacia de vários rios. Assim, fica no esquecimento o fato de que toda a ação humana é potencialmente consumidora do espaço geográfico, de seus elementos naturais e sociais.

Além da natureza, a cidade também consome tecnologia para alcançar desenvolvimento e afirma-se como oportunidade para negócios, com o objetivo de acumulação capitalista, assumida como um projeto empreendedor. Entretanto, este processo empreendedor possui como objetivo requalificar a cidade para buscar investimentos competitivos e lucrativos, fortalecendo seus centros empresariais para negócios que envolvam parcerias entre os setores públicos e privados para promover a valorização econômica e financeira. Frente a isso, áreas periféricas,

com qualidade, são tomadas pelos condomínios fechados para as classes mais altas. O alargamento do perímetro urbano fica por conta da especulação imobiliária, inclusive sobre bairros mais populares (Penna, 2014). Esse processo produz cidades desiguais e injustas, o que se relaciona à falta de condições de acesso à estrutura de oportunidades oferecidas e aos seus efeitos sobre a reprodução cíclica da vulnerabilidade.

Nosso debate aborda justamente a contradição desse processo. Desejamos entender como se dá a precariedade da moradia, cujo fundamento encontra-se na análise das políticas públicas habitacionais, muitas das quais em parceria com as instituições financeiras e grandes firmas imobiliárias. Levando-se em conta a diminuição da capacidade governamental em realizar suas funções, delega-se competências ao poder local, as quais não condizem com os recursos técnicos, materiais e humanos para disponibilizar infraestrutura necessária. Este debate incide, portanto, sobre a produção e reprodução de políticas e de ações para a construção de cidades em benefício do mercado e em detrimento da superação das condições de vulnerabilidade, cuja base deveria ser articulada a outras políticas setoriais de educação, empregos, salários e transportes, por exemplo. Analisamos o contexto em que são projetadas cidades desiguais e injustas, como podemos asseverar, submetidas ao modo pelo qual são produzidas as políticas públicas relacionadas ao mercado, em que as mais valias geradas ficam concentradas sem que o público intervenha em favor de uma melhoria das condições desfavoráveis.

Harvey (2013, p. 213) questiona se haveria uma territorialidade urbana própria que teria surgido com o avanço do capitalismo sobre o espaço. Desse mesmo modo, perguntamo-nos se, para a nossa realidade, existiria uma forma urbana própria de territorialidade associada à criação e recriação de ações para a construção de cidades em benefício das relações sociais capazes de organizar espaços de uso em detrimento da troca e da especulação. Haveria ainda oportunidades de melhorar a qualidade de vida nas cidades, com implementação de estratégias políticas, não obstante a crise econômica e o desemprego? Existe ainda espaço para um projeto amplo e comum de cidade, com entendimento das forças políticas e apoio da população? Como realizar esse projeto sem gerar vulnerabilidade, segregação e especulação? Onde buscar alternativas, dado que os processos não dependem apenas do planejamento e da gestão ou do urbanismo? Como questiona Harvey (2013, p. 234): «Que fazer? E quem o fará?». Devido ao desenvolvimento das novas tecnologias da informação e do conhecimento, da automação dos processos industriais e do trabalho sobre a urbanização tecnológica, a questão social continua se colocando como uma problemática. Tais questionamentos são

sempre recorrentes, pois enfatizam o discurso da «transformação revolucionária» da gestão e do planejamento urbano estatais, da participação coletiva das comunidades, dirigindo-se ao pensamento das utopias urbanas, segundo a proposta de Lefebvre do direito à cidade.

Plano Piloto de Brasília e Brasília – Preservação, segregação e vulnerabilidade

Em Brasília, as favelas são denominados de «invasões», pois o governo considerava que os moradores dos assentamentos espontâneos «invadiam» as terras públicas e particulares, no Plano Piloto, seus arredores e nas Cidades Satélites, para construir suas moradias. A própria noção de «invasão» tornou-se um dos motivos alegados para transferir os seus residentes, pelas políticas governamentais, para outros lugares fora e longe do Plano Piloto, embora grande parte das terras no Distrito Federal (DF) pertencesse ao Governo. A moradia passa, desde aquela época, não apenas pela questão fundiária, mas, ainda, pela recomendação de Lúcio Costa, no seu projeto, de não haver «enquistação de favelas» no Plano Piloto de Brasília, nem urbanas e nem rurais. Sua proposta era a de que o Governo devesse prover «acomodações decentes», tudo de acordo com o «regime econômico vigente» (Costa, 1957/s/d, p. 21).

Não obstante, o centro e a periferia desenvolveram-se, o tecido urbano estendeu-se pelas áreas de cerrado natural, soterrando córregos; difundiu-se e concentrou-se em determinados núcleos urbanos, dando origem às diversas cidades (satélites). Todas elaboradas pelas políticas de planejamento e gestão do território e pelos planos de erradicação de invasões. Outro dos motivos utilizados para justificar a transferência das populações mais carentes localizadas no Plano Piloto era preservar da poluição a bacia do Lago Paranoá, que banha as áreas nobres Lago Sul e Lago Norte. Desse modo, para compreender a natureza dos processos que geram a urbanização atual, é oportuno apontar as novas formas espaciais produzidas no território – no Plano Piloto e na periferia –, bem como os conteúdos que constituem essa dinâmica. Essas novas formas encontram expressão em territórios segregados, complexos e muitas vezes justapostos por formas, conteúdos e temporalidades diferenciadas que caracterizam as cidades contemporâneas.

Na realidade, havia, no DF, amplos espaços de baixa densidade demográfica, destinados ao uso rural e às áreas de proteção ambiental, que estrategicamente circundam o Plano Piloto (cerca de 50% do território do DF está constituído por Áreas de Proteção Ambiental – APAs). Coincidentemente ou não, esses lugares se

configuraram como espaços suscetíveis de ocupação e de fragmentação pelo mercado. Trata-se justamente das áreas onde não se completou o processo de desapropriação (iniciado para a criação do Distrito Federal), que restaram como enclaves de propriedade privada (urbana e rural) desde o início da construção da cidade e que, segundo as normas, não poderiam ser parceladas. Poderiam, no entanto, ser doadas. Este foi o tom das campanhas para eleição dos governadores, a partir dos anos 1990, quando foi elaborada a Lei Orgânica do Distrito Federal. As políticas habitacionais passaram a ser fundamentadas pela criação de assentamentos cujos lotes foram doados às famílias cadastradas nos diversos programas governamentais.

Inicialmente, como foi o caso da atual cidade de Samambaia, o assentamento foi loteado para as famílias carentes, cadastradas pelo Programa de Assentamento para Famílias de Baixa Renda, que atendiam aos critérios estabelecidos pelo governo. Designados pelo nome de assentamentos semi urbanizados, o governo oferecia cada lote sob o instrumento jurídico de «Concessão de Uso», o que deveria impedir que o ganhador do lote pudesse vendê-lo. A ideia seria fixar os residentes e evitar que, ao venderem seu lote, formassem invasões em outro local, principalmente em lugares no Plano Piloto. A designação de «semi urbanizado» referia-se, principalmente, à falta de condições adequadas da moradia (geralmente de «barracos» de autoconstrução e baixa qualidade material), sem serviços de rede de água e esgotamento sanitário e com precária iluminação pública. Além da segregação socioespacial a que se submetiam estes residentes, o processo político de implementação da erradicação de invasões encerrava processos de vulnerabilidade extremamente perversos. Segundo Sposito (2013, p. 65), estes expressam a «separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana», que a autora define como sendo o ponto central do conceito de segregação: separação radical entre espaço e sociedade.

Atualmente, os assentamentos criados foram transformando-se ao longo da dinâmica urbana, e as cidades satélites iniciais, surgidas dessas políticas, foram transformadas em «cidades», cada uma compondo uma Região Administrativa, gerida por um administrador regional nomeado pelo governador. Trata-se do resultado de um conjunto de ações planejadas e deliberadas pelo planejamento burocrático governamental. As cidades se configuram como produtos de conflitos entre interesses e forças, lutas e ações estabelecidas no confronto político por direitos sociais e justiça espacial. Muitas lutas foram vencidas pelos movimentos sociais para que fossem realizadas melhorias nas condições de vida dos residentes em assentamentos vulneráveis.

A cidade de Samambaia, assim como outras do Distrito Federal (Taguatinga e Gama, por exemplo), teve origem em um assentamento precário (semi urbanizado) e ganhou fama pelos altos índices de criminalidade. Nos últimos anos, porém, começou a viver uma reviravolta. Embora a vulnerabilidade e a violência não tenham desaparecido, a cidade está se transformando, aos poucos, segundo o jornal *Correio Braziliense* (Amorim, 2013), em uma das regiões administrativas de maior potencial econômico, com três estações de metrô, comércio pujante e um público consumidor em ascensão. Isso tudo fez com que a cidade atraísse investimentos, principalmente em relação ao comércio, serviços e imobiliários, e mudasse de perfil social.

No contexto atual, os conceitos de moradia foram modificados. É o mercado imobiliário privado que tem investido na melhoria das moradias, construindo, na cidade, condomínios de alto padrão para as classes médias e altas. A política pública habitacional também mudou, fundamentando-se, agora, em políticas baseadas em parcerias entre os bancos públicos e as empresas imobiliárias, ou seja, em parcerias público-privadas. Por meio de políticas habitacionais implementadas com ações desarticuladas e segmentadas por faixas de renda, sem a preocupação com um projeto mais amplo de cidade social, espacial e ambientalmente sustentável, proporciona-se a dissociação dos processos sociais e espaciais. Os novos condomínios, devido principalmente a alegações quanto ao alto preço dos terrenos, são construídos na forma de conjuntos habitacionais (verticais ou horizontais), em lugares distantes do centro e, na maioria das vezes, desconectados do tecido urbano. Seguem, portanto, constituindo vulnerabilidades, segregação social e a monofuncionalidade residencial, sem oferta de outros serviços e empregos, dificultando, assim, as práticas socioespaciais cotidianas, que rompem as relações entre habitante-cidade.

O programa «Minha Casa, Minha Vida» – MCMV, por exemplo, é uma política habitacional que visa a melhoria da qualidade ambiental e social da população mais carente. De acordo com a previsão dos investimentos no programa «Minha Casa, Minha Vida»², estes destinavam-se principalmente para a construção de casas para famílias de baixa renda, e os subsídios variavam de acordo com a condição econômica de cada família, avaliada pela Caixa Econômica Federal – CEF (banco estatal).

² O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi convertida na Lei Nº. 11.977, em 7 de julho de 2009, e estabelecia a meta inicial de construção de um milhão de unidades habitacionais. Para alcançar tal meta, o Programa previa inicialmente investimentos de R\$ 34 bilhões pelo governo federal, sendo que R\$ 25,5 bilhões originários do Orçamento Geral da União (OGU), R\$ 7,5 bilhões do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e de mais R\$ um bilhão para a complementação de infraestrutura urbana, proveniente do BNDES. Ver Brasil (2009).

Porém, muitos estudos concluem que os projetos estão estabelecidos nas periferias das cidades, sem articulação com o tecido espacial e social, submetidos ao mercado financeiro e imobiliário. Isso isola os moradores das tessituras urbanas, porque eles ficam, inclusive, sem perspectivas de mobilidade para o trabalho, para a educação, para o lazer, para a saúde, sem segurança, enfim, sujeitos a toda a sorte de vulnerabilidades, que representam os problemas que mais preocupam a sociedade atual.

O objetivo da política de planejamento urbano e habitacional, sabemos, seria a melhoria das condições de vida dos habitantes da cidade e dos segmentos sociais menos favorecidos, por intermédio do acesso à casa própria, o que, como dito anteriormente, não é efetivado. A política fica «capenga»: o social é destituído de seu espaço. Das metrópoles às cidades pequenas, estabelecem-se as periferias pobres, as desigualdades e as diferenças. Planejam-se cidades insustentáveis em termos de desenvolvimento e planejamento urbano e ambiental, ainda que as cidades cresçam, cada vez mais, estendidas sobre o chamado meio ambiente, ou biomas, ou «natureza».

Trata-se de um planejamento que define a segregação socioespacial como constituinte fundamental da produção do espaço urbano contemporâneo e que aprofunda os processos de vulnerabilidade, pois «a produção de residências inicia-se ou no processo de investimentos de capital, ou como estratégia de sobrevivência» (Vasconcelos, Corrêa, & Pintaudi, 2013). E, ainda, porque o planejamento se realiza em duas dimensões: (1) sobre periferias destituídas de urbanidade que (des) abrigam as populações mais pobres; e (2) formando hipercidadanias nas áreas centrais ou nas periferias privadas (dos condomínios fechados), que abrigam as populações mais ricas, possuidoras de amplas infraestruturas modernas, públicas e privadas.

Em Brasília, por exemplo, os condomínios localizados ao longo da rodovia DF140 criam um imenso eixo de crescimento especulativo de terras desde o Lago Sul – ou seja, desde as áreas de mais alta renda – até o bairro ABC, na cidade de Valparaíso (Goiás), na fronteira entre o DF e o estado de Goiás, periferia onde predominam as mais baixas rendas. Goiânia é outro exemplo: cria um «espetáculo urbano», de eixos coordenados de diversos e luxuosos condomínios, ligados por amplas avenidas (autoestradas), os quais possuem nomes de cidades europeias (Paris, Atenas, Munique, etc.). A ostentação do luxo é apartada da pobreza apenas por grandes muros e entradas vigiadas por guardas armados, como se fossem guaritas militares. Como escreveu Milton Santos, seria o grupo dos que não dormem com medo da revolução do grupo dos que não comem?

Finalizando

A dificuldade em propor cidades/sociedades não vulneráveis, analisada por esta perspectiva, origina-se na própria dificuldade em transformar espacialmente as relações sociais para possibilitar a existência de justiça socioespacial. A redução das vulnerabilidades seria possível através da produção do espaço nas políticas públicas e da compreensão da «natureza social», isto é, do conjunto de relações e formas que tornam indissociáveis e indissolúveis o espaço e a sociedade, a ação social e a ação espacial, a ação política e a política.

São as políticas públicas e privadas que produzem a cidade insustentável, pois são pensadas em termos de «natureza/ambiente» natural. Elas naturalizam as vulnerabilidades, expondo os problemas da precariedade da moradia apenas como instabilidades naturais, suprimindo o histórico e político. As cidades são cheias de vida. A questão que aqui se coloca é refletir sobre o modo de vida vamos escolher viver. Para praticar justiça social, torna-se necessário que as relações sociais estabelecidas pelas políticas públicas se materializem em melhorias que expressem, conjuntamente, melhorias espaciais. A dialética entre espaço e sociedade deve ser o entendimento e o fundamento principal para a elaboração de políticas para assentamentos humanos de qualidade, capazes de assegurar a vida em espaços com dignidade para todos.

Bibliografia

- AMORIM, D. (2013, 27 de Janeiro). *Correio Braziliense*, Caderno Cidades.
- BRASIL (2009). *CARTILHA DO PROGRAMA MINHA CASA, Minha Vida*. Brasília: Ministério das Cidades.
- COSTA, L. (s/d). *Cadernos de arquitetura nº 3. Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: IAB/DF. (Originalmente publicado em 1957)
- FERREIRA, I. C. B., VASCONCELOS, A. M., & PENNA, N. A. (2012). Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. In *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em http://www.ceam.unb.br/%20oj/arquivos/artigo_nogales.pdf
- HARVEY, D. (2013). *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. Lisboa: Bizâncio.
- MALHEIROS, J., FERREIRA, B., CARREIRAS, M., AMÍLCAR, A., RAPOSO, R. (2016). Vulnerabilidade e integração urbana em bairros de habitação social da Grande Lisboa: Uma aproximação conceptual e empírica. *Revista Espaço & Geografia*, 19 (1), 139-168.
- OLIVEIRA, S. D. R., & PENNA, N. A. (2014). A regularização fundiária na metrópole: a ordem contra a desordem. In F. M. C. Serdoura, R. A. R. Ramos, D. S. Rodrigues, C. L. Souza &

- R. A. N. Silva (Eds.), *(Re)inventar a cidade em tempos de mudança, Pluris'14 – 6º Congresso Luso-Brasileiro de Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável* (pp. 2144-2153). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em http://pluris2014.fa.ulisboa.pt/docs/Pluris2014_Livro_de_Actas.pdf
- PENNA, N. A. (2014). A cidade para além da especulação: entre o capital e a habitação social. In *Anais do VI CIETA – Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales* (pp. 914-921). São Paulo: Universidade de São Paulo – USP.
- PENNA, N. A. (2016). Dinâmicas do capital e dinâmicas públicas na produção da cidade: conflitos e consensos. *Espaço e Geografia*, 19 (1), 139-168.
- SANTOS, M. (1996). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec.
- SEABRA, O. C. L. (2003). Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In A. F. A. Carlos & A. I. G. Lemos (Orgs.), *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade* (pp. 308-322). São Paulo: Contexto.
- SPOSITO, M. E. B. (2013). Segregação socioespacial e centralidade urbana. In P. A. Vasconcelos, R. L. Corrêa & S. Pintaui (Orgs.), *A cidade contemporânea: segregação espacial* (pp. 61-93). São Paulo: Contexto.
- VASCONCELOS, P. A., CORRÊA, R. L., & PINTAUDI, S. (Orgs.) (2013). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto.

Governança climática e a floresta amazônica: analisando o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira sob o olhar da geógrafa Bertha Becker

Fronika de Wit

Instituto de Ciencias Sociais, Universidade de Lisboa

fronika.wit@ics.ulisboa.pt

ORCID: 0000-0002-6181-3537

Introdução

O futuro da floresta amazônica é um assunto de preocupação global: o bioma sustenta cerca de 40% das florestas tropicais remanescentes do mundo, tornando-se um importante provedor de serviços ambientais (Fearnside, 2008). Desenvolvido pelo *Stockholm Resilience Center*, o Quadro de Fronteiras Planetárias (QFP) estima nove fronteiras globais para conseguirmos manter um espaço operacional seguro no planeta Terra (Rockstrom et al., 2009). Com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os pesquisadores atualizaram o QFP, colocando-o no contexto social dos ODS. No entanto, não forneceram caminhos para o desenvolvimento sustentável dentro dos limites do planeta (Steffen et al., 2015).

Relacionada com as Fronteiras Planetárias, a investigação sobre os chamados *Tipping Points* – Pontos Críticos – destaca os limites planetários e quais aqueles que, quando ultrapassados, podem alterar drasticamente os ecossistemas ou, até, levar ao seu colapso. Um dos elementos globais com Pontos Críticos – os chamados *tipping elements* – é a floresta amazônica, onde interações complexas entre o desmatamento local e as emissões globais de efeito estufa determinam potenciais cenários futuros (Lenton et al., 2008). A Amazônia pode estar se movendo em direção a um Ponto Crítico de curto prazo: o desmatamento da floresta pode transformar a floresta de sumidouro em emissor de carbono (Nepstad, Stickler, Filho, & Merry, 2008).

Reduzir as emissões do desmatamento e, ao mesmo tempo, manter o desenvolvimento econômico, é um grande desafio para a governança ambiental. As estratégias *top-down* não conseguem alinhar os diversos níveis e setores do governo e

excluem os *stakeholders* locais do processo. A cientista política Elinor Ostrom (2010) apresenta uma nova forma de governança climática *bottom-up* com padrões policêntricos. O conceito de governança policêntrica, uma forma de governança multinível, pressupõe a tomada de decisões por múltiplos atores e multi-setores sob um sistema geral de regras, que leva a um arranjo produtivo. Destaca-se a importância da integração vertical e horizontal, bem como o conceito de «aprender fazendo», para uma governança climática mais efetiva.

No passado recente, a floresta amazônica era percebida como uma «economia de cobóis», simbolizada por seus recursos naturais ilimitados e associada ao comportamento imprudente e explorador (Boulding, 1966). No entanto, estudos da geógrafa brasileira Bertha Becker, num período de mais de 3 décadas, sobre a relação entre estado, território, desenvolvimento e governança, mudaram essa conceitualização da Amazônia. Becker discute uma corrente exógena e endógena na Amazônia: a corrente exógena vê a Amazônia como fonte de recursos naturais para os atores brasileiros e estrangeiros do setor privado; a corrente endógena, por outro lado, representa as várias instituições locais na Amazônia e a busca de uma forma de desenvolvimento local (Abdala, 2015).

O objetivo deste estudo é analisar os potenciais e as armadilhas da governança climática policêntrica e aplicar seus princípios ao desenvolvimento local na floresta amazônica. Ao analisar os trabalhos da Bertha Becker sobre o ordenamento territorial e a governança territorial na Amazônia Brasileira, além de uma análise de dados socioeconômicos dos nove estados brasileiros amazônicos, pretendemos procurar formas dinâmicas específicas de governança climática na Amazônia capazes de dar uma resposta mais eficaz para as ameaças enfrentadas.

Governança climática policêntrica

O conceito de Governança Multinível (GMN), elaborado pelo cientista político Gary Marks (1993), visa compreender os processos políticos em direção aos níveis subnacional e supranacional. Marks descreveu o surgimento de instituições supranacionais, como a União Europeia, e o processo de descentralização como «processo centrífugo no qual a tomada de decisões é retirada dos Estados membros em duas direções» (Marks, 1993).

Para ampliar a compreensão dos diferentes níveis de formulação de políticas públicas e o papel do Estado, Hooghe e Marks (2003) distinguem entre dois tipos de GMN (Figura 1). A Governança Tipo I é baseada no federalismo e mostra vínculos verticais claros entre os diferentes níveis de governança, com um papel central

para o Estado-nação, enquanto as jurisdições da Governança Tipo II operam em numerosas escalas territoriais, são específicas de tarefa e não de propósito geral, e destinam-se ser flexíveis e não duráveis (Hooghe & Marks, 2003). Bulkeley et al. (2003) apresentam os dois tipos de estruturas de GMN, mostrando o «boneco russo de jurisdições aninhadas» da GMN Tipo I e as jurisdições transversais sobrepostas, bem como o papel da sociedade civil na GMN Tipo II (Fig. 1).

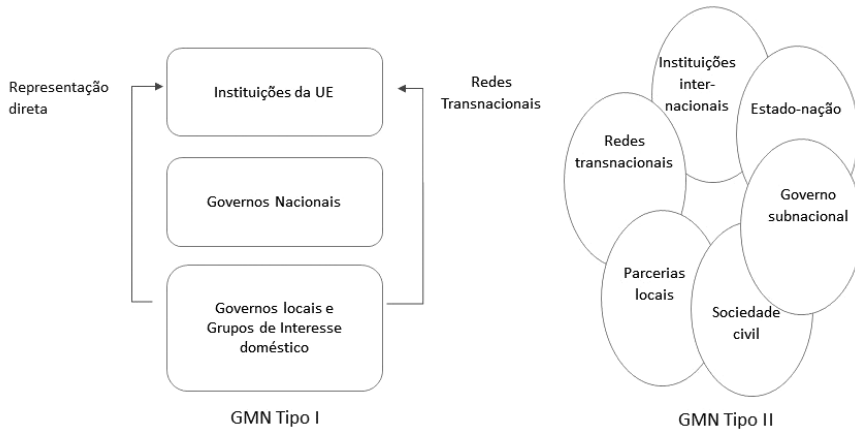


Figura 1. Comparação das estruturas da Governança Multinível Tipo I (aninhada) e Tipo II (policêntrica). Fonte: adaptada de Bulkeley et al., 2003.

A Governança Tipo II é uma forma de governança policêntrica que foi introduzida por Vincent e Elinor Ostrom nos anos sessenta do século passado. Ostrom, Tiebout, & Warren inicialmente definiram a governança policêntrica como «muitos centros de tomada de decisões que são formalmente independentes uns dos outros [...] na medida em que tomam uns aos outros em conta nas relações competitivas, celebram vários compromissos contratuais e cooperativos ou recorrerem a mecanismos centrais para resolver conflitos» (1961, p. 831). A sua abordagem baseia-se no princípio da subsidiariedade: os serviços governamentais são melhor fornecidos no nível mais baixo do governo de acordo com sua aplicação efetiva (Cole & Cole, 2011). Elinor Ostrom expandiu o conceito de policentrismo para a governança ambiental rural, com seu trabalho inovador e premiado sobre a ação coletiva local e a gestão de recursos comuns. Recursos comuns, como florestas, sistemas hídricos e a atmosfera, são definidos por Ostrom como «um tipo de bem que compartilha o atributo da subtratabilidade com bens privados e a dificuldade de exclusão com bens públicos» (Ostrom & Ostrom, 1977). Hardin (1968), em seu trabalho «The Tragedy of the Commons», afirmou que a única maneira possível de proteger os recursos comuns é impor direitos de propriedade privada ou

regulamentação centralizada. Ao contrário da «Tragedy» de Hardin, Ostrom (1990) mostra alternativas para o uso sustentável de recursos comuns e a importância da dinâmica de múltiplos níveis na política ambiental.

Em seu trabalho posterior, Ostrom (2010) vincula a governança policêntrica e seus benefícios à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, destacando que décadas de esforços internacionais de conservação ambiental mostram que os governos, por si sós, não podem garantir a conservação, mesmo que estejam genuinamente comprometidos com ela. As estratégias *top-down* para reduzir as emissões de gases de efeito estufa não conseguem alinhar os diversos níveis e setores do governo para permitir a definição de objetivos coletivos, e tampouco conseguem envolver os vários *stakeholders*. A Conferência do Clima – COP 2009, em Copenhague, mostrou um impasse na governança climática e uma necessidade de inovação e de políticas mais eficazes (Jordan & Huitema, 2014). Abordagens tradicionais à governança climática concentram-se principalmente nos Estados-nação como os únicos atores relevantes para o desenho da governança (Dorsch & Flachslan, 2017). O Acordo de Paris de 2015 mostra um foco em governança climática mais inovadora, com espaço para os países se inventarem e aprenderem uns com os outros, mostrando uma mudança para a governança policêntrica (Jordan et al., 2015). No entanto, o termo «governança policêntrica» é usado com diferentes níveis de precisão e diferentes conceituações de suas formas de diferenciação vertical e horizontal (Dorsch & Flachslan, 2017). Um exemplo de padrões policêntricos para a governança climática são governos subnacionais que impulsionam mudanças políticas e se auto-organizam em redes transnacionais para se comprometer com metas climáticas e energéticas (Bulkeley & Betsill, 2005; Hakelberg, 2014; Hoffmann, 2011; Urpelainen, 2013).

Potenciais e armadilhas da governança climática policêntrica

Dorsch e Flachslan (2017) caracterizam quatro características principais da governança climática policêntrica: auto-organização; condições específicas do local; experimentação e aprendizagem; e uma forte ênfase na confiança, que pode superar barreiras e resistências à cooperação. Experimentação e aprendizagem podem levar à inovação e adaptação flexível, bem como à produção e difusão de conhecimento e normas (Dorsch & Flachslan, 2017). Uma abordagem multi-escala para o problema das mudanças climáticas é mais eficaz e estimula a experimentação e a aprendizagem (Ostrom, 2010). Cole e Cole (2015) mostram como, numa abordagem policêntrica, a comunicação direta reforçada dos indivíduos afeta positivamente os níveis de confiança, que determinam substancialmente os níveis de cooperação.

Jordan et al. (2015) discutem criticamente as linhas promissoras da literatura sobre novas formas dinâmicas de governança climática, mas pedem esforços científicos e políticos para fortalecer a compreensão e a eficácia desses diversos padrões policêntricos. Tornar efetiva a governança policêntrica requer pesquisas contínuas para refinar, revisar e adaptar as regras e práticas do regime da governança climática. Além disso, requer monitoramento contínuo para garantir que a implementação permita e exija interações construtivas para que a governança policêntrica funcione adequadamente (Spreng, Sovacool, & Spreng, 2016).

Mais recentemente, alguns autores começaram a elaborar diferentes tentativas de gerenciar ativamente os esforços descoordenados para reduzir tais ineficiências potenciais, através da ligação ou «orquestração» de atores tradicionais, como organizações internacionais e Estados comprometidos (Dorsch & Flachslan, 2017). Eles se questionam se a abordagem policêntrica de múltiplos níveis realmente levará a uma resposta coesiva à mudança climática (Aligica & Tarko, 2012), e destacam que é provável que continuem existindo incentivos fortes para a autonomização de alguns atores (Dorsch & Flachslan, 2017). Além disso, os custos e benefícios de uma abordagem cada vez mais policêntrica à governança da mitigação climática são difíceis de estimar, quando comparados a abordagens *top-down*. Levar em conta um grupo mais amplo de atores potencialmente relevantes que podem contribuir para a meta de maior mitigação climática tem um alto risco de políticas e ações descoordenadas, ou mesmo contraditórias (Dorsch & Flachslan, 2017).

Governança climática e a Amazônia Legal Brasileira

A geógrafa brasileira Bertha Becker, que trabalhou por mais de 30 anos nos conceitos de território e poder na Amazônia brasileira, enfatizou a enorme importância geopolítica e econômica da região, não apenas para o Brasil, mas também para a integração sul-americana e – devido à sua localização geográfica estratégica – para a Europa, os EUA e, principalmente, a China (Becker, 2005). Segundo Becker (2005), a geopolítica contemporânea da Amazônia mostra dois movimentos internacionais: um no nível de finanças, informação, poder e potencial; o outro relacionado à internacionalização dos movimentos sociais. Em conjunto, os dois movimentos estão criando uma situação mundial complexa.

Becker (2012) destaca a conexão entre as crises ambiental e financeira e alerta o Brasil para a necessidade de refletir sobre interesses nacionais e regionais antes de adotar modelos internacionais relacionados à «economia verde» e «Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação» (REDD). Ao discutir a governança climática e a estratégia de REDD, Becker cita o trabalho *The Great Transformation* de

Karl Polanyi, no qual ele apontou a mercantilização da terra, trabalho e dinheiro como pré-condição da economia de mercado que emergiu com a industrialização, subordinando a sociedade às suas demandas. Ela argumenta que a Amazônia está enfrentando um processo de «mercantilização da natureza» (Vieira, Toledo, Rocha, & Junior, 2014) e que REDD não é uma solução para o problema do desmatamento, mas apenas um mecanismo de compensação para países desenvolvidos: embora esses pagamentos possam manter as florestas em pé, as tornam improdutivas e sem valor para as populações locais (Becker, 2012).

Becker (2010) também aponta para a importância de novas territorialidades emergentes em diferentes escalas, que não só põem em dúvida a primazia da macrorregião para o planejamento, mas também o Estado-nação como a única fonte de poder. A heterogeneidade regional e a bio-sociodiversidade da Amazônia representam novas territorialidades resistentes à expropriação, como indígenas, seringueiros ou agricultores familiares, que por diversos motivos têm a presença do governo estadual como primeira demanda, o que destaca a relevância da regionalização e o poder do nível subnacional. Os diferentes estados da Amazônia têm seu próprio potencial e problemas específicos, e os governos estaduais podem atender melhor às necessidades específicas, encontrar as parcerias necessárias e direcionar melhor os recursos (Becker, 2005). Outro ator fundamental é o setor privado (empresas do agronegócio, indústria madeireira e pecuária), transformando a Amazônia em uma nova região dinâmica e de caráter geográfico alterado (Becker, 2005).

Novas experiências de governança amazônica mostram o envolvimento de populações de diferentes origens étnicas e geográficas, utilizando várias estruturas produtivas sociais e políticas, bem como diversas parcerias (Becker, 2010). Embora sua sustentabilidade ainda seja desconhecida, já podemos apontar para diversas potencialidades, como as Reservas Extrativistas (RESEX), Projetos de Agricultura Familiar e, o mais importante, as Terras Indígenas e seus povos que se tornaram atores regionais efetivos (Becker, 2010). Em seu último trabalho *A Urbe Amazônica*, Becker (2013) propõe diferentes estratégias regionais para a Amazônia, destacando o fato de que não é um espaço homogêneo. Além disso, ela usa o conceito de «território sustentável» em vez de «paisagem sustentável» (frequentemente usada por pesquisadores de ecologia) e, com isso, enfatiza a importância dos diferentes atores sociais que vivem na Amazônia (Vieira et al., 2014).

Desmatamento e ordenamento territorial

O desmatamento na Amazônia costumava ser muito alto, mas os padrões se inverteram, mostrando um declínio de 70% entre 2004 e 2014 (Moutinho, Guerra,

& Azevedo-Ramos, 2016), como pode ser visto na Figura 2. Embora essa seja uma grande conquista, a taxa anual de desmatamento desde 2012 ficou em torno de 5.000 km² e até aumentou em 2015 e 2016 (INPE/PRODES, 2016). O ordenamento territorial e as áreas protegidas desempenham um papel importante no combate ao desmatamento, dado seu potencial para evitar a emissão para a atmosfera de grande parte do carbono armazenado na floresta amazônica brasileira (Nepstad et al., 2009).

O estabelecimento e a implementação de áreas protegidas em zonas sob alto nível de ameaças antrópicas atuais ou futuras oferecem altos retornos na redução das emissões de carbono e, como resultado, devem receber atenção especial no planejamento de prioridades de investimento para conservação regional (Soares-Filho et al., 2010). Atualmente, cerca de 54% da Amazônia brasileira se enquadra em uma das categorias de áreas protegidas (INPE/PRODES, 2016) e as áreas protegidas, especialmente as Terras Indígenas, mostram as menores taxas de desmatamento. Por outro lado, os assentamentos rurais, geridos pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mostram a maior taxa de desmatamento. Essa alta taxa de desmatamento pode ser atribuída, em primeiro lugar, à pecuária extensiva e à extração ilegal de madeira, seguida pela agricultura de corte e queima, fatores relacionados à dificuldade de acesso às políticas públicas associadas à produção sustentável (Alencar et al., 2016).

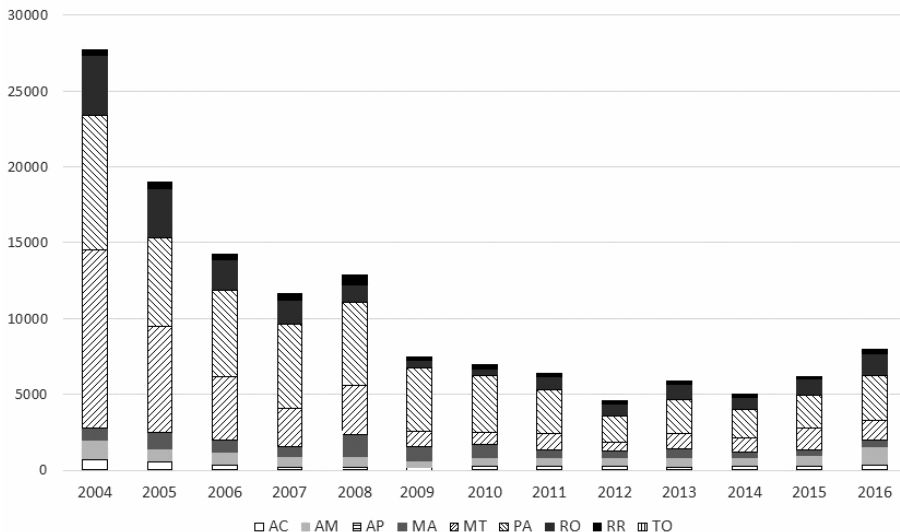


Figura 2. Desmatamento Anual em km² na Amazônia Legal entre 2004-2016, dividido por Estado (AC-Acre, AM-Amazonas, AP-Amapá, MA-Maranhão, MT-Mato Grosso, PA-Pará, RO-Rondônia, RR-Roraima e TO-Tocantins). Fonte de dados de desmatamento: INPE / PRODES (2016).

Desde os anos 1980, o planejamento estratégico do uso da terra se deu por meio de um mecanismo liderado pelo governo denominado Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e, desde o início, Bertha Becker esteve envolvida em sua elaboração e implementação. Em 2010, o Brasil apresentou seu MacroZEE para a Amazônia, respondendo a um novo contexto de governança territorial e baseado em três princípios: 1) Eficiência, referindo-se à nova racionalidade de poupança de recursos e incorporação de informação e tecnologia nos produtos e processos; 2) Valorização das diferenças, referente à identificação e potencialização de vantagens competitivas de cada território; e 3) Descentralização, constituindo uma nova forma de governo em parceria (Becker & Egler, 1997). O ZEE é uma importante fonte de informação pela forma como foi elaborado, pois fornece uma visão holística das inter-relações entre as dinâmicas biofísicas e socioeconômicas e apresenta várias oportunidades para implementar um novo caminho de desenvolvimento mais inclusivo (Becker, 2012).

A Tabela 1 e a Figura 3 mostram a importância da descentralização e valorização, destacando as diferenças e necessidades entre os nove estados brasileiros que compõem a Amazônia Legal brasileira. Os estados mostram diferenças em sua densidade populacional, nível de áreas protegidas e taxas de desmatamento: Roraima é o estado mais indígena (46% do seu território coberto por Terras Indígenas) e o Amapá o estado mais protegido (70% do estado coberto por áreas protegidas), e ambos os estados também têm a menor densidade populacional e taxas mais baixas de desmatamento. Mato Grosso e Pará, por outro lado, são responsáveis por 67% do total do desmatamento da Amazônia entre 2004 e 2015. De acordo com Becker (2005), as condições histórico-geográficas resultaram em diferentes estratégias estaduais: Mato Grosso e Pará possuem extensas estratégias de uso da terra; o Amazonas possui uma estratégia industrial específica em Manaus (Zona Franca); o Acre e o Amapá têm a estratégia da florestania (cidadania florestal); em Rondônia, o gado, e até mesmo a soja, estão sendo expandidos; em Roraima, a soja no cerrado é cercada por florestas e terras indígenas.

Tabela 1 – Comparação entre os 9 estados brasileiros que compõem a Amazônia Legal: AC-Acre, AM-Amazonas, AP-Amapá, MA-Maranhão, MT-Mato Grosso, PA-Pará, RO-Rondônia, RR-Roraima e TO-Tocantins.

	AC	AM	AP	MA	MT	PA	RO	RR	TO
Área em km ² (x1000)*	164	1.559	143	250	903	1.248	238	224	278
% do total da Amazônia	3%	31%	3%	5%	18%	25%	5%	4%	6%
População estimada em 2016 (x1000)*	817	4.002	782	6.954	3.306	8.273	1.787	514	1533
Densidade populacional 2016 hab/km ²	5,0	2,6	5,5	19,8	3,7	6,6	7,5	2,3	5,5
Desmatada em km ² (2004-2015)**	4.350	8.928	567	7.588	38.348	53.772	18.493	2.954	1.186
% do total desmatamento Amazônia**	3%	7%	0%	6%	28%	39%	14%	2%	1%
% Unidades de Conservação***	34%	24%	62%	17%	5%	32%	22%	12%	12%
% Terras Indígenas	16%	27%	8%	9%	15%	23%	21%	46%	9%
Índice de Desenvolvimento Humano ****	0,66	0,67	0,71	0,64	0,73	0,65	0,69	0,71	0,70

* IBGE, 2015

** PRODES dados para desmatamento total entre 2004-2015

*** IMAZON/ISA, 2011

**** Atlas Brasil 2013, UNDP

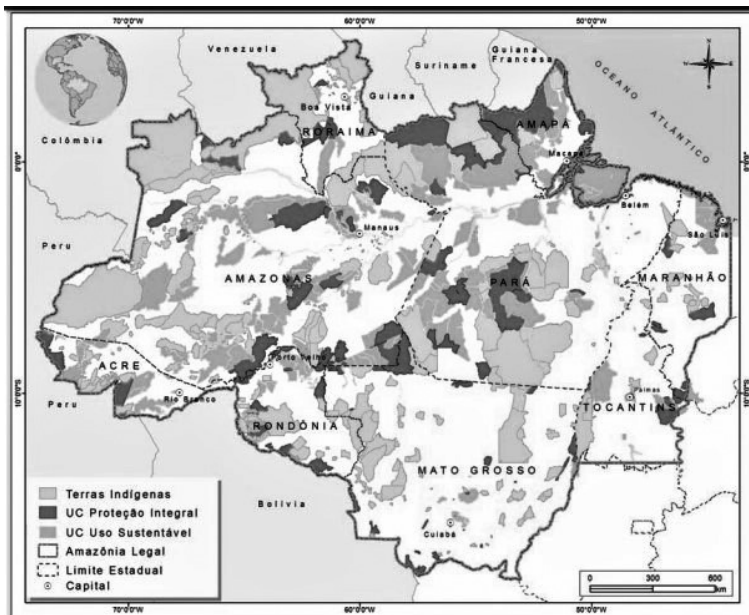


Figura 3. Áreas Protegidas na Amazônia Legal, divididas em Terras Indígenas (laranja), Unidades de Conservação com Proteção Integral (verde escuro) e Unidades de Conservação com Uso Sustentável (verde claro). Fonte: Imazon / ISA, 2011 (Veríssimo et al., 2011).

É importante ressaltar que estados mais protegidos e menos desmatados não possuem necessariamente um menor índice de desenvolvimento. Onde o PIB se concentra apenas no crescimento econômico, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem uma visão mais holística do desenvolvimento e envolve três fatores: longevidade, educação e renda. O IDH é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município ou região metropolitana. Valores entre 0,6-0,699 indicam desenvolvimento médio e valores entre 0,7-0,799 alto nível de desenvolvimento. A Tabela 1 mostra o Índice de Desenvolvimento Humano por Estado Amazônico, com altos níveis de desenvolvimento para o Amapá, Mato Grosso, Roraima e Tocantins. A Tabela 1 mostra que Amapá, Roraima e Tocantins têm a menor taxa anual de desmatamento entre 2004-2015 e a Figura 3 mostra que Amapá e Roraima são os estados mais protegidos.

O MacroZEE da Amazônia menciona como uma de suas estratégias a redução de emissões de CO₂, porém afirma claramente a responsabilidade dos países desenvolvidos em reduzir suas emissões e enfatiza que o MacroZEE não impedirá as emissões desses países (Ministério do Meio Ambiente, 2009). O MacroZEE apoia ações que contribuam para a redução regional de emissões, de acordo com os objetivos da Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), das seguintes formas:

- Fortalecer uma política de Estado para a pesca e a aquicultura sustentáveis;
- Fortalecer as cadeias de produtos da sociobiodiversidade e uso sustentável da água;
- Contribuir para o fortalecimento de ações intersetoriais visando reduzir a vulnerabilidade das populações;
- Promover uma revolução científica e tecnológica para o uso inteligente e sustentável dos recursos naturais, minimizando os custos de adaptação socioeconômica do país;
- Valorizar novas estratégias emergentes como formas de desenvolvimento que valorizam os ecossistemas e o desenvolvimento sustentável na região, como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) (Ministério do Meio Ambiente, 2009).

Considerações finais

Devido à sua grande complexidade e incerteza, a mudança climática global é um exemplo de um fenômeno extremamente complexo (Incropera, 2015). Não há um tipo de solução que serve para resolver o problema da mudança climática. Os esforços internacionais para reduzir as emissões de gases do efeito estufa são lentos

e carecem de alinhamento vertical entre os diferentes níveis de governo. Além disso, as soluções globais muitas vezes carecem de uma abordagem participativa e representação adequada das partes interessadas locais, com soluções claras e locais para reduzir as emissões e se adaptar às mudanças climáticas (Agrawal, McSweeney, & Perrin, 2008). Portanto, uma abordagem policêntrica em relação ao problema global das mudanças climáticas, alinhando diferentes níveis de governo, setores e partes interessadas, pode ser mais eficaz. As principais características da governança policêntrica – auto-organização, condições específicas do local, experimentação e aprendizagem e uma forte ênfase na confiança (Dorsch & Flachsland, 2017) – aumentam a eficácia das respostas às mudanças climáticas globais.

O ordenamento territorial e a governança territorial desempenham papéis importantes na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Como as necessidades de adaptação são muito específicas do local, o ordenamento territorial pode aumentar a resiliência e abordar as áreas mais vulneráveis e requer o envolvimento de todos os atores relevantes no processo de planejamento. Além de sua importância para a adaptação às mudanças climáticas, o ordenamento territorial também desempenha um papel na mitigação, reduzindo o desmatamento e a degradação florestal e limitando as mudanças no uso da terra para a expansão agrícola (Wehrmann, 2011).

O conceito de governança climática policêntrica é muito novo e dinâmico, aberto a novas abordagens que aumentam a sua eficácia (Jordan et al., 2015). A maioria dos estudos sobre a policentricidade olham para ela do ponto de vista da ciência política e se concentram em atores, instituições e regras de governança. Nossa aplicação dos princípios da policentricidade à Amazônia mostrou a importância da governança territorial e do conceito de territorialidade. O foco de Bertha Becker na territorialidade e a importância do ordenamento territorial e da governança territorial para a sustentabilidade se somam à pesquisa e à discussão sobre a governança climática policêntrica.

Olhando para a governança climática na Amazônia, as questões de soberania também desempenham um papel importante. No plano de Zoneamento Ecológico e Econômico da Amazônia, o governo brasileiro declarou muito claramente que:

[...] o País está vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia e repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito da preservação, desenvolvimento e defesa da Amazônia. Da mesma forma, não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil. (Ministério do Meio Ambiente, 2009, p. 19).

A Amazônia deve ser olhada como uma região brasileira de extrema importância, mas o mais importante é que a atenção seja dada às suas características heterogêneas. Os nove estados brasileiros que compõem a Amazônia Legal têm condições socioeconômicas e biofísicas muito diversas. No entanto, uma comparação dos nove estados nos mostra que é possível manter a floresta em pé e, ao mesmo tempo, mostrar altas taxas no índice de desenvolvimento humano. Os estados de Roraima e Amapá são exemplos de estados com taxas muito baixas de desmatamento e um alto índice de desenvolvimento humano. No entanto, recomendamos pesquisas adicionais sobre a relação entre unidades de conservação com proteção integral e unidades de conservação com uso sustentável. As áreas protegidas não estão imunes às práticas de desmatamento e para garantir sua integridade é importante coibir usos e ocupações irregulares e o desmatamento, por meio de monitoramento local e remoto, garantindo às populações locais seus direitos exclusivos. É aqui que se encontra uma das maiores armadilhas da governança climática policêntrica aplicada na Amazônia: a tensão entre a governança subnacional dos estados amazônicos e a governança das áreas protegidas, como territórios indígenas e unidades de conservação federal. A análise e os estudos feitos neste artigo podem ser melhorados através da aplicação de métodos no campo para entender melhor as questões e os desafios envolvidos para uma governança climática e conservação bem-sucedida nos estados da Amazônia.

O desafio estratégico para um desenvolvimento com menor impacto ambiental tem sido abordado até agora pela política de áreas protegidas, que cumpriu seu papel de impedir a expansão da fronteira, tanto simbólica quanto concretamente. No entanto, tais políticas não geram emprego e renda na escala exigida, o que requer outras estratégias que atribuam valor econômico à floresta em pé, para poder competir com as outras *commodities*. Em seu último livro, Becker (2013) propôs uma revolução científico-tecnológica transdisciplinar para a Amazônia que tornaria possível dar valor à floresta em pé, organizando uma economia florestal que possa competir com o agronegócio e a pecuária. Os objetivos da revolução devem incluir a valorização da floresta em pé, a conservação do coração da floresta na Amazônia Ocidental e, acima de tudo, a promoção de um bem-estar crescente para os amazônicos e recém-chegados à região. As perspectivas de Elinor Ostrom e Bertha Becker sobre a governança climática estão focadas na necessidade de respostas mais efetivas, na transição e na governança *bottom-up*, e destacaram a falha do Estado-nação. Além disso, ambas as pesquisadoras eram conectoras, buscando possibilidades de articulações horizontais e verticais e integração entre políticas, organizações, governos e atores sociais. Além disso, ambas mostram a importância de um modelo de governança «híbrido», que combina a supervisão do estado com a participação da comunidade.

Bibliografia

- ABDALA, G. (2015). *The Brazilian Amazon: challenges facing an effective policy*. Brasília: WWF Living Amazon Initiative and WWF Brazil.
- AGRAWAL, A., MCSWEENEY, C., & PERRIN, N. (2008). Local institutions and climate change adaptation. *The Social Dimensions of Climate Change*, 113. Disponível em <https://doi.org/10.1596/978-0-8213-7887-8>
- ALENCAR, A., PEREIRA, C., CASTRO, I., CARDOSO, A., SOUZA, L., COSTA, R., ... NOVAES, R. (2016). *Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: histórico, tendências e oportunidades*. Brasília: IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental Da Amazônia.
- ALIGICA, P. D., & TARKO, V. (2012). Polycentricity: From Polanyi to Ostrom, and beyond. *Governance*, 25 (2), 237-262.
- BECKER, B. K. (2005). Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, 19 (53), 71-86.
- BECKER, B. K. (2010). Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 1, 17-23.
- BECKER, B. K. (2012). Amazônia: crise mundial, projetos globais e interesse nacional. *Revista Território*, 16, 7-28.
- BECKER, B. K. (2013). *A urbe amazônica : a floresta e a cidade*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BECKER, B. K., & EGLER, C. (1997). *Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos Estados da Amazônia Legal*. Rio de Janeiro: SAE/MMA.
- BOULDING, K. E. (1966). The economics of the coming spaceship Earth. In H. Jarrett (Ed.) *Environmental quality issues in a growing economy. Essays from the Sixth RFF Forum* (pp. 3-14). Baltimore: Resources for the Future/Johns Hopkins University Press.
- BULKELEY, H., & BETSILL, M. (2005). Rethinking sustainable cities : multilevel governance and the 'urban' politics of climate change. *Environmental Politics*, 14 (1), 42-63.
- BULKELEY, H., DAVIES, A., EVANS, B., GIBBS, D., KERN, K., & THEOBALD, K. (2003). Environmental governance and transnational municipal networks in Europe. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 5 (3), 235-254.
- COLE, D. H., & COLE, D. H. (2011). From global to polycentric climate governance. *Climate Law*, 2 (3), 395-413.
- COLE, D. H., & COLE, D. H. (2015). Advantages of a polycentric approach to climate change policy. *Nature Climate Change*, 5, 114-118.
- DORSCH, M. J., & FLACHSLAND, C. (2017). A polycentric approach to global climate governance. *Global Environmental Politics*, 17 (2), 45-64.
- FEARNSIDE, P. M. (2008). Amazon forest maintenance as a source of environmental services. *Anais Da Academia Brasileira de Ciencias*, 80 (1), 101-114.

- HAKELBERG, L. (2014). Governance by diffusion: transnational municipal networks and the spread of local climate strategies in Europe. *Global Environmental Politics*, 14 (1), 107-129.
- HARDIN, J. G. (1968). The tragedy of the commons. *Science*, 162, 1243-1248.
- HOFFMANN, M. J. (2011). *Climate governance at the crossroads: experimenting with a global response after Kyoto*. Oxford: Oxford University Press.
- HOOGHE, L., & MARKS, G. (2003). Unraveling the central state, but how? Types of multi-level governance. *American Political Science Review*, 97 (2), 233-243.
- INCROPERA, F. P. (2015). *Climate change: a wicked problem. Complexity and uncertainty at the intersection of science, economics, politics and human behavior*. Cambridge: Cambridge University Press.
- INPE/PRODES. (2016). Monitoramento do desmatamento da floresta amazônica brasileira por satélite. Disponível em <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>
- JORDAN, A., & HUITEMA, D. (2014). Innovations in climate policy: the politics of invention, diffusion, and evaluation. *Environmental Politics*, 23 (5), 715-734.
- JORDAN, A. J., HUITEMA, D., HILDÉN, M., VAN ASSELT, H., RAYNER, T. J., SCHOENEFELD, J. J., ... BOASSON, E. L. (2015). Emergence of polycentric climate governance and its future prospects. *Nature Climate Change*, 5 (11), 977-982.
- LENTON, T. M., HELD, H., KRIEGLER, E., HALL, J. W., LUCHT, W., RAHMSTORF, S., & SCHELLNHUBER, H. J. (2008). Tipping elements in the Earth's climate system. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 105 (6), 1786-1793.
- MARKS, G. (1993). Structural policy and multilevel governance in the European Community. In G. Rosenthal (ed.) *The state of the European Community* (pp. 391-409). Boulder: Lynne Runner.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (2009). MacroZEE da Amazônia Legal: estratégias de transição para a sustentabilidade. Disponível em <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/macrozee-da-amaz%C3%B4nia-legal>
- MOUTINHO, P., GUERRA, R., & AZEVEDO-RAMOS, C. (2016). Achieving zero deforestation in the Brazilian Amazon: What is missing? *Elementa: Science of the Anthropocene*, 4. Disponível em <https://doi.org/10.12952/journal.elementa.000125>
- NEPSTAD, D. C., STICKLER, C. M., FILHO, B. S., & MERRY, F. (2008). Interactions among Amazon land use, forests and climate: prospects for a near-term forest tipping point. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological Sciences*, 363 (1498), 1737-1746.
- NEPSTAD, D., SOARES-FILHO, B. S., MERRY, F., LIMA, A., MOUTINHO, P., CARTER, J., ... STELLA, O. (2009). The end of deforestation in the Brazilian Amazon. *Science*, 326 (5958), 1350-1351.

- OSTROM, E. (1990). *Governing the commons. The evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OSTROM, E. (2010). Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems. *American Economic Review*, 100 (3), 641-672.
- OSTROM, V., & OSTROM, E. (1977). Public goods and public choices. In E. Savas (ed.) *Alternatives for delivering public services: Toward improved performance* (pp. 7-49). Boulder: Westview.
- OSTROM, V., TIEBOUT, C. M., & WARREN, R. (1961). The organization of government in metropolitan areas: A theoretical inquiry. *The American Political Science Review*, 55 (4), 831-842.
- ROCKSTROM, J., STEFFEN, W., NOONE, K., PERSSON, A., CHAPIN, F. S., LAMBIN, E., ... FOLEY, J. (2009). Planetary boundaries: Exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society*, 14 (2). Disponível em <https://doi.org/10.5751/ES-03180-140232>
- SOARES-FILHO, B., MOUTINHO, P., NEPSTAD, D., ANDERSON, A., RODRIGUES, H., GARCIA, R., ... MARETTI, C. (2010). Role of Brazilian Amazon protected areas in climate change mitigation. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 107 (24), 10821-10826.
- SPRENG, C. P., SOVACOO, B. K., & SPRENG, D. (2016). All hands on deck: polycentric governance for climate change insurance. *Climatic Change*, 139 (2), 129-140.
- STEFFEN, W., RICHARDSON, K., ROCKSTRÖM, J., CORNELL, E., FETZER, I., BENNETT, E. M., ... LINN, M. (2015). Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Journal of Education for Sustainable Development*, 9 (2), 235-235.
- URPELAINEN, J. (2013). A model of dynamic climate governance: Dream big, win small. *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, 13 (2), 107-125.
- VERÍSSIMO, A., ROLLA, A., MAIOR, A. P., MONTEIROS, A., BRITO, B., SOUJA JR, C., & AUGUSTO, C. (2011). Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios. Belém: Imazon/ISA.
- VIEIRA, I. C. G., TOLEDO, P., ROCHA, G., & JUNIOR, R. (2014). Bertha Becker e a Amazônia. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, XIX (1103). Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1103-4.htm>
- WEHRMANN, B. (2011). *Land use planning: Concept, tools and applications*. Eschborn: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

